



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXV - Nº 784

MAI/JUN/JUL/AGO 99



ÁFRICA SUBSAARIANA
Caminhos incertos
através dos séculos
Therezinha de Castro



SOU FAM DO MELHOR

Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



320842

290637

v.85, n.784, abr./maio/jun 1999 BFD

ASSOCIE-SE AGORA VOCÊ TAMBÉM E APROVEITE TODAS AS VANTAGENS

- Poupança Automática
- Seguro de Vida
- Empréstimo Simples
- Financiamento para Aquisição ou Construção de Imóvel Habitacional
- Financiamento para Aquisição de Material de Construção
- Financiamento para Aquisição de Terreno
- Seguro Auto



PODEM PARTICIPAR:

- Militares e pensionistas das Forças Armadas
- Funcionários do Banco do Brasil

ESCRITÓRIO DA FHE - SEDE - BRASÍLIA-DF - CEP 20210

Esplanada dos Ministérios - Bloco "D" - Anexo I - Terraço - L. 103 - CEP 20210-000
Brasília-DF - Fone (61) 314-7539/7540 - DDD 61-3138-02

OUTRAS LOCALIDADES

Existe mais de 100 escritórios espalhados pelo Brasil. Consulte seu Guia de Áreas e
Bairros ou entre em contato com a Central de Atendimento ao Cliente do COUPEX.



EDITORIAL



AO CUSTO DA IMPREVIDÊNCIA

Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay — Visconde de Taunay — é o motivo central da ilustração da nossa capa, evocando o centenário de sua morte, que este ano se comemora. Nela, a figura do ilustre escritor sobrepõe-se à alegoria de Miranda Júnior, enfocando a epopéia que ele transformou em um dos clássicos da literatura e da historiografia nacionais.

Nascido no Rio de Janeiro em 1843, bacharelou-se em ciências e letras pelo Colégio Pedro II e estudou na Escola Militar, do Largo de São Francisco, onde, até 1874, se formavam nossos engenheiros, civis e militares, conforme assinalou nosso editorial da edição passada.

Em 1865, interrompeu seus estudos para participar da Guerra da Tríplice Aliança, como oficial de Artilharia, logo nomeado secretário do estado-maior do Conde d'Eu. Terminada a Guerra, voltou à Escola Militar, formando-se engenheiro e geógrafo, além de bacharelar-se em ciências físicas e matemática.

Ingressou, a seguir, na carreira política, que exerceu com destacado êxito até a proclamação da República, carreira em parte sustentada pela popularidade que conquistou através dos seus livros, entre os quais sobressaem *A Retirada da Laguna*, originalmente escrita em francês, e *Inocência*, considerada obra-prima do período final do Romantismo e que foi traduzida para vários idiomas, inclusive o japonês.

Taunay foi senador, deputado, presidente de província (Santa Catarina e Paraná) e, além de romancista, foi também professor de história e língua, crítico literário, músico e pintor. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, foi ele membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

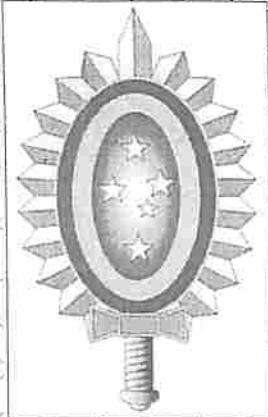
Com a ilustração da capa, *A Defesa Nacional* resgata a memória do consagrado escritor e distinguido brasileiro. Ao mesmo tempo, ressalta o preço que uma nação pode pagar quando deixa procrastinar os cuidados devidos à sua segurança.

A *Retirada da Laguna* poderia não ter existido e a Guerra da Tríplice Aliança não se ter estendido por tempo tão longo e a custa de tantas vidas, caso esses cuidados não estivessem relegados, naquele tempo, a um plano tão imprudentemente secundário.



SUMÁRIO

EDITORIAL	01
ÁFRICA SUBSAARIANA (CAMINHOS INCERTOS ATRAVÉS DOS SÉCULOS)	05
Therezinha de Castro	
A ENGENHARIA MILITAR DE BATINA	33
Mário Mendonça de Oliveira	
AS JANELAS PARA O PACÍFICO	46
Vasco Mariz	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	61
Reis Friede	
HERMES — O PAI DO EXÉRCITO MODERNO	73
L. P. Macedo Carvalho	
PERSPECTIVAS DO ESTADO FUTURO	85
Ives Gandra da Silva Martins	
O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (SIVAM) E A DEFESA NACIONAL	93
Humberto José Lourenço	
AS DIVISÕES BLINDADAS	106
Almir dos Santos	
CAMINHOS HISTÓRICOS E ESTRATÉGICOS DE PENETRAÇÃO E POVOAMENTO DO VALE DO ALTO E MÉDIO RIO PARAÍBA DO SUL	113
Cláudio Moreira Bento	
UM PANORAMA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA	131
Antonio Fernandes Gomes da Costa	
COMENTÁRIOS	137
INFORMAÇÕES	150
LIVROS	158
DESTAQUES DA IMPRENSA	161



DIA

DO
SOLDADO



África Subsaariana (caminhos incertos através dos séculos)¹

Therezinha de Castro*

O artigo apresenta peculiaridades históricas e geopolíticas da África Subsaariana que nos permitem fugir das simplificações que normalmente se fazem a respeito de suas realidades.

Fazendo parte do Velho Mundo com a Europa e a Ásia, a África é, na realidade, uma gigantesca península da Eurásia. Encontra-se solitária à Europa e à Ásia nas riveiras do Mediterrâneo e, muito embora os Urais sejam admitidos como fronteira geoistórica entre a Europa e a Ásia, assim considerada por separar blocos culturais. O Rio Nilo o foi, também e por algum tempo, entre a Ásia e a África, até que a abertura do Canal de Suez (1869) viesse, dentro do

enfoque geopolítico, dar maior isolamento ao continente africano, transformando o Mediterrâneo em um *mar de trânsito* e concedendo, em contrapartida, maior importância geestratégica ao Estreito de Gibraltar, levando Dardanelos e Bósforo para um segundo plano e caracterizando a África muito mais como *continente-ilha*, ou *ilha mundial* de Mackinder, contornada pelo Mediterrâneo, o Índico e o Atlântico. Concluindo, dir-se-ia que a função geopolítica da África tem evoluído no decorrer da História, adaptando-se às necessidades do momento e às condições criadas pelo progresso humano.

Ao se iniciar o século XIX, Napoleão desembocava no Egito, quando os conhecimentos no continente eram apenas periféricos. Tal como na época das grandes navegações, não iam muito além dos 600km da costa e, assim mesmo, nos lugares mais favoráveis.

A costa retilínea, pouco articulada, se desenvolve ao longo de 27.638km, sem grandes avanços em direção ao mar. Por sua vez, a situação marginal dos planaltos e cordilheiras contribui para a ausência quase que absoluta das planícies costeiras. Em consequência, as bacias hidrográficas têm, via de regra, que abrir passagem através de profundas gar-

* Professora. Do Corpo Permanente da ESG.

¹ Selecionado pelo PADECME.

gantas. Comparativamente, o Congo que, como o Amazonas, se situa na faixa equatorial, só pode ser adentrado até 150km do Atlântico, enquanto o rio sul-americano é navegável, mesmo por transatlânticos, até 1.500km de sua foz.

Em decorrência dessa impenetrabilidade, as ilhas litorâneas africanas iriam servir como verdadeiros trampolins para o posterior estabelecimento humano na costa. Assim, Bolama foi o núcleo geoistórico da Guiné-Bissau; Goré, no Arquipélago de Cabo Verde, foi ponto de partida dos franceses para o controle do Senegal; enquanto funções idênticas foram representadas por Annobon, S. Tomé e Príncipe, Fernando Pó e, no setor do Índico, por Zanzíbar e Pemba.

Conclui-se pois que, antes da invenção do avião, a impenetrabilidade da África manteve-a praticamente desconhecida, não sendo exagero afirmar-se que coube ao primeiro vôo sobre o continente, realizado em 1912 por Chalmen Mitchell, marcar-lhe seu conhecimento mais generalizado.

Seu destino, durante séculos, foi o de *viver atrás da barreira do litoral*. Sua

história será, assim, essencialmente terrestre, muito embora sua geografia tenha sido desvendada por civilizações marítimas, a partir das grandes navegações.

PARTILHA GEOPOLÍTICA

A fisiografia africana, contribuindo para um *estabelecimento geoistórico ocasional costeiro* durante vários séculos, trouxe, como consequência geopolítica, a mudança de donos por várias vezes. Os colonizadores iniciais — portugueses, espanhóis e, depois, holandeses — foram, no século XIX, em muitas áreas, substituídos pelos ingleses, franceses e, depois, pelos próprios alemães e italianos.

A perda da América pelos europeus aguçou-lhes o desejo pela África. A corrida para esse continente começaria a provocar atritos e, para contorná-los, convocou-se a *Conferência de Berlim* (15 de novembro de 1884 — 26 de fevereiro de 1885). Para premiar as potências da época, deserdava-se Portugal e Espanha, anulando-se o direito histórico das descobertas, ao se determinar que não haveria o reconhecimento da posse sem a ocupação efetiva do território pelo país que recla-

masse o direito de soberania. Assim sendo, as colônias dos povos ibéricos subsistiram com as da Espanha, bem mais modestas que as de Portugal. À França e à Inglaterra se atribuíram as maiores partes do continente, enquanto a Bélgica se estabelecia no coração congolês, e a Itália e a Alemanha ocupavam posições esparsas.

A ocupação da África pelo europeu pode ser caracterizada dentro dos princípios abaixo destacados.

- *Princípio econômico*, visando a assegurar mercados para a produção industrial e, ao mesmo tempo, como área fornecedora de matérias-primas, já que o monopólio com a América terminara com a independência. Daí a conclusão do político francês Jules Ferry que *a política colonial é filha da política industrial*.

- Dentro dos princípios correlatos da *estratégia* e do *poder*, visava-se ao domínio das principais rotas marítimas, assegurando-se pontos de apoio, para a frota de guerra, e de escala, para a marinha mercante. Chocaram-se, pois, as políticas francesas e inglesas de união leste/oeste e norte/sul, bem como se enfrentaram franco-alemanes no norte e anglo-

italianos na área do Mar Vermelho.

• Dentro do princípio da *lei natural do espaço vital*, segundo a qual quem não crescesse deveria resignar-se à decadência, a Alemanha e a Itália entraram na corrida colonialista. Berlim enfrentou Paris no Marrocos, enquanto Roma desafiava Londres na Somália-Abissínia (atual Etiópia). Caberia ao *lebensraum* desencadear intensa corrida armamentista, que, sem resultado prático, a Conferência de Haia (1899) procurou sustar, com a Alemanha e a Inglaterra se recusando a acatar.

• Em nome do princípio *religioso cristão*, áreas de civilização ocidental iriam anular o poder dos chefes tribais locais. Mas, no lugar desses, iriam surgir os *desarraigados* que, egressos de suas tribos, se ocidentalizaram nas respectivas metrópoles européias. Estes, posteriormente transformados em líderes, conseguiram dar a independência a países onde a nação não havia sido implantada.

Concluindo-se, a abertura do Canal de Suez (1869) traria para a África um

alento geopolítico, iniciando-se o comércio mundial com a costa oriental² africana, realizando-se, subsequentemente a ativa penetração para o interior. Descobriram-se recursos potenciais, levando a África, da exploração científica, para a exploração utilitária. O século XIX levava a África para a fase febril da colonização, enquanto o continente entrava no século XX com apenas dois países nominalmente independentes — a Abissínia, atual Etiópia, e a Libéria, república de escravos libertos dos Estados Unidos.

EUROPEIZAÇÃO

A Primeira Guerra Mundial teria profunda repercução na África, pois seu território ao norte, hoje caracterizadamente islâmico, encontrava-se nominalmente sob soberania do Império Otomano, que, lutando ao lado da Alemanha, iria se

² No período das grandes navegações da Era Moderna, a ocupação se manteve praticamente restrita ao litoral atlântico, rota natural para as especiarias das Índias ou da Ásia. Foi a fase da colonização periférica que manteve o *hinterland* africano cobiçado, porém desconhecido, pelas injunções da Revolução Comercial.

desagregar. Esfacelava-se o Império Otomano, enquanto o *Tratado de Versalhes* (1919) excluía a Alemanha do continente africano, inaugurando-se o *Sistema de Mandatos* pela Liga das Nações, que entregava suas colônias à administração política e econômica da França, Inglaterra, Portugal e Bélgica. As duas primeiras, ainda na categoria de potências dentro de bipolaridade, seriam as mais beneficiadas, já que Portugal ficava apenas com o insignificante *triângulo de Kionga*, hoje integrado a Moçambique. Impunha-se, nesse processo de europeização, a rivalidade franco-britânica, entrando o continente africano para o jogo geopolítico do confronto.

É que a partilha do continente realizada no século XIX, sobretudo em sua parte subsaariana, mostrara, desde logo, as tendências do Governo de Paris em instalar uma faixa geoestratégica contínua de território numa linha leste/oeste do Atlântico ao Índico, partindo de sua África Ocidental até a Grande Somália, onde se havia instalado no pequeno território de Dijibuti, no Mar

Vermelho. Por sua vez, o Governo de Londres, impedindo que Portugal pusesse em prática o seu *mapa cor-de-rosa* de ligação Angola/Moçambique, se propunha a ligar Cabo a Cairo, numa faixa contínua norte-sul, intento retardado pela Alemanha que, além de conseguir o Togo e o Camarões (1885), o Sudoeste Alemão, atual Namíbia (1896), se instalara na África Oriental (1889).

Impedida a conexão, tratava a Inglaterra de implementá-la, não no sentido de Cecil Rhodes (sul-norte), mas na diretriz norte-sul. Por isso, em 1899, no ano anterior à ocupação da África Oriental pelos alemães, sabendo o Governo de Londres que o francês Marchand ocupara Fachoda, no Sudão, pondo as populações vizinhas sob proteção de seu país, o inglês Kitchener foi enfrentá-lo com suas canhoneiras, subindo o Rio Nilo. O fato ia gerando um conflito mas, em seguida às negociações diplomáticas, a França recuou.

Animada, assim que se iniciou a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra prosseguiu sua política de união Cabo/Cairo, intervindo no

Egito, então sob soberania nominal do Império Otomano, impondo-lhe seu protetorado, reforçando seu domínio sobre o Canal de Suez, e transformando o Sudão num condomínio anglo-egípcio. Ficava sob tutela da Inglaterra toda a Bacia do Nilo, enquanto a derrocada da Alemanha, com a perda da África Oriental, a levaria, embora por pouco tempo, à união Cabo/Cairo.

É que a Primeira Guerra Mundial se limitaria a uma redistribuição na África. Durante o conflito, contingentes africanos, tanto como militares ou como trabalhadores individuais, haviam servido na Europa. Daí voltaram, em 1918, para seus respectivos territórios africanos com novas idéias, experiências e, no bojo, reivindicações políticas, provocando-se um renascer geopolítico, sobretudo no norte da África, onde o contato com a Europa fora ainda maior, quer pela proximidade, quer pela importância adquirida pelo Canal de Suez. Justifica-se, dessa forma, ter sido o Egito o iniciador do movimento anticolonialista, conseguindo que a Inglaterra lhe concedesse a independência,

embora nominal, em 1922, mantendo-se sob seu controle o Canal de Suez e o condomínio do Sudão.

O Sudão não poderia ser dispensado, pelo importante posicionamento, como elo de ligação entre o Mediterrâneo e a Cornucópia Africana, onde a Inglaterra iria ser ameaçada pelo expansionismo de Mussolini. A Itália, ocupando parte da Somália, invadia, em 1936, a Eritréia e a Abissínia, levando Négus Hailé Selassié a refugiar-se na Inglaterra, até o término da Segunda Guerra Mundial, enquanto Vitor Emanuel II era proclamado rei na região.

Com essa política de agressão, começam a se desfazer as alianças na Europa. A *entente cordiale*, ligando a Rússia, França, Inglaterra e Itália se desfaz, encaminhando o mundo para a Segunda Guerra Mundial que, uma vez terminada, iria consolidar o movimento de descolonização da África, já apoiada pelas superpotências URSS e Estados Unidos, e com a Inglaterra, França e Bélgica, sem outra alternativa, julgando conveniente tomarem a iniciativa.

A primeira fase da descolonização é marcada pela

Conferência de Brazzaville (1944), antes mesmo da assinatura da paz na Europa. Na capital do Congo Francês, os governadores das colônias francesas para acertarem a reforma das instituições tradicionais, visando a orientar a evolução das estruturas africanas abaladas pela guerra, concediam aos nativos acesso mais rápido às responsabilidades políticas. Eis aí, pois, a origem da Constituição de 1946 do governo De Gaulle, criando a União Francesa, procurando imitar o *Commonwealth* Britânico, que mantinha a ex-colônia que se tornava independente em laço de União com a Coroa da Inglaterra.

Observando-se que tanto a União como o *Commonwealth* se constituíram, na prática, num paliativo, por meio do qual as duas potências da época procuraram se manter, ainda por algum tempo, no jogo da bipolaridade mundial, que já se passava para os Estados Unidos e a URSS. Paliativo que contrastava com a atitude da Bélgica, cujo Rei Balduíno ia, em junho de 1960, pessoalmente, até Leopoldville (atual Kinshasa), para dar a independência ao Estado do

Congo, depois Zaire, voltando, em 1997, a ser República Democrática do Congo. Paliativo também tentado pelo Governo de Lisboa que, em 1933, tratara de promulgar a *Ata Colonial*, transformando Portugal em uma nação unitária, embora geograficamente dispersa, e cujas partes dispersas, em 1951, passavam a ser denominadas *Província Ultramarinas*.

Comparativamente, observa-se que a América após descoberta foi conquistada, ocupada e colonizada, mantendo-se cerca de três séculos em sua fase colonial essencialmente européia. No momento da independência, a elite se apresentava culturalmente metropolitana com língua, religião e costumes europeus. Consequentemente, mesmo depois de independente, a América manteve a civilização européia. Já a África, contornada pelos navegadores da área moderna, praticamente só em fins do século XIX, ao ser banido o sistema colonial do continente americano, teria a sua ocupação concretizada, após a partilha acordada pelo Congresso de Berlim. Não contou, assim, com tempo suficiente para uma colonização européia

mais efetiva — o tribalismo africano se manteve, não sendo suplantado ou sofrido a miscigenação da cultura européia. Ao contrário do que ocorre na América, os europeus não criaram raízes na África, sendo de lá expulsos com a independência — a não ser os bôeres, considerada a única tribo branca africana, descendente renegada dos holandeses.³

Conseqüentemente, quando após pouco mais de um século de colonização, se impunha a hora prematura da independência africana, caberia não aos descendentes de europeus lá nascidos, e sim aos negros nativos, se levantarem para conquistá-la. Nativos que expulsaram os europeus, o que não ocorreu na América, muito embora os líderes africanos tenham recorrido à ideologia dos ocidentais da livre determinação dos povos. O ódio ao coloni-

³ Assim se consideram desde 1815, quando, no Congresso de Viena, a Holanda, para receber a Bélgica, território contíguo ao seu na Europa, entregava, sem prévia consulta, seus patrícios estabelecidos na África do Sul aos ingleses. A partir de então, ao *apartheid* negro tribal, juntar-se-ia o do branco entre bôeres e ingleses.

zador europeu branco foi característico, sobretudo ao português, o último a abandonar seus redutos coloniais, cabendo bem aqui, o vaticínio feito, em novembro de 1963, por J. M. da Silva Cunha, então Secretário de Estado da Administração Ultramarina: *se nos retirássemos da África, daí nada resultaria para a melhoria da situação e para a resolução de crise, pois nenhum de seus problemas fundamentais ficaria resolvido, ou resolveria sequer começo de solução. Pelo contrário, todos se agravariam, pois à nossa retirada inevitavelmente se seguiria o alastramento da desordem.*

A realidade é que, renegando o passado colonizador, os países africanos não encontraram, no seu passado tribal, nas suas crenças e nos costumes tradicionais, os elementos necessários para adotar, de um momento para o outro, as instituições ditadas pela ideologia européia, herdeira das civilizações clássicas e da paciente evolução feudal-medieval. Por isso, é compreensível que uns poucos líderes negros como, Senghor, do Senegal, Houphouet-Boigny, da Costa da Marfim, e Nkrumah, de

Gana, tenham procurado manter contato com as respectivas metrópoles, por desejarem continuar seguindo-lhes os ensinamentos. O desaparecimento desses líderes levaria esses países à instabilidade, pois são golpes e contragolpes os processos políticos que vêm caracterizando a África desde a independência, o que classifica os países aí instalados como *democracias de fachada*.

NACIONALISMO OU TRIBALISMO

A configuração contemporânea dos Estados é diferente da do passado e será diversa da do futuro, já que os limites internacionais transformaram-se na ação manifesta dos desajustados, sobretudo em se tratando da África Subsaariana. Desajustes que começaram desde a *Conferência de Berlim*, quando a Europa, para reparti-la, pensou muito mais no seu equilíbrio geopolítico do que nas realidades étnicas, lingüísticas e culturais locais. Juntando-se, a isso, os conchavos após a Primeira Guerra Mundial na divisão dos despojos da Alemanha, e nos arranjos feitos após a Segunda Guerra Mundial, ao se criarem ex-

pedientes da História, com países independentes na mais completa dependência, sem o devido teor da nacionalidade, por serem caracterizadamente tribalistas.

Países reconhecidos pela ONU sem serem nações, cuja autoridade, não raro, terminava, e ainda termina, nas imediações da capital, pois nos interiores as pessoas continuam a se identificar pela região, família ou tribo.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a formação do Eixo Leste/Oeste, o imaturo processo geoistórico transformaria a África em um continente geopoliticamente inseguro e geoestrategicamente vulnerável. Vertiginosamente descolonizada, a África entrava na fase da *Guerra Tépida*, transformada na arena da URSS e dos Estados Unidos, observando-se que a maioria dos países subsaarianos mudaram, simplesmente, da dependência de suas metrópoles para a interdependência das superpotências.

Na década dos 80, o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres mostrava que, só na África Subsaariana, o Kremlim mantinha 41.680 militares e 3.225 conselheiros econômicos.

Por sua vez, a assistência dos Estados Unidos afi, era de 362 bilhões de dólares, sendo um quinto de natureza militar, assistência dirigida, sobretudo, para as chamadas *nações secas* ao sul do Saara e a Cornucópia Africana que, em termos geopolíticos eram vitais para o Ocidente.

Era a política de contenção de que se valiam os Estados Unidos, em face dos sempre crescentes sucessos da Doutrina Gorshkov de envolvimento pelo sul, via África, do Ocidente reunido pela OTAN. A URSS ameaçava estrangular o bastião ocidental formado pela África do Sul, com base de apoio em Angola-Moçambique, num fechamento de rotas que se estendia à base de Novozarevskaia, na Antártica, o ponto vulnerável da passagem do Cabo, por onde transitava o petróleo que abastecia o Mundo Ocidental. Por isso, esse Mundo Ocidental capitaneado pelos Estados Unidos, passava a se apoiar na linha do Mar Vermelho, também vital para o escoadouro do *ouro negro*.

Finda a Guerra Fria, a realidade africana, longe do contexto Oriente/Ocidente, continua mergulhada no subdesenvolvimento eco-

nômico e social, com países governados por regimes que, em mãos de pequena elite burocrática ou militar superprivilegiada, continua contribuindo para a pobreza e o analfabetismo de seu povo.

Conseqüentemente, o atual contexto geopolítico africano nada tem a ver com a realidade étnica ou cultural, pois representa, na prática, um subproduto do período colonial. Daí as fronteiras políticas, numa adequação à realidade, só servirem para fragmentar ou reunir diferentes grupos, tribos ou regiões culturais, refletindo uma independência que criou países sem serem nações, formando Estados nascidos, na maioria das vezes, para assegurar o predomínio de uma tribo sobre a outra.

Um exame da História sobre o mapa dessa África Subsaariana demonstra quão utópico é o que se convencionaria chamar de governos da maioria, quando é o caráter multirracial das tribos que continua a implantar o Poder Executivo. Como acreditar na existência do multipartidarismo, quando o que vigora é a presença de uma tribo à espreita da oportunidade para liquidar a outra inimiga ancestral no poder?

Como crer numa democracia representativa, em que o direito de propriedade é, na maior parte das regiões subsaarianas, entendido como uma prerrogativa comunal, e não-individual?

Os governos coloniais trouxeram poucas vantagens à maioria dos países africanos, ressalvando-se, no entanto, a considerável paz civil, hoje praticamente inexistente. Durante o processo de independência, a idéia de igualdade era sempre a mais divulgada, para experimentar novas formas de organizar a sociedade. Disfundia-se os benefícios do *socialismo científico* para países praticamente subdesenvolvidos, com população ocupada na agricultura de subsistência. Ainda mais a força do tribalismo se fez sentir, mostrando que terão que transcorrer várias gerações para que o compromisso com qualquer ideologia se torne mais importante do que a ligação com a família, o clã ou a tribo.

Aparentemente adormecidas durante a fase colonial, as rivalidades tribais despertaram com a *Guerra de Biafra*, na Nigéria, e a do *Katanga*, do Zaire, citando-se os exemplos mais sangrentos. Ao lado do sepa-

O tribalismo mascarou sempre o nacionalismo, transformando a África no mais balcanizado dos continentes. (...) Com seus 680 milhões de habitantes possui 53 países, enquanto a Ásia, com 3 bilhões, conta com 33 nações e a Europa, com 794 milhões, outras 33.

ratismo, sem fundamento nacional, o Estado tribal não adquiriu força cultural suficiente para a unificação de suas bases etnográficas mistas. Daí o número variado de enclaves chamados *batus-tans* ou *homelands* na República da África do Sul, ou então ministados como Djibuti, Ruanda, Burundi, Gâmbia, Guiné Equatorial etc.

O slogan *a África para os africanos*, lançado por Martin Belany, não foi suficientemente forte para cimentar uniões efêmeras que chegaram a se formar, tal como o *Canadá Africano* na união Gana-Guiné, de línguas inglesa e francesa, como a RDA (*Rassemblement Democratique Africain*), na união Guiné-Mali, como a *Federação de Mali*, unindo Senegal, Benin, Sudão e Burkina Fasso etc., para não citar inúmeros outros casos também frustrados.

Concluindo, o tribalismo mascarou sempre o na-

cionalismo, transformando a África no mais *balcanizado* dos continentes, mesmo em se tratando de compará-la com o Velho Mundo do qual faz parte. Com seus 680 milhões de habitantes possui 53 países, enquanto a Ásia, com 3 bilhões, conta com 33 nações e a Europa, com 794 milhões, outras 33.

Esta *balcanização* é apontada como uma das causas para as dificuldades econômicas e sociais por que passa o continente, onde a tônica vem sendo a regressão ou estagnação, que o transforma num espaço unicamente exportador de matérias-primas. Em se tratando da África Subsaariana propriamente dita, é o setor mais pobre e subdesenvolvido do mundo, mesmo se comparados os seus desníveis com a Ásia e a América Latina.

Com o tribalismo mascarando o nacionalismo, na África Subsaariana onde vivem vários povos, não

existe nenhum grande Estado, no verdadeiro sentido da palavra e, mesmo antes da chegada do europeu, era efêmera a duração de um grande reino autóctone, em face de sua escassa coesão, exemplificando-se com os casos dos Reinos de Sokoto e Uganda. Fato também justificado, porque, em lugar da expansão pela conquista, observa-se que foi uma constante na África o sistema da agregação. Por meio desta, um determinado soberano envia seu grupo de guerreiros para a conquista de determinada região; não tendo sucesso a campanha, os atacantes se estabeleciam e se miscigenavam com os que haviam pretendido subjugar. É desse modo que se explica o estabelecimento dos *fulbes* no Baixo Niger.

Por outro lado, embora devastassem grandes áreas, as tribos africanas não tinham capacidade para mantê-las em seu poder. Assim, quando da chegada dos europeus, afirmava Ratzel, em sua *Antropogeografia*, que a Basutolandia, com 30.000km² e a Zululândia, com 22.000km² reduzir-se-iam ainda mais, não fosse a intervenção dos brancos.

A sociedade tribal, naturalmente guerreira, instalada nos países herdados dos colonizadores, fez os exércitos deles recebidos sobre-viverem, crescerem e até prosperarem durante a Guerra Fria, quando chegavam, das potências contendoras, os mais sofisticados armamentos. Assim, os militares passaram a fazer parte de uma elite privilegiada destinada a, dentro do tribalismo, servir a grupos denominados Partidos. Assim, a maioria desses exércitos, cujo profissionalismo se perdeu, pelo fato de nunca haver montado ou combatido uma invasão, conseguia a independência, se tribalizaram, passando a ser empregados, pelos grupos rivais, dentro dos próprios países, já com seus membros na categoria de guerreiros.

Observe-se que, na década de 60, quando a maioria dos países da África Subsaariana se tornava independente, eram, via de regra, civis os seus governantes. Depostos ou então assassinados, já na década seguinte, os militares passavam a dominar. E a razão para essa ascendência se encontra no fato de a força contínua ter passado a ser o

mecanismo para se conseguir alguma mudança na África tribal. Em consequência, os tanques de guerra parecem ser cada vez mais comuns para a chegada ao poder de governantes uniformizados. Governantes esses que impõem obediência e rígidas cadeias de comando, em *democracias* que se perpetuam, até que outro golpe militar as venha interromper.

Outro fato ainda que justifica o governante africano ser oriundo das Forças Armadas é o de que a carreira militar se constitui numa das poucas possibilidades de emprego fixo. E, embora a tomada de poder venha sendo um exercício relativamente fácil para os militares, nem sempre têm eles demonstrado habilidade para combater os males crônicos — corrupção, seca, fome, analfabetismo, epidemias, má administração das finanças, como também, na aplicação de recursos.

Procurando pôr um fim a essa instabilidade no continente africano, os países ricos intentam levar os países pobres a adotar o multipartidarismo. Dentro de mais um princípio utópico, desejam os ricos, e para tal condicionam suas respec-

tivas ajudas econômicas, que, com a derrocada dos regimes comunistas, a democracia seja adotada. O querer em questão não significa poder, se atentarmos para fatos constantes do documento intitulado *Cenários da Crise na África*, escrito por Michel Lévêque, diretor para esse continente da diplomacia francesa. Revela, por exemplo, que procurando acatar a recomendação do Presidente François Mitterrand, em 1990, para a maior moralidade entre *caciques* africanos, Mobuto, que se perpetuou no governo do Zaire de 1960 até 1993, vinha procurando aderir ao multipartidarismo, criando partidos atrelados a ele pela corrupção. A ditadura foi substituída por outra, em maio de 1997, com Laurent Kabila se auto-proclamando presidente. Por sua vez, o Gabão se propunha a tolerar a coexistência de outros partidos, desde que os resultados das eleições fossem controlados pelo governo, inventando, por isso, eleições legislativas em três turnos. O recém-falecido Félix Houphouet-Boigny, líder da independência na Costa do Marfim, lutou pelo seu sétimo mandato disputando, pela pri-

meira vez, com concorrentes, mas só anunciou as eleições um mês antes de elas ocorrerem. Sua fama como intelectual amigo do Ocidente tornou-se internacional e, muito embora não tenha conseguido livrar o seu país do subdesenvolvimento, mandou construir, na então futura capital Yamoussoukro, interiorizada como Brasília, uma basílica milionária, cuja cúpula é maior que a de São Pedro em Roma.

Outro exemplo pode ser dado pelo Benin, considerado por alguns como uma democracia pluralista por ter, nas eleições em 24 de março de 1991, seu antigo ditador Mathieu Kerekou sido derrotado pelo chamado homem da situação, Nicéphou Soglo. O novo governante, no entanto, já caracterizado como adepto do nepotismo, tem contra si 21 organizações políticas posicionadas numa guerrilha parlamentar contra a presidência. Para que se moralizasse a vida pública, o mandatário do país seria interpelado, em março de 1992, numa Carta Pastoral, por sacerdotes, tendo à frente o *bresilien* Monseñhor Isidoro de Souza.

Reivindicações atingiram também o governo militar do Togo, representado pela tribo dos kabué, contestada pelas demais que estão fora do poder. Estas, em 1991, fizeram greves e manifestações em favor do pluralismo no episódio histórico que, para lembrar a virada para a democracia na Corrida de Ferro, ficaria conhecido pela pomposa designação da *primavera de todas as liberdades*.

Inúmeros outros exemplos como esses, caracterizam a imaturidade tribal como uma constante, mostrando que o pluripartidarismo pretendido só será realidade quando os países da África Subsaariana passarem a fazer parte do quadro histórico propriamente dito. Como nenhum país dessa África Negra está imune às guerras tribais, o namoro com o pluripartidarismo, encontra-se longe do casamento, sendo mesmo perigoso apontar-se como exceção a própria Nigéria, o país das diversidades geográficas e religiosas representadas pelos *haussás* no norte, os *ibos* no leste e os *iorubas* no oeste. Governada pelo General Ibraim Babangida desde 1985, para que o

país fosse às urnas, em junho de 1993, após três sucessivos adiamentos, era implantado o bipartidarismo como plataforma de centro direita e centro esquerda. Apesar das manobras em contrário, Babangida deixou o poder para o vencedor da centro esquerda, Moshood Abiola, Ioruba, adepto de Maomé, que afastou os *haussás* do governo. Em junho de 1993, a Alta Corte de Abuja, a nova capital interiorizada, acata o pedido de uma organização civil ligada a Babangida para permanência dos militares no poder até 1997. Passava então o país a ser chefiado pelo General Sani Abacha, morto repentinamente em 1998.

O tribalismo em sua plenitude é fator positivo para a imposição do *neocolonialismo mascarado* nessa África que, pela rapidez de sua revolução geopolítica, não conheceu ainda o estágio da adolescência. Esta, se já tivesse ocorrido, haveria de lhe proporcionar um pouco mais da indispensável experiência política, atributo para a verdadeira independência. Em consequência, a vulnerabilidade da África vem sendo sobremodo fácil

aos regimes imprevisíveis instalados nas mais diversas regiões. São regimes embutidos por conceitos falsos de ideologia que mudam da noite para o dia, guiados por pseudo líderes que, como Nelson Mandela, por exemplo, falam em nome de um país — a República da África do Sul, definida pela Rainha Vitória como uma colcha de retalhos, tal é o seu caráter tribal. Nesse mosaico étnico, ao lado da chamada minoria branca dos descendentes de colonizadores holandeses, que se denominam *afrikaners* e ingleses, a maioria negra é minoria, pela divisão em tribos rivais. Os quistos geopolíticos oficialmente formados, embora sem o beneplácito da ONU — *Transkey* (1977) e *Bofuthatswana* (1978), conhecidos como *bantustans* ou *homelands* — surgiram para abrigar tribos negras aparentadas.

Embora essas *reservas tribais* estejam sendo desativadas com a eleição de Mandela, em 1994, nessa colcha de retalhos subsistem ainda três enclaves, dois dos quais macroestados sem vida própria, mesmo o maior de todos, Botswana, com área correspondente à do estado da Bahia, é impro-

Os grandes impérios ultramarinos europeus se desfizeram, deixando em seus lugares autênticos países de papelão, sem a necessária cola da nacionalidade. Daí os conflitos tribais, refletidos na instabilidade política ou secessionismo, que vêm caracterizando a África Subsaariana.

vável, pois são, em quase toda a sua totalidade, ocupados pelo *Deserto do Kalahari*, além de não possuir litoral. Igualmente improváveis são o *Ngwane*, na fronteira com Moçambique dependente desse país para a exportação de sua riqueza mineral, via ferrovia que vai até Goba, e o *Lesoto*, que subsiste graças ao trabalho nas minas do *Rand*.

Conclui-se assim, que os grandes impérios ultramarinos europeus se desfizeram, deixando em seus lugares autênticos *países de papelão*, sem a necessária *cola da nacionalidade*. Daí os conflitos tribais, refletidos na instabilidade política ou secessionismo, que vêm caracterizando a África Subsaariana.

Mesmo nos países considerados prováveis, por serem um pouco mais estáveis, a falta de identidade se reflete no fato de que os governos só exercem seu poder na capital ou, quando

muito, em suas imediações — falta de identidade, que serve por outro lado, de ajuda para fortalecer governos no poder. O Quênia exemplifica o caso. Nela, o Presidente Daniel Arap Moi, constrangido em 1991 a adotar o pluripartidarismo, valeu-se de conflitos grupais. As violências ocorridas entre os *kalenjin*, *luo*, *luhya* e *kiky*, serviram para derrotar a oposição e legitimar Moi no governo, por intermédio do KANU (União Nacional Africana de Quênia), sob a alegação de que tribalismo não compactua com pluripartidarismo que o FORD (Fórum pela Restauração da Democracia), minado internamente por facções, pretendia impor.

O poder controlado pelo tribalismo mostra-se, no dizer de seus detentores, pronto para tolerar o pluripartidarismo, mas só para acalmar populações cujas condições de vida continuam cada vez piores como, por

Os novos agentes da bipolaridade são apontados como representantes das nações credoras do Norte, impondo às do Sul um estatuto neocolonialista, que só faz causar instabilidade política e desequilíbrio econômico.

exemplo, na República Centro, Africana.⁴ Podem os ditadores até mesmo organizar eleições, desde que os resultados sejam por eles controlados — atitude ultraconservadora, que se atém a práticas governamentais clientelistas, de preferência étnicas, e de corrupção. Atitude ultraconservadora, pois nada disso é novo na África. A luta tribal é muito antiga e até alimentou o tráfico de escravos. Do século VIII ao IX, esse comércio foi intenso com os árabes na costa do Índico, chegando ao seu ápice no século XVI, no Atlântico, com os europeus. Assim, a África Negra teve que se repartir geopoliticamente

com árabes e europeus, dentro do conflito que a caracteriza ainda hoje.

A África de hoje está politicamente independente, assim o reconhece a ONU. Saiu da *Guerra Fria* para entrar na *Guerra Tépida*, cabendo, pois, resposta a quatro perguntas. Poderão esses países resolverem sozinhos os seus problemas? Como poderão controlar os separatismos? Quando se verão livres do tribalismo? De que modo porão fim às instabilidades?

Conclui-se, pois, dizendo que as superpotências do Eixo Leste/Oeste foram substituídas hoje por outra bipolaridade de um Eixo Norte/Sul, representada pelo FMI/Banco Mundial. Desvalorizando a moeda ou suprimindo, por exemplo, o placar de cotações fixas do milho, transforma-se o Banco Mundial, para alguns, numa espécie de polvo sentado sobre a África, sugando-a até secar. Os novos agentes da bipolaridade são

apontados como representantes das nações credoras do Norte impondo às do Sul um estatuto neocolonialista, que só faz causar instabilidade política e desequilíbrio econômico. Impondo, por exemplo, a redução da folha de pagamento do serviço público, pode diminuir o paternalismo, mas cria o desemprego. A redução dos subsídios e o afrouxamento do controle de preços vai gerar o descontentamento nos centros urbanos superpovoados, enquanto a cobrança pelos serviços médicos, antes gratuitos, significa que as populações pobres não os poderão mais utilizar.

Na África tudo está para ser feito. E, se os historiadores clássicos da Antiguidade Histórica vivessem, veriam quão certos estavam ao vaticinarem: *da África surge sempre algo novo*.

REGIONALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA

Ao sul do Saara se localiza a África Negra ou Subsaariana, cujos problemas cruciais estão hoje bem mais ligados a uma geopolítica interna ou seja, uma diretriz puntiforme e não mais difundida, como nos

⁴ Esse país, sem litoral, isolado no interior africano, teve em Bokassa um imperador coroado, que, como tirano, pretendeu imitar a Corte de Napoleão Bonaparte. O Ogre de Berengo, nome do palácio que habitava na região de Lobaye, foi deposto. Mas vive hoje no país, e, desde 1983, sob o controle da tribo de Kolingba. Foi deposto, mas viveu no país até novembro de 1996, quando faleceu.

períodos coloniais e de Guerra Fria.

Em se tratando de uma regionalização geopolítica, para melhor compreendê-la, há três áreas de transição — Mauritânia e Sudão, bem mais islamicados do que cristãos e fetichistas, e Madagascar, caracterizadas por seu isolamento insular, se superpondo a cinco regiões, regiões bem mais geopolíticas do que naturais, que serão apreciados nos subitens a seguir.

África Ocidental

Com uma área total de 7.900.000km², menor que a plantação do domínio europeu. do Brasil, e cerca de 200 milhões de habitantes, a África Ocidental, entre o Saara e o Golfo de Guiné reúne 15 países, que têm na Nigéria, o mais populoso da área. Essa área, que do litoral e em semi-círculo junto com o Níger e o Mali, envolve as pequenas unidades geopolíticas. Constitui-se na zona de embate entre o fronte da islamização, que põe a Mauritânia⁵ numa zona de transição, com o cristianismo, eficaz na im-

Por seu posicionamento no Atlântico transformou-se, a partir do século XV, em zona de ativo contato entre brancos europeus e negreiros africanos, como Samory Touré, no Alto Níger, e Rabat, entre o Nilo e Lagos, controladores de vastos espaços, transformados nos sobas ou régulos, vendedores de braços escravos para a colonização da América. Todo o contato se fazia pelos portos, que, posteriormente, viriam a se transformar nas capitais dos

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Benin	Porto Novo	112.622	5.000.000
Burkina Fasso	Uagadugu	264.200	9.000.000
Cabo Verde	Praia	4.030	370.000
Costa do Marfim	Yamoussoukro	322.000	12.000.000
Gâmbia	Banjul	11.300	800.000
Gana	Acra	238.500	15.000.000
Guiné	Conacri	245.860	7.000.000
Guiné-Bissau	Bissau	36.120	1.000.000
Libéria	Monróvia	111.400	2.500.000
Mali	Bamako	1.240.000	9.000.000
Níger	Niamey	65.037	2.400.000
Nigéria	Abuja	982.000	88.500.000
Senegal	Dacar	196.200	7.500.000
Serra Leoa	Freetown	71.740	4.000.000
Togo	Lomé	56.000	3.500.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

⁵ Mauritânia, criação artificial nascida da colonização francesa, tem 1.030.700km² e capital em Nuakchott. Seus 2 milhões de habitantes são árabes e bérberes de credo islâmico, dominando minoria negra repartida entre as tribos dos *halpular* e *sarakolé*.

países aí surgidos. Para anular essa imagem de dependência colonial por um lado e, a exemplo de Brasília do outro, dois países locais,

a Nigéria e a Costa do Marfim, interiorizaram suas capitais, respectivamente, para Abuja e Yamoussoukro.

É na África Ocidental que se concentra a maior aproximação geoistórica com o Brasil, fazendo com que o governo Médici iniciasse por aí, em 1972, as nossas diretrizes difusoras em direção ao continente. Daí partiram os maiores contingentes de negros escravos que auxiliaram na colonização do Brasil, cujos descendentes para lá voltaram, formando a elite dos *brazilians* ou *brésiliens*. O retorno ocorreu no século XIX, no momento em que a África entrava na sua fase de colonização propriamente dita. Disso nos dá notícia o geógrafo francês E. Réclus, em *Nouvelle Géographie Universelle - L'Afrique Occidentale*, mostrando que, por ocasião das medidas parciais abolicionistas, centenas de descendentes de negros, escravos do Brasil, se aproveitaram delas para regressar à mãe-pátria onde se entregaram ao comércio, seja como intermediários, seja como importadores. Fazem proveitosa concorrência aos negociantes europeus e, por suas alianças de família com indí-

genas, adquirem um predomínio numérico cada vez maior sobre todos os estrangeiros. Coincidência ou não, talvez até por influência dos *brésiliens* e *brazilians*, vários países adotavam, como cores de suas bandeiras, o nosso verde e amarelo (Benin, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Senegal e Togo). Essa colonização negra ou mestiça brasileira se fez sem a intervenção de um Estado colonialista. Ela foi, sobretudo, bem mais voluntária e natural do que a colonização negro-estadunidense na Libéria.

No século XIX, quando começaram nos Estados Unidos os movimentos pró-abolição da escravatura, pensou-se em fundar, na África, uma pátria para o escravo liberto. Em 1821, mediante acordo com chefes nativos, a *Sociedade Americana de Colonização*, organização filantrópica, se instalou no Cabo Mesurado (nome dado pelo português Pedro de Cintra, em 1441), onde atualmente se encontra Monróvia. Em 1822, chegaram os primeiros negros repatriados dos Estados Unidos pelo branco Jehudin Ashmun, o fundador da Libéria, cuja independência propriamente dita só seria

proclamada em 1847. A partir daí, tem início o declínio desse país, espécie de *vazadouro* de negros repatriados, que se autodenominam amérigo-liberianos, voltando o desenvolvimento quando foi feito o acordo com a Firestone dos Estados Unidos, que lá começou, no início do século XX, a plantação de seringais.

Atualmente, a borracha se constitui na principal exportação da Libéria, país comandado por 35 tribos de descendentes dos negros repatriados, dominando 26 grupos tribais, dentre os quais os *mandingas*,⁶ cuja identidade cultural e prestígio se encontra no passado histórico, como descendentes de *Sundiata Keita* do lendário Império Mali.

As famílias amérigo-liberianas formam pequena elite fechada que, na prática, ainda hipotecam lealdade à bandeira dos Estados Unidos, têm no dólar a moeda corrente e, no capitalismo, o sistema econômico. Até a

⁶ Vieram também elementos desse grupo para o Brasil, onde o termo *mandinga* significa feitiço, pois esses negros, embora miscigenados com bérberes e etiopes de influência maometana, mantiveram num sincretismo o seu fetichismo.

década de 80, usavam colarinho duro e casaca em todas as cerimônias oficiais. Os uniformes de seus policiais, copiados da polícia nova-iorquina, possuem braçadeiras com estrelas e listras, bem como chapéu de abas largas das tropas estaduais. Eles saíram das senzalas e se instalaram nas casas-grandes, na opinião de Ben Watfore,⁷ professor em 1970, por um ano, na Monróvia — os negros da Libéria estão onde estavam em 1865. Querem ser americanos e brancos, pois um dos artigos de maior consumo é o creme embranquecedor. Chocado com o que viu, aponta o tribalismo local e classifica a Libéria como o país onde netos de escravos oprimem os nativos, muito embora a Libéria tenha sido o primeiro país da África Negra a ocupar uma cadeira na ONU e a liderar o movimento que resultou na formação da OUA (Organização da Unidade Africana), em 1963.

Como a maioria dos países africanos, a antiga Costa da Pimenta, produtora, no passado, da malagueta, não fugiu à insta-

bilidade, sobretudo a partir da década de 80. Assim, a guerra civil na Libéria, além do intenso morticínio, provocou a intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África (1990). Não conseguindo que fosse respeitado o acordo do cessar-fogo pelos três grupos armados, a própria intervenção da ONU não chegou a reduzir os combates. Nesse setor esfacelado geopoliticamente, a Serra Leoa, também fundada por escravos libertos, é dos países mais pobres do mundo, instalado em território que concentra ricas reservas diamantíferas. Não fugindo ao caos do tribalismo, sua história política vem se caracterizando por golpes e contra-golpes, impondo ao país, sobretudo desde 1992, a mais variada gama de diretrizes.

A balcanização da África Ocidental, por um lado, e a intercomunicação com o Brasil e os Estados Unidos, por outro, suscitaria o Pan-Africanismo, que teve em Kwame Nkrumah um dos líderes carismáticos e mentor da independência de Gana. No entanto, o tribalismo também falou mais alto, fazendo com que as várias tentativas de reagrupamento regional viessem a

falhar após a independência, mesmo diante de Leopold Senghor, um dos paladinos do chamado *socialismo africano*.

Os *expedientes da História*, aí surgidos por obra do colonizador europeu, vêm também se enfrentando nas questões de fronteiras, sempre prontas a promover confrontos — Burkina Fasso/Mali; delimitação litorânea entre o Senegal/Guiné-Bissau.

Visto no mapa, o Senegal destaca logo o embate geopolítico, pelo litoral alternado com a presença do enclave da Gâmbia, sobrevivendo esta da plantação de amendoins e, mais recentemente, pela procura de turistas negros dos Estados Unidos, para visitarem a aldeia de Jufure, desde que Alex Halley escreveu *Raízes*, localizando aí seus ancestrais, que aparecem nas primeiras páginas do livro.

A Guiné-Bissau, contornada e cobiçada por países francófonos, viu-se ultimamente tentada a abandonar o idioma português de seus colonizadores. Sua única aproximação com a língua se faz com Cabo Verde, república instalada num arquipélago em pleno Atlântico, composto por ilhas vulcâ-

⁷ O Globo, 27 de abril de 1980.

nicas. Esse miniestado insular, menor que o Estado do Rio de Janeiro, se estrutura em uma população composta por 2/3 de animistas, ou superficialmente cristianizados, e 1/3 de islâmicos. Os *balantas* formam a tribo mais numerosa (30%) à qual se liga a família

É, porém, na Nigéria, onde o termo brasileiro é sinônimo de *católico* e Lagos topônimo que se mantém no idioma português, que se nota a maior aproximação com o Brasil, a despeito da britanização do *Silva* para *Silver* e do *Augusto* para *Agusto*. É o desempenhar o papel de irmão maior, ou guia do subcontinente negro, dentro do chamado *messianismo geopolítico*.

África Central

Com uma área de 5.368.000km², caracterizada pela Bacia do Congo, a

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Camarões	Yaundé	475.000	12.000.000
República Centro-Africana	Bangui	622.980	3.000.000
Congo	Brazzaville	342.000	2.400.000
Gabão	Libreville	267.670	1.000.000
Guiné Equatorial	Malabo	28.000	400.000
S. Tomé e Príncipe	São Tomé	960	120.000
Chade	Ndjamena	1.284.000	6.000.000
República Democrática do Congo (ex-Zaire)	Kinshasa	2.345.410	35.000.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

20 Cabral,⁸ formando a força principal contra os portugueses. Não foge, na atualidade, ao tribalismo por ter, dentro de suas fronteiras, os *manjaks*, com grande influência dos *mandingas* islamizados e dos ocupantes do interior que, embora em minoria na Guiné-Bissau, retardaram a independência, por serem aliados dos portugueses.

⁸ Amílcar, o artífice da independência nacional, assassinado um ano antes, foi substituído por Luís, seu meio-irmão e primeiro presidente do país.

país mais importante da África Ocidental e porta bem mais aberta para o Brasil que Guiné-Bissau e Cabo Verde, integrantes da Comunidade Lusófona.

Tratando-se do gigante da África Ocidental, embora menor que o Mali, tanto por sua área equivalente à do nosso Nordeste, quanto por seu efetivo populacional. Pela massa crítica (área e população), a Nigéria é apontada como um dos pólos geopolíticos do Atlântico Sul, o que a leva, como potência regional, a procurar

Africa Central reúne cerca de 63 milhões de pessoas em oito países, dentre os quais, pela área, população e posicionamento, tem maior destaque a República Democrática do Congo.

Aí, quando da partilha política no século XIX, por comparação com a Europa Central ou *Mitteleuropa*, pretendida pelo governo de Berlim, dentro das diretrizes geopolíticas do espaço vital ou *lenbensraum*, a Alemanha definiu-a como a sua *Mittelafrica*. Tratava-se, pois, do espaço africano que

ela pretendia para obter uma faixa do Atlântico ao Índico, através das já suas colônias Camarões-Tanganica.

Para pôr fim a essas pretensões, diante das exigências da França, como potência, de um lado, e de Portugal, invocando seus direitos históricos, o Congresso de Berlim se viu na contingência de criar uma unidade-tampão no Estado Livre do Congo, entregando-o, sob tutela, ao rei dos belgas. Tal criação geopolítica-hidrográfica, referenciada pela bacia convencional do Congo, punha também um freio aos planos do governo de Paris da dorsal Congo-Brazzaville/Nilo. Tal sonho que se tornaria ainda mais utópico, com a criação dos também Estados-tampões de Ruanda e de Burundi, unidades interlacustres integradas à África Oriental. O incidente de Fachoda demonstrava, em 1899, a França definitivamente da empresa.

Maior país do continente, o Zaire, nome que o Congo Belga tomou após a independência (1960), com sua floresta pouco acessível, era, na realidade, uma unidade econômica dependente — um autêntico Estado mineiro, com área que corresponde aos nossos

estados do Pará e Amazonas unidos.

Nesse país, a palavra colonialismo tomou um sentido pejorativo. Transformou-se num nacionalismo radical, que procurou até ocultar a origem européia colonizadora, trocando topônimos. Assim, sua capital Leopoldville transformava-se em Kinshasa, Stanleyville virou Kissangani, Costermansville passou a ser Bukam etc. O nacionalismo, no entanto, não livrou o país do tribalismo, não o poupan- do do separatismo, a despeito da unidade geográfica fazê-lo confundir-se com a Bacia do Congo, bacia cuja foz divide com Angola, através do enclave de Cabinda, que lhe sufoca sobremaneira, o já exíguo litoral que possui no Atlântico. Compartilha também a bacia central lacustre do Alberto, Eduardo, Kivu e o pequeno setor do Tanganica com países interiorizados — Uganda, Ruanda e Burundi,

expedientes da história

colonial marcada pela rivalidade européia.

Zaire é topônimo originado de *Nzadi*, corruptela do português no dialeto kikongo, significando rio que se alarga no interior. De fato, a República Democrática do

Congo se avantage no interior, envolvida no centrifugismo geopolítico, caracterizando-se potencialmente pela balcanização, quer no contexto geográfico, quer no etnográfico. Assim, o separatismo se fez sentir aí, logo após a Independência, em 1960, e se repetiu em 1978, na Província do Katanga, depois denominada Shaba, região que divide com a Zâmbia no chamado *Cooper Belt* ou *Cinturão do Cobre*, que compõe a metade dos recursos do país.

Sufocando o processo de luta sangrenta, o separatismo não está de todo descartado também no Norte-Kivu, na fronteira oriental, em região montanhosa, isolada do restante do território, por falta de comunicações terrestres, e bem mais voltada para o complexo lacustre do interior continental. O secessionismo impediu a união do antigo Zaire com Ruanda e Burundi nessa área em questão.

Chegando ao poder em 1965, o então Coronel Sesse Seko Mobuto, feito depois marechal, manteve o seu poder ditatorial nesse mosaico tribal — poder num barco sempre à deriva, pois, com o término da Guerra Fria e a derrocada do mar-

xismo em Angola, o país perdia o prestígio de seu posicionamento para os ocidentais, posicionamento que os levara a construir aí a *OTRAG (Orbital Transport und Rebeten Aktiengesellschaft Germany)*, espécie de base para a OTAN fazer frente à presença russa na Tanzânia e à cubanização de Angola.

Laurent Kabila, que ocupou o poder em maio de 1997 sem se livrar da guerrilha, começa a dirigir um setor africano regionalmente importante. Trata-se do maior país do continente, cuja instabilidade se reflete em outros nove que com ele fazem fronteira. Seus ricos depósitos de ouro, diamante, manganês, zinco, cobre e cobalto poderão provocar-lhe o esfacelamento, em face da cobiça internacional, reflexo da política norte/sul de blocos econômicos. Poderá ser inundado por refugiados, tal como ocorreu com os *tutsis* e *hutus* de Ruanda e Burundi e de rebeldes, em particular angolanos, que acabaram por provocar a destruição da ferrovia de Benguela, o caminho mais curto entre a região mineira congolesa e o Atlântico. Por outro lado, por necessidade norte/sul

regional, sua vizinha Zâmbia e, por continuação, o Zimbábue, assolados pela seca, muito lucrariam se participassem da vasta rede de irrigação da Bacia Central lacustre, que transformaria todo esse *hinterland* em área agricultável, celeiro do continente flagelado pela fome.

Aí, nas imediações do enclave da Guiné Equatorial, ao qual também pertence a ilha de Fernando Pó, africanizada com o nome de *Bioko*, se destaca para o Brasil, pelo idioma português, a República Democrática de São Tomé e Príncipe num arquipélago vulcânico, o menor país do continente.

Esse país-arquipélago, que foi entreposto de escravos, de deportação de judeus e sentenciados às galés, tornou-se independente em 1975 sem escapar da instabilidade dos golpes e contragolpes. Após o plebiscito de 1990, aprovava o multipartidarismo por 71,9%. Elegiase, no ano seguinte, presidente da república parlamentarista, Miguel dos Anjos da Cunha de Lisboa Trovoada, integrando-se as duas ilhas na Comunidade Lusófona.

África Austral

Com cerca de 6.000.000km², esse setor do continente africano esteve, por muito tempo, isolado da África mais ao norte, pela presença da vasta floresta que se estende ao longo da linha equatorial, tal como ocorre na Amazônia sul-americana.

Aí, a colonização inicial foi portuguesa, caracteristicamente para a simples obtenção de pontos de escala na rota das Índias para seus navios no Cabo, com apoio nas costas opostas de Angola e Moçambique. Aos poucos, a empresa de navegação foi passando para os holandeses e ingleses que, ao contrário dos portugueses, se estabeleceram em sociedades locais no extremo austral africano.

Os estabelecimentos coloniais iriam atrair tribos negras vindas do norte através dos altos planaltos da África Oriental. O movimento migratório provocaria, no início do século XIX, uma série de conflitos, sobretudo com a chegada dos *ngunis*, grupo lingüístico bantu formado por subgrupos — *zulus*, *shosas* e *suazis*, estes superpostos a grupos negros autóctones tribalmente complexos, ao lado de europeus — holandeses, ingleses, alemães e

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Est. 1992)
África do Sul	Pretória/Cidades do Cabo	1.221.073	40.600.000
Angola	Luanda	1.246.700	8.500.000
Botsuana	Gaborone	570.000	1.200.000
Lesoto	Maseru	30.360	1.700.000
Malaui	Lilongwe	118.000	9.400.000
Moçambique	Maputo	800.000	16.100.000
Namíbia	Windhoek	825.000	1.600.000
Suazilândia	Mbanbre	17.364	750.000
Zâmbia	Lusaka	746.000	8.400.000
Zimbábue	Harare	390.000	10.000.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

portugueses — que esfacelariam geopoliticamente a região. Região que, em semicírculo, do Atlântico ao Índico, indo de Angola, passando pela Namíbia e África do Sul, e chegando a Moçambique, passava, na desagregação, a contar com o número maior de enclaves do continente — Zâmbia, Botsuana, Zimbábue, Malaui e os miniestados do Lesoto e Suazilândia, todos sem saída para o mar.

O esfacelamento geopolítico ocorreu numa área que, desde os primórdios da era moderna, havia demonstrado importante posicionamento geoestratégico na bioceanidade dominada pela Passagem do Cabo. Daí haver sido palco de manobras durante o século XX no confronto da Guerra Fria, ocasião em que se destacou o bastião ocidental formado

pela República da África do Sul, cujo *apartheidismo* transformou-se no triunfo que o bloco comunista agitava na ONU, para vê-la desestabilizada com um governo negro — governo negro que se transformaria em mais um títere de Moscou, tal como ocorreria com Angola e Moçambique. Tal situação de confronto retardaria a independência da Namíbia que, para os ocidentais, estava bem mais segura sob a tutela da República da África do Sul e, por outro lado, concorreria para a formação dos *Países de Frente*,⁹ contra o governo de Pretória, para a desestabilização regional.

A desestabilização e a *balcanização* coibia o sonho de Peter Willem Botha de formar uma *constelação de Estados* nesse vasto *hinterland* de Estados-tampões e enclaves, porém dotado de

potencial mineral e agrícola, cuja exploração e comercialização encontrava entra- ve no traçado fictício das fronteiras políticas — linhas fictícias que, antes de Botha, Cecil Rhodes procurava anular em seu projeto de união Cabo-Cairo, já no século XIX.

Com o término da Guerra Fria e a formação do Eixo

⁹ Durante a Guerra Fria procuravam, esses países, a fim de coroar o isolamento que a ONU impunha à República da África do Sul, constituir, em 1980, o SADCC (Southern African Development Coordination Conference), sem grande sucesso. Isso porque os países em questão repartiam os mesmos problemas — meios de produção obsoletos, mão-de-obra pouco qualificada e mercados restritos. Como múltiplo vetor bioceânico, já na categoria de nação emergente, mesmo punida pela ONU, a República da África do Sul sobreviveu impondo sua moeda na área do Rand.

Norte–Sul que resultou na Comunidade Econômica Européia, depois do Tratado de Maastricht, denominada União Européia, todo esse potencial espaço subsaárico, subtraindo-se a República da África do Sul, voltada a se envolver com as antigas metrópoles mediante as convenções assinadas em Lomé. Num neocolonialismo previamente acordado, a África Subsaariana, dentro da conjugação de espaços previstos por Haushofer, em 1937, se transformava no *sul* fornecedor de matérias-primas para alimentar as indústrias do *norte*, com tecnologia avançada, mas sem espaço vital. Esboça-se, pois, mais uma fase de interdependência dentro da independência.

Na África Austral, Angola é o maior país com importância geopolítica, por se constituir na soldadura entre o Zaire e a Namíbia nesse conjunto geoestratégico dominando a Passagem do Cabo. Esse fato levaria o Kremlin, no cumprimento da Doutrina Gorskov de envolvimento da OTAN pelo sul, a transformar Angola numa espécie de *satélite por controle remoto*, graças à presença,

desde 1976, de tropas cubanas no país.

A luta pela independência em Angola que, no movimento separatista do Brasil (1822) procurou ligar-se a nós, teve início em 1961, estendendo-se até 1975. Essa luta teve continuidade na guerra civil, quando três grupos étnicos se transformaram nos pivôs de movimento tribais ambicionando o poder, tribalismo que se esconde sob siglas partidárias: o MPLA (Movimento pela Libertação de Angola), da tribo dos *kimbundos*, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), da tribo dos *ovimbundos*, e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), da tribo dos *kongos*. Foram elas, justamente, as três tribos que, no período colonial, do comércio triangular Brasil/Portugal/Angola, participaram do *affaire* como caçadores e negociantes de negros escravos. Daí, Angola ser considerada a mãe do Brasil, sabendo-se que foram esses *sobas* ou *régulos*, chefes de tribos negras comerciantes de escravos, os que mais contribuíram para a desestruturação geopolítica da África e, sobretudo, para sua

colonização tardia, visto que a ocupação européia se manteve periférica. No caso específico de Angola essa ocupação centralizou-se no Vale do Cuanza, onde hoje Luanda é a sede do governo, nas mãos do MPLA desde a independência.

Com a morte de Agostinho Neto, José Eduardo Santos está no poder desde 1979, apoiado pela sempre marcante presença das tropas cubanas, formada por 20 mil militares chegados em 1980 para enfrentar a guerrilha da UNITA que, no entanto, nunca foi sufocada. Com o fim da Guerra Fria o país mostrava-se praticamente devastado, com o próprio desmantelamento das transações comerciais, feitas bem mais pela *candonga*¹⁰ ou troca de mercadorias, substituindo a moeda nacional.

Com a retirada das tropas cubanas, o governo de Luanda não teve alternativa que a de aceitar o pluripartidarismo, com 28 agremiações para levar o país para a *democracia*. No en-

¹⁰ No Brasil, esse termo, originário do idioma *quimbundo* significa fazer intriga; em Angola, além de lisonja enganadora, denota ainda o *fazer-se contrabando de gêneros alimentícios*.

tanto, estourava um escândalo, em 21 de agosto de 1992, quando o jornal português *O Independente* divulgava que a campanha de José Eduardo Santos, subvencionada por Paulo Jacinto do Nascimento, tinha conexão com o esquema P. C. Farias, no Brasil, que, pela corrupção, redundaria na queda do governo Collor. Descobriu-se, então, que Paulo Jacinto do Nascimento era funcionário de P.C. Farias e que, por meio da empresa Propeg, de Cláudio Vieira, manobrara o pleito. O escândalo, ironicamente denominado *Angolator*, mostrara um financiamento feito por *contas fantasma*s, que utilizavam parte do dinheiro da venda dos 40 mil barris diários de petróleo destinados à Sacilda-OB, estatal angolana com escritórios de representação no Rio de Janeiro. Assim sendo, embora Santos tenha vencido no primeiro turno, com quase 50% dos votos, não foi realizado o 2º turno, reiniciando-se a Guerra Civil.

Nesse conflito, Huambo (antiga Nova Lisboa), reduto dos *oveimbundos*, a tribo de Savimbi, lutando contra o governo de Luanda, procura avançar para a costa norte,

na direção de Soyo, responsável por 30% da produção angolana de petróleo. Com o término da Guerra Fria, os Estados Unidos, que desde 1975 apoiavam a UNITA, voltaram-se, a partir de 1992, para o MPLA, levando esse partido no poder a abandonar a economia centralizada marxista e, sob a tutela do FMI e do Banco Mundial, desvalorizar a moeda nacional, o *cuanza*, privatizar fazendas de café e proteger o capital estrangeiro.

Além da instabilidade política que fomenta a guerra civil, Angola também se vê às voltas com o problema de Cabinda, seu território descontínuo na foz do Congo. No passado das conquistas, a diretriz portuguesa foi sempre a de obter um ponto de apoio na foz de um rio, que lhe viesse facilitar o intercâmbio com o interior. Conseqüentemente, em se tratando de Cabinda, esse enclave na foz do Congo teve o mesmo enfoque geoestratégico que o da Colônia do Sacramento, no Prata, hoje uma cidade do Uruguai. Por isso Cabinda, em sua união com Angola, talvez tenha os dias contados, já que tanto a República Democrática do Congo como o Congo têm interesse

no secessionismo. Mas, se tal vier a ocorrer, os dois países vizinhos tratarão de pleitear ou realizar sua anexação. Em um desentendimento, uma intervenção externa poderá fazer surgir mais um miniestado na África.

Cabinda, pobre em defesa militar, é um território rico em recursos econômicos. O enclave é o responsável pela produção de 60% do petróleo de Angola, representando 90% das receitas de exportação do país devastado pela guerra. Numa baía correspondente a nossa Guanabara, diante do enclave, encontra-se a supercidade do Malongo, construída pela *Cabinda Gulf Oil*, associação que reúne Angola e a *British Petroleum*. Inclui-se ainda, em suas atividades econômicas, jazidas de ouro ainda inexploatadas, de fosfato, mercúrio e diamantes. Possui o maior rebanho caprino da África Austral, enquanto sua agricultura de meio porte produz banana, café, cacau e milho.

A luta pela separação é efetuada por guerrilheiros da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), organização político-militar criada em 1963, organização que também não foge ao

tribalismo, pois se divide em três facções: a FLEX/FAC, radical, bem-aparelhada, apresentando-se como a defensora única da independência; a FLEC/Interior, de tendência pacífica, mas que, embora considere desnecessária a violência, admite a guerrilha como meio de pressionar o governo de Luanda; e a FLEC/Renovada, de liderança conciliadora, procurando manter entendimento entre as alas.

País inviável, Cabinda tem sua independência ameaçada pelos vizinhos, enquanto Moçambique, na área ribeirinha do Índico é tido como país improvável dentro do enfoque geopolítico, com os seus 3.000km de litoral alargando-se e retraindo-se em direção à fronteira terrestre. Deve essa sua característica à ocupação portuguesa iniciada em 1526, em Sofala, através do Zambeze. Aí surgiram os *prazos*, correspondentes às capitâncias no Brasil, onde, bastante mestiçados, os *prazeros* se transformaram, no século XIX, nos barões negreiros adversários dos portugueses.

Caberia à geografia complementar a ocupação

inicial, já que os eixos fluviais, dispostos ao longo do território moçambicano de leste para oeste, transformaram-se em obstáculos na circulação norte-sul, e, ao mesmo tempo, em eixos estanques de concentrações populacionais, que as ferrovias, em 1894, procuraram tardivamente corrigir.

A falta de unidade imposta pela geoistória, mostraria um contraste no movimento de independência bem mais coeso em Moçambique do que em Angola. Surgiu com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), dirigida pela personalidade marcante de Eduardo Mondlane, assassinado em 1969, e logo substituído por seu lugar-tenente Samora Machel. Ambos do sul, foram chefes da guerrilha instalada no norte, onde a tribo *makonde*, da fronteira com a Tanzânia, contou sempre com apoio do TANU (*Tanganika African National Union*). Imperava o ideal unionista com os *makuas*, mas não contaram com o apoio estratégico dos *shona*, estabelecidos no corredor da Beira, onde o braço armado da RENAMO (Resistência

Nacional Moçambicana) passaria a ser oposição após a independência.

Assim, Moçambique também se inclui no tribalismo, a marca quase que registrada da África Subsaariana, como impasse entre a RENAMO, do líder direitista Afonso Dhlakama, e a FRELIMO, de Joaquim Alberto Chissano, oriunda do marxista Samora Machel. Observe-se que, com o término da Guerra Fria, o tribalismo substituiu a ideologia no fomento às guerras civis, nas quais a ONU vem se mostrando impotente e, no caso de Moçambique, desde 1992, quando para lá enviou o seu contingente de paz, comandado pelo brasileiro General Lélio Gonçalves da Silva.

Em consequência, a economia do país, seguindo o instável parâmetro político, está desorganizada, enquanto as privatizações, impostas pelo Banco Mundial e o FMI, deixam o poder instalado em Maputo incapaz de atender às necessidades básicas da população dessa república parlamentarista com forte chefe de governo e que, como Angola, conta com mais da

metade de analfabetos e ainda tem no primeiro verso de seu hino a marca da luta de classes: *Avante operários e camponeses na luta contra a exploração.*

África Oriental

duziram, até os asiáticos, intodutores da rizicultura, aos quais vieram se juntar os colonizadores franceses.

Nas imediações de Madagascar, outros três países insulares — Maurício, Comores e Seychelles, ainda

que, com a Cornucópia Africana, se constituem nas áreas do setor negro que mais se aproximam dos árabes.

Fazem parte da África Oriental cinco países que o *shuahili* não conseguiu unir.

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Burundi	Bujumbura	27.830	5.200.000
Quênia	Nairóbi	555.000	24.000.000
Tanzânia	Dodoma	940.000	26.900.000
Uganda	Campala	237.000	18.700.000
Ruanda	Kigali	26.340	7.400.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

O Canal de Moçambique, com 1.800km de comprimento e 450km em sua maior largura, separa a maior ilha local (587.000km²) do continente. Vivem aí, também dentro do tribalismo, os *merinas*, *sakalavas* e *betsileos*, integrando os onze milhões e meio de habitantes da República Democrática de Madagascar. Zona de transição, em meio às cinco regiões geopolíticas da África, essa ilha se constitui na ponte entre o continente a que pertence e a Ásia. Recebeu, assim, povos de origens diferentes, desde os naufragos que os ventos e correntes para aí con-

em face da presença dos Estados Unidos, em Diego Garcia, e dos franceses, em Tromelin. Foram essas ilhas, no passado, trampolins para a África Oriental, onde representavam, através do *suahili*, importante papel na unidade lingüística local.

O *suahili* tem por base o dialeto negro *bantu*, fortemente mesclado ao árabe, em função do contato comercial, cuja principal mercadoria era de negros escravos. Foi, assim, a língua oficial no império comercial, comandado pela Ilha de Zanzibar, e vetor do islamismo na África Oriental

A África Oriental corresponde ao *Rift*, ou seja, a região das grandes fossas tectônicas, ocupadas por vários lagos, onde o tribalismo também se impõe. Isso desde os pequenos enclaves de Ruanda e do Burundi, onde os *hutus* do grupo *bantu*, vindos da Bacia do Congo, e os *tutsis*, provenientes da Etiópia, lutam entre si para a tomada de poder.

Ruanda, com 90% de *hutus*, é país governado por essa tribo, mas contando com a oposição dos 9% de *tutsis*. Essa minoria, formada por grupo de estatura elevada, procurou sempre, fato notado desde a era da

exploração científica do século XIX, dominar os *hutus* de cultura mais primitiva. Assim, no contexto atual, os *tutsis*, reunidos na Frente Patriótica Ruandesa (FPR), são considerados rebeldes, mas se constituem na *elite* dos criadores e, como *aristocratas* se colocam contra os *hutus* (palavra que significa servo), já que conseguiram o poder político no vizinho Burundi.

Diante do fracasso da intervenção estadunidense na Somália e da própria ONU (*Operação MINUAR — Missão das Nações Unidas para ajuda à Ruanda*) no conflito que ocorre nesse *país das mil colinas*, a Guerra Civil tornou-se cada vez mais cruenta. Assim, em junho de 1993, a França resolia aceitar o alto risco, não só porque Ruanda, colonizada pelos belgas, tem no francês uma de suas línguas oficiais, como os

franceses contam com tradição na área, desde 1990, quando a crise ameaçava explodir.

A crise é mantida pelo *apartheid* de uma só cor que *balcaniza* o Burundi, reforçando a situação dos tempos coloniais, quando os valões da Bélgica passaram a apoiar os *tutsis* e os flamengos puseram-se a proteger os *hutus*.

Embora as duas tribos em luta falem a mesma língua e sejam cristãs em maioria, só convivem dentro do *apartheid*. Mas, enquanto o Vaticano se bate pela proteção às populações massacradas, dentro do conceito de *ingerência humanitária*,¹¹ o CMI (Conselho Mundial das Igrejas), que liga 324 igrejas cristãs em mais de 100 países, mostrou-se contrário à intervenção francesa.

A instabilidade deve atingir também a Tanzânia, pois o TANU, de Julius Nyerere, no poder desde 1965, viu este retirar-se da vida pública em 1990. Os problemas já podem ser vislumbrados pela Emenda Constitucional de 1992 que, pretendendo levar o país para o pluripartidarismo, impõe a condição de que as agremiações políticas não

preguem o tribalismo e o separatismo, itens que, por certo, não serão respeitados.

O tribalismo afeta também o Quênia, cujos problemas econômicos são agravados pela seca e entrada de refugiados somalianos e *hutus* dos países vizinhos, em guerra civil.

Cornucópia Africana

A Cornucópia Africana ou Grande Somália, assim chamada por ter sido habitada, em sua maior parte, pelos somalis, é geograficamente formada por um triângulo irregular, com vértice ocupado pelo Cabo Guardafuí. Impropriamente chamada de *chifre da África*, a região não conseguiu integrar-se com a Etiópia, em face do colonialismo, ou seja, a ocupação de vasto litoral que vai do Estreito de Bab-el-Mandeb até o Índico, pelos franceses, ingleses e italianos. O ideal é hoje ainda mais utópico pois, se a Grande Somália fosse objetivo da Etiópia, iria contar com a franca oposição do pan-arabismo, de um lado, e do fundamentalismo islâmico instalado no Sudão.

Encontra-se aí, pois, intrincada zona de atrito, de fronteiras mal delimitadas e etnicamente desajustada.

28
 11 O documento do Conselho Pontifício para a Justiça e Paz, divulgado em 21 de junho de 1993 pelo Vaticano, aceita como moralmente válida a legítima defesa mediante o uso de armas para proteger a vida de populações inocentes em todo o mundo. A *ingerência humanitária* se coloca, pois, acima da soberania das nações, quando se trata de acabar com conflitos étnico, e nacionais.

PAÍS	CAPITAL	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Est. 1992)
Djibuti	Djibuti	23.000	484.000
Eritréia	Asmara	117.400	3.400.000
Etiópia	Adis Abeba	1.100.000	50.000.000
Somália	Mogadício	637.000	7.500.000

Fonte: *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris, 1993

À ocupação européia juntar-se-ia o *expediente da história* constituído pela Eritréia que, em 1952, passava a ser um Estado federado da Etiópia, transformada, em 1962, numa simples província. Daí a luta, desde 1965, contra o poder central desse território à beira do Mar Vermelho, onde coabitam cristãos e muçulmanos, que se transformou num novo país africano em maio de 1993.

São também cristãos cerca de 60% dos etíopes, vivendo em território interiorizado a 1.800 metros acima do mar, um autêntico bastião da cristandade, cercado por muçulmanos hostis, nas terras mais baixas. É essa a feição geral da Etiópia, que se considera a *Terra Santa do Povo Eleito* ou a *Israel da África*, cuja história remonta a 3.000 anos antes de Cristo. Dentro do contexto geopolítico, constitui-se numa abertura tradicional para a África Subsaariana — Sudão, já em zona de transição, Quênia e

República Democrática do Congo.

Perdido seu litoral, autêntico balcão debruçado sobre o Mar Vermelho e a Península Arábica, impõe-se para o continente mais uma incógnita: até quando a Etiópia ficará conformada como Estado interiorizado? Estado tendo que continuar a se valer, com mais intensidade ainda, do miniestado de Djibuti, muitas vezes convulsionado pela rivalidade entre *afars* e *issas* e que, embora de exíguo *hinterland*, é importante escala marítima e porta de entrada dos etíopes — enclave que preferiu se separar da Somália, um dos países mais pobres e atrasados do mundo, nascido em 1960, carecendo de estruturas políticas e administrativas, perdido no emaranhado do sistema tribal.

No entanto, por seu posicionamento geoestratégico, de chave no golfo de Aden e Mar Vermelho, e porta de acesso ao Índico na rota do petróleo para o

Occidente, transformaram essa Somália numa *pobre cobiçada*, que se vendeu aos Estados Unidos, mas que, ante a indecisão de Carter, passava a ser um *Estado da KGB*. Somália que vem se empobrecendo cada vez mais com as lutas tribais, levando a ONU a uma ineficaz intervenção (1992-93). A Somália, disputando com a Etiópia o Deserto de Ogaden, que lhe é limítrofe e que, em 1977, provocou uma guerra entre os dois países, não se encontra imune ao secessionismo, já que o setor colonizado pela Inglaterra procura se desligar do sul, de colonização italiana, para se transformar na *Somaliland*, com seu milhão de habitantes, numa área de 176.000km² comandada pela capital em Hargeisa.

Curiosamente, esse secessionismo subsiste numa Somália habitada nas duas regiões por somalis islâmicos, mas que se dividiram em tribos e clãs por influência da Arábia Saudita e do

Iraque. Assim, a guerra civil e os efeitos da seca fazem grassar a fome nesse país, que discute se deve oficializar, como língua oficial, o árabe ou o somali.

O somali não tem sido suficientemente forte, embora falado em todos os países da Cornucópia Africana e norte do Quênia, para unificar a região onde o árabe procura se impor.¹² O conflito lingüístico se estende para o religioso, pois os etíopes, de crença cristã copta ou ortodoxa, tudo fazem para impedir a islamização, mesmo que essa política venha sendo levada a efeito pelos fundamentalistas instalados no Sudão contra populações cristãs de sua província meridional.

CONCLUSÃO

O traçado fictício de fronteira, acordado pelas

potências européias no século XIX, mantém a marca de suas consequências na África Subsaariana, proporcionalmente a região mais subdividida geopoliticamente no mundo.

Em função do tribalismo, inexiste o nacionalismo no sentido exato da palavra. Assim, com o processo imaturo da independência, a liberdade se encontra em declínio. Pelos fatos políticos ocorridos, muito concorre não terem os países conseguido estabelecer objetivos comuns quanto ao apoio à segurança internacional, ao crescimento econômico e aos direitos humanos. Conseqüentemente, os ditadores se perpetuam no poder ou manobram pretensas eleições, conscientes de que podem desrespeitar as regras internacionais ante a inoperância da ONU.

Um desses ditadores, Joseph Sesse Mobuto, tomou o poder em 1965, refugiado em seus palácios ou num iate que navegava pelo Congo e cuja morte lançaria o Zaire num *barril de pólvora*. É o que indica a existência no país de cerca de 250 povos espalhados

em 11 províncias ao lado de um exército indisciplinado e sem unidade. Surgirá então uma outra Libéria onde clãs armados

se envolvem em guerra fraticida, que se mantém latente em Angola, pois Jonas Savimbi não permite que seus guerrilheiros desponham as armas.

Na África, as camarilhas dirigentes, que herdaram países demarcados pelos colonizadores, se servem do poder em benefício próprio. E, nesse contexto, um golpe militar acabou com o sistema democrático no Niger (janeiro de 1996), enquanto no mês seguinte soldados descontentes quase provocaram a queda do presidente da Guiné. Em contrapartida, com diferentes graus de garantia, se realizavam eleições no Benin, Zimbábue e Serra Leoa.¹³ Concluiu-se pois que, no contexto geral, a democracia continuará bem mais sob sombras do que sob luzes e, muito embora o continente tente fugir da periferia do sistema, ditaduras sufocam democracias, golpes impõem anarquias, enquanto a fome ameaça milhões que, abandonados por governos falidos, têm que buscar refúgio em outros países, procurando caminho próprio para a sobrevivência.

Assim, enquanto se propõe, para auxiliar economicamente essa África Subsaariana empobrecida, a condição de que ela adote o

¹² Devendo-se ressaltar que o credo de Maomé é a religião de maior crescimento na África, com a moralidade e a espiritualidade buscando posicionamento no atual contexto mundial, procurando substituir o arabismo nacionalista.

¹³ Nessa ex-colônia inglesa, o presidente eleito, Abimad Tejan Kabbah, foi deposto, em maio de 1997, por um golpe militar e posto sob controle do autoproclamado Conselho Revolucionário das Forças Armadas.

multipartidarismo que está longe de conseguir, a instabilidade vem sendo a tônica. A ponto de, das 13 operações de paz em andamento pela ONU em 1993, num total de 69 mil capacetes azuis, 440 estavam em Angola, para controlar e aplicar acordos de paz entre o governo e a UNITA, 250 em Moçambique, para desarmar facções e preparar eleições, enquanto 20.000 se instalavam na Somália, para supervisionar o cessar-fogo e proteger a ajuda humanitária para um povo que morria à míngua.

Enquanto isso, em Nova York, eram ouvidos 93 discursos (27 de setembro a 14 de outubro de 1993) para que se iniciassem as discussões rotineiras na ONU. Nessa sessão anual da Assembléia-Geral, falou-se de tudo, desde assuntos domésticos aos internacionais. Enquanto Clinton, pelos Estados Unidos, defendia uma atuação mais restrita da ONU, o Secretário-Geral, Boutros Gali, substituído, em 1996 pelo ganense Kofi Annan, alertava que os desafios do mundo não podem esperar.

Enquanto espera, a África Subsaariana passa, do confronto Leste/Oeste, para o neocolonialismo de um

Eixo Norte/Sul que já a envolveu, via Convenções assinadas em Lomé, a capital do Togo. Tudo isso foi caracterizado no discurso feito pelo Chanceler brasileiro, Celso Amorim, na abertura oficial da Assembléia-Geral da ONU, em 27 de setembro de 1993, quando alertou para as desigualdades, visto que a crescente desordem internacional que sucedeu a Guerra Fria se tornou uma justificativa para atos discriminatórios com repercussões nos países do sul.

Em se tratando dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), a tendência para uma nova aproximação com o Brasil e Portugal, através da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP), idealizada pelo embaixador brasileiro José Apparecido de Oliveira, procurava definir sua geoestratégia dentro das seguintes diretrizes: Cabo Verde, sem curso superior, sedaria a Universidade dos Sete; a Guiné-Bissau, contornada por países francófonos, e Moçambique, rodeada por cerca de 90 milhões de pessoas falando o inglês, seriam os bastiões da coordenação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa; S. Tomé e Príncipe

se ocuparia com a cooperação econômica empresarial; enquanto Angola, dominada pela mais longa guerra tribal, abrigaria o Parlamento da nova Comunidade.

Sobre essa geoestratégia, Fernando dos Santos Neves afirmava que seria um autêntico golpe de mestre para resgatar o tesouro que a União Européia, com interesses na África Subsaariana, via Convenções de Lomé, procurava convencer Portugal a abandonar. Mas que, textualmente, afirma o Reitor da Universidade de Humanidades e Tecnologia: *não há especiarias orientais, nem ouro do Brasil, nem milhões de europeus que substituam o projeto da CPLP* (in Jornal do Brasil, de 7 de julho de 1994). Mesmo sem o ouro e as especiarias, a Comunidade Lusófona nascia, em 17 de julho de 1996, em Lisboa, no Centro Cultural de Belém. Nascia, no entanto, sem a tão necessária aspiração comum, bem longe ainda de se definir.

Os anos 80 podem, pois, ser considerados, para a África Subsaárica, como a *década perdida*, com os países dependentes das exportações de bens primários vendendo suas economias

desabarem com a queda dos preços, sobretudo do café, cacau e cobre.

É a área onde a maioria das pessoas fica cada vez mais pobre. Nos anos 80 a renda *per capita* baixou quase 2% ao ano e, fora a diminuta élite, segundo o Banco Mundial, mais de uma pessoa em cada três vive na pobreza absoluta, mas que, nem por isso, se impõem a um planejamento familiar, já que a explosão demográfica é a mais alta do mundo, com a cifra de 3,2% ao ano. Nesse caminhar, pois, em menos de 25 anos, quase 30 nações africanas irão duplicar sua atual população. E, se na área subsaárica viviam, ao se iniciar a década de 90, cerca de 600 milhões de pessoas, deverá, no ano 2030, atingir a 1,6 bilhão.

O analfabetismo é tônica quase que constante e, segundo o UNICEF, os gastos com cada estudante diminuíram em quase 1/3, o número de matrículas nas escolas primárias reduziu-se de 79% para 67%, levando, em contrapartida, 1/3 dos que conseguem se diplomar a abandonar o continente.

Na década de 80, a produção de alimentos caiu a um nível 20% inferior ao da década de 70, com tendência a diminuir ainda mais na década de 90, em função das secas, da degradação do solo e do consequente avanço do deserto, além das guerras tribais que concorrem para a instabilidade. Segundo o UNICEF, 100 mil crianças morrem na África Subsaárica e outras 100 mil ficam incapacitadas

pela fome, já que a mandioca, o prato básico, é pobre em nutrientes.

A África Subsaariana é, pois, uma dessas áreas do Sul em ebulição, passando por um período de tensão, saída da Guerra Fria, para entrar na *Guerra Tépida*. Período que irá alterar seu mapa político ou modificar radicalmente as noções de nacionalidade e, no seu bojo, a de soberania. Isso porque a África Subsaariana é uma região caracterizada geopoliticamente por um conglomerado de países, não só fracos como heterogêneos, que tateiam para resolver equações nacionais ou regionais, porém, muito ligados, pelo *cordão umbilical da dependência*, aos centros metropolitanos do Norte, numa proposição moderna do neocolonialismo.



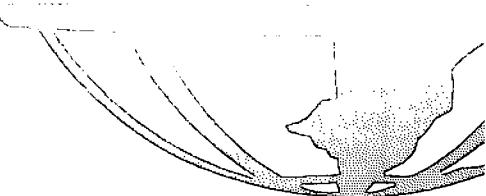
BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Delgado de. *África — Geografia social, econômica e política*. Rio de Janeiro, 1963.
- DECHAMPS, L'Afrique noire précoloniale. Press Universitaire de France, Paris, 1962.
- FELGAS, Hélio. *A maior guerra entre os africanos*. Nigéria Biafra, Serviços Gráficos da L.C., Lisboa, 1970.
- MELLO, William Agel de. *Uganda — o socialismo africano: o modelo da Tanzânia*. Thesaurus Editora, Brasília, 1990.
- MENDE, Tibor. *De l'aide à la recolonization — Les Lessons d'un échec*. Éditions du Seuil, Paris, 1972.
- SENGHOR, Henri Pierre Arphang. *20 Atlântico Sul e a África*. Conferência proferida na ESG, em 27 de julho de 1970. Indicativo C-90-I-70.
- WALKER, Sir Walter, General. *O urso à porta de trás — A ameaça soviética à linha vital do ocidente em África*. Editora Abril, Lisboa, 1979.
- WODDIS, Jack. *África: As raízes da revolta*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961.
- ZISCHKA, Anton. *África, reserva da Europa*. Ediciones Omega S.A., Barcelona, 1954.

A Engenharia Militar de Batina

Mário Mendonça de Oliveira*

O artigo apresenta bem-fundamentadas informações sobre a participação dos sacerdotes católicos no desenvolvimento da Engenharia Militar. Elas complementam, de forma ampla, as informações contidas no editorial da nossa edição janeiro/abril do corrente ano.



Entre os inúmeros paradoxos que marcaram a cultura barroca nos anos seiscentos e setecentos, alguns relacionam-se com as atividades bélicas e militares. Por exemplo: à enorme tensão do crescimento das cidades, contrapunha-se um sistema defensivo em profundidade, que asfixiava o crescimento da malha urbana; ao desenvolvimento da artilharia, que revolucionou a arte bélica, o menosprezo pelos artilheiros; também à Engenharia Militar, que criou nos exércitos os oficiais mais preparados intelectualmente, a

falta do reconhecimento das suas prerrogativas e do seu valor. A essas contradições poderíamos juntar mais uma: o papel importante do clero para as ciências militares, especialmente a poliorcética e a antipoliorcética, na formação da Engenharia Militar e também na arte da artilharia ou *ars tormentaria*.

Em primeiro lugar, convém lembrar que, sendo a Igreja Católica a força de maior influência na cultura do Mundo Ocidental desde a queda do Império Romano, acabaria inevitavelmente envolvendo-se com problemas do poder temporal, entre eles os bélicos, e foram homens de Deus, como Gregório Magno, que suporta-

ram a maré da barbárie com a força de sua fé e o fio da sua espada. Enquanto isso, nos mosteiros, os piedosos monges compilavam textos antigos de filósofos, cientistas, poetas, mas também velhos documentos que falavam das artes militares, como Vitrúvio, no seu livro décimo, *Políbio e Vegécio*, entre outros. Resumindo, o paradoxo do envolvimento de religiosos com os assuntos de Marte e, mais especificamente, com as doutrinas da engenharia militar é apenas aparente.

Por outro lado, valeria a pena tecer comentário sobre a origem da pólvora na Europa, fato que ocasiona uma verdadeira revolução nas concepções urbanísticas

* Professor da Universidade Federal da Bahia. Consultor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

e no desenho das cidades, na arte da guerra e, mesmo, no sistema de poder, como observa Munford.¹ Foi esse evento a alavanca principal da concepção das *urbis* seiscentistas e que, para neutralizar o efeito devastador das armas de fogo, aumentar a cobertura em relação a elas e tornar mais eficientes os aprofaches, foi fundamentada a ciência da Engenharia Militar, da qual nasceu a moderna engenharia, por isso mesmo chamada de Engenharia Civil. Assim, mesmo querendo uns que a pólvora tenha vindo dos chineses, por intermédio de Marco Pólo, querem outros que tenha recebido contri-

buições de pesquisadores de origem clerical, como o monge alemão Berthold Schwartz, no início do século XIV, ou de Roger Bacon em 1242 — este último, em virtude do seu texto latino cifrado (anagrama), que comportava a descrição do fabrico desse material. Acreditamos que os referidos ilustres alquimistas devem ter trabalhado na formulação de pólvoras, e tudo indica que sim, porém a sua aplicação nas bocas de fogo, pela documentação existente, parece mostrar que a *invenção infernal* chegou à Europa por meio dos árabes, já que, nos seus litígios com os iberos, dos quais a crônica faz referências, vê-se com freqüência os termos: *trons*, *tiros de ferro* e *tiros de trons*.²

Desde Roma Antiga até o Renascimento, os assuntos relativos à defesa das cidades e as fortificações eram confiados aos arquitetos, o que pode ser constatado através da historiografia da arquitetura, com uma simples vista nos tratados a ela relacionados, que vão de Vitrúvio à Idade do Humanismo. Podemos até destacar alguns, que deram ênfase muito grande ao assunto da arquitetura dita militar, como Francesco di Giorgio Martini, considerado por muitos como um dos primeiros tratadistas da Engenharia Militar.

A evolução da tecnologia de produção dos canhões, com crescente possibilidade de alcance e destruição, fez nascer, a partir do século XVI, a especialidade da

¹ MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Trad. Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itáliaia, v. 2, 1965, p. 459. Embora a independência feudal não pudesse resistir à centralização do poder em monarquias nacionais (e, nesse caso, a pólvora e o canhão contribuíram para a sua consolidação), a pólvora teve o efeito de dar aos aristocratas feudais uma nova posição privilegiada na vida, socorrendo-os da pressão da cidade murada; pois a pólvora aumentou o alcance, o poder e a mobilidade dos soldados profissionais — e a profissão das armas era a antiquíssima profissão do chefe feudal.

² CORDEIRO, João Manoel, General. *Apontamentos para a história da artilharia portuguesa*. Lisboa, Comando Geral da Artilleria, 1895, p. 9.

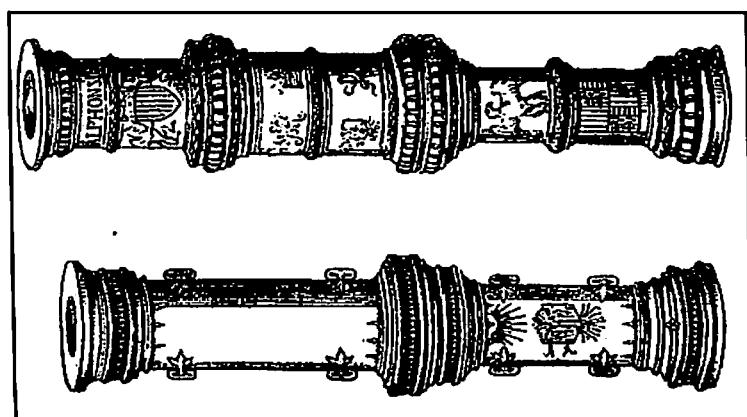


Figura 1: Bombardas desenhadas por Leonardo da Vinci

Engenharia Militar nos exércitos, cujos profissionais, inicialmente formados pela assimilação de um conhecimento assistemático — dentro da velha tradição medieval de mestre e discípulo — a partir do século XVII, dispõem de ensino com formas acadêmicas mediante as chamadas *aulas militares*. Nesse momento, a matéria relativa à fortificação adquire o caráter de uma ciência cartesiana, na qual o domínio da Matemática, da Geometria e da Trigonometria torna-se fundamental. Passa a ser, praticamente, um ramo aplicado da Geometria Plana.

Ora, sabe-se que os religiosos eram estudiosos destacados da Geometria, Trigonometria, Cartografia, Cosmografia e outras disciplinas do conhecimento que foram importantes na formação dos engenheiros militares e, como não pode-

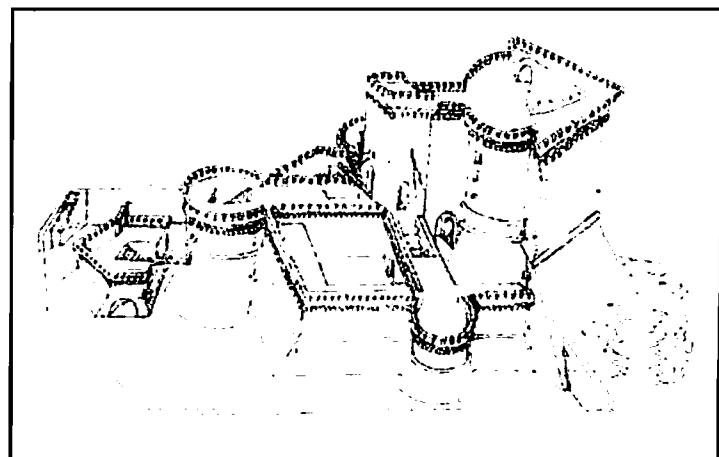


Figura 2: Projeto de fortaleza, do livro do Arquiteto Francesco di Giorgio Martini, típica obra de transição da defesa medieval para o Renascimento

ria deixar de ser, estavam vivamente envolvidos nos processos, tanto da formação dos novos engenheiros — pois o ensino religioso era o mais prestigioso e praticamente exclusivo — como no próprio exercício da Engenharia Militar. Não é necessário fazer muito trabalho de investigação para obter esses dados; basta consultar Marini, no seu clássico *Biblioteca Histórico-Crítica de Fortificação Permanente*,³ para se certificar de que grande parte dos tratadistas de fortificação foi padre, especialmente jesuíta. À guisa de exemplificação relacionamos, em anexo, uma

série de nomes famosos de tratadistas de origem religiosa.

Em Portugal, parece que foi no reinado de Felipe II, quando a sua cabeça coroada decidia o destino de dois reinos, que se estabeleceu a criação de um ensino básico de fortificação, que seria ministrado a todos os alunos do colégio de Santo Antão, dos padres da Companhia de Jesus. Esse ensino determinaria quais os mais aptos a seguirem a carreira de engenheiro militar. Esse pormenor, que envolve o ensino jesuítico, é destacado por Cristóvão Ayres,⁴ o qual encontrou, na Real Biblioteca da Ajuda, documento que

³ MARINI, Luigi. *Biblioteca Istorico-Critica di Fortificazione Permanente*. Roma, Mariano de Romanis e Filii, 1810, 461 páginas.

⁴ AYRES, Cristóvão. *História Orgânica e Política do Exército Português*. Vol. V, História da Engenharia Militar Portuguesa, Lisboa, 1910, p. 61 faz referência ao doc. da Biblioteca da Ajuda Ms. 51-VI-7, fls. 147.

Em Portugal, parece que foi no reinado de Felipe II, quando a sua cabeça coroada decidia o destino de dois reinos, que se estabeleceu a criação de um ensino básico de fortificação, que seria ministrado a todos os alunos do colégio de Santo Antão dos padres da Companhia de Jesus.

decretava a vinda da Espanha (Valença) do padre Roldão, jesuíta, para o colégio referido, para reger a disciplina de fortificação, criando, com a sua lição indivíduos entre os quais fosse possível escolher os que pela sua capacidade fossem dignos de se aperfeiçoarem na Flandres.⁵ O colégio de Santo Antão passa a ser, daí em diante, uma referência dos especialistas em fortificação. Veja-se, para confirmar a nossa assertiva que, em 1643, por decisão do Conselho de Guerra, para avaliar um trabalho de fortificação feito por engenheiro francês

e julgado inadequado, foram convocados *dois religiosos estrangeiros que estavam no colégio de Santo Antão, práticos das fortificações*.⁶ Em fevereiro de 1686, foi o padre João dos Reis, também jesuíta, incumbido de inspecionar as fortificações terrestres e marítimas das províncias, por alvará.⁷

Isso nos faz entender o porquê da existência de laços muito fortes de muitos engenheiros militares famosos com a formação jesuítica, quase todos eles com aprendizado bem-fundamentado na retórica, muitos lendo os textos latinos no original, com boa cultura

histórica e humanística e, alguns deles, versados em Filosofia e Teologia. Isso está muito claro nos textos de Serrão Pimentel, o pai da Engenharia Militar portuguesa, sob a influência de quem foi criada a *primeira aula de fortificação e arquitetura militar*, na Ribeira das Naus, em Lisboa, por Decreto Real de 13 de julho de 1647, muito embora o funcionamento efetivo dessa unidade de ensino tenha acontecido um pouco depois. É dentro dessa ótica de formação que entendemos o perfil intelectual do grande Manoel de Azevedo Fortes, figura máxima da Engenharia Militar portuguesa no século XVIII e autor do consagrado tratado *O Engenheiro Português*,⁸ que teve a ousadia de competir e vencer um concurso para lente de Filosofia na Universidade de Siena, na Itália.

Da influência do ensino religioso, sobre a formação dos futuros fortificadores, ocorre-nos sempre o exemplo deixado pelo padre-mestre Luiz Gonzaga, jesuíta, como não poderia deixar de ser. Desse clérigo existe, na Biblioteca Real da Ajuda, um texto manuscrito, ainda inédito, sobre fortificações,⁹ anotações que seriam a base

⁵ VICENTE, António Pedro. *Memórias Políticas, Geográficas e Militares de Portugal*. 1762 - 1796. In: *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Vol. XLI, 1971, p. 38.

⁶ Decisão do Conselho de Guerra de 21 de maio de 1642, março 2, e Carta de D. Antonio de Menezes, I. 2, do Conselho de Guerra, p. 151. In: Ayres, Cristóvão, *op. cit.*, v. 5, p. 62.

⁷ *Papeis Militares*, Biblioteca da Direção Geral de Engenharia, Tomo I, fl. 23.

⁸ FORTES, Manoel de Azevedo. *O Engenheiro Português — Dividido em dous tratados — Obra moderna, e de grande utilidade para Engenheiros, e mais officiaes Militares*. Lisboa Occidental, Manoel Fernandes da Costa, 2. v. 1728.

⁹ Biblioteca da Ajuda — Lisboa, cota 46-VIII-23.

de um tratado. O texto chamar-se-ia *Tratado de Architectura*, mas tem o nome riscado e substituído pelo título *Exame Militar*. Ao lado desse documento, existe uma defesa de tese de um acadêmico, cuja banca foi por ele presidida.¹⁰ Três argumentos básicos foram abordados. A primeira questão sobre *Astronomia*, a segunda sobre *Pyrothec-*

nia e a terceira volta-se para a *Architectura Militar*, ou seja, sobre a fortificação.¹¹

Na Biblioteca Nacional de Lisboa está guardado, também, o original de um belíssimo tratado de geometria, fortificação e artilharia, com ilustrações primorosas, escrito pelo Padre Inácio Stafford, jesuíta de origem irlandesa, também do Colé-

gio de Santo Antão. A sua vida está ligada à história de Salvador já que, entre 1640 e 1641, acompanhou à nossa cidade o Vice-Rei D. Jorge de Mascarenhas, 1º Marquês de Montalvão, de quem era confessor. Sua passagem pela Bahia foi de curta duração pois, tendo o marquês caído em desgraça, retornou com ele ao Reino.

Essas ligações intelectuais e, até mesmo, afetivas entre importantes engenheiros e os jesuítas e seu ensino,¹² são de uma clareza cristalina, quando analisamos a correspondência do mestre-de-campo engenheiro, Miguel Pereira da Costa,¹³ que foi destacado para servir na Bahia nos primeiros anos do século XVIII. Escrevendo de Salvador para um certo *padremestre* que, até à altura deste estudo não conseguimos saber de quem se tratava, fala de sua nostalgia da pátria e dos problemas que está enfrentando de aculturação,¹⁴ pedindo que ele use a sua influência para tirá-lo daquela terra estranha *que o está tratando mal*. Faz também um relatório detalhado das fortificações da Cidade de Salvador, o que quer dizer que o *padremestre* era da área do conhe-

¹⁰ BARBOSA, António Dantas. *Conclusoens Mathematicas offerecidas ao Muyto Alto, e Poderoso Rey, & Senhor Nosso D. Pedro II etc.* Presidindo o padre Mestre Luís Gonzaga da Companhia de Jesus. Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus, s/d — Cota 46-VIII-23.

¹¹ ASTRONOMIA — Questam primeyra. *Se o Sol em algum tempo tem menos partes da terra debayxo das suas luzes, do que o Monarca Portugues debaixo do seu Imperio?* Affirmamos, fls. XII. PYROTECHNIA — Questam segunda. *Se as vittorias de Portugueses na conquista da Asia, se devão tanto ao terror da artelharia, porque lá a intridussem, quanto ao valor de seu animo, com que lá a vencerão?* Affirmamos, fls. XIII. ARCHITECTURA MILITAR. — Questam Terceyra. *Se por ventura entre as nações he a Portuguesa aquella, em que melhor se dão as cinco condições necessarias em hum perito, & militar Engenheyro?* Affirmamos, fls. XIV.

¹² Biblioteca da Ajuda - Lisboa: cota 54-IX-25 (nº 65): ...Sempre me pareceu q a vayd^a era especie de loucura, e pos isso não aprovo o desvanecim^o, mas se he certo o q dizem os livros, o q V.R.^m, e mais lentes me ensinaram, e o q vi nas nossas praças, e guerra q he a exper^a com q pode alegar hú pobre Portugues...

¹³ Biblioteca da Ajuda — Lisboa, cota 54-XI-25 (nº 65) e 54-IX-8 (nº 62).

¹⁴ Biblioteca da Ajuda — Lisboa, cota 54-XI-25 (nº 65): ...Confeso a V.R.^m que se entendera o estado em q esta praça se achava nenhúa conven^a me vencera a aseytar a cumissão; mas enganeime, ou enganarame; e he bem empregado ya q cri deleve [?] e se o intereço das riquezas he tão poderozo, q se persuadio o Demonio a q com elle venceria ao mesmo Christo, não he mt^a q este me enganase; porq só o poder de hum Cr^o reziste a tal tentasão: o soldo q eu cuidava seria p^a larguezas, he p^a pasar moderado porq a ezorbit^a em q tudo está nesta terra, he mayor q a desse Reino; excepto a farinha, e vaca; e observando q a Receita he mal p^a a despa vou vivendo moderam^p, com m^a honra, não por virt^e mas por nececide^e; admirandome da largueza com q aqui se vive, sem consciênci, nem lembrança de outro mundo; e assim peço a V. R me tire de tal terra, e não dezampare da sua graça, porq veijo aqui muy arriscada a salvação das Almas...

cimento da engenharia e, depois, que era uma pessoa influente. Miguel Pereira dá também notícias interessantes sobre padres engenheiros no Colégio da Companhia na nossa cidade: *com os Rd^{as} P^{as} da comp^a não tive ainda tempo de tratar part m^{as} e só falei com hum P^c ya decrepito italiano, q me dizem ser grde Mathemat^u, ao menos por obra sua qui conheço ser insigne geographo; e P^c Prier Frances, ou saboyano me diz q tambem he engenh^m, e q mais de vagar falaremos; sey q tem as obras do conde Pagan, e outros m^{as} I^{as}.* A missiva exibe frases em latim, o que nos autoriza a pensar que o mestre-de-campo engenheiro Miguel Pereira da Costa tinha certa intimidade com o idioma de Virgílio e Cícero.¹⁵ Esse militar honesto, brioso e competente, cessado o choque inicial que teve com a cultura brasileira, passou o resto de sua vida aqui, participando da fábrica das maiores fortificações no

¹⁵ Muitos tratados de Engenharia Militar foram escritos no seu original em latim, especialmente no século XVII.

¹⁶ AYRES, Cristovão. *História Orgânica e Política do Exército Português, História da Engenharia Militar Portuguesa*, Lisboa, 1910, v. V, pp. 36-39.

século XVIII, como o Forte do Barbalho, de S. Pedro, de S. Paulo do Morro, dentre outras e, junto com o Brigadeiro Massé e o Capitão Gaspar de Abreu, fez o famoso projeto de defesa de Salvador, em 1716.

Posto que a cultura ibérica tem a ver diretamente com a nossa tradição de Engenharia Militar, convém destacar que, nos primórdios da História moderna, dos primeiros engenheiros que serviram em Portugal e na Espanha, a maior parte foi trazida de outros países,

especialmente da Itália, de forte tradição na ciência das fortificações, onde os espanhóis tinham interesses, não somente culturais como territoriais. Assim, foram os italianos que pontificaram com a grande maioria dos profissionais contratados no fim do século XVI e início do XVII. Os holandeses, franceses, ingleses e alemães só começam a concorrer a partir do século XVII. Em outros casos, os soberanos portugueses e espanhóis mandavam alguns oficiais mais hábeis ou protegidos da Corte para treinarem e aprenderem no exterior, e, a título de exemplo, como não poderia deixar de ser, lá estava um religioso, o sobrinho do arcebispo de Braga, frei Bartolomeu dos Mártires, que traçou a fortaleza de Moçambique e de Damão, depois de ter estudado na Flandres de onde tornou grande oficial de Arquitetura.¹⁶

Destacando-se isolado, sem qualquer sombra de dúvida, aparece, em Portugal, a figura de clérigo-engenheiro mais notável e controvertida da História desse país, sobre quem muitos historiadores têm tratado — o jesuíta João Paschasio Cosmander. Sobre o seu



Figura 3: Folha de rosto do *Trattato di Fortificatione*, editado em 1676, do padre Guarino Guarini, uma das maiores expressões da arquitetura do barroco italiano.

préstimo, entre cronistas renomados, D. Luiz de Menezes, no *Portugal Restaurado* diz: Acompanharão a Joane Mendes, Mathias de Albuquerque¹⁷ e João Paschasio Cosmander, Religioso da Companhia de Jesus, de Nação Flamengo, natural de Lobayana, insigne mathematico, e depois com o exercício das fortificações de Portugal, se fez consumado engenheiro, grangeando-lhe a maior estimação outras muitas partes que lograva.¹⁸ O nosso padre engenheiro era, além de hábil profissional, um soldado de invulgar coragem. A seu respeito Sousa-Viterbo tece os seguintes comentários: A sotaina de jesuíta não o em-

baraçava de mostrar a sua intrepidez nas ocasiões arriscadas. Quando se tentou em 1646 tomar de intrepreza Valença, foi elle dos primeiros a subir à muralha por uma escada e nesta ocasião, que era favorável para o assalto, tivessem ouvido a sua voz e o seguirsem, a empreza realizava-se vitoriosamente.¹⁹ Continua mais além: No ataque da Praça de Elvas, em 1644, tão valentemente defendida pelas nossas tropas, Cosmander foi um dos que se tornaram mais salientes. O Conde de Alegrete participando a el-rei a victoria em 8 de dezembro, especifica-o desta maneira: "... o Pº Cosmander fazendo tudo e arriscando-se por tudo, não é comparável o merecimento d'este sujeito no Serviço de Vossa Magestade".²⁰ A parte controversa da história da vida de Cosmander foi que,

após aprisionado pelos espanhóis e passado algum tempo, bandeou-se para as hostes castelhanas, e o motivo desse ato ninguém até hoje explica bem. É verdade que o famoso engenheiro não era português, mas quando serviu aos lusitanos recebeu sempre muito apreço e prestígio. A desdita não esperou

muito em atingi-lo, ou o castigo divino, como querem outros. No assédio de Olivença, pelos espanhóis, o nosso personagem, que orientava a abertura de uma brecha nas defesas da cidade, que ele conhecia bem, passou desta para a melhor, com um balanço certeiro do arcabuz do soldado Gaspar Martins que, por esse feito, recebeu mercês, e um dos alvarás de doações tem início desta maneira: Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que tendo respeito a boa sorte que Gaspar Martins, na ocasião da interpresa de Olivença, de dezoito de junho passado, teve em matar de cima da muralha o coronel João de Cosmander, que, depois de fugido do Reino, andava o mesmo dito com os castelhanos applicando os petardos na porta donde o enemigo determinava entrar na praça...²¹

Procurando-se refletir sobre os engenheiros que estiveram mais diretamente envolvidos com o Brasil, ouve-se muito falar, no fim do século XVI, de um certo profissional conhecido como Alexandre Italiano, na verdade Alexandre Massai, que Robert Smith, baseado em Viterbo,²² considera que veio

¹⁷ É o nosso Mathias de Albuquerque, afeito às guerras brasiliças, especialmente nas campanhas de Pernambuco.

¹⁸ SOUSA-VITERBO, Francisco Marques de. *Diccionario Historico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 3v, 1899, v. I, p. 231.

¹⁹ Idem, *op. cit.*, p. 232.

²⁰ Idem, *op. cit.*, p. 234.

²¹ Torre do Tombo — Chancelaria de D. João IV. *Doações*, I.21 fls. 6.

²² SOUSA-VITERBO, Francisco Marques de. *Diccionario Historico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 3v. 1899.

até a nossa terra, o que não nos parece verdade: *Alexandre Italiano, possivelmente o primeiro de uma longa série de seus compatriotas a servir nesta qualidade no Brasil, acompanhava o Governador Francisco Giraldes, à Bahia, em 1588.*²³ Na realidade ele veio inicialmente de Nápoles para a Espanha, em 1588, acompanhando o tio, frei João Vicenzo Cazali,²⁴ de quem era aprendiz, contratados como engenheiros militares a serviço da Espanha e, ambos, com trabalhos feitos em Portugal. Justamente nesse fim de século,

quando estavam unificadas as coroas espanhola e lusitana, vem também, da Itália, ter à Espanha, uma figura importantíssima para a História Militar ibérica, o Comendador Tibúrcio Spanochi, de Cremona, nomeado como engenheiro-mor, figura citada amiúde nos documentos referentes ao Brasil, na qualidade de autor de diversos projetos de fortificação e responsável por emendar e analisar muitos outros, para as terras de além-mar. O que muita gente não sabe é que o referido comendador, possivelmente, foi também

do clero e ele mesmo é quem o sugere, em representação feita ao rei no sentido de melhorar os seus rendimentos.²⁵

Pouco depois de Spanochi chega, da mesma forma, chamado pelo Rei da Espanha, outro italiano, não menos famoso, que muita contribuição trouxe às fortificações do Brasil — Leonardo Turriano. Destacado para Portugal, lá serviu por muitos anos como engenheiro-mor do reino. Turriano não era padre, mas seu filho, frei João Turriano, era do hábito de S. Bento. Foi herdeiro da sua ciência como fortificador, grande matemático e professor da Universidade de Coimbra. Deu ele continuidade a muitas obras do pai, dentre elas a da Fortaleza de S. Lourenço da Cabeça Seca, ou Fortaleza do Bugio, na Barra do Tejo, de onde, cremos piamente, originou-se o projeto do nosso Forte de N. S. do Pópulo e S. Marcelo, conhecido também como Forte do Mar. Isso pode ser constatado facilmente, observando-se os desenhos de frei João Turriano anexos ao decreto de

²³ SMITH, Robert Chester. Jesuit Buildings in Brazil. In *Art Bulletin*, v. XXX, n. 3, set. 1948, p. 187-209, e il. N. A. — O que não foi dito por Smith é que, se ele acompanhou Giraldes, nunca aqui chegou, posto que, por duas vezes, embarcou este governador para tentar assumir o seu posto no Brasil, mas o mau tempo o fez desviar da rota indo arribar em uma das oportunidades no Caribe, de onde voltou para Portugal.

²⁴ Cristovão Ayres informa que Cazali tinha origem toscana.

²⁵ Arquivo Militar de Madri — Negociado de Mar y Tierra — Legajo... 547... 1599, fl. 369 — Transcrições do Coronel Juan Aparici. Assunto: Tiburcio Spanochi.

Men. Del mismo pidiendo una ayuda de costa en premio de sus servicios. Señor — Tiburcio Espanoqui Caballero del habito de San-Juan dice como a servido a Vuestra Magestad treinta años en Italia y armada de Levante y en estos Reynos de España y particularmente de diez años a esta parte se le a mandado hacer muchos caminos y visitas de casas de fortificacion, en Portugal, Galicia, Andalucía, Aragón, Cataluña, y Navarra, y dos veces en Vizcaya, y Guipuzqua de donde viene al presente por orden de Vuestra magestad habiendo asistido en ella tres años continuos con mucho interes de su hacienda hallase empeñado en mas de tres mil ducados y entretanto ha perdido las mercedes que de su Religion pudiera pretender [grifo nosso], pues el gran Maestre presente por su Embajador Don Bernardo de Espeleta el año pasado de 96 pidio a su Magestad, que Gloria haya, le diese licencia para hir hasya Malta con que el dicho suplicante pudiera alcanzar Encomienda de gracia y de cupimiento y se le respondio no habia lugar.

23 de outubro de 1646.²⁶ Frei João Turriano, no reinado de D. João IV, foi nomeado engenheiro-mor do Reino.

Desde os primeiros momentos da fortificação do Brasil, encontramos a presença de religiosos no desenho das nossas praças. Um dos fortes mais interessantes que temos no nosso litoral norte é o Forte dos Reis Magos, em Natal, cujo desenho atual é atribuído ao Capitão Francisco Frias da Mesquita, engenheiro-mor do Brasil, possivelmente baseado no desenho primitivo que encontrou. O pro-

Desde os primeiros momentos da fortificação do Brasil, encontramos a presença de religiosos no desenho das nossas praças.

jeto inicial desse propugnáculo foi, entretanto, segundo frei Vicente do Salvador, do padre jesuítico Gaspar Samperes, iniciado em 6 de janeiro de 1598.

Para reforçar a exemplificação de que os padres engenheiros militares foram muito requisitados e, muitas vezes, cogitados para exercerem atividades de fortificadores, pode-se lembrar um documento do Arquivo Público Nacional,²⁷ que fala da

necessidade de fortificar a ilha de Fernando de Noronha. Nele o Conselho Ultramarino sugere ao rei, no caso de que não resolva ele destacar o Brigadeiro José da Silva Paes ou o Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, que solicite os bons serviços dos jesuítas para mandar fazer a fortificação da ilha pelo padre Archanjelo Doronhi²⁸ [sic] que se encontrava no momento em Roma.

Os trabalhos de cartografia do Brasil, que definiram e garantiram as nossas fronteiras, tão extensas, foram confiadas a missões de engenheiros portugueses, nascidos no Brasil ou em Portugal, e de outras nacionalidades, que aqui estiveram para demarcar os nossos limites e fazer cartografia. Muitos deles nunca mais voltaram para as suas terras, tomados de amor pela nossa. Dentre os inúmeros exemplos de dedicação ao nosso País destacaríamos o Coronel-Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, que nos lembra sempre o Forte de Coimbra. Seus serviços inestimáveis ao Brasil lhe valeram a escolha para

²⁶ CHABY, Claudio de. *Synopse de Decretos remetidos ao Conselho de Guerra*. Lisboa, Imprensa Nacional, v. I-II (1640-1677), 1872. Decreto: Vejáose no Conselho de guerra as plantas e carta de frey João Furriano [Turriano] incluzas neste decreto. E consultessem sobre tudo logo o q. parecer, em lixa a 23 de outubro de 1644 [Com a rubrica do Rei]. Segue o trecho da carta de Frei João Turriano: Snor. — No tempo, em q. V. Mag^{re} emcarregou a fortificação da cabeça secca ao Conde de Cantanhede, e a mim, a sua ordem estava em altura, q. a pleamar [sic] de agoas vivas igualava com a obra q. meu Pay, q. D' tem, deixou feita...

²⁷ Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Saúde, V. 91, Consulta ao Conselho de 9 de novembro de 1751, sobre a Ilha de Fernando de Noronha: ...Porém, quando Vossa Magestade não seja servida que vá o dito Sargento-[mor] de batalha [José da Silva Paes] fazer esta fortificação, pode cometer esta diligência e a de governar a ilha por três anos ao Coronel de Artilharia do Rio de Janeiro, José Fernandes Pinto Alpoim com retenção do seu posto... E no caso de não ser Vossa Magestade servido mandar governador-engenheiro para dita ilha, entende o Conselho que deve ser com a patente de coronel e soldo de três mil cruzados em cada ano sujeito ao Governador de Pernambuco, e que para eleger o terreno para a fortificação fazer a planta e executar a obra é muito a propósito o Padre Archangelo Doronhi [possivelmente Dorogni], da Companhia de Jesus, pela sua pericia na Arquitetura militar e prática que dela teve nas fortificações da Índia, onde deu provas da sua capacidade neste gênero e da sua economia [grifo nosso] ficando-se escusado o cargo de provedor da Fazenda da Ilha, se este padre se encarregar de correr com a despesa da obra, e posto que este religioso se acha em Roma, pode Vossa Magestade recomendar aos seus prelados o mandarem vir para este efeito.

²⁸ No original deveria ser Dorogni.

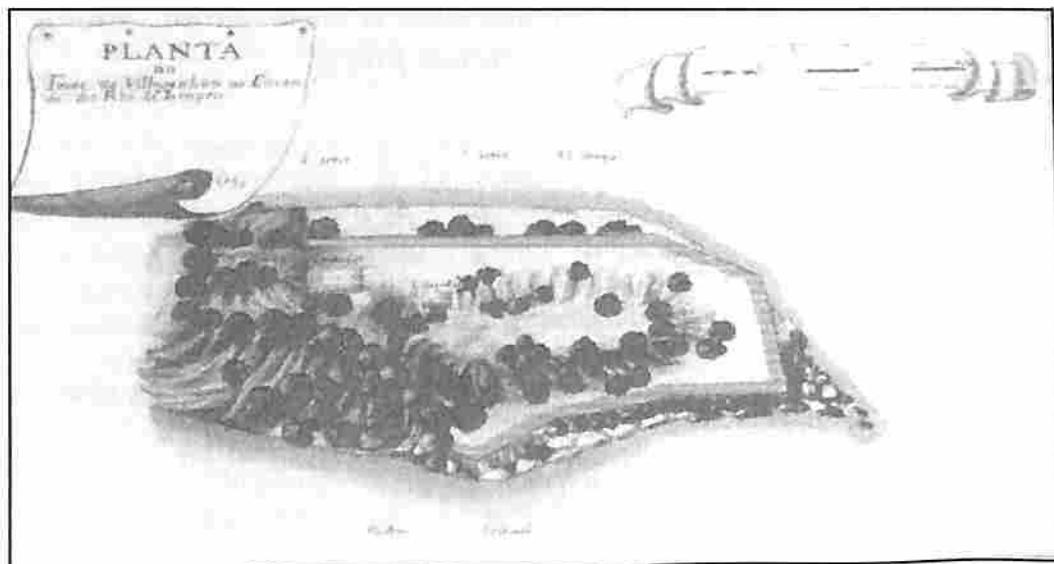


Figura 4: Desenho da Fortaleza de Villegagnon, na baía do Rio de Janeiro, elaborado pelo padre Diogo Soares em 1730, cujo original faz parte de uma série que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa — *Cartografia Manuscrita*, Rio de Janeiro, nº 1.801.

ser o patrono do Quadro dos Engenheiros do Exército Brasileiro.

Entre os especialistas em engenharia cartográfica e geodésia não faltaram os homens de batina. Carbone e Carpacci são exemplos desses profissionais. Ambos transferiram-se de Portugal, vindos de Nápoles, com a missão de elaborar a nova carta do Brasil, em 1729.²⁹ Carpacci foi um dos respon-

sáveis pela criação do primeiro observatório astronômico do Brasil, junto com Diogo Soares,³⁰ também religioso.

A verdade é que a atividade de clérigos não parava na Engenharia Militar e, muitas vezes, adentrava, quando se fazia necessário, no campo de operações bélicas. Observe-se o trabalho que tiveram portugueses e espanhóis para aniquilarem

as missões do Sul defendidas por índios liderados por jesuítas. Ninguém também esquece o bispo soldado D. Marcos Teixeira, que organizou a primeira tropa destinada a desalojar os holandeses da nossa cidade, nem o carmelita José Maria Breyner com os seus *Encourados do Pedrão*, mas isto já seria outra história, sobre a qual muito haveria que se dizer.



²⁸ LYRA TAVARES, Aurélio de, General. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1965, p. 144.

²⁹ Os desenhos da costa do Brasil na Cartografia Manuscrita do Rio de Janeiro, guardados no Arquivo Ultramarino de Lisboa, de números 1.138 a 1.143, são atribuídos a esses dois padres denominados de *Geographos Regios do Estado do Brasil*. Da mesma coleção, as iconografias de nº 1.081 a 1.088 constituem uma belíssima coleção de desenhos de algumas fortalezas do Rio de Janeiro, atribuídos ao padre Diogo Soares, nas quais prevalecem as preocupações estéticas com o rigor técnico da representação.

ANEXO: Grandes tratadistas padres, séculos XVI a XVIII³¹

BOTTERO, Giovanni. De Bene, Piemonte. Ex-jesuíta, serve de secretário de S. Carlo Borromeo e depois é mestre dos filhos de Carlos Emanuel, Duque de Saboia. Texto: *Della Ragione di Stato Libri dieci. Con tre libri delle cause della grandezza, e magnificenza delle Città.* Venezia, 1589.

FIAMELLI, Gio Francesco. Matemático da Congregação das Escolas Pias. Serve nas guerras dos Países Baixos em favor da Áustria. Tratado de 1604: *Il Principe difeso, nel quale si tratta di fortificazione, oppugnazione, espugnazione, propugnazione e difesa.* Roma 1604.

SEMPILIO, Ugo. Jesuíta, lingüista e matemático. Professor da Academia de Madri. Tratado: *De disciplinis mathematicis libri duodecim.* Antuérpia, 1635.

DURAND, Giacomo. Jesuíta, professor de Filosofia, Matemática e Teologia em Graetz na Stiria. Tratado: *Problema Mathematicum ex architectonica militari de mænibus inferioribus sive falsabraca, an ea infra horizontem, an supra collocanda sit.* Græcii Styrorum, 1636.

FOURNIER, George. Jesuíta francês. Texto: *Traité des fortifications, ou Architecture militaire tiré des places les plus estimées de ce temps, pour leurs fortifications divisé en deux parties. La première vous met en main les plans, coupes, et élévations de quantité de places fort estimées, et tenues pour très bien fortifiées. La seconde vous fournit de pratiques faciles pour en faire de semblables.* Paris, 1648.

CURTZ, Albert. Jesuíta que usava o pseudônimo literário de Sigmund Hirsch. Texto: *Amussis Ferdinandea sive problema Architectura militaria.* Munique, 1651. Obra revista e republicada em outras partes em 1654 e 1662.

BOURDIN, Pierre. Jesuíta francês. Texto: *L'architecture militaire, ou l'art de fortifier les places.* Paris, 1655.

SCHOTT, Gaspar. Jesuíta, professor de Matemática e Teologia Moral em Palermo e de Matemática na Universidade de Wurzburg. Texto: *Cursus Mathematicus.* Heribpoli, 1661. Republicado muitas vezes em outros idiomas.

D'AFLITTO, Gennaro Maria. Dominicano de Nápoles, filólogo, teólogo e matemático. Trabalhou em Madri, Áustria, Gênova e Toscânia. Texto: *Breve trattato delle moderne fortificazioni.* Firenze 1665.

BRUEIL, Jean du. Jesuíta francês. Usava o pseudônimo de Senhor de Bitainvieu. Texto: *L'art universel des fortifications Françoises, Hollandoises, Espagnoles, Italiebbes, et Composées; avec l'art d'attaquer les places fortifiés par les surprises, et par la force, et aussi de défendre les places fortifiés contre les surprises, e contre la force.* Paris, 1665.

TACQUET, André. Jesuíta, professor de Matemática da Universidade de Anversa. Texto: *Opera mathematica.* Antuerpiæ, 1669. Reeditada em 1707 e traduzida para o inglês em Londres em 1672.

³¹ Maior parte levantados do texto de Marini (MARINI, Luigi. *Biblioteca istorico-critica di fortificazione permanente.* Roma, Mariano de Romanis e Figli, 1810).

- ZARAGOZA, José de. Jesuíta espanhol. Professor de Matemática do Colégio Imperial de Madri. Texto: *Architectura Militaris*. Valentiae, 1674.
- GUARINI, Guarino. Da cidade de Modena. Clérigo Teatino, escritor de obras poéticas, astronômicas e de Física. Matemático e arquiteto ilustre. Texto: *Trattato di fortificatione, che ora se usa in Fiandra, Francia, et Italia*. Torino, 1676.
- DE CHARLES MILLIET, Claude François. Jesuíta de Chambery. Professor de Letras, Matemática, Filosofia e Teologia. Texto: *L'art de fortifier, de defendre, et d'attaquer les places suivant les méthodes Françoises, Hollandoises, Italiennes, et Espagnoles*. Paris, 1676.
- ROSSETTI, Donato. Canônico de Livorno. Laureado em Teologia e professor de Filosofia na Universidade de Pisa e de Matemática na Academia do Piemonte. Texto: *Fortificazione a rovescio*. Torino, 1678.
- ESCHINARDI, Francesco. Jesuíta romano. Professor de Filosofia, em Florença e Roma, e de Matemática em Perúgia. Usava o pseudônimo de *Constanzo Amichevoli*. Texto: *Architettura militare ridotta a metodo facile, e breve col modo distinto di formare ciascuna parte*. Roma, 1684.
- NAPOLI, Tommaso Maria. De Palermo e da ordem dos Pregadores. Professor de Filosofia e arquiteto. Texto: *Utriusque Architecturæ compendium in duos libros divisum, in quibus principialiores regulæ, instructionesque assignantur tam pro ædificiis optime construendis, quam pro arcibus muniendis, et propugnandis secundum Vitruvii recentiorumque dogmata*. Roma, 1688.
- DU FAY, Abade. Monge. Texto: *Manière de fortifier selon la méthode de M. de Vauban*. Paris, 1691. Existem reedições.
- FROELICH, Gabriel. Jesuíta austríaco, professor de Filosofia da Universidade de Viena. Texto: *Collectiones mathematicae de Architectura militari*. Vienæ [1691 ?].
- HOSTE, Paul. Jesuíta, professor de Matemática da Universidade de Toulon. Texto: *Recueil de traités de mathématique qui peuvent être nécessaires à un Gentilhomme pour servir par mer ou par terre*. Paris, 1692.
- DEL RE, Elia. Carmelita de Bari, matemático do Rei da Espanha. Texto: *Aritmetica, e geometria pratica*. Napoli, 1697. Reeditado em 1733.
- CASSANI, Giuseppe. Jesuíta, mestre de Matemática do Colégio Imperial dos Jesuítas de Madri. Texto: *Escuela militar de fortificacion ofensiva, y defensiva, Arte de fuegos, y d'esquadronear, donde se ensenna lo que debe saber qualquier Soldado para proceder con inteligencia en las funciones de sitiay o defender las Plazas, disponer fotines; uso de la artilleria, y de las bombas, con la theoria de los movimientos de un esquadron*. Madrid, 1705.
- TOSCA, Tomás Vicente. Padre valenciano da Congregação do Oratório. Texto: *Compendio mathematico, en que se contienen todas las materias más principales de las Ciencias, que tratan de la cantidad*. Valencia, 1709 a 1715, 9 vol.

- VOLS, Ernst. Jesuíta, doutor em Filosofia e Teologia. Texto: *Institutionum mathematicarum libri tres*. Vienæ, 1714.
- CORAZZI, Ercole. Abade olivetano, de Bolonha. Erudito das belas letras, professor público de Álgebra, matemático do Instituto de Ciências de Bolonha. Texto: *L'Architettura Militare di Francesco Marchi, cittadino Bolognese, e Gentiluomo Romano difesa dalla critica del Sig. Allano Manesson mallet Parigino*. Bologna, 1720.
- DE AQUINO, Carlo. Jesuíta napolitano. Autor de diversas obras poéticas e de oratória, professor de eloquência e Prescito de Estudos na Universidade Gregoriana. Texto: *Lexicon Militare*. Roma, 1724.
- CASTRONE, Benedetto Maria. Dominicano de Palermo, bacharel em Teologia e professor público de Matemática. Texto: *L'ingegnoso ritrovato di fortificare con mirabili esattezza ogni sorta di poligno regolare sopra l'idea de Sig. de Vauban*. Palermo, 1733.
- DU CHATELARD. Jesuíta francês. Hidrógrafo do Rei da França. Membro da Sociedade Real de Lion: *Recueil de traités de mathématique*. Toulon, 1749.
- AMICO, Dott Giovanni. Pároco, Engenheiro Real da Sicília. Arquiteto na comunidade de Trapani. Texto: *L'Architetto pratico, in cui con facilità si danno le regole per apprendere, I, Architettura Civile, e Militare*. Palermo, 1750.
- RIEGER, Christian. Jesuíta austríaco. Texto: *Universo Architecturæmilitaris elementa brevibus recentioribus observationibus illustrata*. Vindobonæ, 1758.
- FONDA, Girolamo. De Pirano, Istria. Da Congregação das Escolas Pias. Filósofo e matemático. Ensinou Física na Sapienza em Roma. Texto: *Elementi di Architettura Civile, e Militare*. Roma, 1764.
- STEYNMEYER, Felipe. Jesuíta. Texto: *Epitome elementorum Matheseos universæ*. Augustæ Vindelicorum et Friburgi Brisgoviae, 1764 a 1766.
- BORGO, Carlo. Jesuíta de Vicenza. Autor de obras ascéticas, poéticas e teólogo. Texto: *Aanalisi, ed esame ragionato dell'arte della Fortificazione, e difesa delle Piazze*. Venezia, 1777.
- STAFFORD, Ignácio. Jesuíta, matemático. Irlandês formado na Espanha e por muito tempo professor do Colégio de Santo Antão. Confessor do Marques de Montalvã e com ele esteve por algum tempo em Salvador. Tratado manuscrito na Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 240 da Coleção Pombalina: "Obras Matematicas" — *Varias obras Mathematicas compuestas por el P. Ignacio Stafford mestre de mathematica en el Colegio de S. Anton de la Compañía de Jesus y no acavadas por causa de la muerte del dicho padre*. Lisboa, 1638.
- GONZAGA, Luiz. Jesuíta, professor de Matemática do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, dirigiu teses sobre fortificação e tem um tratado manuscrito inédito na biblioteca da Ajuda: *Exame Militar*.

As Janelas para o Pacífico

Vasco Mariz*

Matéria extraída de conferência proferida, pelo autor, na Confederação Nacional do Comércio e publicada na revista dessa entidade, *Carta Mensal* nº 44(521):65-83.

A 14 de outubro de 1991, publiquei no *Jornal do Brasil* um artigo intitulado *A Janela para o Pacífico*, que despertou bastante atenção e me rendeu algumas cartas de vários pontos do País. Como o tema apresentava considerável interesse comercial, a médio prazo, decidi ampliar o artigo transformando-o em palestra, especialmente para a platéia seleta do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, a 26 de março de 1992.

A conjuntura evoluiu bastante nesses seis anos. Em 1992, analisei com pormenores as saídas para o

Pacífico através do Peru e do Equador. Agora devemos considerar com seriedade as alternativas pelos portos chilenos, através da Bolívia e da Argentina.

Entretanto, é preciso levar em conta que o imenso território brasileiro exigirá várias saídas para o Pacífico: uma pelo Equador, para a produção dos Estados do Amazonas e Pará; duas ou três pelo Peru, para a produção do Acre e de Rondônia, e duas pelo Chile, com alternativas através da Bolívia e da Argentina.

A idéia da *Janela para o Pacífico* vem de longe, desde o Barão do Rio Branco e Euclides da Cunha. No entanto, os primeiros estudos técnicos foram feitos através do Equador, e não do Peru.

O Itamaraty e as Forças Armadas brasileiras exploraram a possibilidade de uma *Via Interoceânica* e, nos anos 70, o Brasil chegou a manter, junto à Embaixada em Quito, um adido militar especial, um coronel de engenharia, para coordenar os esforços de viabilização do ambicioso projeto.

Quando fui embaixador no Equador (1970-74) tive oportunidade de examinar de perto os trabalhos preliminares e eu mesmo participei de arriscadas expedições aos pontos principais na Amazônia equatoriana da chamada *Via Interoceânica*. Antes de tudo, confesso que, desde a minha chegada a Quito, tive fortes dúvidas quanto à realização do projeto, tamanhos os obstáculos

* Diplomata. Ex-Embaixador do Brasil no Equador e no Peru.

que se esboçavam, à medida que melhor conhecíamos o percurso.

A *Via Interoceânica* visava a ligar o porto de Belém do Pará ao porto de San Lorenzo, no Equador, perto da fronteira com a Colômbia. Subindo o Rio Amazonas, devemos dobrar à direita e entrar no Rio Içá, caudaloso afluente do nosso grande rio. As distâncias são consideráveis e bem cedo começamos a ver os empecilhos do Rio Içá, que é um rio de águas profundas, francamente navegável em seu trajeto superior e inferior. A Marinha brasileira fez cuidadoso levantamento desse rio, a pedido da comissão mista brasileira-equatoriana, nos anos 70, aliás, o citado rio que, ao sair do Brasil, toma o nome de Rio Putumayo, apresenta uma infinidade de curvas sucessivas que dificultam seriamente a navegação de um comboio de barcaças, seja na direção do Oceano Pacífico ou do Atlântico. Um comboio de mais de três barcaças dificilmente ultrapassará a constante barreira de curvas fechadas, e esse fato é decisivo e insuperável como limitação do volume de carga a ser transportado pelo Rio Içá-Putumayo, em uma

ou outra direção. Além disso, o rio que estamos analisando é um rio *sujo*, isto é, essas curvas repetidas que acabo de mencionar retêm troncos de árvores, galhos enormes por vezes, que levantam sérios obstáculos à navegação regular e exigirão constante limpeza para manter o rio aberto ao tráfego comercial.

Esse mesmo Rio Içá, ou Putumayo, após a fronteira colombiana, vai servir como limite entre a Colômbia e o Peru e, depois, com o Equador.

Chegamos então ao ponto terminal fluvial da *Via Interoceânica*, o povoado de Puerto Putumayo. Lá estive pessoalmente em companhia dos coronéis Garcia Negrete e Newton Braga. Confesso que fiquei entusiasmado ao navegar em lancha equatoriana alguns quilômetros desse Rio Putumayo, a parte alta do nosso Içá, que apresenta largura de uns 200 metros e profundidades de 2 a 3 metros, já relativamente próximo à sua nascente. Por momentos cheguei a acreditar no sonho da *Via Interoceânica*.

Aqui devo fazer um parênteses para assinalar que a considerável riqueza petrolífera do Equador, hoje

membro da OPEP, só começou a ser explorada no início dos anos 70; portanto, bem depois da elaboração do projeto da *Via Interoceânica*. O novo centro de produção petrolífera está localizado em Lago Agrio, que fica cerca de 120km de Puerto Putumayo. Não há estradas e a selva é densa. O terreno é plano, ou em descida suave, e a construção da estrada não constituiria problema maior. As mercadorias que saiam dos portos do Rio Amazonas ou Solimões poderão chegar a Puerto Putumayo após uma viagem demorada, talvez de uns 15 dias, em pequenos comboios de duas ou três barcaças, devido às limitações acima referidas.

Nesses seis anos que decorreram desde a minha palestra de março de 1992, duas boas novidades tornaram mais viável a chamada *Via Interoceânica* através do Equador: a conta do PROEX do Banco do Brasil está financiando, com US\$ 55 milhões, a construção de 150km de rodovias nessa região de Lago Agrio, que representam uma perna da *Interoceânica*. São dois trechos: *Lumbaque-La Bonita*, uma conexão com as rodovias colombianas, e *Cuyabeno-Puerto Putu-*

mayo, que termina perto de Lago Agrio. As obras estão sendo executadas pelo Consórcio Oriente, formado pela Odebrecht e a Andrade Gutierrez, com empresas equatorianas. A segunda novidade foi a decisão do governo equatoriano de substituir o antigo ponto final da *Interoceânica*, o porto de San Lorenzo, pelo porto de Esmeraldas. Lembro que a rodovia asfaltada Lago Agrio-Quito-Esmeraldas é excelente e o novo porto de saída pode ser utilizado de imediato e possui bons equipamentos. A primeira alternativa de San Lorenzo era inviável e caríssima, e muito me bati nos anos 70 por essa alteração, que afinal aconteceu.

Assim sendo, partindo da premissa viável de que a rodovia Puerto Putumayo-Lago Agrio (120km) em breve esteja construída, as mercadorias brasileiras chegarão a esse grande centro petrolífero. Lá se inicia a estrada pavimentada que sobe a cordilheira dos Andes e nos leva até Quito, a capital do Equador, que está a 2.800 metros de altura. Lembro apenas um fato de suma importância para o transporte rodoviário à grande altitude: o motor do auto-

móvel ou do caminhão perde parte considerável de sua potência naquela altura, por falta de oxigênio. Dependendo do peso da mercadoria transportada, as viaturas só podem ser carregadas pela metade ou em três quartos apenas. Esse problema deve ser levado em conta, ao examinarmos as alternativas de conexão rodoviária para o Pacífico, seja pelo Peru, pelo Equador ou pela Bolívia e Chile.

A confirmar-se essas novidades, a próxima ligação por estrada asfaltada de Puerto Putumayo a Lago Agrio e a concessão do porto de Esmeraldas como novo terminal da *Via Interoceânica*, faltaria organizar a penosa limpeza periódica do Rio Içá (ou Putumayo) para viabilizar o transporte regular entre Manaus e Puerto Putumayo. Resta saber qual o volume de mercadorias a ser exportado por essa janela para o Pacífico. No momento, imaginou apenas a exportação de produtos da Zona Franca de Manaus para o Equador ou de certos tipos de madeiras brasileiras para o Japão e Coréia do Sul. Recordo, porém, que a *Via Interoceânica* não interessa aos exportadores do Acre e de

Rondônia, ou do Mato Grosso.

No entanto, o curioso é que parte dessa *Via Interoceânica*, o trecho Puerto Putumayo-Manaus, já esteve em funcionamento e ganhou até um significativo papel estratégico para o Brasil, em 1974.

Vejamos como sucedeu.

Em 1973, durante a guerra árabe-israelense, explodiu a questão do petróleo, cujo preço aumentou dez vezes nos anos subsequentes. Lembram-se de quem forneceu petróleo à refinaria de Manaus durante alguns meses? Foi o petróleo equatoriano-colombiano, que abasteceu a refinaria de Manaus com cerca de 50.000 barris diários. Ao normalizar-se o abastecimento do Oriente Médio, o tráfego foi suspenso, por demasiado oneroso, mas ficou comprovado que a *Via Interoceânica* funcionou em benefício do Brasil, em delicado período de emergência, e pode voltar a nos ser útil.

Após haver sido embaixador do Brasil no Equador, de 1970 a 1974, regressei à Brasília. De 1977 a 1982, servi em Israel como embaixador e, no final de 1982, voltei ao Pacífico

como embaixador no Peru, o que me levou a estudar a segunda janela para o Pacífico.

Cheguei a Lima quando nosso governo militar fazia um esforço de aproximação com os países signatários do Pacto Amazônico, com vistas a maior integração continental. Na verdade, o Brasil sempre esteve mais próximo de Paris ou de Nova York do que dos nossos países vizinhos do Pacífico. Nessa época, foram então dirigidas ao Peru numerosas linhas de crédito do Banco Central e da antiga CACEX, a fim de facilitar a participação de empresas brasileiras em licitações para grandes empreendimentos, sobretudo na área da construção civil. As nossas Forças Armadas fizeram uma investida na cooperação militar com os países da região, embora a venda de armas não tenha prosperado, porque aquelas nações não tinham dinheiro *cash* para pagar. As exportações para o Peru, em parte financiadas, atingiram, em 1981, mais de US\$ 300 milhões, e chegamos a ser o segundo fornecedor daquele país. Aumen-

tou, porém, a dívida peruana com o Brasil, hoje perto de um bilhão de dólares.

O Peru, nessa época, era governado por um político admirável, Fernando Belaunde Terry, *el arquitecto*. Já havia sido presidente uma vez e fora deposto pelos militares. Eleito novamente, em 1981, gozava de muita popularidade e conseguiu terminar seu mandato em 1985, fato incomum na história do Peru. Tive, desde o início, bons fluidos com o Dr. Belaunde, que me honrou com certa intimidade. A figura do presidente interessava aqui neste trabalho porque ele sempre foi o grande campeão da conquista da Amazônia peruana, enquanto governantes míopes anteriores se agaravam às areias da costa peruana, cada vez mais árida.

A construção de Brasília e, mais tarde, da estrada Transamazônica fascinaram Belaunde, como arquiteto e engenheiro. Ele sonhava com a interligação das bacias dos rios Orinoco, Amazonas e do Prata, e chegou a ser o primeiro chefe de Estado a navegar o Cassiquiare, com o auxílio de nossa Mari-

nha de Guerra. Ao chegar ao governo pela primeira vez, o Presidente Belaunde Terry começara a construir a grande rodovia *Marginal da Selva*, que ligará o Panamá à Argentina pelo contraforte oriental dos Andes.

Certa vez, conversando com o presidente peruano em momento de descontração, provoquei-o dizendo: a *Marginal da Selva* vai ser uma estrada marginal do Brasil. Por quê? Belaunde ficou picado e me assegurou que, pelo menos, duas ligações com o Brasil estão previstas dentro do território do Peru. Se ainda não tinham sido construídas era porque o dinheiro estava escasso e *forças ocultas* se opunham a isso. Na primeira oportunidade, procurei apurar que *forças ocultas* eram essas a dificultar a conexão vial com o Brasil. Consultei um senador peruano com quem tinha bastante intimidade e ele acabou por me relatar que existe um relatório confidencial das Forças Armadas peruanas que desaprova a ligação rodoviária direta com o Brasil, pois têm receio do expansionismo brasileiro. O senador esclareceu-me

que não se tratava de preocupação com eventual invasão militar brasileira e sim o receio das migrações de colonos brasileiros desocupados ou garimpeiros, tal como já sucedeu no Paraguai, Bolívia e Venezuela, criando problemas bilaterais delicados.

Recordo ainda um fato auspicioso na minha permanência em Lima, em 1983, quando o governador do estado do Acre manifestou desejo de visitar o Peru com uma delegação de deputados e homens de negócios. A meu pedido, o Presidente Belaunde convidou os oficialmente e os acolheu com toda a deferência, havendo o Governador Nabor, hoje senador, sido recebido com honras de chefe de Estado. Houve várias reuniões no palácio presidencial e Belaunde pessoalmente explicou, com mapas e dia-positivos, os problemas da região à delegação acreana, que regressou encantada com o primeiro mandatário peruano.

Ainda fiquei em Lima mais de um ano e o assunto não progrediu. Soube, depois, que o Brasil e o Peru

estavam negociando em nível técnico e pretendiam apresentar ao Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) um pedido conjunto de vultoso empréstimo para construir a estrada. Muito mais tarde, em 1987, houve um encontro dos presidentes José Sarney e Allan Garcia, em Rio Branco e em Puerto Maldonado. Nessa época já havia consenso pela rota Rio Branco-Assis Brasil-Iñapari-Puerto Maldonado-Cuzco-Arequipa-Ilo.

Aliás, o Presidente Belaunde me dissera, em 1984, haver viajado de jipe de Puerto Maldonado até Iñapari e Assis, aproveitando a estação seca. Julgava ele que os gastos seriam dentro do razoável para melhorar essa estrada e torná-la transitável o ano inteiro.

Mais adiante, li na imprensa brasileira notícias meio fantasiosas de que o Japão estaria vivamente interessado nessa rodovia e por ela pretendia importar soja e madeiras do Peru e do Brasil. Os ecologistas gritaram freneticamente e consta, até, que o governo norte-americano teria feito gestão

diplomática junto ao governo japonês, para dissuadi-lo de financiar o projeto da estrada que nos daria a tão decantada janela para o Pacífico.

A saída pelo Peru é inegavelmente mais realista do que a equatoriana, embora as distâncias também sejam impressionantes. De acordo com os cálculos do engenheiro José Francisco Azevedo, do DNER, a distância entre Porto Velho e Ilo, na costa peruana, é de 1.938km, com o inconveniente já mencionado de ultrapassar os Andes a grande altura.

Sabemos que o atual presidente do Peru, Alberto Fujimori, é favorável à construção da estrada. O governo peruano, em recente plano viário, ofereceu facilidade de zona franca e porto livre, de que, aliás, a Bolívia já está tirando proveito.

O porto de Ilo parece ser o mais conveniente para nós brasileiros, já que tem águas profundas e boa estrutura técnica. A alternativa seria o vizinho porto de Matarani, que estaria menos bem equipado. O calado é de 12 metros. Empresas especiali-

zadas estão realizando estudos de viabilidade para a estrada, levando em conta as precárias condições do terreno e as justas exigências das entidades do meio ambiente dos dois países.

Todos esses estudos e planos se justificam plenamente, devido às boas possibilidades de vultosa exportação de soja para o Japão, via Pacífico. Os Estados de Mato Grosso e Rondônia produzem enormes quantidades de soja que se escoam pelos portos do Atlântico Sul, obrigando os navios a darem longuíssima volta pelo Estreito de Magalhães ou pelo Canal do Panamá para poderem chegar a seu destino no Japão. Por motivos ecológicos e políticos, *não* está sendo cogitada a exportação de madeiras brasileiras, já que isso poderia vir a inviabilizar todo o projeto de construção da estrada Brasil-Peru.

Entretanto, não devemos descartar ainda a alternativa ferroviária, uma vez que o escoamento rodoviário da soja teria de utilizar cerca de 50.000 caminhões, fazendo 150 viagens diárias, índices elevadíssimos, com o citado inconveniente de que esses caminhões não poderiam viajar totalmente carregados

no trajeto de subida da cordilheira. Talvez a combinação de um trecho ferroviário eletrificado de montanha com uma rodovia nos terrenos de baixa altitude venha a ser a solução final para nossos produtos mais facilmente chegarem aos portos peruanos do Pacífico. A notável vantagem é que se diminuiria em 30% o percurso da exportação da soja e haveria sensível descongestionamento das rodovias brasileiras Cuiabá-Santos e Cuiabá-Paranaguá, e desses dois portos brasileiros, já bastante sobrecarregados.

Para que melhor se possa avaliar a viabilidade imediata do trecho da estrada Puerto Maldonado-Assis Brasil-Porto Velho, pelo menos em temporada seca, relato o que na época me contou o Cônsul-Geral do Peru no Rio de Janeiro, Miguel Palomino.

Estava ele almoçando em um restaurante da Avenida Atlântica, quando desfilou diante dele uma caravana de caminhões peruanos, que chegavam ao Rio de Janeiro via Assis Brasil, Rio Branco, Porto Velho etc. Foi uma tremenda surpresa para o diplomata peruano e que também o encheu de entusiasmo pelo feito espetacular

de seus compatriotas caminhoneiros. Na realidade, a BR-31 existe há 30 anos e pode ser utilizada em temporada seca.

Examinaremos agora a segunda alternativa de conexão vial com o Peru, a BR-364, até agora tão polêmica e que tem despertado o furor de nossos ecologistas, talvez demasiado sensíveis nesse caso específico. Em 1992, recebi interessante carta do ex-deputado pela Bahia, Vasco Azevedo Neto. Ele não partilha da decisão inicial dos peritos brasileiros e peruanos, de que o percurso da BR-317 Assis Brasil-Puerto Maldonado e Ilo seja a melhor alternativa da janela para o Pacífico. Sua argumentação não deixa de ter bastante peso, baseando-se no grave problema da travessia da cordilheira a grandes altitudes. Cito-a:

Apesar da preferência pela ligação Assis Brasil-Iñapari dos governos do Brasil e do Peru, engenheiros peruanos optariam pela ligação Cerro de la Bandera (Boqueirão da Esperança, do lado brasileiro), utilizando a rodovia PE-5 até Puerto Bayovar ou, mais ao norte, os portos de Paita ou Talara. Talvez porque essa rodovia

atravessaria os Andes em Abra Porculla, a 2.144 metros de altitude, enquanto a opção Matarani o faria na altitude de 4.400 metros, e a de Callao na altitude de 4.717 metros, em La Galera. Aliás, essa estrada BR-364 tem a preferência dos acreanos, pois vai ligar Rio Branco a Cruzeiro do Sul antes de entrar no Peru por Boqueirão da Esperança. O ex-governador do Acre, Flaviano Melo, afirmou que a BR-364 é uma estrada de integração que permitirá o encontro do Acre consigo mesmo, ao passo que a BR-317 faria do estado um simples corredor de exportadores rumo ao Pacífico (Gazeta do Rio Branco, 10 de fevereiro de 1990). Seja como for, tanto a BR-317 quanto a 364 só poderão ser iniciadas após aprovação formal do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA), que é uma imposição legal vigente, desde 1986.

Mais adiante, em seu estudo sobre a interconexão vial entre o Brasil e Peru, o ex-deputado pela Bahia acenava também com uma terceira janela para o Pacífico, através do Peru, ao afirmar que o passo de Abra Porculla, ou algum outro

ponto no *divortium aquarum* dos rios Huancabamba e Marañon (nossa Amazônicas), sendo um colo notável na cordilheira dos Andes, situa-se exatamente dentro da diretriz Iquitos-Puerto Bayovar, ponto final do oleoduto peruano. Isso facilitaria a implantação da grande via leste-oeste, que constitui a *Transversal Norte*, de 3.776km de gigantesca hidrovia interior, ligando o porto de Belém do Pará a Iquitos, por onde trafegam navios de grande calado de navegação atlântica. Para essa janela, adicionaremos à hidrovia mais de 1.000km de rodovia, ou 1.200km de ferrovia, entre Iquitos e Puerto Bayovar, que tem capacidade para receber petroleiros e graneleiros até 300.000 toneladas.

É preciso, no entanto, destacar que essa janela só serviria para a exportação e importação dos estados do Amazonas e Pará. Não teria, portanto, qualquer serventia para a produção do Acre, Rondônia e Mato Grosso, e a exportação de soja não poderia ser efetuada via Iquitos. Seja como for, essa importante alternativa certamente algum dia será viabilizada, embora nem a médio prazo seja justificável. A

avaliação de Vasco Neto para os mil quilômetros de rodovia entre Iquitos e Puerto Bayovar é de US\$ 300 milhões, e lembra ele que tal soma representa apenas o custo de um dia da recente guerra do Golfo Pérsico.

Já existe dotação orçamentária no Brasil para realizar os estudos de viabilidade da estrada BR-317 e esses estudos estão adiantados. Também existe uma verba de US\$ 3 milhões para os mesmos estudos, do lado peruano. A princípio, a comissão binacional já decidiu que a estrada não terá trechos ferroviários, nem fluviais, e será uma rodovia em todo o seu percurso. O ponto final será mesmo o porto de Ilo, e não Matarani, como aliás já se previa. O fato novo, mas negativo, é que está sendo estudada, com preferência no Peru, uma outra passagem da cordilheira, provavelmente por Juliaca e Puno, perto do Lago Titicaca. A PETRO-BRAS estaria interessada em explorar importante jazida de gás peruano situada na região de Camiseá, a ser cruzada pela rodovia.

Destarte, está sendo avaliada a possibilidade de a

estrada BR-317 atravessar os Andes em local mais próximo a Camiséa, em altitude satisfatória que permita o tráfego de caminhões pesados sem grande prejuízo da queda da potência de seus motores. O percurso final, a princípio escolhido pelos técnicos binacionais, passaria por Puno e Moquégua, evitando assim os grandes centros urbanos de Cuzco e Arequipa. Eventual apoio financeiro da PETROBRAS e da PETROPERU aceleraria consideravelmente o planejamento da construção da estrada. Segundo informação do Itamaraty, os dois governos poderiam apresentar conjuntamente o pedido de financiamento ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Restará ver como se comportará o representante dos Estados Unidos da América nesse banco, no qual goza de enorme peso específico, como seu principal contribuinte. Como a estrada BR-317 vai nitidamente contra interesses comerciais e ecológicos norte-americanos, não me surpreenderá nada eventual voto do Departamento de Estado, pelo delegado americano no BID. Seja como for, mesmo com a possível

obstrução dos Estados Unidos da América, a construção da Rodovia BR-317 será, mesmo assim, bastante viável, se for encontrado trajeto apropriado. Não esqueçamos que agora também a PETROBRAS parece ter interesse na construção da estrada, que muito facilitaria o escoamento do gás peruano a ser explorado pela BRAS-PETRO, e cuja utilização terá papel decisivo no desenvolvimento de toda a região fronteiriça.

Mas poder-se-á perguntar sobre os números dessa estrada, as estimativas de custos. O presidente da Federação de Indústrias do Acre, Sr. Jorge Tomás, concorda plenamente com a avaliação dos técnicos peruanos e brasileiros: US\$ 500 milhões para a implantação e pavimentação da rodovia dentro do território peruano, isto é, da fronteira brasileira em Iñapari ao porto de Ilo. Recordo que a estrada já existe em parte. Serão aproximadamente 1.180km, ou seja, pouco menos que o percurso entre Brasília e Rio de Janeiro. Já o trecho entre Assis Brasil e Rio Branco, com cerca de 350km, a ser implantado definitivamente, é o equivalente à distância

entre o Rio de Janeiro e São Paulo e custaria um máximo de US\$ 100 milhões. Chegamos assim ao total de US\$ 600 milhões, mais os gastos de caminhos vicinais, eletrificação rural, colonização, proteção do meio ambiente etc. Está prevista uma central termoelétrica a ser instalada em Iñapari, na fronteira peruana, que produziria 400MW, sendo a metade para ser vendida às cidades brasileiras vizinhas. O total geral do projeto deverá andar pelo bilhão de dólares, 70% a ser financiado pelos organismos internacionais, que, aliás, costumam ver com bons olhos projetos binacionais dessa natureza. A quantia está longe de ser excessiva em relação à capacidade de produção das promissoras áreas que a rodovia vai atravessar, sobretudo se nela incluirmos a extração de gás a ser produzida pela rica jazida peruana de Camiséa. Outra alternativa de financiamento seria interessar a APEC nesse projeto.

Os citados estudos de viabilidade foram feitos e estão sendo aperfeiçoados pela empresa ABC do Brasil e, no Peru, pelo INAD, ou seja, o Instituto Nacional de Desenvolvimento. Estão

trabalhando em várias hipóteses, aliás, dentro do maior sigilo, a pedido das autoridades peruanas, que desejam evitar influências políticas regionais para a escolha do percurso final em seu território. Seja como for, o compromisso binacional foi alinhavado por ocasião da recente visita, a Brasília, do Vice-Ministro da Energia do Peru, que assinou documentos com seu colega brasileiro.

Esclareço, ainda, que a referida jazida de gás da Camiséa está sob contrato peruano com a Shell que, até a pouco, não tinha interesse imediato em explorá-la, devido às dificuldades de acesso rodoviário à região. A decisão governamental de construir, a médio prazo, a BR-317 deu, naturalmente, vida nova ao projeto, com pleno apoio da Shell.

A mencionada jazida de gás de Camiséa encontra-se na província de Madre de Deus, antes de chegar à serra, e à distância relativamente longa dos povoados fronteiriços de Assis Brasil e Iñapari. A ultrapassagem da cordilheira continua a ser, porém, a maior dificuldade para a decisão final do percurso a ser aprovado em

definitivo.

No entanto, é preciso levar em consideração a proposta de um experiente engenheiro brasileiro, estudioso das saídas para o Pacífico.

Em abril de 1997, o engenheiro Marcos Ribeiro Dantas, pronunciou uma palestra, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, sobre as *Saídas do Brasil para o Pacífico*, na qual identificou nova alternativa.

Essa nova *janela peruana*, proposta pelo engenheiro Dantas, na realidade é uma nova rota rodoviária a partir de Rio Branco, que passa pelo centro do Acre, em Santa Rosa do Purus, e prossegue em direção ao porto peruano de Callao, no Pacífico, passando os Andes em Termópilas e com apenas 1.418km de extensão. A partir de Porto Velho, são apenas 1.924km, somando-se o novo trecho já pavimentado entre Porto Velho e Rio Branco. O trajeto é sedutor, pois tem menor extensão do que as outras alternativas mencionadas (BR-364 e BR-317). Essa nova rota passa perto do campo de gás de Camiséa, no Peru, que poderá, no futuro, produzir energia térmica para o Acre

e Rondônia, ajudando assim a viabilizar esse empreendimento.

Além dessas saídas pelo Acre em direção ao Peru, foram propostas, por Dantas, novas ligações *Brasil-Bolívia-Pacífico*, sendo duas saídas rodoviárias e uma rodoviária. As novas saídas rodoviárias partem de Cuiabá (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), atingem o altiplano boliviiano e continuam em duas direções: uma alternativa demanda os portos de Ilo e Matarani, no sul do Peru, e outra segue na direção dos portos chilenos de Arica, Iquique e Antofagasta.

A grande vantagem dessa saída pela Bolívia a partir de Cuiabá é que o pior trecho, atravessando os Andes e chegando ao Pacífico, já está construído e pavimentado. Faltam apenas 536km de pavimentação em região plana, perto da nossa fronteira e de baixo custo de construção, para se completar essa estratégica ligação. A partir de Porto Velho, foi proposta uma nova subida mais suave dos Andes, permitindo o tráfego de carretas pesadas, o que não é possível atualmente.

Marcos Ribeiro Dantas sugere também uma nova rota de transporte intermodal, isto é, rodovia + ferrovia: os produtos brasileiros seguiriam, pela rodovia Cuiabá-Cáceres-San Matias-Santa Cruz de la Sierra, até Oruro, a 3.800 metros de altitude, e prosseguiriam pela excelente ferrovia existente até o porto chileno de Antofagasta. Essa ferrovia é muito melhor do que a velha ferrovia de cremalheira que liga La Paz a Arica, lenta e de capacidade limitada, devido ao declive excessivo. Ademais, Antofagasta tem uma disponibilidade portuária de 3 milhões de toneladas, ao passo que Iquique só comporta 800.000 toneladas e Arica não tem disponibilidade alguma, por ser porto livre da Bolívia.

Esclareceu ainda o engenheiro brasileiro que o percurso em direção a Antofagasta atravessa os Andes de maneira transversal, muito mais suave para descer ou subir a serra.

O consulado da Bolívia no Rio de Janeiro informou-me que a ferrovia Antofagasta-Oruro já teria chegado à povoação de Mizque, na direção de Santa Cruz de la Sierra, encor-

tando assim o trecho que falta construir para fazer conexão com nossa ferrovia procedente de Corumbá, recém-adquirida por empresa americana.

Infelizmente, as distâncias através da Bolívia são grandes — de Cuiabá a Arica: 1.975km; a Iquique: 2.276km; a Ilo: 2.210km; a Matarani: 2.274km; a Antofagasta: 2.443km (rodovia: 1.515km + ferrovia: 928km). De Porto Velho a Arica: 1.906km; a Iquique: 2.222km; a Ilo: 2.141km; a Matarani: 2.205km; a Antofagasta: 2.467km (rodovia: 1.539km + ferrovia: 928km).

Os custos da saída pela Bolívia seriam bem menores do que as despesas para viabilizar saídas pelo Acre e pelo Peru.

O corredor de exportação Brasil-Oceano Pacífico poderá transportar três milhões de toneladas anuais de soja e outros cereais do Mato Grosso e Rondônia para os portos peruanos ou chilenos, onde seriam embarcadas para o Extremo Oriente. Como frente de retorno, os caminhões poderão trazer igual tonelagem de fosfato peruano, calcário, farinha de peixe, cimento e importação de países asiáticos. O Brasil ainda poderá exportar frutas,

castanhas, polpa de celulose, automóveis, ferramentas, implementos agrícolas, produtos químicos, eletrodomésticos, sapatos, material de construção e cassiterita, a ser refinada na zona franca de Ilo ou de Antofagasta.

A produção local dos estados do Acre e Madre de Diós, no Peru, seria também escoada nas duas direções pela nova estrada. O governo peruano parece inclinar-se pela utilização da cidade de Puno, sobre o Lago Titicaca, pois essa região tem excelente potencial turístico, com belíssimas paisagens e pitorescos povoados indígenas. No entanto, esse itinerário via Lago Titicaca é inviável e quase absurdo, devido a altitude em que a rodovia ultrapassaria os Andes. No momento, essa alternativa não é aceitável para o Brasil, informaram-me no Itamaraty.

As hesitações do governo peruano sobre qual o percurso mais conveniente em seu território me fazem lembrar o antigo voto militar a uma conexão rodoviária com o Brasil, conforme me referi anteriormente. No momento, não há definição ainda de uma saída rodo-

viária pelo Peru. Por isso, o Brasil hoje está favorecendo apenas projetos que intensifiquem o comércio regional, na zona fronteiriça. Esses projetos têm o título de *corredores de desenvolvimento e integração*. Aparentemente, a alternativa mais promissora de saída do Acre pelo Peru é mesmo por Pucalpa-Abra Porculla-Puerto Bayovar, a partir de Cruzeiro do Sul ou Rio Branco. Faltaria melhorar as condições do porto petroleiro. Essa rodovia interessa muito aos exportadores do Acre e de Rondônia.

O engenheiro Dantas alvitrou ainda uma outra variante, a partir das vizinhanças de La Paz, uma rodovia em direção aos portos do Peru. Uma vez pavimentada a estrada Cuiabá-Santa Cruz da la Sierra, uma carreta carregada com produtos brasileiros subiria a boa rodovia asfaltada até La Paz. Da capital boliviana abre-se um leque com três alternativas viáveis: 1) a mercadoria (se não for pesada) poderá descer a cordilheira pela ferrovia de cremalheira até o porto

chileno de Arica; 2) se a carga for pesada, usaria a ferrovia para o porto de Antofagasta; e 3) a carreta poderá, em breve, descer os Andes por uma rodovia que está sendo melhorada pelo governo peruano em direção aos portos peruanos de Ilo ou Matarani. Creio que essa saída pelo Peru não encontraria objeções das Forças Armadas peruanas. Marcos Dantas está informado de que a pavimentação dessa estrada, La Paz-Desaguadero-Ilo-Matarani, está bem adiantada e poderia constituir uma alternativa válida dentro de poucos meses.

Finalmente, devo destacar com especial ênfase que recente avaliação comercial considerou ainda como *mais baixo* o custo da exportação de grãos pelo Oceano Atlântico do que por qualquer eventual saída pelo Pacífico. Essa só seria viável pelo uso de caminhões carregando contêineres, cujo frete seria compatível com a carga.

Outra observação importante é que o Brasil precisa ter o maior cuidado na tramitação de projetos no BID e no Banco Mundial, em vista das exigências

norte-americanas de que os produtos exportados pela região amazônica tragam sempre o chamado *green seal* (selo verde), que atesta não haverem sido produzidas, essas mercadorias, com prejuízo do meio ambiente da Amazônia. No caso específico da estrada Brasil-Peru, é evidente que os exportadores norte-americanos de soja estão por trás dos ecologistas, levantando objeções ao financiamento do Japão para aquele empreendimento.

Em novembro de 1997, estive em Brasília e visitei o Ministro Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, chefe da Divisão da América Meridional II, do Itamaraty, e tivemos longa conversa sobre as eventuais saídas para o Pacífico. Considera ele que, no momento, a saída mais iminente será mesmo através da Bolívia. Do lado brasileiro faltam apenas 86km por asfaltar e mais 536 do lado boliviano. O itinerário seria Cuiabá-Cáceres-Puerto Suarez-San José-Santa Cruz de la Sierra, prosseguindo pelas rodovias bolivianas asfaltadas até Arica, Iquique e Antofa-

gasta. Contou-me também que está sendo asfaltado o trecho La Paz-Desaguadero, na fronteira peruano-boliviana, em direção aos portos peruanos de Ilo e Matarani, a que me referi acima. Voltei a falar com o diplomata por telefone, há dias, e ele me informou que, em março último, o chanceler boliviano, em visita a Brasília, reiterou o interesse de seu Governo em que empresas brasileiras pavimentem o trecho entre a nossa fronteira e Santa Cruz de la Sierra.

Finalmente, outras janelas para o Oceano Pacífico estão prestes a abrir-se e a se transformar em verdadeiras portas.

O Estado do Paraná fez licitação para estender a ferrovia paranaense FERROESTE até Assunção, através do Paraguai, para chegar à Argentina e ao Chile. O provável itinerário passaria pela província de Salta, que estaria entusiasmada com a expectativa de desenvolvimento. O já batizado *Corredor Oceânico* uniria o sul do Brasil ao Chile, desembocando em

Antofagasta, ou mesmo ao sul de Santiago e Valparaíso, no porto chileno de Talcahuano. O projeto tem apoio dos governos da Argentina e do Chile e poderia, até, ser integrado com a hidrovia que começa no Rio Tietê. O frete hidroferroviário foi calculado em US\$ 120 milhões e o percurso chegaria aos 8 mil quilômetros até Talcahuano, distância enorme. A cordilheira seria ultrapassada em Pino Ha-chado, a 1.800 metros de altitude, em região que opera normalmente mesmo em época de neve. As instalações ferroviárias necessárias não chegariam a 200km e custariam entre US\$ 250 e 300 milhões. Essa informação é da *Gazeta Mercantil*, de 12 de abril último, e que me foi gentilmente fornecida pelo nosso colega Mauro Moreira.

Estima-se em US\$ 300 milhões a melhoria dos portos chilenos que interessam ao Brasil.

Trocando idéias com o engenheiro Dantas sobre essa ferrovia paranaense, chegamos à conclusão de que o maior interesse das autoridades do estado do

Paraná é inverso: ao invés de enviar mercadorias para o Pacífico a uma distância tão longa, o que ambiciona o governo paranaense seria atrair carga do norte da Argentina e do Paraguai para o porto de Paranaguá. Em suma, essa saída seria bem mais uma entrada no Brasil, beneficiando aquele porto paranaense.

Por ora, uma versão bem mais simples já está em pleno funcionamento como via de exportação e importação. Trata-se da rodovia que sai de Uruguaiana-Paso de los Libres, atravessa a Argentina em direção a Mendoza, cruza os Andes pelo túnel do Cristo Redentor e chega a Valparaíso, o maior porto chileno. O tráfego por ora é simbólico, mas está operacional para automóveis, ônibus e carretas. Hoje, se pode viajar em ônibus-leito do Rio de Janeiro a Santiago. O jornal *O Globo*, de 7 de julho de 1998, informou que uma

agosto corrente (1998), serão feitas as primeiras experiências, com boas perspectivas de sucesso.

Outro aspecto relevante a ser negociado pelo Brasil com esses países vizinhos se refere às condições com que as mercadorias brasileiras viajarão para os portos do Pacífico. Afinal, serão mercadorias em trânsito, que não devem ser taxadas. O Brasil concedeu, ao Paraguai, um porto livre em Paranaguá, assim como o Chile deu igual vantagem à Bolívia no porto de Arica. Acordos especiais devem ser negociados nesse sentido.

Seja como for, as janelas para o Pacífico estão identificadas e algumas delas já estão se abrindo para o tráfego comercial regular. A notícia é alviçareira, mas, por ora, estamos ainda no período experimental ou de estudos sérios, aprovados e financiados pelos governos interessados, inclusive o nosso.

Recapitulando os pontos principais deste ensaio, faço o seguinte resumo:

- **Saída nº 1, via Equador:** *Via Interoceân-*

nica, utilizando a via fluvial Manaus-Puerto Putumayo e a rodovia asfaltada Puerto Putumayo-Lago Agrio-Quito-Esmeraldas. Poderá ser viabilizada a curto prazo, se houver vontade política e estratégica dos governos do Brasil e do Equador. A *Via Interoceânica* é de interesse exclusivo dos estados do Amazonas e Pará, embora o movimento previsto seja modesto.

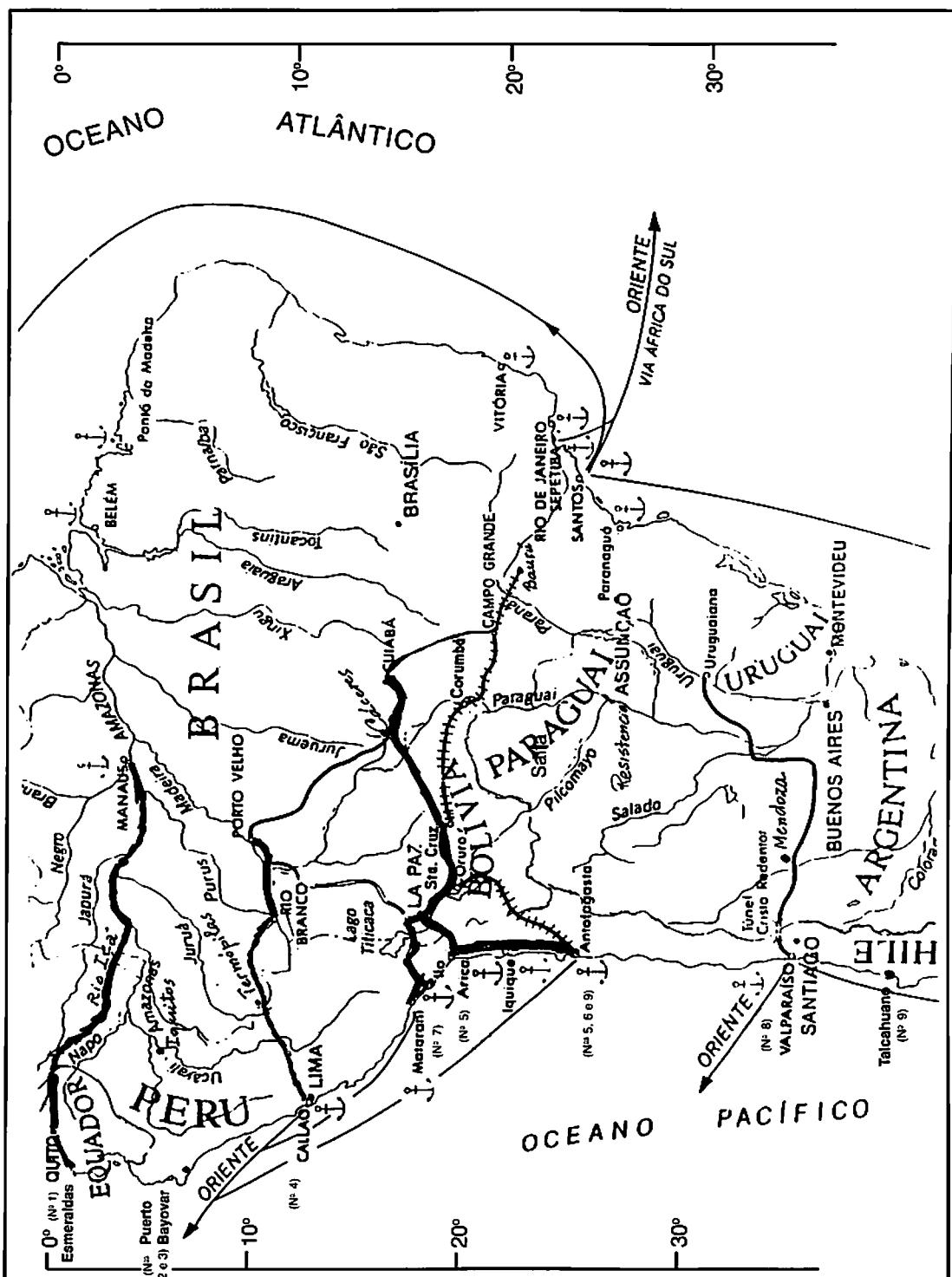
- **Saída nº 2, via Peru:** A *Transversal Norte*, via Iquitos (bom porto marítimo do Peru no Rio Solimões), seria uma rodovia ou ferrovia de bastante viabilidade a longo prazo, com ponto final em Puerto Bayovar. Essa janela seria de exclusivo interesse dos estados do Amazonas e Pará, e algum dia será importante.

- **Saída nº 3, via Peru:** A controvertida estrada BR-364, a partir de Rio Branco-Pucallpa-Abra Porculla-Puerto Bayovar é a mais aconselhável, embora persistam várias objeções de caráter ecológico. Os governos dos estados do Acre e de Rondônia têm demonstrado vivo interesse por essa alternativa. Viável a médio

prazo, se houver consentimento peruano.

- **Saída nº 4, via Peru:** É a mais curta pelo Peru, com apenas 1.418km de extensão. O itinerário é Rio Branco-Santa Rosa do Purus-Termópilas-Callao. Resta saber se o governo peruano estaria disposto a sobre-carregar ainda mais o maior porto do país. *Depende de decisão política peruana.* De interesse dos estados do Acre e Rondônia, que deveriam aplicar pressão política nesse sentido junto ao congresso peruano.

- **Saída nº 5, via Bolívia e Chile:** A partir de Cuiabá e Cáceres. Já está em operação experimental, utilizando o porto chileno de Arica. O governo boliviano solicitou formalmente o apoio do governo brasileiro para conceder linhas de crédito para a pavimentação da rodovia existente desde a nossa fronteira até Santa Cruz de la Sierra. Considerando a prioridade que a Bolívia tem, hoje, em consequência do recente acordo do gaseoduto, é de supor-se que será aberta a licitação para diversos trechos da estrada, que não apresenta



maiores dificuldades técnicas. De grande interesse dos estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso. Os trabalhos poderão estar prontos em dois anos.

- **Saída nº 6, pela Bolívia e Chile:** Via Corumbá. A ferrovia Bauru-Campo Grande-Corumbá-Santa Cruz, recentemente privatizada e adquirida por empresa norte-americana, pode ser prolongada até Mizque e Oruro, de onde parte outra ferrovia até o porto chileno de Antofagasta. Do interesse dos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo, que poderiam tentar obter linhas de crédito para tal fim.

- **Saída nº 7, pela Bolívia e Peru:** Alternativa para a saída nº 5. A rodovia que virá de Cuiabá, ao chegar a La Paz, em vez de descer para Arica, contornaria o Lago Titicaca até Desaguadero (fronteira boliviano-peruana) e desceria pela nova estrada em construção no Peru, chegando aos portos peruanos de Ilo e

Matarani. O inconveniente é o trânsito por áreas de elevada altitude, beirando o Lago Titicaca, a 4.000 metros. Por esse motivo, parece-me menos comercial, devido à queda da força dos motores por falta de oxigênio. Do interesse dos estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso. Viável a médio prazo.

- **Saída nº 8, via Argentina e Chile:** Já está em operação experimental, utilizando o porto chileno de Valparaíso e a partir de Uruguaiana. Utiliza estradas argentinas asfaltadas e cruza os Andes pelo túnel do Cristo Redentor. Nova ponte sobre o Rio Uruguai encerrou distâncias. Do interesse dos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já existe linha direta de ônibus-leito Rio de Janeiro-Santiago do Chile.

- **Saída nº 9, via Argentina e Chile:** Extensão da ferrovia paranaense

FERROESTE, através do Paraguai, passando pela província de Salta, cruzaria os Andes chegando ao porto de Antofagasta. O governo do Paraná está realizando licitações nesse sentido, visando à conexão com as ferrovias argentinas. Viável a médio prazo.

Tudo faz crer que, já na primeira década do século XXI, as *janelas* para o Pacífico, através da Bolívia e da Argentina, vão operar regularmente e desempenhar importante função regional e internacional. O êxito dessas *janelas* no sul do País talvez convença o governo peruano a viabilizar a conexão com o Acre e Rondônia, talvez a saída nº 3, superando preconceitos anti-quados e ativando o comércio intra-regional com o Brasil. Assim seja!



NOTA: Após a palestra referenciada no *lead*, chegou ao conhecimento do autor um relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, preparado por uma comissão interministerial que estuda os corredores oceânicos de transporte. O relatório é de 28 de junho de 1996 e o autor deste ensaio recomenda a sua leitura aos interessados.

Administração Pública¹

Reis Friede*

Dentro do significado da expressão como entidades e órgãos administrativos, o artigo apresenta um estudo da Administração Pública, sobretudo do ponto de vista jurídico.

A expressão *Administração Pública* possui, pelo menos, dois diferentes significados: entidades e órgãos administrativos, e função ou atividade administrativa.

O primeiro é o mais importante e traduz, em essência, o objeto de estudo do presente ensaio.

No Brasil, em particular, basicamente a Administração Pública é dividida em *Administração Pública direta* e *Administração Pública indireta*, com seus respectivos órgãos integrantes. Po-

rém é fundamental entendermos que tal divisão deve-se, sobretudo, ao processo de descentralização administrativa, levado a efeito pela Reforma Administrativa, por meio de três subprocessos básicos: a *descentralização burocrática* (desconcentração), a *descentralização institucional* e a *descentralização por cooperação*.

No Brasil, como em diversas outras nações ocidentais federadas, a organização administrativa federal pecava pela excessiva concentração de atribuições nos órgãos de cúpula, agravada pela falta de racionalização dos trabalhos de coordenação dos serviços, ineficientes e morosos, o que contribuía, em última análise, para o retardamento de decisões governamentais de importância, ab-

surda subordinação das atividades-fim às atividades-meio.

Tal anomalia, destacada por vários autores e estudiosos da época, como o professor Dr. José de Nazaré Teixeira Dias, um dos autores da reforma administrativa de 1967, contribuía para confundir as atividades de direção e de execução,² imprimindo elevado grau de ineficiência à Administração Pública, em face da sua crescente complexidade, de um lado, e maiores necessidades sociais, de outro.

Encorajado pelo relativo sucesso da descentralização em outros países ocidentais, o governo revolucionário, em 25 de fevereiro de 1967, editou o Decreto-Lei nº 200³ criando a descentralização administrativa, determinan-

* Mestre e Doutor em Direito Público.

¹ Selecionado pelo PADECME.

² Atividades-fim e atividades-meio.

³ Alterado, posteriormente, pelos Decretos-Leis nºs 900/69, 991/69 e 1.093/70, e pela Lei nº 6.036/74, Decreto-Lei nº 2.299/86 e Leis nºs 7.596/87 e 8.490/89, entre outras.

do claras divisões e distinções entre os níveis de direção e os níveis de execução, determinando, ainda, que os serviços que compõem a estrutura central de direção deveriam permanecer liberdos das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que pudessem, afinal, concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.⁴ Criou, dessa forma, um verdadeiro *planetário administrativo*, nas palavras do professor Luciano B. de Andrade, reconhecendo, desde logo, a impossibilidade de o Estado continuar a realizar sozinho todas as tarefas que lhe incumbem para cumprimento de seus fins.

A reforma de 1967 dividiu a Administração Pública em direta e indireta. Com o advento da Constituição Federal de 1988, entretanto, a maioria dos autores entende que a Administração Pública passou a ser dividida em Administração Pública direta, indireta e fundamental.

A descentralização burocrática, também chamada *desconcentração*, é o pro-

cesso segundo o qual a Administração Pública distribui a diversos órgãos suas atribuições fundamentais. É baseado na descentralização burocrática que são criados órgãos autônomos dotados de poder para assinar referendos.

A descentralização institucional é a responsável direta pela criação das entidades integrantes da chamada Administração Pública indireta.

A descentralização por cooperação é a responsável pelo surgimento das pessoas pária-administrativas (entes de cooperação).

Deve ser observado, contudo, que o conceito das *entidades de cooperação* não é pacífico. Para Hely Lopes Meirelles, por exemplo, os entes de cooperação correspondem unicamente aos serviços sociais autônomos e às fundações de direito privado instituídas pelo poder público, estas somente até 1986, por força do Decreto-Lei nº 900/69, revogado em parte (derrogado), por força de lei nova. Para Sérgio de

Andréa Ferreira, no entanto, os entes de cooperação compreendem tanto as entidades a que alude Hely Lopes Meirelles, como também as entidades desportivas, comi-

tês olímpicos, federações, entidades particulares de ensino, sindicatos e associações de moradores, entre outras.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Na *Administração Pública direta*, o Estado é identificado como uma efetiva pessoa administrativa — possui a condição de sujeito ativo da função administrativa. A organização estatal, em particular, tem conotação típica, respaldando-se, em essência, no princípio maior da hierarquia, que vincula, em patamares, diversos órgãos administrativos. É usual a invocação ao símilo da pirâmide, em cujo ápice se posiciona o órgão de hierarquia maior, estendendo-se até a base os de menor hierarquia.

A estrutura hierarquizada ordena o posicionamento dos órgãos, sem que os mesmos tenham personalidade jurídica própria. Com efeito, todos, sem exceção, confundem-se na personalidade jurídica pública do próprio Estado. Essa ausência de personalização implica unicificação de responsabilidade na Administração Pública, que será sempre sujeito de direitos e deveres e que, por isso, responderá pelos atos

⁴ Art. 10, § 1º e § 2º do Decreto-Lei nº 200/67.

praticados por seus agentes. É a chamada responsabilidade objetiva, onde não é necessário provar a culpa, como o é na responsabilidade subjetiva.⁵

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Na Administração Pública indireta, diversamente da Administração Pública direta, vamos detectar a existência de pessoas administrativas dotadas de sua própria personalidade jurídica e que atuam *iure proprio*, integrando relações jurídicas e não se confundindo com a pessoa estatal criadora.

Com características peculiares ditadas pela atipicidade maior ou menor da atividade que vão desempenhar, essas pessoas administrativas se engajam em três categorias de entidades que são: a das *autarquias*, a das *empresas públicas* e a das *sociedades de economia mista*.

Tais entidades são autônomas, vinculando-se à Administração direta por uma espécie de *ponte*, percorrida pela Administração Pública

com objetivo de supervisão e acompanhamento e, por isso, sem a tônica do autoritarismo.

No fundo, esse controle indireto é mais eficiente em termos de resultado, ficando os poderes de gestão entregues aos administradores, sem prejuízo do exercício de uma supervisão dinâmica por parte da autoridade administrativa, doutrinária e legalmente chamada de *tutela administrativa*.⁶

Originariamente, o Decreto-Lei nº 200/67 integrava, também, na Administração Pública indireta, as *fundações*, instituídas por lei federal, e de cujos recursos participe a União, equiparando-as às empresas públicas. Tal situação, no entanto, foi alterada pelo Decreto-Lei nº 900/69 que revogou o § 2º do art. 4º do Decreto-Lei nº 200/67, ao declarar expressamente que essas fundações *não constituem entidade da Administração indireta*.

Porém, dado o aspecto previsto no art. 26 do Decreto-Lei nº 200/67 (as *fundações* sujeitam-se à supervisão ministerial, desde que recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento da União), a lei reconhece às fundações insti-

tuídas ou mantidas pela União o caráter de entidade paraestatal, situando-a entre aqueles que realizam atividades públicas ou de interesse público, delegadas ou reconhecidas, sem ser autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista.

Em 1986, lei federal derrogou o Decreto-Lei nº 900/69, reintegrando as fundações públicas na esfera da Administração Pública indireta. A Constituição de 1988, entretanto, tratou as fundações à parte, dentro da chamada *Administração Pública fundacional* (art. 37 da Constituição Federal de 1988), retirando-a, em nosso entender, novamente da esfera própria da Administração Pública indireta.

Órgãos Integrantes da Administração Pública Indireta

Como já ressaltamos, a Administração Pública indireta nasceu da necessidade de descentralizar os órgãos da Administração, separando as atividades-fim do Estado das atividades-meio.

Nossa legislação criou basicamente três pessoas jurídicas, ou órgãos da Administração Pública indireta, sendo uma delas de Direito Público (autarquia) e as ou-

⁵ Art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988, e art. 159 da Lei nº 3.071/16 (Código Civil), respectivamente.

⁶ Art. 14 do Decreto-Lei nº 200/67.

tras duas de Direito Privado (empresa pública e sociedade de economia mista).

A diferença fundamental entre os três tipos repousa no fato de que as autarquias desempenham nitidamente função estatal, ao passo que as empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem objetivos de natureza industrial ou comercial, tendo a primeira capital exclusivamente estatal, e a segunda capital misto: estatal (em sua maioria) e privado.

Entretanto, como advertiram vários estudiosos do tema, nem sempre é fácil diferenciar os órgãos da Administração Pública indireta dentre os três tipos fundamentais criados pelo Decreto-Lei nº 200/67. Assim, por exemplo, era a situação de Furnas que não foi criada por lei e se encontrava vinculada à Eletrobrás. Não sendo, de forma alguma, uma sociedade de economia mista, muito menos era uma empresa pública, uma autarquia ou, ainda, uma fundação, o que demonstra, de forma sinérgica, que em matéria de Administração Pública indireta ainda reina uma verdadeira confusão jurídica. Mesmo decorridos mais de trinta anos do advento do

Decreto-Lei nº 200/67, sua força remodeladora ainda não se fez sentir em toda a sua plenitude, causando, ainda, grandes sombras de obscuridade e insensatez jurídica.

Autarquias

Como bem salienta o nosso companheiro e amigo, recentemente falecido, A. B. Cotrim Neto, a palavra autarquia tem dois diferentes sentidos em nosso vocabulário. O primeiro diz respeito ao órgão da Administração Pública indireta que se traduz em *autogoverno*. O segundo possui um sentido econômico de *auto-suficiência* — são as autarquias do vernáculo tradicional.

Para o nosso estudo, entretanto, interessa tão-somente o primeiro sentido da palavra, que corresponde, especificamente, ao *ente dotado de personalidade jurídica de Direito Público componente da Administração Pública indireta*.

A caracterização do que sejam as autarquias, todavia, tem servido para profundos debates e controvérsias doutrinárias. Sem dúvida, um dos estudos mais complexos e atuais que existem entre nós a seu respeito é o de Celso Antônio, *Natureza e*

Regime Jurídico das Autarquias, que define essas entidades como a *pessoa de Direito Público exclusivamente administrativa*. Em que pese a autoridade do eminentíssimo professor, em coerência com as concepções que vêm sendo expostas sobre os serviços públicos, atividades administrativas e descentralização, não é possível adotar-se *in totum* esse conceito.

O problema referente à caracterização do que sejam as autarquias tendeu a resolver-se com a edição do Decreto-Lei nº 200/67, que desencadeou a reforma administrativa por ele objetivada. Porém, com o advento do Decreto-Lei nº 900/69, como outras legislações secundárias posteriores, as controvérsias renasceram, sobretudo com a existência de certa semelhança de características entre a autarquia e a empresa pública, particularmente por ser muito *impreciso* o conceito dessa última.

A designação particular do professor Celso Antônio nesse especial, é, em verdade, pouco específica. Em essência, tomando as origens helênicas do vocábulo, também poderá dizer-se que as autarquias, *lato sensu*, cor-

respondem a uma pessoa jurídica criada pelo Estado para a perseguição de fim público. Mas, devido à complexidade da Administração Pública indireta, necessário se faz a redução do conceito de autarquia, adequando-a a seu tipo particular de instituição pública.

Santi Romano assim define a autarquia: *É uma forma específica da capacidade de Direito Público; mas concretamente é a capacidade de governar, por si, os próprios interesses, embora estes sejam concernentes também aos Estados.*

Traços fundamentais que caracterizam as autarquias

Basicamente, quatro traços caracterizam as autarquias: ser uma criação do Estado; que a submete a um regime de Direito Público; e limita suas atividades a campo específico dos serviços públicos; proporcionando-lhe, ele mesmo, os meios de auto-realização.

As autarquias são as pessoas administrativas que se colocam mais próximas do Estado e, por isso, recebem um tratamento especial, con-

sistente em privilégios, garantias, parcelas de poderes administrativos e controle mais rígido.

O Decreto-Lei nº 200/67, como já ressaltamos, define a autarquia como o *serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para exercer atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.*⁷ Nesse sentido, a própria redação do art. 5º, I, do Decreto-Lei nº 200/67, resolveu em grande parte a situação conceitual e caracterizadora das autarquias, dada sua precisão quase que absoluta. A única restrição, como bem salienta Cotrim Neto, deve-se a não-inclusão da referência quanto à natureza jurídica de Direito Público das autarquias.

Características básicas de uma autarquia

Como bem sabemos, a criação de autarquia depende de lei autorizativa, não podendo, pois, provir de simples ato administrativo, muito menos, obviamente, da iniciativa particular, porque é assunto incluído na reserva legal, embora sua

efetivação dependa de atos administrativos complementares. Por outro lado, quaisquer serviços públicos podem ser autarquizados e nada impede que entidades particulares sejam transformadas em autarquias, em virtude de lei.

Por se acharem as autarquias umbilicalmente ligadas ao Estado, sua personalidade jurídica é sempre de Direito Público, como públicos também são os seus bens. A autonomia de gestão, o patrimônio e a receita próprios decorrem, naturalmente, de sua personalização.

Autonomia, nesse contexto, significa a faculdade de conduzir os próprios negócios, dentro dos limites e condições fixados na lei — o que não a exime do controle estatal. Para esse fim, elas se vinculam ao Ministério em cuja área de competência se enquadra sua principal atividade.

A receita das autarquias pode provir de fontes próprias, que são indicadas na sua lei institucional, via de regra, contribuições compulsórias, ou rendas de seus bens e serviços, legados, doações, ou ainda podem ser alimentadas por recursos à conta do tesouro público.

⁷ Art. 5º, I, do Decreto-Lei nº 200/67.

Está superada a tese de que os estados e municípios não podem criar autarquias, do mesmo modo que improcede a opinião dos que lhes negam a possibilidade de açãoarem o Estado.⁸

As relações das autarquias com o Estado e com os administrados são as mesmas já apontadas no concernente aos órgãos públicos. Conforme o caso, podem ser de supervisão, negociais, prestacionais e jurisdicionais. O controle estatal é doutrinariamente conhecido sob o nome de *tutela administrativa* que, no plano federal, é legalmente batizado por *supervisão ministerial*.

Principais classificações de autarquias

Várias têm sido as classificações propostas para as autarquias, atendendo-se aos critérios de suas finalidades ou às espécies de serviços que executam. Tirante a

classificação genérica (federais, estaduais e municipais), podem ser agrupadas em três tipos, em virtude de caracteres realmente distintivos e aplicações de ordem prática: territoriais; corporativas; e fundacionais.

As *autarquias territoriais* são as que têm por objetivo a administração geral de uma área limitada do território nacional e, por conseguinte, reúnem toda a sorte de serviços necessários aos interesses privativos daquela porção geográfica. Possuem, assim, capacidade genérica. No Brasil, os exemplos se constituem apenas dos antigos Territórios Federais, excetuando o de Fernando de Noronha.⁹

As *autarquias corporativas* são as integradas por um agrupamento de indivíduos, para a realização de um serviço que lhes é peculiar. São, em sua maioria, as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, como os Conselhos de Técnicos de Administração, Engenharia e Arquitetura, de Economistas, de Contabilidade e as Juntas Comerciais.¹⁰ Nesse particular, é importante ressaltar que existe inegável controvérsia doutrinária que tende a restringir o conceito de autarquia corporativa,

como já advertimos, situando essas entidades (CREA, CTAE etc.) na categoria de *serviços sociais autônomos* e, por efeito, *entes de cooperação* não pertencentes direta ou indiretamente à Administração Pública.

A OAB, em particular, possuía a natureza jurídica de autarquia até a edição da Lei nº 8.906/94, que tornou efetivo seu novo Estatuto, em substituição à Lei nº 4.215/63. Sobre sua atual natureza, deve ser visto o art. 44 do novo EOAB, *verbis*: *A Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade: I — defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas; II — promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil. § 1º A OAB não mantém com órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico. § 2º*

⁸ A esse especial propósito, vale observar o conceito legal da autarquia consignado no art. 77, § 2º, I, da *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*.

⁹ Decreto-Lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969.

¹⁰ Lei nº 4.726, de 13 de janeiro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 57.651, de 19 de janeiro de 1966, art. 17.

O uso da sigla OAB é privativo da Ordem dos Advogados do Brasil.

As autarquias fundacionais são todas as restantes, criadas em razão de um serviço ou atividade específica, com substrato patrimonial. Oportuno é salientar que as autarquias fundacionais não se confundem com as fundações e, por efeito, não integram a denominada Administração Pública funcional.

Por outro prisma, há ainda a considerar a existência de certas autarquias que poderiam ser chamadas menores, pois se situam dentro de outra autarquia maior. Essas podem formar, em seu conjunto, uma única autarquia ou se apresentarem individualizadas, cada uma de *per se*, compondo no todo um subsistema estrelar.

Empresas públicas

A empresa pública faz parte da Administração Pública indireta, possuindo personalidade jurídica própria de Direito Privado. Difere, fundamentalmente, das autarquias, em face não só de sua personalidade jurídica de Direito Privado, como

também pela sua forma de sociedade mercantil.

Em vista disso, segue-se que a empresa pública deve possuir um capital, que será constituído apenas por recursos públicos. Esse capital poderá ser exclusivo do Estado ou formado pela participação de outras entidades públicas internas ou mesmo de outras empresas públicas e sociedades de economia mista. O essencial, em todos os casos, é o caráter estatal de sua origem.

Noção básica de empresa pública

O Decreto-Lei nº 200/67 considera empresa pública a entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.¹¹ Mas o art. 5º do Decreto-Lei nº 900 esclarece que, desde que a maioria do capital votante permaneça de propriedade da União, será admitida a participação de outras pessoas jurídicas de Direito Pú-

blico interno, bem como de entidades da Administração indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A circunstância de que as empresas públicas têm serviço, primordialmente, de instrumento do mecanismo intervencionista no domínio econômico, e a redação dos dispositivos retromencionados podem deixar a impressão de que somente a União tem competência para instituí-las. Essa é a opinião do eminentíssimo professor Manoel de Oliveira Franco Soárez, em sua excelente e pioneira obra sobre o assunto, *Fundações e Empresas Públicas*, a qual, todavia, tem sido contestada, e com razão. Já foi referida a possibilidade de os estados, Distrito Federal e os municípios explorarem atividades econômicas, uma vez que não tenham finalidade intervintiva. Acresce que não teria sentido o texto constitucional ao falar em empresa pública federal, se não admitisse a existência de empresas públicas estaduais e/ou municipais. Seriam, no dizer de Celso Antônio, empresas prestadoras de serviço, que as unidades federadas, por força de suas atribuições constitucionais, cumpre or-

¹¹ Art. 5º, II, com a redação do Decreto-Lei nº 900/69.

ganizar e prestar. A isso acrescenta o argumento ponderável da execução de serviços que lhes sejam outorgados por concessão da pessoa pública competente.

Nunca é demais ressaltar que o Brasil é o único país em que existe a *empresa pública*, tal como caracterizada por Bilac Pinto: que tem a forma jurídica das empresas comerciais comuns; propriedade e direção exclusivamente estatais; personalidade jurídica de Direito Privado; finalidade econômica especializada. Não há na Itália nem na França a empresa pública tal como caracterizada em nosso País. Não há qualquer elemento em ambas as nações que permita identificar a expressão *empresa pública* como categoria jurídica una e homogênea. Os textos legislativos e regulamentares são praticamente inexistentes, muito diferente do Brasil, onde há o próprio Decreto-Lei nº 200 e as demais leis posteriores.¹²

¹² No âmbito estadual, vale observar, em particular, o conceito legal de empresa pública previsto no art. 77, § 2º, II, da *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*.

¹³ Art. 173, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal de 1988.

¹⁴ *Autarquias e Empresas Públicas*, artigo da *Revista de Informes Legislativos* nº 38.

Privilégios legais outorgados de forma específica às empresas públicas

Em regra, as empresas públicas não recebem privilégios, exceto o foro especial — quanto às federais —, regendo-se as mesmas pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao Direito do Trabalho e ao das obrigações, e, quando não se tratar de atividade monopolizada, sujeitam-se ao mesmo regime tributário aplicável àquelas.¹³

Havendo autorização legal, a empresa pública pode constituir subsidiárias e, do mesmo modo que as autarquias, vincula-se ao Ministério pertinente, para efeito de supervisão. Sendo estaduais ou municipais, ou mesmo distrital, a supervisão (tutela) será exercida na forma da legislação local.

Além das atividades estritamente econômicas, existem empresas públicas que exercem outras, com elas correladas e para as quais adquirem, por delegação, parcelas dos poderes diretorio, normativo e de polícia, do que são exemplos o extinto Banco Nacional da Habitação e a Caixa Econômica Federal.

Sociedades de economia mista

Por muito tempo, sustentou-se a tese de que as *sociedades de economia mista*, devido a suas características implícitas, estariam caindo no desfavor dos responsáveis pela composição das administrações modernas.

Mero equívoco, contudo, pois todos os relatos recentes, inclusive em compêndios administrativos, nos dão conta da multiplicação crescente de todas as formas empresariais lançadas pelo Estado, do qual a sociedade de economia mista não é exceção.

Na verdade, apenas, logo em seguida à Segunda Guerra Mundial, é que as sociedades de economia mista conheceram alguns descréditos, derivados dos preconceitos que se criaram contra os interesses de lucro do capital privado que se associava com o Estado, não havendo, hoje, qualquer motivo de peso para proclamar o declínio das entidades mistas, como bem salienta o professor A. B. Cotrim Neto.¹⁴

De forma geral, as sociedades de economia mista podem ser conceituadas como entidades integrantes da Administração Pública

indireta, de personalidade jurídica de Direito Privado, criadas por autorização legal, com forma de sociedade anônima e capital misto (público e privado).

Foi na França, onde a Constituição da IV República, em seu preâmbulo, declarava que todo o monopólio de fato ou serviço público nacional devia tornar-se propriedade nacional, que pareceu haver uma exclusão absoluta dessa forma de Administração Pública indireta, o que, em verdade, foi retomado anos depois, com a colaboração do capital privado em diversas empresas importantes como a *Air France*, fortalecendo a sociedade de economia mista como importante entidade da Administração Pública indireta.

Noção básica de sociedade de economia mista

Muitas vezes, o Estado é levado, por motivos pragmáticos, a associar os seus capitais com capitais particulares, também para empreendimentos econômicos. Nem sempre, porém, a associação de capitais públicos com recursos financeiros privados,

numa empresa mercantil, faz surgir uma sociedade de economia mista. Essa associação pode provir de circunstâncias aleatórias, como nos casos de herança jacente, doações, legados, adjudicações de bens penhorados e outras eventualidades, em que o Poder Público se torna detentor de parte do capital de sociedades comerciais ou industriais. Entretanto, para que se dê a economia mista, é sempre necessário, antes de tudo, a sua criação em lei.

As sociedades de economia mista diferem, em essência, das empresas públicas exatamente por isto: exigirem a participação de capitais particulares. Quanto à forma, será sempre de sociedade anônima, que é a que melhor se ajusta a essa combinação de recursos. A cota de participação privada pode ser de subscrição facultativa, como acontece em geral, mas também pode ser compulsória, como sucedeu, inicialmente, com a Petrobras, a Eletrobrás e outras.

Quando criadas pela União, a participação dos estados, do Distrito Federal e municípios se faz nas mesmas condições que os particulares. Essas unidades fe-

derativas, por sua vez, podem criar as próprias sociedades de economia mista, pelas mesmas razões ditas em relação às empresas públicas, contanto que observem a forma indicada (S.A.) e seja satisfeito o requisito da autorização legal, sem o que a empresa perde suas características de economia mista.

As sociedades de economia mista, mesmo federais, não possuem o privilégio de foro, assinalado com referência às empresas públicas, nem recebem delegação de poderes. De resto, estão sujeita ao mesmo regime jurídico e tratamento tributário das empresas públicas ou tratamento empresarial comum, não se cogitando, quanto à tributação, se a atividade é ou não monopolizada.

A sua definição legal constante do art. 5º, III, do Decreto-Lei nº 200/67 padece de algumas imperfeições técnicas, mas atinge de fato seus objetivos imediatos: *entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, criada por lei para exploração de atividade econômica sob a forma de sociedade anônima, cujas*

ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração indireta.

No que tange às sociedades de economia mista federais, o controle administrativo se processa por meio de sua vinculação e supervisão ministerial, cabendo à legislação estadual ou municipal, ou mesmo distrital, estabelecer a forma desse controle quanto às de sua instituição.

No âmbito estadual, vale consignar o conceito legal de sociedade de economia mista que se encontra previsto no art. 77, § 2º, III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Controle acionário na sociedade de economia mista

Muito se discutiu, em doutrina, sobre a proporcionalidade de participação dos capitais públicos e privados nas sociedades de economia mista. Isto é apenas um problema acidental. Não é a proporcionalidade que caracteriza a economia mista. Repita-se: seu traço fundamental é a criação em lei, permitindo a associação de

capitais no empreendimento. Na verdade, convém ao Estado manter o controle acionário, por questões de deseabilidade e resguardo do interesse público. Objetivamente, há razões pró e contra, o que leva a doutrina e a legislação a penderem ora para um, ora para outro lado. Nos dias atuais, tudo pesa a favor do controle acionário, sendo esta a orientação do Direito brasileiro, já preconizada pelos juristas, encampada nas leis específicas e consagrada pelo Decreto-Lei nº 200/67. E esta foi além, declarando que, quando a atividade for submetida ao regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá apenas à União, em caráter permanente.¹⁵

Como se sabe, o controle acionário nas sociedades anônimas advém da posse da maioria das ações ordinárias, que determina o capital votante. Infere-se que não estão as sociedades de economia mista impedidas de emitirem ações preferenciais, mas, para tanto, é necessário autorização legislativa, porque a fixação de seu capital, a forma de sua constituição e alterações subsequentes só podem provir da lei.

Fundações públicas

A doutrina tradicional conceitua as fundações, de modo geral, como universalidade de bens e direitos geridas pela consecução dos deveres especificados pelo instituidor, que, no caso das fundações públicas, é o próprio poder público.

Conforme já mencionamos, as fundações integravam, originalmente, a Administração Pública indireta, entre 1967 e 1969, por força do Decreto-Lei nº 200/67. Com o advento do Decreto-Lei nº 900/69, todavia, as fundações foram retiradas da esfera própria da Administração Pública indireta para integrar os chamados entes de cooperação que, por seu turno, não integram a Administração Pública como um todo.

A partir de 1986, por força de lei federal revogadora do Decreto-Lei nº 900/69, as fundações foram reincorporadas à Administração Pública indireta. Em 5 de outubro de 1988, com a promulgação do novo texto constitucional,¹⁶ a maioria dos autores, por outro lado, passou a entender que foi criada uma nova classificação dentro do contexto específico da Administração Pública ao lado da Administração Pública direta e indireta.

¹⁵ Art. 5º, § 1º.

¹⁶ Art. 37.

ta, a chamada *Administração Pública fundacional*.

É importante ressaltar, por outro prisma, que as fundações instituídas pelo Estado são equivalentes, em muito, às autarquias. Na Alemanha, em especial, a designação própria de fundação pública corresponde exatamente ao conceito de autarquia.

Noção básica de fundação

Fundações públicas, fundações administrativas, fundações governamentais e fundações instituídas pelo poder público são expressões equivalentes, muito embora haja autores que procurem distinguir uma das outras como espécies diferentes. Todas elas constituem uma categoria única de entidades administrativas, cuja configuração está apenas no substrato de sua personalização e seu regime jurídico.

Conforme já se observou, o processo de personalização não é exclusivo aos agrupamentos humanos. Estende-se também às coisas que formem um conjunto autônomo com afetação a determinado objetivo. A de-

finição clássica e sintética de Clóvis Beviláqua de que *fundação é uma universalidade de bens personificados* é válida até certo ponto, pois existem outras *universitas bonorum* personalizadas que não são fundações.

Para que se possa falar em fundação, é preciso que haja um instituidor, que desvincule de seu patrimônio uma dotação de bens livres para a execução de atividades que visem a um fim específico em benefício da coletividade. Segue-se, naturalmente, que a fundação exija uma administração desses bens, um estatuto, e só adquira personalidade com o seu registro, observadas as cláusulas e condições impostas por lei.

Fundação pública ou administrativa é aquela cujo instituidor é o próprio Estado. Enquanto as fundações privadas podem ser criadas por ato de livre disposição, mediante escritura pública ou testamento, as administrativas dependem de autorização legal, pelo simples fato de que os poderes públicos não podem dispor de seus bens sem permissão legislativa. No processo de criação das fundações, o Estado, consoante lhe convém, se utiliza da sua faculdade

metodológica de adotar figuras e institutos de Direito Privado. Por isso, que as fundações administrativas têm personalidade de Direito Privado.

Aliás, muito se assemelham às autoridades fundacionais, como já ressaltamos, consistindo a diferença exclusivamente na natureza dessa personalidade.

Quanto ao seu tratamento jurídico, o Decreto-Lei nº 200/67, na redação original,¹⁷ e o Decreto-Lei nº 900/69 são, segundo a doutrina, de um ilogismo a toda prova, exemplificados pela sua equiparação inicial às empresas públicas e a solução poética, dada pelos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei nº 900, que conduziu a perplexidades e absurdos, tais como: a exclusão dessas entidades que são criadas pelo Estado, do âmbito da Administração; a afirmação do óbvio (gerência do patrimônio pelos órgãos de direção da fundação, segundo os objetivos estabelecidos na respectiva lei de criação e objetivos não-lucrativos, que, por sua natureza, não possam ser executados satisfatoriamente por órgãos da Administração Federal, direta ou indireta); a exigência estapafúrdia de participação de re-

¹⁷ § 2º do art. 4º.

cursos privados no patrimônio e nos dispêndios correntes da fundação, equivalentes a, no mínimo, um terço do total; e a desavisada inadaptação da legislação civil¹⁸ do Código Civil. Desse monteira de incongruências, no plano federal, resultam consequências aberrantes, muitas das quais finalmente corrigidas pela Constituição Federal de 1988, em sua previsão de

Administração Pública fundacional, ainda que, em seu aspecto fiscalizatório, as fundações públicas federais ainda estejam sujeitas, em princípio, à fiscalização do Ministério Público local.

Com vistas a seus fins imediatos, a figura das fundações, no Brasil, vem sendo utilizada, correntemente, para objetivos culturais (educação, ensino, pesquisa, difusão e comunicação), mas existem também algumas com outras finalidades sociais (saúde, benemerên-

cia, assistência etc.) e, até, etnológicas (como a FUNAI). Sem embargo da regra de que fundações não devem ter fins lucrativos, nada obsta a que exerçam atividades econômico-produtivas, revertendo, nesse caso, as rendas líquidas obtidas à revitalização de seu patrimônio e aprimoramento dos serviços.

As fundações administrativas, de resto, só gozam de regalias explicitadas na lei.



¹⁸ Artigos 24 e seguintes do Código Civil.

**SEJAM PATRIOTAS, PORQUE A
PÁTRIA É UM IMENSO TESOURO.
LONGE DELA, O HOMEM SOFRE
PELO MENOS SAUDADE. NELA,
O INDIVÍDUO ESTÁ COMO SE
ESTIVESSE EM CASA. QUEIRAM,
TODAVIA, BEM AOS QUE VIEREM
DE FORA, COM PENSAMENTOS
NOBRES.**

(Melchiades Picanço)

Hermes — o Pai do Exército Moderno

L. P. Macedo Carvalho*

O artigo apresenta uma síntese das ações do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923) como Comandante do 2º Regimento de Artilharia de Campanha e do 4º Distrito Militar, Ministro da Guerra (1906-1909) e Presidente da República (1910-1914), justificando o epíteto nominal que lhe confere o título



Nosso único dever para com a História é reescrevê-la.
Oscar Wilde

Corria o mês de setembro de 1905 quando a população da cidade do Rio de Janeiro foi surpreendida por um fato inédito. Manobras militares de grande envergadura tinham lugar no curato de Santa Cruz. Esse acontecimento despertou, como era natural, intensa curiosidade na imprensa e nos diversos círculos sociais da capital, o que se comprehendia muito bem. Nossas últimas manobras datavam de vinte anos,

isto é, remontavam ao tempo do Império.

Nos primeiros anos da República, a tropa vivia restrita, exclusivamente, às lides castrenses rotineiras. Desaparelhada, enfrentando dificuldades materiais de toda ordem, a instrução da tropa resumia-se, quando muito, a exercícios de ordem unida e sua apresentação em público limitava-se apenas aos desfiles militares.

Durante quase três semanas, as tropas empenhadas nas manobras, com efetivo de uma divisão, viveram as mais reais situações táticas

possíveis. O inusitado evento ocupava as manchetes dos jornais. Por toda a cidade, só se comentava o movimento de unidades militares pela Zona Rural. Numeroso foi o público que, levado pela novidade do espetáculo, compareceu a Santa Cruz para assistir ao desenrolar dos exercícios no terreno. O povo demonstrava nutrita simpatia e começava a vislumbrar o início de uma nova era

com o desenvolvimento das manobras. O Brasil despertava de deficiente sistema de preparação militar, sacudindo a mentalidade colonial

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.

ainda predominante, e dava início à formação de um Exército à altura da projeção do País. A quem se devia essa iniciativa corajosa, arrojada e, sobretudo, realizadora? Ao General Hermes Rodrigues da Fonseca, comandante do então 4º Distrito Militar, sediado na capital, cuja área de responsabilidade abrangia o Distrito Federal, os estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de São Paulo, de Minas Gerais e de Goiás.

Esse gaúcho de São Gabriel, militar na mais ampla acepção do termo, dotado de vigorosa personalidade, a par de sua grande vocação, tinha, ainda, a realçar-lhe as qualidades e virtudes herdadas da valorosa estirpe dos Fonsecas, sobrinho que era do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, de quem fora ajudante-de-ordens.

Naquela ocasião, começava ele uma obra de tamanho porte que só por si merece a consideração e o louvor de todos nós, brasileiros e militares, se não tivesse outras facetas do seu espírito superior a valorizá-lo.

Empreitadas desse vulto continuaria Hermes a realizar até assumir, em 1906, a Pasta da Guerra. Data dessa

época o grande impulso que experimentou o nosso Exército. Apoiado pelo Presidente Afonso Pena, pôde, o Ministro Hermes, mudar radicalmente a mentalidade e o espírito da oficialidade.

Hermes da Fonseca, pela primeira vez, evidenciava ser um homem de visão e empreendedor, talhado para a missão de tão grande alcance que o futuro lhe guardava, quando assumiu o comando do 2º Regimento de Artilharia de Campanha, como tenente-coronel. Desde logo, o contagiante entusiasmo com que sempre encarou os problemas da caserna defronta com vários obstáculos. Já nessa fase de sua carreira, vê a necessidade de se impor um método de instrução à tropa. Verifica o estado precário e de abandono em que se acha a totalidade dos quartéis. Constata a falta de material e de cavalhada adequados. São suas palavras, dirigidas às autoridades competentes solicitando providências no sentido de sanar tais irregularidades, que traduzem, claramente, o seu pensamento de chefe militar equilibrado, honesto e imbuído da responsabilidade de bem cumprir a missão: *com o pequeno esboço que vos faço do estado em que*

se acha o 2º Regimento de Artilharia de Campanha, vereis que bem próximo está de completa desorganização, parecendo abandonado dos poderes públicos.

Mais tarde, à testa da Brigada Policial do Distrito Federal, atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, volta suas atenções para as questões militares do País, até então insolúveis, traçando planos que, ao assumir o Ministério da Guerra, iria concretizar. O quadriênio Rodrigues Alves caracteriza-se, no que se refere aos negócios da Guerra, pela pobreza de idéias, numa prática de rotinas, de fixação de efetivos, de copiosa regulamentação. Enfim, pouca coisa de palpável é realmente feita.

A obra de reconstrução geral do País a que se dedicavam o Poder Executivo e o Poder Legislativo não permitia atender às necessidades das Forças Armadas. Entretanto, Hermes não se descuidava da problemática castrense e, operando na obscuridade, ia lançando os alicerces da reorganização do Exército que marcaria época.

O primeiro trabalho nesse sentido foram as manobras promovidas em Santa

Cruz no ano de 1905. Esses exercícios, embora à primeira vista parecessem ter um cunho simples e informal de adestramento da tropa em campanha, na realidade visavam a outro objetivo, à avaliação cuidadosa e ao estudo meticoloso das condições morais e materiais dela, a fim de se eliminar suas vulnerabilidades.

Foi esse o propósito do General Hermes ao programar as manobras, percebendo que somente dessa forma poderia aquilatar precisamente a real situação em que se encontrava o Exército.

Depois de conseguir os meios necessários para empreender essa nobre cruzada, Hermes, em relatório, expõe as deficiências de que se ressentia a tropa, da seguinte forma:

(...) Entre as dificuldades com que lutou a divisão de manobras, convém salientar a deficiência de carros para o transporte do respectivo material, não só de combate como regimental, e ainda prover o abastecimento de víveres às tropas e de forragem à cavalhada, razão por que, penso, serão de grande vantagem e utilidade todas as providências que a respeito e urgentemente se puderem tomar.

(...) Sobre o calçado das praças de divisão, reporto-me ao que dizem os comandos das brigadas, diretores-gerais e chefes de serviços relativamente à péssima qualidade do material empregado na sua confecção. Apesar de ter sido ele recebido pouco antes da marcha da divisão, a maioria das praças, se não tivesse a lembrança de, nessa marcha, caminhar descalça, chegaria a Santa Cruz sem calçado.

(...) São também gerais as queixas apresentadas contra o arreamento da cavalhada, especialmente o selim regulamentar, e consideradas bem fundadas porque não foi somente em Santa Cruz que as ouvi. Aqui mesmo tenho recebido inúmeras, desde que se mandou adotar esse arreamento sobre o qual os chefes de serviço sanitário, nos respectivos relatórios, se manifestam bem significativamente.

Sobre barracas, deixo bem claro meu modo de pensar, pois estou conveniente que tanto as de oficiais como as de praças, especialmente as de cavalaria e de artilharia a cavalo, se devem dar maiores dimensões.

Sobre o equipamento, confesso-me contrário ao atual, que é antigo e não preenche seu fim. A mochila, além de pesada em demasia, o seu sistema de suspensão por baixo das axilas dos soldados prende a circulação dos braços, ficando as mãos dormentes a ponto de deixarem cair a arma. O cinto, com o sistema de fivelas, de vez em quando se desprende e a patrona e a cartucheira de couro, que sempre levam verniz, descolam-se pelas juntas com o peso do cartuchame.

(...) Terminando, vos direi. Excelentíssimo Senhor General, que o relatório apresentado a esse comando pelo chefe do estado-maior da divisão contém todos os elementos necessários para analisar ou comentar as operações de setembro a outubro do ano findo.

Aponto com a rigorosa verdade e imparcialidade todas as grandes vantagens obtidas, mas, com o mesmo rigor e cuidado, descrevo o muito que ainda precisamos para ter, neste Distrito, um Corpo de Exército pronto a ser mobilizado de um momento para o outro.

O ilustre militar, nesse relatório, mostra que o seu interesse pelo Exército não

se restringia apenas aos altos escalões e à estrutura da Força Terrestre, mas evidencia o cuidado e a atenção que dispensava ao soldado, quando desce a particularidade no que se refere ao uniforme, equipamento, material de acampamento, arreamento etc.

Ano seguinte, em 1906, no mesmo mês e local da anterior, realiza outras manobras, com o propósito de avaliar o rendimento da instrução durante seu comando. Comprova não estarem, ainda, diversas unidades, devidamente equipadas; porém, os efeitos benéficos de sua ação de comando já se fazem sentir.

Nessas manobras surge o serviço de Polícia do Exército que, na Segunda Guerra Mundial, apareceu como novidade.

Ao assumir a Pasta da Guerra, do General Francisco de Paula Argolo, assim se expressou:

Apesar do esforço dos governos passados e dos sacrifícios feitos com o seu custeio, o estado do Exército não é lisonjeiro. Carece de pessoal e de material bélico, de organização e de comando.

Essas suas palavras constituem uma prova incontestável da maneira honesta e imparcial com que encarava os desafios da época, despretensiosamente, mas com determinação.

É nessa fase de sua vida de soldado devotado que Hermes atinge o apogeu. Sua preocupação maior, como Ministro da Guerra, foi organizar e aparelhar o Exército, não como tropa de parada, mas com unidades bem-treinadas e equipadas, aptas a cumprir qualquer missão, a qualquer hora, em defesa do País.

Um fator que talvez tenha contribuído muito para que sua administração lograsse o êxito alcançado foi a política exterior desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, arrimada em um Exército eficiente e profissional. Mas a verdade é, sem dúvida alguma, que a sua passagem pelo Ministério da Guerra marcou uma era na História Militar do Brasil.

Em 1907, no seu relatório ao Presidente da República, sugere a redução do efetivo de paz para um sexto do de guerra, porém mais eficiente. Consciente de que o Exército carecia de pesso-

al, material, organização e comando, em suma, de uma reforma completa, deliberou solucionar o problema pela base.

Carência de pessoal ele resolve facilmente com o estabelecimento do serviço militar obrigatório.

Para que se formasse uma boa tropa, apresentava-se a questão de boas casernas, pois considerava que *com o serviço militar obrigatório vem a necessidade de quartéis higiênicos e confortáveis e de campos de instrução*. Referindo-se a essa deficiência, em sua exposição das necessidades da tropa ao Executivo, declarou:

A maioria dos corpos estão aquartelados em casarões que não preenchem as exigências de conforto e de sociabilidade indispensáveis à vida dos conscritos, entre os quais se encontrará o mais rude camponês ou o mais culto intelectual.

É imbuído dessa idéia que deu início à construção da Vila Militar, no Rio de Janeiro, a 23 de março de 1908, a fim de aquartelar o efetivo de uma *brigada estratégica*, realização equivocadamente atribuída ao Ministro Calógeras. Na mesma

data, começou a preparação dos campos de instrução de Gericinó e Santa Cruz, dos quais o Exército se ressentia.

Sobre material em geral, solicita sua compra anual e parcelada, além de fomentar a criação de parques de indústria bélica no País.

Aludindo a esse tema, declarou:

A questão de armamento e de material prende-se à do desenvolvimento dos arsenais e das fábricas de pólvora e de cartuchos, juntamente com a imperiosa necessidade de dar a direção técnica desses estabelecimentos a oficiais de artilharia para que eles sejam os verdadeiros mestres das oficinas.

Nesse documento, Hermes já previa a necessidade que se impunha da seleção de oficiais técnicos, especializados em armamento. Como fruto desse seu relato, a 13 de agosto de 1907, era erguida a Fábrica de Pólvora sem Fumaça de Piquete, sob a direção do Tenente-Coronel Augusto Maria Sisson.

Surge, também, pela primeira vez no Exército, um parque de material aérostático, chefiado pelo Primeiro-Tenente Juventino da Fonseca que, mais tarde,

veio a falecer em consequência de um vôo em Relengos, precursor da Aviação do Exército.

A remonta, que desde aqueles tempos apresentava sérias dificuldades, é objeto das atenções de Hermes, sobre a qual assim se manifestou:

A remonta dos corpos montados, em geral tem sido feita com cavalos argentinos e uruguaios. É uma situação desoladora a que convinha dar paradeiro.

Mais adiante, referindo-se à criação de eqüinos no País, acrescentou:

Os produtos não satisfazem inteiramente às exigências do cavalo de guerra, principalmente por serem pequenos, mas é de esperar que os criadores, estimulados com o novo mercado oferecido pelo governo, tratem de melhorar a raça.

Em decorrência dessa apreciação relativa à criação de eqüinos no País, são melhoradas as coudelarias no Exército, principalmente a de Saicã, assim como adquiridas novas invernadas.

Nessa ocasião, surge a idéia de agrupar os corpos de tropa em grandes unidades, salientando as desvantagens de manter unidades esparsas

pelo território nacional, ao referir-se à organização do Exército:

A subordinação imediata dos corpos do Exército aos comandos de Distritos Militares não consulta os preceitos universalmente adotados nos grupamentos das forças combatentes; apenas satisfaz as exigências de uma administração rudimentar. Na emergência de conflito armado, as grandes unidades se têm improvisado sob comando de generais sem tirocínio, porque não tiveram oportunidade de se exercitarem, e nos largos períodos de paz as forças dispersas por vasto território, sem laços que revelem a mínima preocupação de seu verdadeiro destino, mais parecem organizadas para a vida pacífica e indolente das guarnições que para os intensos labores da campanha(...)

Em tais condições, pode-se dizer com franqueza que o Exército não está apto para a guerra, isto é, para o desempenho de sua missão essencial, apesar das grandes somas anualmente gastos com a sua manutenção. Para tirá-lo dessa situação desoladora, muito há a fazer, mas, sem esperar pelas reformas radicais que

só o Congresso pode efetuar, ao Poder Executivo cumprir tomar medidas de sua alcada, de caráter provisório para que não se diga ter lhe passado despercebido, ou não lhe ter merecido atenção, o estado precário do Exército. Uma providência se impõe, desde já: a criação de grandes unidades dotadas de preciso material de guerra, no 6º, 5º e 4º Distritos Militares.

Esses Distritos comprendiam a região entre o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

Quanto ao comando de um modo geral, Hermes assinalava o exagero da burocracia na administração do Exército, prejudicando o rendimento da instrução e a eficiência do soldado. A seguir, trata com clarividência da defesa das fronteiras e do território nacional em face do quadro então reinante, propondo o levantamento cartográfico geral do Brasil, a abertura de estradas estratégicas, a criação de unidades de fronteira, a construção de fortificações em pontos-chave de determinadas regiões ermas etc.

Toda essa obra concebida pelo Ministro Hermes foi consubstanciada na Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de

1908 — sua maior conquista.

Nesse ano de ouro que foi 1908 para o Exército Brasileiro, é dada nova organização e comando à Força Terrestre e ficava o território nacional dividido em 21 regiões para alistamento militar e 13 de inspeção, assim constituídas:

1 — Amazonas e Território do Acre; 2 — Pará e Amapá; 3 — Maranhão e Piauí; 4 — Ceará e Rio Grande do Norte; 5 — Paraíba e Pernambuco; 6 — Alagoas e Sergipe; 7 — Bahia e Espírito Santo; 8 — Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais; 9 — Distrito Federal; 10 — São Paulo e Goiás; 11 — Paraná e Santa Catarina; 12 — Rio Grande do Sul; e 13 — Mato Grosso.

São criados os quadros de dentistas, auditores, intendentes, veterinários e o suplementar geral das armas, que vigora até o presente. Termina com a promoção a marechal em tempo de paz. Determina a criação de depósitos de remonta e estabelecimentos agrícolas. Realiza concursos para prover cargos do magistério militar. Coloca em funcionamento sanatórios para tratamento de beribéri e doenças tropicais no Ceará e no Paraná.

Organiza o Exército em três categorias: 1ª linha (ativa), 2ª linha (reserva) e 3ª linha (Guarda Nacional). Fixa o efetivo teto do Exército em 28 mil homens, aproximadamente, distribuídos pelas diversas armas, da seguinte forma:

- *Infantaria* — 15 regimentos de linha, com 3 batalhões, a 3 companhias; 12 batalhões de caçadores, a 3 companhias; 13 companhias de caçadores; 5 companhias de metralhadoras, a 3 seções; 12 seções de metralhadoras.

- *Cavalaria* — 9 regimentos de linha, a 4 esquadrões; 3 regimentos independentes, a 4 esquadrões; 5 regimentos para serviço das brigadas de infantaria, a 2 esquadrões; 5 pelotões de estafetas e exploradores de brigada de infantaria; 7 pelotões de estafetas e exploradores de outras unidades.

- *Artilharia* — 5 regimentos de artilharia montados, a 3 grupos, de 3 baterias, a 4 peças; 5 baterias de obuseiros, a 6 peças; 3 grupos de artilharia a cavalo, de 3 baterias, a 4 peças; 2 grupos de artilharia de montanha, de 3 baterias, a 4 peças; 3 batalhões de artilharia de posição, de 6 baterias; 6 batalhões de artilharia de po-

sição, de 2 baterias; 5 parques de artilharia; 15 colunas de munição.

- *Engenharia* — 5 batalhões de brigadas de infantaria, a 4 companhias; 17 pelotões de engenharia.

- *Trem* — 5 esquadrões, sem constituir arma ou serviço especial, sendo seus oficiais e praças pertencentes à arma de cavalaria.

No tocante à organização, composição de forças e número de unidades, uma vez mais, Hermes demonstra sua visão do problema, ainda atual:

(...) Me abalancei de apresentar à Nação um Exército pequeno, porém perfeitamente aparelhado pelos recursos materiais e pela sua instrução profissional, a servir de núcleos às forças vivas do País, desde que qualquer ameaça exterior nos leve a apelar para as armas.

Mais tarde, de acordo com a Ordem do Dia nº 102, de 5 de junho de 1908 e os Decretos nº 6.971 e nº 6.972, de 4 do mesmo mês e ano, são instituídas as grandes unidades do Exército ativo e fixados seus efetivos. Por esses decretos, são criados a brigada estratégica, ou simplesmente brigada, a divisão e o exército.

A brigada estratégica, grande unidade básica de formação do Exército, que nos faz lembrar o antigo grupamento tático surgido após a Segunda Guerra Mundial, estava assim estruturada: quartel-general; 3 regimentos de infantaria, de 3 batalhões, a 3 companhias; 1 regimento de artilharia montado, de 3 grupos, a 3 baterias, com 4 peças; 1 bateria de obuseiros, com 4 peças; 1 regimento de cavalaria, a 2 esquadrões; 1 batalhão de engenharia, a 4 companhias; 1 companhia de metralhadoras, com 3 seções; 1 esquadrão de trem; 1 pelotão de estafetas e exploradores de cavalaria; 2 ou 3 batalhões de caçadores, 2 ou 3 companhias de caçadores; 1 parque de artilharia; 3 colunas de munição; 1 comboio administrativo; 3 ambulâncias de brigada; 1 equipagem de ponte; 1 equipamento de telégrafo; e 1 depósito de remonta móvel.

Os batalhões e as companhias de caçadores só eram incorporados em caso de mobilização.

A brigada de cavalaria compunha-se de: quartel-general; 3 regimentos de cavalaria, a 4 esquadrões; 1 grupo de artilharia a cavalo, a 3

baterias, com 4 peças; e 1 coluna de munição.

As grandes unidades de efetivo superior ao de brigada só seriam formadas em caso de mobilização ou manobra. As cinco brigadas estratégicas organizadas foram distribuídas pelo Distrito Federal e pelos estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo este último recebido, ainda, três brigadas de cavalaria.

Nessa época, Rondon começa a empreender sua notável obra de desbravamento do interior, em decorrência do plano de lançamento de linhas telegráficas no estado de Mato Grosso, enquanto se iniciava a abertura das estradas estratégicas Cacequi-São Borja-Quaraí e São José da Terra Firme-São Luís de Cáceres.

Passando em revista suas atividades na Pasta da Guerra, ver-se-á, a 6 de fevereiro de 1908, a nova regulamentação do Colégio Militar do Rio de Janeiro e a transferência da Escola de Aplicações de Infantaria e Cavalaria do Rio Pardo para Porto Alegre, passando a funcionar anexa à Escola de Guerra, por Decreto nº 6.876, de 12 de março de 1908.

Defendendo o princípio de que se fazia mister guarnecer a fronteira com tropas especializadas, o Decreto nº 6.885, de 19 de março de 1908, cria as Companhias Regionais de Fronteira no Acre, Purus, Juruá e Amapá.

Hermes, inspirado em Bismarck e admirador do Exército prussiano, dizia que o nosso Exército só estaria em perfeitas condições quando atingisse o nível do germânico:

(...) Então o Estado-Maior brasileiro será como o alemão, como o japonês, o verdadeiro cérebro, o organizador da vitória.

Movido por essa sua admiração pelo Exército do Kaiser Guilherme II, em agosto de 1908, viajou para a Europa em busca de material bélico moderno e de novos conhecimentos técnico-profissionais. No seu impedimento, respondeu pelo Ministério da Guerra o Marechal João Pedro Xavier de Câmara, então chefe do Estado-Maior do Exército. Data dessa ocasião o aparecimento entre nós do tradicional fuzil Mauser e das peças Krupp, modelo 1908. De volta ao Brasil, reassume o Ministério, a 5 de novembro daquele ano, e distribui pelas diversas armas o ma-

terial adquirido na Alemanha. A infantaria recebe 400 mil fuzis Mauser, a cavalaria, 10 mil lanças Erahrdt, 20 mil espadas e 10 mil mosquetões. A artilharia de campanha foi dotada de 27 baterias de canhões Krupp 75mm, modelo 1908, seis baterias de canhões Krupp 75mm, de montanha, e de cinco baterias de obuses Krupp 105mm. Nesse ano foi reaparelhada a Artilharia de Costa, iniciada a construção do Forte de Copacabana e são comprados seus canhões de 305mm.

Em consequência dessa sua visita à Alemanha e visando ao aperfeiçoamento dos quadros oficiais das diversas armas, a 31 de dezembro de 1908, faz promulgar o Decreto nº 2.050 que designa oficiais brasileiros para estagiar no Exército alemão em missão de estudos.

Antes de seguir para o exterior, a 8 de agosto, aprovou o novo plano de equipamento de praça, que introduziu a ferramenta de sapa no Exército Brasileiro, dadas as vantagens comprovadas no uso das mesmas pelos japoneses, na guerra de 1904 contra a Rússia.

É de sua administração o novo plano de uniformes do Exército, adotado pelo De-

creto nº 7.201, de 30 de novembro de 1908, que tornou o fardamento mais cômodo e mais distinto, abolindo os modelos imperiais ainda existentes.

Em reconhecimento às suas qualidades de cidadão e soldado tão bem demonstradas na gestão da Pasta da Guerra, em 27 de maio de 1909, a Nação exige que ele se candidate à presidência da República. Essa data assinala o término de sua marcante atuação como eficiente Ministro da Guerra.

No governo, vê seus planos concretizados e conduz o País com equilíbrio.

Apesar de toda a oposição enfrentada, ainda consegui manter o Exército em boas condições de adestramento por meio de seus ministros e pelo exemplo de uma vida de soldado dedicada, inteiramente, ao serviço da Pátria. Fatos dignos de registro em seu mandato presidencial, na área militar, são: a criação dos Colégios Militares de Porto Alegre e de Barbacena, estabelecimentos de ensino militar que legaram ao País nomes de relevo, bem como da Escola de Aviação Brasileira; a reorganização da Marinha; a elaboração de regulamentos para a Secretaria da Guerra,

Exercícios de Infantaria, Tiro de Artilharia e Infantaria, Instrução e Serviços Gerais, escolas e fábricas militares.

Para avaliar sua ação como Presidente da República, nada melhor do que meditar sobre as próprias palavras daquele líder dinâmico e empreendedor, que tanto batalhou pelo fortalecimento e pela modernização de nosso Exército:

(...) Apesar de suspeito na apreciação da reforma cuja execução vem sendo apenas iniciada, posso garantir-vos que, se prosseguirmos no plano concebido teremos, dentro de poucos anos, um Exército capaz de sua missão (...)

(...) Estou convencido de que, dentro dos recursos ordinários do orçamento, com dotações parceladas especiais, nos tornaremos, em poucos anos, uma nação militarmente forte, sem que tenhamos necessidade de manter repletas as casernas, por isso que, com os processos adotados, cada um dos nossos concidadãos válidos será um cidadão-soldado.

Seria injusto, e até mesmo um ato de clamorosa ingratidão, não se dar o devido reconhecimento que o Marechal Hermes merece. Porque, para a época em que

Seria injusto, e até mesmo um ato de clamorosa ingratidão, não se dar o devido reconhecimento que o Marechal Hermes merece. Porque, para a época em que viveu e para o estado em que encontrou o Exército, suas idéias e realizações foram precursoras do progresso hoje atingido.

viveu e para o estado em que encontrou o Exército, suas idéias e realizações foram precursoras do progresso hoje atingido.

No século passado, de heroísmo e de glória, as Forças Armadas do Brasil eram constituídas, na sua totalidade, por voluntários que se tornaram soldados profissionais. Mas com o tempo ficou demonstrado que a base

fundamental de um Exército e, em consequência, da Nação, está na constituição de reservas bem instruídas. A defesa nacional não podia depender, exclusivamente, dos reduzidos efetivos de um Exército permanente e reclamava a formação de reservas. Entretanto, dificuldades naturais se apresentavam. As famílias mais importantes consideravam, como ainda hoje o fazem, o serviço militar um atraso na vida de seus filhos. Os quartéis eram tidos como lugares detestáveis, de rigor exagerado, abrigo de desclassificados,

pois, na verdade, com raras exceções, as praças não possuíam bons antecedentes. Mas, nos tempos modernos, o país que se limitasse aos efetivos de paz estaria com a soberania ameaçada. Nessa situação, a mobilização de pessoal sem instrução militar acarretaria grandes embaraços, uma vez que um soldado

não se fazia nem se faz em horas.

Levado por esses princípios foi que Hermes, na tarefa mais árdua e grandiosa de sua obra, estabeleceu o serviço militar obrigatório.

Embora, à primeira vista, pareça ter sido um trabalho simples, como a opinião pública da época não possuía exata compreensão dos objetivos visados pela Lei nº 1.860, deparou com sérias prevenções quanto à sua aplicação imediata. É lutando contra uma série de dificuldades criadas pela sociedade, pouco esclarecida a respeito do alistamento militar, que Hermes destaca:

A passagem pelas fileiras das primeiras turmas de voluntários e sorteados extinguirá qualquer ressaibo de má vontade que ainda possa haver: eles verificarão, e com agradável surpresa, que a disciplina militar entre nós, longe de ser imposta pelo temor e pela violência, é o fruto natural da dedicação dos soldados ao seu chefe e da confiança e estima destes para com aqueles. Verão ainda que essa disciplina tem uma base de solidariedade afetiva tão forte, que persiste mesmo depois que os indivíduos se afastam das fileiras (...)

O interesse do Governo não é perturbar os interesses do povo, e sim manter esse grande aparelho de defesa que é o alistamento militar e fazê-lo funcionar permanentemente não tanto para obter soldados para o serviço ordinário de guarnição, pois não nos faltam voluntários, mas para que, no momento preciso, sem entarve nem confusão, se possa chamar às armas a Nação. Assim, por ocasião do funcionamento das juntas, recomendarem instruções especiais toda a prudência e moderação na execução da lei, de modo a vir pouco a pouco vencendo as resistências

que porventura ainda encotre, sem atritos desagradáveis e de consequências desastrosas.

Com o entusiasmo e a convicção, fundamentos dessa gigantesca campanha de Hermes, a massa popular em todo o País foi desperta da do indiferentismo pela integridade da Nação e a compreensão desse nobre dever rapidamente traduzida pela vibração com que a mocidade atendeu à convocação para o serviço militar.

Os jovens, contagiados pelo ardor de servir à Pátria, se apresentavam voluntários, entre os quais os filhos das mais destacadas personalidades, tais como os de Afonso Pena e Rio Branco.

A Confederação Brasileira de Tiro, verdadeiro arauto do serviço militar, difundia a criação de linhas de tiro por todo o território nacional, passando a formar reservistas de segunda categoria para o Exército.

Em apoio às autoridades militares, intelectuais civis emprestavam colaboração à campanha deflagrada, promovendo, na imprensa, vigorosa defesa da necessidade e do valor do serviço militar obrigatório. É fundada a Cooperativa Militar Edito-

ra e de Cultura Intelectual A Defesa Nacional. Uma onda de civismo e patriotismo envolveu todo o Brasil. O Hino Nacional, com sua letra expressiva e sua música vibrante, passou a ser executado nos atos públicos e cantado em todos os estabelecimentos estudantis.

O poeta Olavo Bilac, verdadeiro paladino da nobre causa, com sua palavra flamante, lavra um incêndio de patriotismo na Nação, conduzindo mais jovens aos quartéis do que a própria lei com o seu lema: *A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e apuram.*

Secundando o grande vate, outros nomes como Antônio Carlos Lopes e Furquim Werneck se destacam no panorama nacional nesse período de patriotismo ardente.

Entretanto, a campanha civilista desenvolvida pelos adversários políticos de Hermes retardou a entrada em vigor da lei, de tal forma que, somente a 10 de dezembro de 1916, se efetuou o primeiro sorteio militar no quartel-general da Praça da República.

A Lei de 4 de janeiro de 1908, que regulava o alistamento militar, compunha-se

de 104 artigos, todos visando a altos objetivos. Com a aprovação desse ato, o Brasil entrava no rol das nações que anteviram a necessidade da extinção dos exércitos mercenários.

A partir daquela época teríamos um Exército organizado definitivamente em bases nacionais e mais profissionais, a despeito de apoiar-se na conscrição.

Analisando a Lei nº 1.860 concebida por Hermes, constata-se, ainda, grande semelhança com a atual Lei do Serviço Militar, o que mostra ter sido elaborada com larga antevisão do futuro.

Antes de concluir, vale a pena reproduzir trecho de carta escrita por Rui Barbosa aos senadores Francisco Glicério e Antônio Azeredo, na qual relata como conheceu Hermes da Fonseca em 1890.

Naquela época, naturalmente assinalada pelo desequilíbrio e pelas ambições, vi sempre destacar-se entre os parentes e amigos de Deodoro um tipo que me chamava a atenção, me cativava a simpatia pela sua discrição, pela sua modéstia, pelo seu desinteresse.

pela sua severidade precoce, pela correção de sua atitude civil e de seu porte militar. Era o jovem oficial em que não conheci nunca uma pretensão, nem soube jamais envolvido numa intriga. Dir-se-ia que da sua consangüinidade próxima com o chefe do Estado não se lembrava ele, por ser do tipo de virtudes não-comuns.

Elas atraíram e ficaram até hoje na minha estima, que as suas manifestações de apoio em momentos de grande perigo meu, durante os períodos tumultuosos do regime, elevaram ao grau de amizade verdadeira e reconhecida, que muito me prezava e prezou de a cultivar.

Essas palavras saídas da pena de um Rui Barbosa — líder da corrente civilista — quando na época da acirrada disputa presidencial de 1909 a 1910, valem, sem dúvida, como afirmação eloqüente e legítima das qualidades do notável chefe militar. Aquele oficial modesto e simples, dotado de virtudes não-comuns tornou-se a figura imprescindível que marcou uma nova época para o Exército. Conseguiu

Hermes, acima de todas as suas grandes e inolvidáveis

realizações, dar um sentido perfeito à concepção nova e acertada de que o Exército não é uma classe à parte, um corpo estranho na sociedade, mas a própria Nação em armas, forte, coesa e organizada.

Vitorioso nas urnas, procurou imprimir a seu governo uma orientação nitidamente civil, com o propósito de anular qualquer insinuação de militarista. O período governamental de Hermes ficou marcado por uma série de sedições, quarteladas e perturbações públicas. Intrigas soezes e sistemáticas foram comuns em quase todo o seu quadriênio. Mostrou-se superior a todos os seus adversários; a despeito de dispor de toda a força nas mãos, jamais exerceu qualquer violência contra seus opositores, que não lograram quebrar seu ânimo forte e determinado. Além de agitações de extrema violência política, enfrentou crise econômica sem precedentes, com a desvalorização do café, da borracha e do açúcar, produtos fundamentais para a nossa balança comercial.

Grande foi a atividade de nossa política externa no

mandato presidencial de Hermes. Se não ganhou o esplendor da época do inigualável Rio Branco, não foi menos brilhante a atuação de Lauro Müller, consolidador de muitos acordos estabelecidos por seu antecessor no Ministério do Exterior. Foram efetuadas demarcações de fronteiras, principalmente, com a Argentina, a Bolívia, a Colômbia, o Peru, o Uruguai e a Venezuela.

Os serviços de Correios e Telégrafos e Rádio sofreram profundas reformulações.

No setor de saúde pública, iniciou-se o saneamento da Baixada Fluminense e de outras regiões.

Numerosos açudes foram construídos no Nordeste. Ergueram-se vilas operárias no País, de modo a elevar as condições de vida do proletariado. Criaram-se centros e escolas agrícolas em todos os estados.

Regulamentou-se o Serviço de Meteorologia, Astronomia, Geologia e Mineralogia. Preocupou-se em normalizar os pesos e medidas no País.

Regulou-se a imigração, a navegação, o câmbio etc.

Seu governo notabilizou-se, ainda, por ter sido pródigo em construir ferrovias, entregando ao tráfego mais de 4.500 quilômetros de estrada de ferro ao término do mandato.

A posteridade tem nos seus julgamentos uma vantagem que não a conhecem os contemporâneos — a isenção. Serenado o vendaval das paixões, que convulsionou o País naqueles dias agitados de naturais divergências entre civis e militares, as restrições e até mesmo as deformações da personalidade de Hermes da Fonseca são hoje apagadas ou esquecidas, sendo ele reconhecido como um homem de pensamento e ação, muito à frente do tempo em que viveu.

No Exército, Hermes foi, é e será sempre uma legenda. Um exemplo a seguir. Será atual em todos os momentos nos quais se pensar em modernidade. Está e estará vivo e palpitante nos dias de hoje e de amanhã. Seu patriotismo, estribado na pureza de ideais, mere-

ce todo o respeito e gratidão. Representa a consciência de uma geração surgida num clima de recuperação moral que soube lutar para dar ao Brasil o seu devido lugar. Pertenceu à geração que enxergou a realidade dos fatos, equationou os problemas nacionais e deu-lhes soluções patrióticas. Integrou aquele pugilo de grandes brasileiros que soube, não só no plano nacional como na esfera internacional, fortalecer e elevar o conceito do Brasil. Teve fé em nossos destinos. Teve amor à carreira. Teve orgulho da farda. Fez da profissão das armas um sacerdócio.

Por isso, nesta hora de reescrever a História, o perfil de Hermes Rodrigues da Fonseca assume as proporções de uma figura invulgar, que pugnou durante toda a sua existência para tornar o Exército mais forte, mais respeitado e mais profissional. Faz-se, assim, merecedor do cognome de *o Pai do Exército Moderno*.



Perspectivas do Estado Futuro¹

Ives Gandra da Silva Martins*

Reprodução de matéria publicada na *Revista da Escola Superior de Guerra* (Ano XIII, nº 36, 1998).

E interessante notar que a necessidade do homem de viver em sociedade fê-lo procurar sempre, desde os tempos primitivos, a estrutura política capaz de eliminar seu isolamento, suprindo sua fragilidade pela força da coletividade. Diferentemente dos animais, todavia, o homem na vida coletiva, acredita poder mudar o futuro.

O certo é que o perfil do Estado futuro está em plena mudança. Do *Estado Clássico* surgido do constitucionalismo moderno, após as revoluções Americana e Francesa, para o *Estado*

Plurinacional, que adentrará o século XXI, há um abismo profundo. As categorias jurídicas que hoje o conformam diferem, e em muito, daquelas que o plasmaram nos séculos XIX e XX, o mesmo se dizendo da conformação social, das funções políticas e administrativas e da concepção filosófica da individualidade, de tal forma que um choque permanente se faz entre cada indivíduo que vive em sociedade e a própria estrutura política dessa sociedade, que impõe restrições para a convivência possível.

E, na formulação das estruturas políticas, desde a aldeia primitiva ao Estado atual, é o aspirante ao poder, indivíduo diferenciado e ambicioso, aquele que determina

na o desenho da estrutura política. A história da Humanidade é, na verdade, uma história dos detentores do poder e de sua luta para procurá-lo ou mantê-lo, sendo o povo apenas um instrumento para suas ambições.

Desde o homem de Neandertal, passando pela Civilização Cro-Magnon, pelos Impérios do próximo, médio e extremo oriente, como os elamitas, babilônios, assírios, mitâniros, hititas, egípcios, hindus, chineses e os povos do Japão, ou dos Impérios americanos do planalto mexicano ou das cordilheiras dos Andes até a civilização grega, o que se vê é, exclusivamente, o exercício do poder por aqueles que o conquistam, fazendo dele uso, quase sempre abusivo.

* Professor Emérito da Universidade Makensie.

¹ Selecionado pelo PADECME.

sobre um povo que, nos primeiros milênios, os considerava como semideuses ou, pelo menos, como representantes das divindades.

É interessante notar que os inúmeros Códigos² outorgados ao povo por mera deferência do soberano, que falava em nome dos deuses, trazem essa marca da representação divina e da necessidade de os súditos obedecerem-no, pois assim desejavam os senhores da vida e da morte, ou seja, as criaturas celestiais.

A revolução do Direito e do Estado, de rigor, ocorre com os gregos que, abrindo um campo novo à Filosofia e à reflexão política e sobre o próprio homem, descontinuam horizontes novos a sua aventura sobre a Terra, exigindo do Direito algo mais do que simplesmente regular as relações dos governados, pois os governantes se postavam acima de qualquer lei.

As leis de Dracon, Licurgo e Solon são leis mais abrangentes, em que o ser humano delas mais participa e tem mais direitos, lem-

brando-se que, embora elitista, a democracia grega de Atenas foi uma democracia de voto, e Roma, que desde o século VI antes de Cristo sofreu a influência grega, já no século V iniciou sua experiência republicana, com uma democracia também elitista (menos que a grega) numa interação maior entre o povo e os detentores do poder.

A filosofia grega, todavia, foi insuficiente para a criação de um domínio grego. Nem mesmo Alexandre, o macedônio, conseguiu obter a união do povo, apesar da extensão de suas conquistas, pois sua morte prematura esfacelou o império criado entre três dinastias³ e povos.

Os romanos, todavia, mais brilhantes na Filosofia e na arte, tiveram o gênio de instrumentalizar as conquistas culturais dos gregos, através do Direito, transformando-o, pela primeira vez, em mecanismo de conquista e de segurança, tanto para vencedores como para vencidos.

O Império Romano é, em verdade, a fonte do novo Direito, que oferecia certeza e protegia a tantos quantos se colocavam ou eram colocados sob o domínio de seus governantes, tendo garantido

a permanência de um império que, entre o Oriente e Ocidente, durou 2.000 anos (711 a.C. — 1453 d.C.).

Nem mesmo a queda do Império Romano do Ocidente afastou a instrumentalidade do Direito, ao ponto de a Idade Média, com todos os reinos e feudos criados na Europa, ter sobrevivido em grande parte face à herança cultural e jurídica de Roma. Portugal, o primeiro país a fortalecer-se como nação no início do segundo milênio, foi também o primeiro a regulamentar seu Direito, posteriormente conformado, de maneira mais estável, com as ordenações Afonsinas, Mafuelinas e Filipinas.

O perfil do Ocidente ou do Oriente romano, todavia, chocou-se com a formação dos Estados árabes ou turcos, ambos a partir da Hégira (622 a.C.), influenciados dramaticamente pelo sentido de missão do Alcorão e do Islã.

Os choques que levaram os turcos a vencer os persas, parte do Islã e de Roma Oriental, tendo, algumas vezes, chegando perto do domínio da Europa (em duas oportunidades sitiaram Viena), não foram suficientes para impedir o renascimento do Ocidente, não só com as gran-

² Entemena, Urukagina, Gudea, Urnamunu, Lipitishtar, Shulgi, Hamurabi, Leis de Manu etc.

³ Selêucidas, Aquemênidas e Lágidas.

des descobertas dos portugueses e dos espanhóis formados na escola portuguesa de Sagres, como da criação dos impérios do quinhentismo.⁴ Destes, permaneceram o inglês, o francês, o espanhol e, o de menor porte, o português, após a divisão dos Habsburgos, quando Carlos V deixou, a cada um de seus herdeiros, parte do império, ou seja, a Espanha e a Alemanha. Esta, como a Itália, com o enfraquecimento da República de Veneza, só veio a estar unificada no século passado, quando, então, Inglaterra e França detinham parte das terras do mundo e um novo país surgia, com força surpreendente à época, ou seja, os Estados Unidos da América.

A unificação da Itália e da Alemanha, o constitucionalismo moderno, o fortalecimento dos grandes impérios no século XIX e seu esfacelamento no século XX, e as duas grandes guerras mundiais não alteraram em muito a característica de que os Estados ganham o perfil que os detentores do poder impõem. É de se lembrar que,

nas democracias após a Constituição americana e a francesa da Revolução de 1789, o Direito criado pelos detentores do poder tornou-se mais difícil de ser modificado e ofertou garantia maior ao povo que nos séculos anteriores. Nem por isso coube ao povo decidir o que era melhor para seus interesses e ideais, escolha exclusiva daqueles que alcançavam o poder com o único ideal de tê-lo e exercê-lo.

Dessa forma, o homem, que tem sua própria individualidade, mas que só sobrevive coletivamente, não dirige no Estado moderno, como não dirigia nas estruturas políticas passadas, seu destino, sendo este definido por aqueles que assumem o poder, legitimamente ou não, e que, na esmagadora maioria das vezes, ambicionam apenas ter o poder pelo poder, inclusive nas mais avançadas democracias do mundo.

À evidência, o direito imposto pelos que detém o poder para permitir a convivência social nas democracias modernas oferta incomensuravelmente mais garantias ao cidadão do que aquele que vigorava em qualquer Estado do passado. Nem por isso a sociedade é a

condutora de seus destinos, tarefa da qual se encarregam aqueles que ela elege entre o limitado elenco de ambiciosos do poder, que são os políticos. O povo sequer participa diretamente da escolha dos que conduzem a máquina administrativa, quase sempre feita por concursos técnicos, embora seja ainda a melhor forma de escolha do burocrata.

Não sem razão, Hart declarava que o Direito, que conforma o Estado, é feito, nas democracias, para servir a governantes e governados, mas, por ser feito pelos governantes, serve muito mais aos governantes que aos governados.⁵

Nesse quadro, o Estado moderno, que pode ser dividido em democrático ou totalitário, ambos com seu regime jurídico próprio, e que existe em função dos três elementos que o conformam (povo, território e poder), é um Estado que não preenche — até por força de sua multiplicação e enfraquecimento — as necessidades e aspirações do cidadão, cuja individualidade cresce na medida em que seu perfil cultural também cresce, mas cujas aspirações são cada vez mais limitadas pela própria incompetência do Estado em aten-

⁴ Inglês, francês, Veneza, espanhol-germânico.

⁵ *The concept of Law*, ed. Clarendon, Oxford, 1961.

A federação brasileira é insuportável, pelas profundas distorções de representatividade e pela criação de entidades autônomas, estaduais e municipais, sem quaisquer condições de auto-sustentação.

dê-las, e pela incapacidade da sociedade, que deve sustentar o Estado, de suprir as insuficiências estatais para atender a suas finalidades essenciais. Muitos autores já falam hoje no fracasso do Estado moderno, no fim da História, no caos do futuro econômico, sem perceberem que o homem tende sempre a responder aos desafios com uma criatividade notável, que lhe permite sobreviver, mesmo nos meios e períodos mais difíceis e adversos.

Em outras palavras, o Estado moderno, em sua formulação clássica de soberania absoluta, está falido, devendo ceder campo a um Estado diferente no futuro.

No passado, muito se discutiu sobre as formas de Estado (Federação e Unitário) e sobre suas finalidades — garantir a liberdade ou a ordem para gerar desenvolvimento e bem-estar, quando a obtenção dos dois objetivos se torna difícil.

A federação não é forma de Estado que predomina nos quase 200 países que com-

põem a Organização das Nações Unidas. Representando um custo administrativo maior para a sociedade, obrigada a manter duas estruturas de poder (no Brasil, três), tendem os países para a forma de Estado unitário, com descentralização administrativa.

As federações existentes, por outro lado, não se assemelham. Fala-se em federalismo assimétrico, decorrente da forma que cada país não-unitário conforma seu sistema federativo. A federação suíça corresponde à junção de regiões distintas, com idiomas distintos há muitos séculos. Parece-se mais a reunião de Estados ou confederação de Estados, do que a união de regiões autônomas, tal o nível de autonomia que seus cantões possuem. Os séculos de vivência federativa deram-lhe uma estabilidade impossível de ser conseguida, no mundo atual, por outras federações.

A americana surgiu da Revolução contra os ingleses, até a Constituição de 1787,

discutiu-se muito se deveria ser uma Confederação de Estados Unidos ou uma Federação de Estados Autônomos. O seu equilíbrio decorre da representatividade semelhante das quatro regiões do país, nos três órgãos dirigentes (Senado, Câmara e Colegiado para a escolha do presidente) em que o nível da população (Regiões Sul, Norte, Centro e Oeste) é representado proporcionalmente, sendo que os Estados menores não têm direito a mais do que um parlamentar na Câmara.

A federação brasileira é artificial. Criada com a República, nunca teve vida autônoma e foi alargada por interesses políticos, com seria distorção representativa, ao ponto de a maioria da população ter a minoria do Senado e da Câmara dos Deputados.

O peso da federação suíça é pequeno, pelo nível de descentralização política e administrativa. O da americana é suportável, em face da equilibrada representatividade de todas as regiões do país. A federação brasileira é insuportável, pelas profundas distorções de representatividade e pela criação de entidades autônomas, estaduais e municipais,

sem quaisquer condições de auto-sustentação.

Com uma carga tributária prevista, para 1998, de quase 33% sobre o PIB, parcela substancial (mais de 50%) das receitas tributárias é destinada exclusivamente ao pagamento da mão-de-obra oficial, pouco sobrando para a manutenção e prestação de serviços públicos.

Os países federativos levam desvantagem, pelo custo político das esferas de governo que criam, em relação aos Estados unitários, razão pela qual, sobre não serem numerosas, tenderão, a meu ver, a um processo de esfacelamento, quando não de divisão de Estados em países, ou de contração de estruturas, com uma centralização do poder maior, em face do fenômeno da formação dos espaços geopolíticos plurinacionais.

O perfil da federação clássica, com a descentralização política, financeira e administrativa, tenderá a ceder campo para uma centralização maior, em busca de governabilidade e de formulação de acordos e tratados internacionais.

Por outro lado, os sistemas de governo (ditatorial, presidencialista, monárquico parlamentar ou república

parlamentar) tenderão a ser reexaminados à luz da crescente insatisfação dos resultados na performance do Estado, principalmente do Estado do Bem-Estar Social.

Tendo o homem do século XX descortinado a relevância de seus direitos e alargado suas aspirações em face do conhecimento e da cultura a que teve acesso, cada vez mais percebe ser menos fácil atingir suas aspirações e mais difícil o Estado suprir suas insuficiências, razão pela qual é um potencial revolucionário, mesmo nas sociedades mais estáveis.

O homem do século XX é um homem que aprendeu a conhecer seus direitos, a comparar seu estado atual com outros que estão em melhor situação, a desejar exercê-los em toda a amplitude, segundo o auto-retrato valorizado que faz de si mesmo, mas que não vê como realizá-lo e como o Estado protegê-lo.

O homem do século XX, por outro lado, é um homem que não tem valores. Não se sente obrigado a respeitar a Deus, a família e a Pátria. Quer apenas a sua auto-realização e, para obtê-la, pisoteia valores tradicionais.

Ora, esse homem que, mesmo quando analfabeto, é

bem-informado, pela velocidade da notícia e pelo acesso aos veículos de comunicação, é um homem descompromissado com a ordem. Só a respeita se ela o proteger e lhe der o que deseja.

O homem do século XX é um homem que tem um conceito de liberdade extremado. Liberdade é o direito de fazer o que bem entende. Tal conceito, em que a liberdade dos outros é irrelevante, faz do homem do século XX um inconformado e descompromissado com o estamento vigente, disposto a violá-lo sempre que possível, por meio da sonegação de impostos, da corrupção, da invasão da propriedade alheia sob a alegação de que é *expropriatória do bem-estar comum*, da violência familiar, do adultério, da tentativa de imposição de seu estilo às autoridades e à sociedade, mesmo quando representando grupos minoritários.

O homem do século XX, quando no governo, tende à auto-satisfação, sendo, parte das vezes, corrupto. Quando tem em suas mãos a imprensa, tende a impor seus valores morais mais do que informar de forma neutra. Na direção sindical, tende a alavancar sua própria carreira política e, quando na em-

presa, a enriquecer-se a qualquer custo.

Todos apregoam a liberdade e que o Estado deve garantir-la, mas ninguém tem compromisso com a sua manutenção, porque o homem do século XX aprendeu a ter direitos, mas não aprendeu a viver os deveres correspondentes.

Com o crescimento dos problemas de convivência do fim do século, com a tecnologia substituindo a mão-de-obra e acelerando o desemprego, com o descomprometimento do homem em relação a valores mais elevados, a título de exercer sua liberdade, em muitos países a ordem está em choque, pois o homem do século XX pretende impor a sua ordem, a sua liberdade, os seus valores desfigurados do Estado, pelo rompimento da ordem vigente.

*Coloca-se, pois, o antigo tema: deveria o Estado garantir a ordem ou a liberdade, para propiciar o desenvolvimento? Lembre-se de que Rousseau acreditava no *Contrato Social* na origem da formação do Estado, que deveria garantir a liberdade, e Hegel, em seus primeiros estudos constitucionais, que, para garantir o desenvolvimento e a liberdade futura,*

é fundamental garantir primeiro a ordem.

Creio que um dos problemas mais sérios que o Estado do futuro enfrentará, será esse dilema. Para não se deformar, na transição deverá o Estado garantir a ordem ou a liberdade, se forem incompatíveis? E o grande desafio das democracias é saber até que ponto estão preparadas para garantir a ordem e a liberdade, com a desfiguração do homem do século XX, no interesse da coletividade.

A globalização da economia, que favorece os Estados mais desenvolvidos e com maior tecnologia e capitais a dominar o mercado mundial, a tecnologia substitutiva do homem pela máquina, o desemprego estrutural, além do conjuntural tópico, a conscientização da sociedade de quanto a seus direitos, com pequena consciência de seus deveres, a multiplicação das minorias que desejam impor seu estilo de vida, o narcotráfico, com seu poder destrutivo dos valores da sociedade, a falência do Estado e a obsolescência do direito, a corrupção endêmica entre políticos e burocratas, a falta de estadistas universais, os conflitos regionais e os de caráter religioso, a ruptura do direito por grupos,

como os sem-terra no Brasil, a perda de valores por parte da sociedade e a falta de esperança de uma solução a curto prazo, a longevidade sem horizontes e o fracasso do Estado previdência, com seu potencial desconcertador, desequilibrador dos orçamentos fiscais de todos os países, os desequilíbrios ambientais, e muitos outros fatores, estão a exigir um repensar do modelo do Estado futuro para a sobrevivência da Humanidade no século XXI.

O caminho que se iniciou com o *Tratado de Roma*, na década de 50, parece ser o primeiro passo para esculpir o Estado futuro. De uma mera Zona Franca para a união aduaneira, mercado comum e uma quase federação das nações, a evolução da União Europeia parece sinalizar o caminho do futuro — nada obstante as inúmeras dificuldades por que passa, inclusive com a implantação da moeda europeia (euro).

Na União Europeia, o direito comunitário prevalece sobre o direito local e os poderes comunitários (*Tribunal de Luxemburgo, Parlamento Europeu*) têm mais força que os poderes locais. Em

bora no exercício da soberania, as nações aderiram a tal espaço plurinacional, mas, ao fazê-lo, abriram mão de parte de seu poder para submeterem-se a regras e comandos normativos da comunidade. Perderam, de rigor, parte de sua força decisória para manter uma autonomia maior do que nas federações clássicas, criando uma autêntica federação de países. À evidência, a submissão consensual a tal renúncia de poderes foi um ato soberano de todas as nações signatárias dos tratados que resultaram na União Europeia de hoje.

A proteção do espaço comunitário, quando todas as nações objetivam contribuir com ideal superior, é o caminho melhor para neutralizar a maior parte dos inconvenientes.

Possui, *todavia*, os seus *fissicos*. Cada unidade é diferente em seus valores culturais, e a tentativa de universalização de comando torna cada uma mais vulnerável, principalmente em função dos governos que assumem os poderes locais.

Portugal, Inglaterra, França e Espanha, de 1995 para cá, tiveram seus controles políticos alterados, por entender o povo que a ade-

são à União Europeia, da forma como fora feita, prejudicara os interesses locais. À evidência, os problemas serão maiores quando a moeda comum exigir controle orçamentário rígido, a ser executado pelos poderes comunitários mais do que pelos poderes locais de cada país.

A própria concorrência interna provocou problemas. A Alemanha teve que reformular sua política tributária e trabalhista, à luz do desemprego que a assola; a França perdeu competitividade pelo peso das estatais e das reivindicações trabalhistas; a Itália está atolada numa dívida igual ao PIB; e a Espanha encontra-se falida por força de seu *Estado do Bem-Estar Social*. Tais problemas locais não são apenas locais e devem ser reexaminados, em nível comunitário, para a própria sobrevivência do espaço criado.

Na experiência ainda limitada a uma norma aduaniera, o MERCOSUL já exterioriza suas deficiências, tendo o Brasil saído, em 1993, de um confortável *superávit* na balança comercial de 2 bilhões de dólares, para um *déficit* de quase 3 bilhões em 1997, pois com

carga tributária explosiva (33% sobre o PIB previsto para 1998, contra 20% da Argentina, 15% do Uruguai e 11% do Paraguai), juros extorsivos e câmbio defasado, a indústria nacional perdeu competitividade, com sucateamento de parte do parque empresarial brasileiro. Muitos investidores preferem a Argentina, pois tem um *custo Argentina* menor que o *custo Brasil*, e têm o mercado brasileiro à disposição, sobre ser a carga tributária interna, para o produto brasileiro, maior que para o produto argentino, eis que não pagam, os que para cá exportam, nem Confins, nem PIS, nem CPMF, nem ISS cumulativo. Pagam uma vez apenas, enquanto os produtos brasileiros pagam *n* vezes.

Nada obstante as dificuldades, é o primeiro passo para a universalização do Estado, que deseja ser *universal*. Defendi a idéia de *Estado universal* como inexorável no Terceiro Milênio, em meu livro, *O Estado de Direito e o Direito do Estado*, em 1977, pois a universalização dos conhecimentos e a globalização dos interesses econômicos estavam a exigir um tratamento só possível para a correção

das desigualdades em um Estado universal.

A universalização do Estado, em nível de poderes decisórios, seria compatível com a autonomia dos Estados locais, aceitando-se a federação universal de países e eliminando-se a federação de cada país, que cria um poder intermediário que, muitas vezes, se torna pesado e inútil.

No Brasil, o poder local poderia ser apenas o federal, em nível de normas gerais e condução de assuntos nacionais, e o poder municipal, com descentralização administrativa real, pois este é o único capaz de atender ao cidadão que nele mora. A estrutura intermediária dos

estados, que apenas encarece o *custo político* do país, é absolutamente prescindível, pelo menos no Brasil.

A formação dos espaços plurinacionais é o primeiro caminho para essa tentativa da Humanidade de sobreviver no Terceiro Milênio, com custos políticos e administrativos menores, universalizados, e políticas nacionais de desenvolvimento comum. A alternativa contrária é a divisão do mundo em nações cada vez mais fortes e nações cada vez mais fracas, com uma potencialidade de explosão social de tal ordem, que o que ocorrer nas nações fracas repercutirá nas nações fortes, implicando riscos reais de enfraqueci-

mento da democracia e o resurgimento dos Estados totalitários.

Estou convencido de que o Estado do futuro deverá ser mínimo, com um crescimento de integração dos espaços nacionais, como forma de enfrentar os desafios crescentes e aparentemente insuperáveis do Terceiro Milênio. Nessa harmonização de espaços comunitários, que deve decorrer do consenso soberano das nações que o aderem, deve ser preservada a soberania de cada nação nos novos moldes, para que se permita que suas culturas diferenciadas continuem a perfilar seu modelo político e institucional.

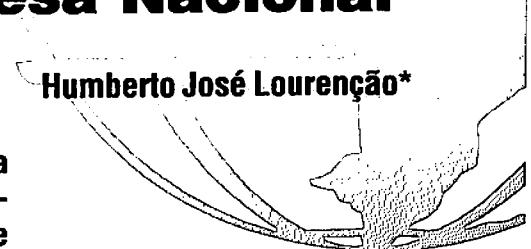


**EMBORA UM HOMEM CONQUISTE
MIL HOMENS EM COMBATE,
MIL VEZES, AQUELE QUE SE
CONQUISTA A SI MESMO É O
MAIOR GUERREIRO.**

(Buda)

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a Defesa Nacional¹

Humberto José Lourenção*



Apoiado por extensa bibliografia, o autor apresenta uma visão geral do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e expõe algumas das controvérsias que ainda hoje o cercam à apreciação do leitor.

OSistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), estrutura operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), vem ao encontro da necessidade de o Brasil encaminhar um conjunto integrado de políticas regionais e de defesa para a Amazônia que favoreça a preservação racional e o desenvolvimento sustentado da região e da população local.

A Amazônia, com cerca de um terço das florestas

tropicais do mundo, é considerada essencial para o clima e para a diversidade biológica da Terra, possuindo 30% do estoque genético do planeta. As queimadas na floresta, tidas como responsáveis por 15% do dióxido de carbono liberado para a atmosfera do mundo, a poluição dos rios por mercúrio dos garimpos, a disseminação da malária, o desmatamento indiscriminado, o uso inadequado da terra e os conflitos entre posseiros e índios são alguns dos problemas críticos dessa região.

Outro problema, de igual pertinência, diz respeito ao contrabando das riquezas amazônicas (ouro, diamantes, minérios, gemas preciosas e semipreciosas, madeira

nobre, biodiversidade genética, látex, sementes, frutos, óleos, goma, essências, mudas etc.), ocasionando considerável prejuízo à economia interna.

A gigantesca extensão territorial da Amazônia Legal, com seus 5,2 milhões de quilômetros quadrados² foi, ao longo da História, palco de desencontradas políticas regionais e consequentes desperdícios de recursos financeiros.

Fator determinante dessa realidade, entre outros que citaremos adiante, foi o desconhecimento técnico e operacional das peculiaridades da região, pela inexistência de uma ferramenta capaz de gerar e processar informações úteis, integradas e adequadas sobre as

* Professor da Academia da Força Aérea — AFA

¹ Selecionado pelo PADEC EME.

² Só para efeito de comparação, correspondentes à metade da Europa Ocidental ou a 61% do território nacional, e onde somente a reserva ianomâmi é três vezes o tamanho da Holanda.

Em 1989, o então presidente da França, François Mitterrand, levantou a tese da soberania relativa — no que foi apoiado por Mikhail Gorbatchev, da então URSS — segundo a qual o Brasil e os demais países onde há florestas tropicais passariam a admitir a ação de organismos internacionais na Amazônia.

potencialidades e limitações da região.

ANTECEDENTES DA AÇÃO GOVERNAMENTAL NA AMAZÔNIA

A pressão internacional sob o enfoque militar

A concepção e iniciativa do projeto Sivam couberam aos militares, cuja preocupação com a Amazônia — expressa por slogans do tipo *integrar para não entregar* — não é de hoje. A partir da idéia de que há uma conspiração internacional para torná-la um Estado independente do Brasil (uma nação Ianomâmi), os governos militares pós-64 intensificaram a presença do Estado na região, priorizando a questão amazônica para fazer frente às ameaças de internacionalização, que ocorreria a partir da criação

de um parque indígena binacional.

Os governos do período de presidentes militares foram grandes imponentes de obras de infraestrutura e programas de colonização e desenvolvimento econômico da região amazônica. Esses programas estiveram em função da perspectiva geopolítica de manter a segurança e a soberania nacionais, prevenindo-se contra uma possível intervenção estrangeira (diplomática ou não) no território amazônico e sua consequente internacionalização.

Na percepção militar, o relativo vazio demográfico da Amazônia, onde a população urbana se concentra em pólos descontínuos, somado ao seu solo rico em vários aspectos biológicos e minerais tornam a região alvo da cobiça internacional. Outro ponto a considerar é que a região amazônica é

influenciada pela proximidade das rotas marítimas do Atlântico Norte: Caribe, costa leste dos Estados Unidos e Europa Ocidental.³ Assim, o acesso internacional à região torna-se facilitado: por exemplo, o preço da passagem aérea de Manaus a Brasília ou de Manaus ao Rio de Janeiro, conforme a flutuação cambial, praticamente se equipa ao de Manaus a Miami ou a Washington.

Principalmente nos anos 80, a Amazônia esteve envolta em intensa controvérsia sobre seu destino. Países desenvolvidos acusavam o Brasil de irresponsabilidade ecológica pela queima e desmatamento indiscriminado da floresta, pela poluição dos rios por mercúrio dos garimpos e pela destruição do ecossistema amazônico (patrimônio da Humanidade); de não promover o desenvolvimento da região de forma racional e sustentável; de não garantir a integridade física dos povos indígenas que habitam a região.

Em 1989, o então presidente da França, François Mitterrand, levantou a tese da soberania relativa — no que foi apoiado por Mikhail

³ Ribeiro, 1995.

Gorbatchev, da então URSS — segundo a qual o Brasil e os demais países onde há florestas tropicais passariam a admitir a ação de organismos internacionais na Amazônia.

Nesse contexto, em que a Amazônia se transformou em um foco de atenção da opinião pública internacional, procura-se aumentar a presença militar na Amazônia. O Sivam é prova disso.⁴

O Projeto Calha Norte

Em 1985 foi iniciado o *Projeto Calha Norte*. Tal projeto objetivava fortalecer a presença do Estado e das Forças Armadas junto à fronteira setentrional e ocidental (com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname) uma

faixa de 6,5 mil quilômetros de extensão (14% do território brasileiro), ao norte da calha dos rios Amazonas e Solimões.⁵

Originalmente, o Calha Norte incluía vários projetos de implantação de infra-estrutura básica (escolas, hospitalares, estradas, energia etc.) visando à colonização e ao desenvolvimento do interior. Por exemplo, cabia ao Ministério das Relações Exteriores, mediante a instalação de postos diplomáticos na fronteira, promover o desenvolvimento das relações bilaterais com os países vizinhos.⁶ No entanto, pela análise da alocação de recursos destinados aos órgãos executores, constata-se que 79% das verbas serviram a objetivos militares, e os ministérios civis, praticamente, abandonaram o projeto — 46% das verbas foram dirigidas ao Ministério do Exército, para a ampliação e melhoria dos quartéis, aquisições de armamentos e embarcações; 22% das verbas foram destinadas ao Ministério da Marinha, para construção de navios-patrulha, de uma base naval no Pará e da estação naval do Rio Negro; 10,5% ficaram com o Ministério da Aeronáutica, para a manu-

tenção, melhoria, construção e ampliação de aeroportos e pistas de pouso. Ao Ministério das Relações Exteriores couberam 2,1% dos recursos.⁷

CARACTERIZAÇÃO DO SIVAM

O SIVAM constitui a infra-estrutura técnica e operacional de um programa maior — o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) — cujo objetivo, além da defesa, é sistematizar e otimizar as ações governamentais na região sob a ótica de um novo paradigma de administração, no qual crescimento econômico e proteção ambiental convergem. O SIVAM é, portanto, a implementação de uma infra-estrutura de vigilância e análise com a função de integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais que atuam na Amazônia (Funai, Ibama, Polícia Federal, Inpe etc.) a fim de potencializar as políticas públicas estabelecidas, provendo o governo brasileiro e outros usuários com as informações necessárias à proteção e ao desenvolvimento sustentável da região amazônica.

⁴ A resolução das divergências e o estreitamento dos laços de cooperação com a Argentina e o desenvolvimento do MERCOSUL, diminuindo a importância geopolítica do sul do País, também contribuem para explicar o aumento da presença das Forças Armadas na Amazônia (Miyamoto, 1995; Brigagão, 1996).

⁵ Na medida em que se preocupa em ocupar o espaço amazônico, através do monitoramento eletrônico e informatizado da região, o Sivam pode ser considerado um sucessor do Calha Norte, no qual certamente se inspirou.

⁶ Ribeiro, 1995.

⁷ Brigagão, 1996.

Participam do SIPAM os seguintes ministérios:⁸ Ciência e Tecnologia, Justiça, Meio Ambiente e Amazônia; Transportes; Saúde; Previdência Social; Integração Regional; Agricultura e Reforma Agrária; Marinha; Exército; Educação; Comunicações; Minas e Energia; Relações Exteriores; Fazenda e Secretaria do Planejamento, além da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)⁹ e do Ministério da Aeronáutica, responsáveis diretos por sua coordenação e implantação.

⁸ Estes dados são de 1998 e se referem à composição ministerial do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁹ A SAE — sucessora da Secretaria de Assuntos de Defesa Nacional (Saden) do Governo Sarney, que por sua vez, derivou do Conselho de Segurança Nacional, da época dos regimes militares — é, hoje, de natureza e composição cívica, estando composta por três subsecretarias: de Inteligência (antigo SNI); de Planejamento Estratégico; e de Programas e Projetos Estratégicos. (Miyamoto, 1995, Pereira, 1996).

¹⁰ Landsat, Spot, ERS-I, NOAA e GOES.

¹¹ Os aviões serão fabricados pela Embraer, que produzirá para o Sivam três aeronaves de sensoramento remoto e cinco de vigilância aérea (EMB-145, equipada com radares *Erieye*, de abertura sintética, imageadores espectrais e a infravermelho, de origem sueca).

¹² SAE, 1998.

¹³ Idem.

Instalações e equipamentos

Podendo ser definido como um sistema de subtemas em que o elemento básico é a informação, o SIVAM constituirá uma complexa e sofisticada rede integrada de telecomunicações e controle sobre todo o espaço aéreo e terrestre da Amazônia Legal, a partir de imagens obtidas por satélites imageadores e meteorológicos,¹⁰ e por sistemas de radares primários e secundários. Para tanto, fará uso dos seguintes equipamentos e instalações: três esquadrões de *Tucano*, 19 radares fixos, oito radares móveis (aerotransportados), oito aviões com sensores para vigilância,¹¹ quatro aviões-laboratório *HS-800*, 300 plataformas de coleta de dados de superfície e captação de imagens de satélites (sendo 87 meteorológicas); 200 sistemas aéreos de radiodeterminação (radiocalocalização e radionavegação), sensores de monitoramento ambiental; além de telefonia (fax e computador com *modem*) para, inicialmente, 800 pequenas comunidades, e de uma hidrelétrica no município de São Gabriel da Cachoeira.¹²

Organização do sistema

Na organização das tarefas, o SIVAM será composto por seis células operacionais: *Vigilância Ambiental*, para executar funções de análise do cenário ambiental; *Vigilância Aérea e de Superfície*; *Monitoração Meteorológica*, para geração de prognósticos meteorológicos; *Monitoração de Comunicações*, para interceptação de sinais, localização e identificação de transmissões clandestinas; *Controle de Tráfego Aéreo*; e *Planejamento e Controle de Operações em Campo*, de modo a facilitar a atuação integrada de todos os órgãos envolvidos numa operação.¹³

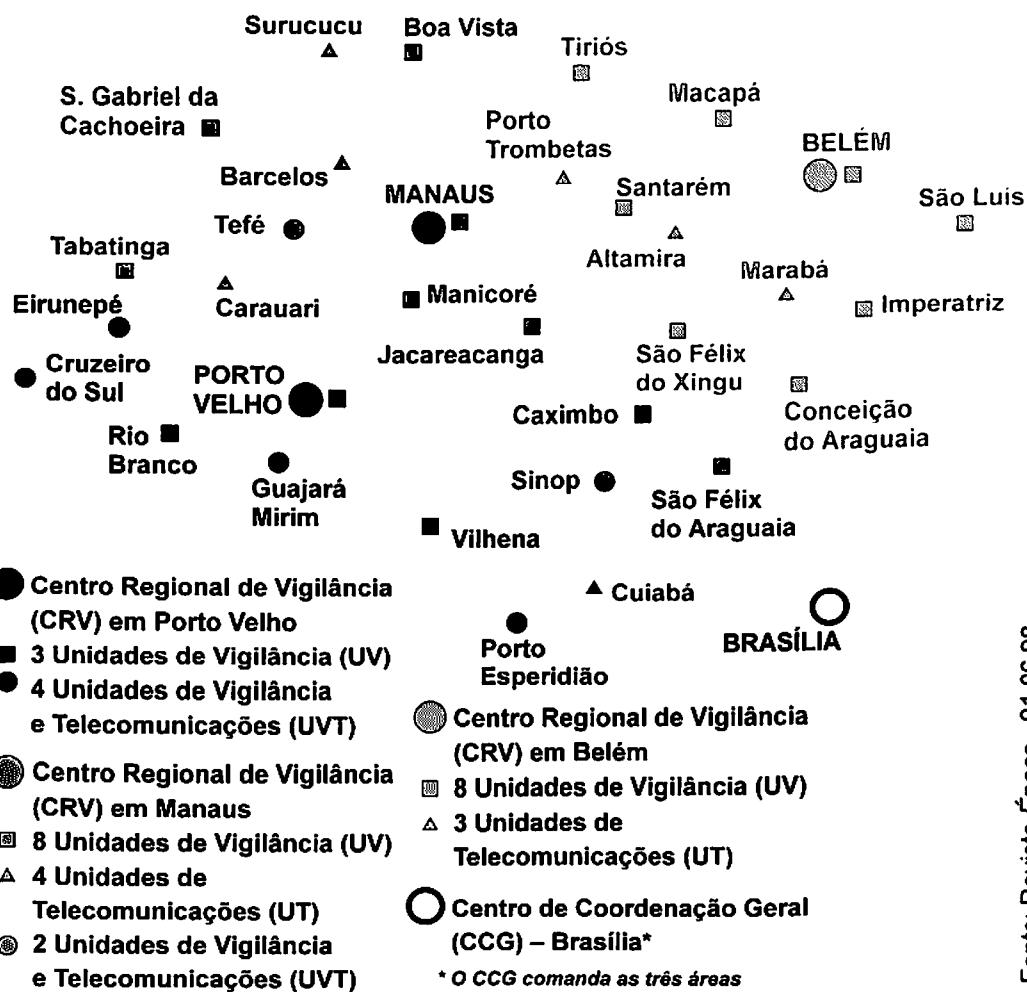
O SIVAM será constituído por três *Centros Regionais de Vigilância* (CRV), um em Manaus, outro em Belém e o terceiro em Porto Velho. Cada um deles vai estar ligado aos órgãos governamentais estaduais e ao *Centro de Coordenação-Geral* (CCG), que estará localizado fisicamente em Brasília e ligado aos órgãos governamentais federais. No *Centro Regional de Vigilância* (CRV) de Porto Velho haverá três *Unidades de Vigilância* (UV) e quatro *Unidades de Vigilância e*

Telecomunicações (UVT); o CRV de Manaus contará com oito Unidades de Vigilância (UV), quatro Unidades de Telecomunicações (UT) e duas Unidades de Vigilância e Tele-

comunicações (UVT); e no CRV de Belém serão implantadas oito UV e três UT. A figura a seguir nos dá uma visão espacial do Sistema.

Nos três centros regionais de vigilância, bem

como no *Centro de Coordenação-Geral*, redes de estações de trabalho irão processar as imagens de satélites, gerenciar os bancos de dados, desenvolver e aplicar softwares, além de



promover a formação e especialização de usuários do sistema. A idéia é de uma arquitetura aberta, em que os recursos de sensoreamento remoto estejam a serviço de novos usuários, partindo do método de fusão e superposição de informações compartilhadas.

No CCG e em cada CRV existirá um *Centro de Usuários*, com ferramentas de *hardware* e *software* que disponibilizarão informações do interesse de usuários. Nesses centros de usuários, entidades cadastradas contarão com recursos para a realização autônoma de tarefas e pesquisas, de responsabilidade do órgão usuário, podendo acessar a base de dados do sistema tanto para a obtenção dos produtos gerados pelas células operacionais, quanto para dar entrada a dados gerados por suas atividades. Existirá a possibilidade de conexão remota entre esses usuários e os CRV e CCG, realizada por meio do

subsistema de telecomunicações, que permitirá, igualmente, o acesso a tratamento e visualização de dados de interesse do usuário e a entrada de dados gerados por esse usuário remoto.¹⁴

Contribuições do SIVAM

O SIVAM irá ligar a região amazônica ao sistema de controle do espaço aéreo feito pelos radares dos três Cindactas (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo) que o país tem,¹⁵ permitindo detectar e guiar aeronaves em perigo ou acidentadas, vigiar as fronteiras, monitorar o tráfego aéreo e fluvial cooperativo e não-cooperativo, ajudando a combater atividades ilegais (narcotráfico, contrabando, garimpo etc.) e a proteger as populações indígenas.

No campo meteorológico, o SIVAM estará propiciando um significativo aumento de capacidade de coleta e de processamento ao Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), que será o provedor do programa de gerenciamento de informações geográficas do sistema. O *software Spring*, do INPE, será a plataforma básica para o desenvolvimento das aplicações que

envolvem este tipo de informação.¹⁶

Outras contribuições que o SIVAM poderá oferecer são: atualização cartográfica; planejamento e controle da ocupação do solo mediante desenvolvimento que preserve a biodiversidade e o ecossistema amazônico; identificação de áreas que estão sofrendo ação predatória, seja por queimadas, por desflorestamento ou por derrame de mercúrio nos rios; e prevenção e controle de endemias (malária, principalmente) e epidemias.

O processo de instituição do SIVAM

O *Sistema de Proteção da Amazônia — Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM-SIVAM)* — originou-se em 1990, a partir da exposição do Ministério da Aeronáutica e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) ao Presidente da República, de uma série de motivos a respeito da necessidade de haver um sistema eficiente de produção e processamento de informações qualificadas sobre e para a região amazônica.

Concebido em 1990, o SIVAM veio a público na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

¹⁴ SAE, 1998.

¹⁵ Cindacta 2, em Curitiba, que monitora o Sul; Cindacta 1, em Brasília, que vê o Leste e o Centro-Oeste; e Cindacta 3, em Recife, vigiando o Nordeste.

¹⁶ SAE, 1998.

Ambiente, a Rio-92. Em abril de 1993, por portaria da Secretaria de Assuntos Estratégicos, foi constituída a Comissão de Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia, e, em setembro do mesmo ano, o Ministério das Relações Exteriores solicitou propostas de orçamento às embaixadas de 16 países.

Sendo tratado administrativamente como *projeto estratégico*, com dispensa de licitação, amparada na legislação que regulamenta os projetos sigilosos, o processo de instituição do SIVAM foi revestido de conflito político e de significativa polêmica com o Legislativo.

Em 11 de abril de 1995, a empresa ESCA, escolhida sem licitação para ser a gerenciadora do projeto e do *software*, foi denunciada pelo deputado federal do PT-SP, Arlindo Chinaglia, de haver fraudado a Previdência Social em mais de R\$ 7 milhões, razão pela qual não poderia firmar contrato com o poder público.

¹⁷ Cabe informar que o dono da Líder Táxi Aéreo, José Afonso Assunção, já foi representante da Raytheon do Brasil.

¹⁸ Chinaglia, 1997.

¹⁹ O Estado de S. Paulo, 15 de março de 1997.

Segundo o Deputado Chinaglia, as empresas selecionadas para a implantação do projeto SIVAM foram escolhidas mediante pressão pessoal do presidente norte-americano, Bill Clinton, e a submissão do Governo brasileiro. Além disso, o referido deputado, em novembro de 1995, anunciou à imprensa a existência de um contrato firmado entre as empresas ESCA, a norte-americana Raytheon e a Líder Táxi Aéreo,¹⁷ datado de 8 de julho de 1992 (portanto, mais de um ano antes de serem escolhidas) no qual pactuaram sigilosamente trabalharem em conjunto na elaboração do projeto SIVAM, a fim de obter o contrato do governo brasileiro.¹⁸

De qualquer forma, a empresa ESCA, devido às irregularidades denunciadas, foi excluída do processo de instalação do SIVAM, desde 24 de maio de 1995. Em seu lugar foram incluídas, agora como contratantes diretas do projeto e ao lado da norte-americana Raytheon, a Embraer e a Fundação Atech (Aplicação de Tecnologias Críticas).¹⁹

Por fim, em 4 de dezembro de 1996, o Tribunal de Contas da União pronun-

ciou-se favorável ao contrato com a Raytheon.

O custo do SIVAM está estimado em US\$ 1,4 bilhão, desconsiderando-se os juros, e será totalmente financiado por recursos externos. O financiamento cobre desde o levantamento em campo até a garantia de dois anos de todos os sistemas, incluindo as obras civis, transporte, seguros, gerenciamento, instalação, treinamento, testes e operação assistida.

O cronograma de implantação do SIVAM

Com mais de dois anos de atraso, devido às pendências judiciais, o contrato entre o governo brasileiro e a empresa americana Raytheon, fornecedora dos equipamentos, entrou em vigor em 25 de julho de 1997.

A instalação completa do sistema está prevista para ser finalizada em 2002. Em primeiro lugar, o projeto prevê a construção das edificações, o desenvolvimento dos softwares por meio de simulações de sensores, a produção de aviões e dos equipamentos de telecomunicações. Nessa fase, também, está previsto o término da atualização do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), que terá sua

O Deputado Arlindo Chinaglia afirma que a soberania do Brasil está refém da poderosa Raytheon, sendo que essa empresa terá acesso às informações sobre questões militares, meio ambiente, reservas indígenas, recursos minerais e outras.

capacidade quadruplicada para receber e processar imagens de satélites de sensoreamento.

Para 1999, está agendado o término das obras de construção civil em Manaus e Brasília, bem como o início das instalações dos equipamentos de telecomunicações e tratamento e visualização de dados. Para o ano 2000, a previsão é de que os softwares já estejam desenvolvidos e as instalações dos equipamentos em Manaus e Brasília terminadas, dando-se então o início das construções em Porto Velho e Belém. Finalmente, para 2001, prevê-se o término das instalações em Porto Velho e Belém e a integração completa do sistema (Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém).

Estratégia de marketing: o SIVAMZINHO

Idealizado pelo presidente da Comissão para Coordenação do SIVAM (CCSIVAM), o SIVAMZINHO é um

projeto psicopedagógico em que um pequeno herói índio (SIVAMZINHO), protagoniza sete histórias em quadrinhos com a finalidade de informar o público infantil sobre a importância do SIVAM para a proteção da Amazônia.

Desde 27 de abril de 1998, pilotos da Força Aérea Brasileira estão voando cerca de 110 horas em avião e mais 154 em helicópteros, percorrendo uma distância de noventa mil quilômetros para distribuírem 115 toneladas de material: 500 mil cadernos, 255 mil lápis, 255 mil régua, 17 mil cartilhas, 17 mil calendários e 11 mil pôsteres, o equivalente a 200m³ de carga. No total, são 26 cidades de destino, em pontos distantes da Amazônia Legal, onde mais de 250 mil crianças, de 1^a à 4^a séries, receberão o material.²⁰

CONTROVÉRSIAS SOBRE O SIVAM

A questão da importação tecnológica

Não obstante já estar sendo executado, a polêmica acerca do SIVAM ainda permanece. Como retrata a revista *Época*, de 1^º de junho de 1998, o Major-Brigadeiro-do-Ar Marcos Antônio de Oliveira, presidente da CCSIVAM vê, na implantação do sistema, a única maneira de garantir a soberania brasileira e o desenvolvimento racional da região; sustenta, também, que o trabalho conduzido pela Raytheon terá a participação de funcionários do governo, ou de quem ele designar, de modo a capacitá-los ao domínio tecnológico do sistema em todas as fases de desenvolvimento; o conhecimento adquirido pelo sistema constituirá propriedade do governo brasileiro, que irá definir os que poderão ter acesso ao banco de dados, sendo que, depois de instalado, o SIVAM será operado exclusivamente por brasileiros.²¹

Entretanto, o Deputado Arlindo Chinaglia afirma que a soberania do Brasil está refém da poderosa Raytheon, sendo que essa

²⁰ Ministério da Aeronáutica, 1998.

²¹ Medeiros & Fichtner, 1998.

empresa terá acesso às informações sobre questões militares, meio ambiente, reservas indígenas, recursos minerais e outras.²²

Segundo Maurício Pereira, membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, é, no mínimo, incoerente a opção por adquirir tecnologia estrangeira, principalmente da forma *escondida*, como o processo foi encaminhado, distribuindo informações estratégicas a diplomatas e empresários de países com maior desenvolvimento tecnológico — justamente os que teriam maiores condições de cobiçar as riquezas da Amazônia ou de imaginar alguma forma de internacionalizá-la, se esse risco fosse sério ou tivesse fundamento na realidade.²³

A CCSIVAM se refere a dois constrangimentos para justificar a importação tecnológica: o primeiro é financeiro, argumentando que o contrato de financiamento com o *United States Export-Import Bank* (EXIMBANK) exige a importação do pacote tecnológico por inteiro; o segundo constrangimento é tecnológico e refere-se à

relação custo/tempo/qualidade, ou seja, dado o grau de urgência para se ampliar o controle do Estado sobre a *crítica Amazônia*, a implantação imediata do sistema não seria possível, caso se optasse pela alternativa nacional.

Mas, segundo o professor Luiz Pinguelli Rosa e mais 40 pesquisadores universitários, em carta enviada ao *Painel do Leitor* do jornal *Folha de S. Paulo* (edição de 13 de junho de 1995, p. 3), a presente capacidade tecnológica nacional não está tão distante das especificações exigidas pelo SIVAM. As tecnologias básicas envolvidas no projeto e a construção de sistemas de vigilância eletrônica, tais como o radar, o sensoreamento remoto, as redes de comunicações e teleinformática são tecnologias nas quais o Brasil já conseguiu desenvolver capacitação de nível internacional, mercê do trabalho que as universidades e centros de pesquisa vêm desenvolvendo há décadas. O SIVAM, se não recorresse a fornecedores estrangeiros, poderia maximizar a utilização do parque industrial nacional e desenvolver fornecedores locais, contribuindo para elevar

ainda mais o patamar de nossa capacitação.

Para o físico e professor emérito da UNICAMP, Rogério César de Cerqueira Leite, o procedimento correto se iniciaria com uma concorrência interna para a construção do sistema completo de vigilância. Se nenhum consórcio nacional organizado para tal fim mostrasse capacidade de execução do programa, então seriam admitidas associações com empresas estrangeiras. Dessa forma, a transferência de tecnologia para o Brasil estaria melhor assegurada.

A questão do tamanho do projeto

Corroborando com a idéia de que o SIVAM não é, no todo, necessário e urgente, o jornal *Folha de S. Paulo*, em editorial de 30 de junho de 1995, afirma que as imagens de satélites meteorológicos prometidas pelo SIVAM já são disponibilizadas pelo INPE, podendo ser acessadas pela Internet, em tempo real, por qualquer microcomputador.

A questão política

Durante o período de presidentes militares, a auto-percepção das Forças Arma-

²² Idem

²³ Pereira, 1996.

das, genuínas, senão exclusivas guardiãs dos interesses nacionais, em manifesta desconfiança e ausência de diálogo com os múltiplos atores organizados da região (ecologistas, indigenistas, cientistas etc.) contribuiu em muito para o fracasso de certas políticas públicas empreendidas na Amazônia.

A percepção e a atitude reforçaram a distância entre o Estado e a sociedade, traduzindo-se na formulação de grandes políticas regionais de *integração regional*, cujos resultados foram a ocupação desordenada e desenfreada do território amazônico, os falidos mega-projetos agropecuários e os *desastres rodoviários* do tipo Transamazônica.²⁴

Também a exigência de manutenção da autonomia militar no controle de vários projetos de interesse das Forças Armadas, durante a fase de *transição para a democracia*, foi politicamente negativa, resultando no deficiente envolvimento civil nesses projetos.

Com base nas controvérsias supracitadas a respeito do SIVAM, pode-se levantar a hipótese de que, para além da crise financeira do Estado, se repita, com o SIVAM, o que se verificou na execução do Calha Norte: uma profunda desarticulação entre ministérios civis e militares.

A falta de transparência e de controle democrático sobre os programas governamentais acabam gerando a oposição de vários setores da sociedade civil e política, tais como, comunidade científica, imprensa, partidos e, até mesmo, ministérios de Estado.

CONCLUSÃO (a questão da defesa nacional no atual contexto internacional)

Com as aceleradas e substanciais transformações que têm ocorrido em nível mundial nos anos 90 — crise do *Welfare State*, neoliberalismo, criação de blocos comerciais regionais, fim da Guerra Fria, crescente globalização e interdependência das economias — cada vez mais se propõe a universalização de regras de convivência política e eco-

nômica entre os Estados. Vários temas como promoção dos direitos humanos, não-proliferação de armas de destruição de massa, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental estão sendo debatidos e acertados internacionalmente.

Em consonância com essa nova configuração geopolítica internacional, pode-se afirmar que a soberania plena sobre a Amazônia não se estabelece mais pela ênfase exclusiva nos aspectos militares, mas é exercida, sobretudo, mediante a integração econômica, cultural e social dessa região ao restante do País. Tal integração se dará pela articulação das políticas estratégica, tecnológica, de defesa e de alocação de recursos públicos e privados — ressaltando-se aí o papel fundamental do Estado no gerenciamento dessas políticas.²⁵

Por outro lado, observando a realidade paradoxal, constata-se que os problemas da Amazônia não podem ser abstraídos da dinâmica do mercado globalizado e da corrida produtiva e industrial, que impõe aos

²⁴ Idem, 1995.

²⁵ Brigagão, 1996.

países dependentes — e, não raro, vítimas de especulações financeiras internacionais — necessidades de desenvolvimento urgente e a qualquer preço com a finalidade de gerar divisas.

O SIVAM possui uma dimensão política, na medida em que recoloca a questão da defesa nacional e seu significado na atualidade. A esse respeito, é necessário avaliar a equação custo-benefício do SIVAM: avaliar seu papel integrador e sua contribuição para a salvaguarda da soberania nacional; indagar sobre sua

urgência e importância para a proteção territorial, garantindo que parte do patrimônio do País não seja contrabandeada ou des-truída.

Uma política de defesa e desenvolvimento da Amazônia, que proteja o patrimônio humano e ecológico (hídrico, mineral, farmacológico etc.) da região é inquestionável e não pode ser adiada. Mas seria realmente essa alternativa, o SIVAM, o mais adequado para nossas necessidades e possibilidades, aumentando a dívida externa do País em US\$ 1,4

bilhão? O Sivam irá, por exemplo, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local, promovendo educação, telefonia, atendimento médico-hospitalar, água potável etc.?

Pelo que se colocou acima, fica claro que a implantação de qualquer sistema de proteção e vigilância terá seus efeitos quase anulados se não for acompanhado de políticas integradas e integradoras e, principalmente, que repudiem situações de submissão e de falta de autonomia.



BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Marcos. *Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades*. PACS, Rio de Janeiro, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, 1992.
- BRASIL, Sandra. *Verbas para os militares*. In revista *Veja*, Editora Abril, 1998.
- BRENER, Jayme. *O Mundo pós-Guerra Fria*. 2^a ed., Editora Scipione, São Paulo, 1996.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *Inteligência e marketing: o caso Sivam*. Record, Rio de Janeiro, 1996.
- BRUNO, Lúcia (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. Atlas, São Paulo, 1996.
- CARVALHO, Irami de. *Projeto SIVAM — uma visão estratégica*. In Revista da Escola Superior de Guerra, ESG, ano XII, nº 34, Rio de Janeiro, 1997.
- CHINAGLIA, Arlindo. *A César o que não é de César*. In Folha de S. Paulo, 25 de fevereiro de 1997, p. 3.
- FEROLLA, Sérgio Xavier. *Bases para um projeto nacional*. In Revista da Escola Superior de Guerra, ESG, ano X, nº 27, Rio de Janeiro, 1994.
- FRANCO, Maria Ciavatta. *Trabalhadores em tempo de globalização: um estudo exploratório*. In Revista Universidade e Sociedade, ANDES, ano VII, nº 14, São Paulo, outubro de 1997.

- GRIECO, Francisco de Assis. *O fundamentalismo islâmico e a Ordem Internacional*. In A Defesa Nacional, ano LXXXI, nº 767, Rio de Janeiro, Jan/Mar 1995.
- LIMA DE SIQUEIRA, Deoclécio. *Problemas da aeronáutica brasileira — reflexões*. In Revista da ECEMAR, ECEMAR (Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica), ano IV, nº 10, Rio de Janeiro, 1978.
- LOPES, Gilson Gonçalves. *A nova doutrina do exército norte-americano*. In Military Review, Fort Leavenworth, U.S. ARMY CGSC, 4th Quarter, 1993.
- LUDWIG, Antônio Carlos Will. *Uma proposta de modernização para as Forças Armadas Brasileiras*. In A Defesa Nacional, ano LXXX, nº 766, Rio de Janeiro, Out/Dez 1994.
- _____. *Democracia e ensino militar*. São Paulo, Cortez, 1998.
- MANN, Edward. *O que é poder aéreo (e espacial)?* In Airpower Journal, Maxwell AFB, USAF, 1996.
- MEDEIROS, Alexandre & FICHTNER, Mirian. *Amazônia; sob os olhos do SIVAM*. In revista Época, Ed. Globo, ano I, nº 2, 1º de junho de 1998.
- MENEZES, Lauro N. *Um plano educacional para a Força Aérea*. In Revista da Universidade da Força Aérea, UNIFA (Universidade da Força Aérea), vol. V, nº 6, Rio de Janeiro, 1989.
- MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. *SIVAMZINHO chega à Amazônia*. In Notarer, ano 21, nº 22, Brasília, 25 de maio de 1998.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Segurança e a nova ordem internacional*. In Premissas, caderno 14, Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, dezembro de 1996.
- _____. *Geopolítica e poder no Brasil*. Col. Estado e Política, Campinas, Papirus, 1995.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (coord.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, Papirus, 1987.
- PEREIRA, Antônio Carlos. *Por uma política de defesa*. In Premissas, caderno 14, Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, dezembro de 1996.
- PEREIRA, Maurício B. *Projeto SIVAM: entre a natureza, a história e o futuro*. In Premissas, caderno 10, Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, agosto de 1995.
- PESCE, Eduardo Ítalo. *A defesa nacional no mundo pós-bipolar*. In Revista do Clube Militar, Clube Militar, nº 320, Rio de Janeiro, janeiro/severino de 1995.
- RAYTHEON do Brasil. *SIVAM: protegendo nossa floresta*. Documento institucional, 14 de novembro de 1997.
- RIBEIRO, Osmar José de Barros. *Amazônia — um desafio a vencer*. In A Defesa Nacional, ano LXXXI, nº 768, Rio de Janeiro, abril/maio/junho de 1995.
- RUMBELSPERGER, Antônio Carlos F. *O projeto Calha Norte e os países da área — políticas e estratégias para a atuação do Brasil*. In Revista da Escola Superior de Guerra, Edição monografias, Rio de Janeiro, ESG, ano X, nº 28, 1994.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luís. *SIVAM: vigiar não é punir*. In Folha de S. Paulo, 28 de dezembro de 1996.
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS — SAE. *SIVAM, sistema de vigilância da Amazônia*, <http://www.sae.gov.br/cisipam>, 1998.
- SINTONI, Evaldo. *Imaginário Político; o golpe de 1964*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1997.

- SOUZA, João Vieira. *Tirania do Fraco, nova política externa da Rússia*. In *Idéias em Destaque*, INCAER (Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica), nº 13, Rio de Janeiro, dezembro de 1994.
- VIDIGAL, Armando A. F. *Uma nova concepção estratégica para o Brasil*. In *Política e Estratégia*, revista trimestral de política internacional e assuntos militares. Centro de Estudos Estratégicos, vol. VII, nº 3, São Paulo, julho/setembro de 1989.
- VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*, 6ª ed., Ática, São Paulo, 1997.
- VV.AA. *Sob a tutela das armas*. In *Retrato do Brasil*, vol. I, Política Editora, São Paulo, 1986.

**A LIDERANÇA EM UM EXÉRCITO
DEMOCRÁTICO SIGNIFICA:
FIRMEZA E NÃO RUDEZA;
COMPREENSÃO E NÃO FRAQUEZA;
JUSTIÇA E NÃO LICENCIOSIDADE;
HUMANIDADE E NÃO INTOLERÂNCIA;
GENEROSIDADE E NÃO EGOÍSMO;
ORGULHO E NÃO VAIDADE.**

(Gen Bradley)

**A GUERRA É ANTES DE TUDO, UM
COMBATE INTERIOR; É NA ALMA DE
CADA SOLDADO QUE A BATALHA É
GANHA OU É PERDIDA.**

105

(A. Bessières)

As Divisões Blindadas

Almir dos Santos*

O artigo relata episódios da Segunda Guerra Mundial ligados ao emprego dos blindados, segundo as concepções de Heinz Guderian.

Quando, em 1914, teve início a Primeira Guerra Mundial, o mundo conheceu três novas e poderosas armas de ataque: o submarino, o avião e o tanque de guerra. O submarino, já com uma estratégia bem definida, fez estrago no transporte marítimo. O avião e o tanque, porém, tiveram atuações discretas. O avião fazia parte de uma guerra particular entre nobres e cavalheiros (vide o Barão Vermelho), e o tanque foi muito mal-aproveitado, uma vez que não havia uma doutrina de como utilizá-lo.

Ainda em relação aos tanques, terminada a guerra, em 1918, havia um lugar-co-

mum na concepção estratégica de uma batalha: os tanques não poderiam ser utilizados isoladamente; somente como arma de apoio à infantaria. Em 1939, porém, quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha surpreendeu o mundo com as imbatíveis Divisões Blindadas (divisões Panzer). As rápidas vitórias sobre a Polônia e a França e a grande arrancada até as portas de Moscou, foram, sem dúvida alguma, provocadas por uma perfeita doutrina de como se utilizar um blindado em batalhas.

No período entre as duas guerras, os americanos, os ingleses e os franceses, por não perceberem a força de ataque que aquela arma poderia dar a um exército, não

mais se interessaram pelo assunto. Na Alemanha, porém, se deu o contrário. Em 1923, alguém no Estado-Maior do Exército deu ao Major do Exército alemão, Heinz Guderian, a incumbência de criar uma unidade motorizada com tanques. Tratava-se de uma função burocrática, uma vez que, por força do armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, era vetado à Alemanha o direito de possuir tanques de guerra em seu exército. Mesmo assim, a função agradou a Guderian. Estudando tudo que havia sobre o tema, percebeu algo que ninguém estava vendo: a importância do tanque de guerra numa batalha.

Depois de três anos de estudo, Guderian convenceu

* Professor da Escola Naval.

o comandante do Exército a comprar dez tanques da Suécia, para que pudesse pôr em prática todas as teorias que desenvolvia nas mesas do seu escritório. Estando cada vez mais entusiasmado com os blindados, a partir de 1930 começou a fazer palestras nas diversas unidades do Exército, defendendo sua tese sobre: *as divisões blindadas e a guerra móvel*. As palestras foram um fracasso total. O pensamento dos militares alemães não se diferenciava dos militares ingleses, franceses e americanos. Eles ainda achavam que o tanque tinha de ser um dispositivo auxiliar da infantaria.

Em 1934, já no governo de Hitler, o novo chanceler quis conhecer e assistir a uma demonstração de suas tropas motorizadas. A exibição aconteceu, mas não foi feita com tanques e sim com alguns veículos estranhos que eram na realidade tratores armados de canhão. O chanceler, que era ex-infante, gostou da exibição e disse: *é disso que eu preciso*. Só que nada fez pelo projeto. Preferiu investir nos *aviões de mergulho* por acreditar na tese do amigo, Hermann Goering, comandante da *Luftwaffe* (Força Aérea), que dizia: *bombardeando as po-*

pulações civis, colocaremos qualquer nação de joelhos.

Continuando sua peregrinação, em 1937, Guderian escreveu um livro intitulado *Actung Panzer*, onde deu os conceitos fundamentais da *guerra móvel*, que tinha, como a principal arma de um exército, o tanque de guerra. Nesse livro, ele expunha todas as suas idéias de como um tanque deveria ser utilizado numa batalha. Dentre essas idéias três pensamentos podemos lembrar agora. Primeiro: *o comandante panzer tem de ser audacioso, não pode ter medo de tomar decisões e liderar na frente de combate*. Num outro ponto afirmava: *os panzer não devem ser utilizados isoladamente, mas sim num ataque coordenado com a artilharia e a aviação*. E mais à frente concluía: *numa batalha, os panzer devem se movimentar pelos flancos até a retaguarda inimiga, separados das outras unidades mais lentas*.

Essa nova filosofia, se fosse implantada, mudaria radicalmente o conceito de uma guerra e colocaria a Alemanha em total oposição à doutrina militar existente nas Escolas de Estado-Maior dos ingleses, americanos, russos

e franceses. Mas os generais do Estado-Maior do Exército (EME) não admitiam, sequer, a existência de batalhões blindados. Para eles as três armas de um exército continuavam sendo: a Cavalaria, a Infantaria e a Artilharia.

A oposição radical do EME à criação de unidades blindadas era devido ao fracasso dos tanques na Revolução Espanhola. Alegavam que os panzer eram lentos e pesados demais, por isso tornavam-se alvos fáceis para as armas antitanque. Irritado com as críticas, Guderian respondia que, naquela guerra, pessoas despreparadas tinham sido colocadas, tanto para operar os blindados como para elaborar as táticas. Dizia também que os infantes alemães sabiam disso, mas como não queriam perder a importância que tinham dentro do Exército, alimentavam aquela mentira. Quando sugeriu a construção de peças de artilharia sobre veículos autopropulsor, os artilheiros se posicionaram também contra ele. Ironicamente respondeu: *acostumados há quinhentos anos a transportar seus canhões com a boca para trás, não me surpreendeu suas reações ao ver um veículo em*

que o canhão é transportado com a boca para frente.

O Marechal Von Brauchitsch, comandante do Exército e o General Beck, chefe do EME, estavam vivendo momentos difíceis. Hitler negociava com a Inglaterra e a França a anexação dos Sudetos, região da Tcheco-Eslováquia, alegando que os alemães ali residentes estavam sofrendo perseguição política. Entretanto, secretamente, ordenara ao EME um plano para ocupar todo o país. O General Beck, tinha certeza de que, quando isso acontecesse, ingleses e franceses iriam à guerra. Para salvar a Alemanha de outro grande conflito, ele e os generais Witzleben, Stulpnagel e Speidel planejavam assassinar Hitler. Para um evento dessa natureza, o General Beck, que liderava o complô, precisava manter o exército unido e o General Guderian estava dividindo o generalato, com aquela polêmica sobre a guerra móvel. Para tirá-lo de cena, o comandante do Exército e o chefe EME tentaram lhe dar uma *carona* na promoção para general-de-divisão. Mas, Hitler interveio e promoveu Guderian, mesmo sem a indicação de Beck.

Depois disso, para desespero dos tradicionalistas, o ditador nazista autorizou a criação das primeiras unidades blindadas, utilizando os seguintes tanques: um leve, para missões de reconhecimento, e dois médios — um para combate tanque a tanque e outro para apoio à infantaria. Apenas o tanque pesado, que resistisse a todas as armas antitanques, não foi construído. A partir daí, nem a oposição radical dos generais, nem a má vontade do novo chefe do Estado-Maior, Franz Halder (outro artilheiro), conseguiram prejudicar o desenvolvimento das divisões blindadas.

Em maio de 1939, Hitler ordenou ao chefe do EME um plano para a invasão da Polônia. Halder, um antinazista roxo, a quem, por direito, cabia a elaboração do plano, delegou poderes ao General Manstein, alegando estar muito pessimista no que dizia respeito ao sucesso dessa invasão. Todos sabiam que a paciência da França e da Inglaterra tinha chegado ao limite. Por isso, atacar a Polônia utilizando um milhão e meio de homens, deixando na retaguarda, próximo à fronteira alemã, cinco exércitos franceses e, ainda, a poderosa For-

ça Expedicionária Britânica, era cometer suicídio. *Com os alemães dentro da Polônia, afirmava Halder, ingleses e franceses, ocuparão toda Alemanha, até Berlim, em 15 dias.*

Ao receber a missão, Manstein teve a mesma preocupação. Por isso imaginou um plano que pudesse derrotar os poloneses o mais rápido possível para trazer todo o Exército de volta em poucos dias. Esse plano já existia nos manuais de Guderian, sobre as divisões panzer. Foi então que, baseado nesses manuais, Manstein elaborou um ataque no qual, enquanto a artilharia e a aviação bombardeavam impiedosamente o inimigo, os tanques avançavam pelos flancos e fechavam o cerco na sua retaguarda. Essa operação combinada entre os panzer, a artilharia e a aviação, Hitler chamou de Blitzkrieg.

Ao entregar o plano a Halder, Manstein, incluía duas divisões panzer e sugeriu os comandantes para essas divisões. Um dos generais sugerido foi Kleist, famoso por sua competência e equilíbrio, e o outro, apesar da pressão contrária de Halder, que o achava um demagogo, era Heinz Guderian. Manstein argumenta-

va que não poderia deixar de fora, no primeiro ataque, justamente o criador das divisões.

A invasão foi marcada para as primeiras horas do dia primeiro de setembro de 1939. Horas antes, Hitler telefonou para Guderian e disse: *agora eu quero ver se seus panzer vão funcionar mesmo.*

E o Exército partiu. Um milhão e meio de alemães contra, um milhão e trezentos mil poloneses. Uma diferença pequena, mas o Exército alemão deu uma exibição de tática e de estratégia. Foi o confronto do novo contra o velho; do moderno contra o clássico; do realismo contra um romantismo que não existia mais; do tanque de aço de Guderian, contra a Cavalaria. Pertencente ao Grupo de Exércitos do Norte, sob o comando do Marechal-de-Campo Von Bock, a divisão panzer de Guderian, em 5 dias, tinha derrotado um exército de 200 mil homens usado pelo inimigo para defender o Corredor Polonês. Logo a seguir, destruiu todos os canhões pesados que os poloneses tinham instalado naquela região para defender sua fronteira.

Derrotando espetacularmente o inimigo na frente de

batalha, ao contrário do que se poderia supor, Guderian começou a irritar os generais do seu próprio exército. Por não aceitarem a filosofia da guerra móvel e não entendem o que estava acontecendo, os oficiais generais do EME e do Estado-Maior das Forças Armadas começaram a criticá-lo por estar indo rápido demais. Halder chegou a ordenar-lhe que parasse, pois corria o risco de ficar sem suprimentos. Entretanto, dias depois de iniciada a invasão, observando o procedimento daqueles oficiais que não comandavam a frente da luta e que temiam assumir riscos, o EME e o Estado-Maior das Forças Armadas tiveram de render-se à poderosa arma de ataque que aquele gênio incomprendido lhes pusera nas mãos.

Guderian atravessou a Prússia Oriental, invadiu a Polônia por trás de Varsóvia e, em alta velocidade, ocupou a cidade de Brest-Litovsk, iniciando uma das mais rápidas vitória do Exército alemão. Em 20 dias a Polônia estava derrotada.

Devido ao sucesso dos blindados na guerra com a Polônia, Halder criou um exército de blindados. Na Alemanha, um Grupo de Exército, sob comando de

marechais-de-campo, passa a ser formando por exércitos de infantaria, e exércitos blindados. Entretanto, colocou Kleist para comandar esse exército, ao invés de Guderian. Com isso, ele pretendia controlar o general rebelde. Mas, quando começou a invasão da França, em maio de 1940, os tanques de Guderian partiram outra vez em alta velocidade, iniciando uma arrancada que se tornaria clássica na História Militar. Nessa arrancada, ele destruiu, em pouquíssimo tempo, o Primeiro, o Segundo e o Novo Exército franceses.

Com os franceses totalmente desarticulados, Guderian continuou avançando levando Halder ao desespero. Ao ser informado, Hitler ordenou que Guderian parasse para esperar as tropas mais lentas. A ordem chegou ao Marechal Rundstedt, que a transmitiu a Guderian. Ele respondeu que não poderia parar naquele momento, pois lá na frente de batalha é que se podia ver a situação em que se encontrava o Exército francês: desertando em massa. Kleist, como seu chefe imediato, exonerou-o e o exército panzer teve de parar.

O Marechal Rundstedt, politicamente, reuniu Gude-

rian e Kleist. Depois de uma longa conversa, tudo ficou acertado. E o controvertido general recuperou o comando.

Avançando dentro dos limites estabelecidos pelo Estado-Maior, Guderian chegou ao Canal da Mancha, colocando em fuga o Sétimo Exército francês e deixando o mar como única saída para a Força Expedicionária Britânica.

Ao verem os ingleses fugindo desesperadamente de Dunquerque através do Canal, Halder, Kleist, Rundstedt e Hitler chegaram à conclusão de que, se não tivessem obrigado Guderian a parar, ele teria cercado também os ingleses, conseguindo assim a maior vitória da História Militar da Alemanha.

No dia 22 de junho de 1941, Hitler iniciou o ataque à URSS com três Grupos de Exércitos, cada Grupo possuindo, agora, um exército blindado. Os exércitos blindados ficaram sob o comando dos generais Mainstein, com o Grupo Norte, Kleist, com o Grupo Sul e Guderian, com o Grupo do Centro.

A Força Aérea do Marechal Von Bock, comandante do Grupo de Exércitos do Centro, numa manobra bem-sucedida, conseguiu destruir, no chão, 2.500 aviões

soviéticos, o que lhe deu total superioridade aérea, abrindo o caminho para o exército panzer. Utilizando a velocidade de sempre, Guderian derrotou os russos em Bialystck, Minsk e Smolensk. As perdas acumuladas russas foram assustadoras: 4.500 canhões, 4.700 tanques, 3 milhões de baixas.

A Rússia está derrotada, foi o que disse, transtornando, o embaixador inglês ao presidente americano, num último esforço para que a América entrasse na guerra. Entretanto, nesse mesmo dia, com o caminho para Moscou praticamente livre, Hitler deu ordem para que Guderian parasse o ataque.

A ordem causou surpresa e muita apreensão no Alto Comando. Hitler, porém, chamou os marechais von Bock e Rundstedt e o General Guderian para uma reunião e disse que não estava satisfeito com o comando de Kleist no exército panzer no sul da URSS. O motivo era que a cidade de Kiev, capital da Ucrânia, ainda não tinha caído. Os três oficiais retrucaram que isso não tinha a menor importância, que o importante naquele momento era Moscou e que o caminho para lá estava totalmente livre para Guderian.

Hitler passou então a vivêr uma crise de decisão. Pela primeira vez, seus assessores diretos perceberam que ele não sabia o que fazer. Somente a 20 de agosto, 15 dias depois, Hitler se decidiu; Guderian deveria dirigir-se para o sul e ajudar Kleist no ataque final a Kiev. O EME entrou em pânico. Como última tentativa para reverter a decisão que consideravam uma loucura, Halder e Brauschitsch convidaram o Marechal Von Bock e os generais Guderian, Hoth e Kluge para uma reunião com Hitler. Mas de nada adiantou; o ditador falou o tempo todo e garantiu que a Rússia estava derrotada.

O exército panzer de Guderian, efetuando uma guinada de 90 graus, partiu para o sul, para a Ucrânia. Em 14 de setembro, seus panzers, juntamente com os de Kleist, cercaram Kiev e a cidade caiu.

Em 15 de setembro, veio a ordem para que Guderian retornasse ao grupo de exércitos do centro e iniciasse o ataque final a Moscou. A 22 de setembro, o Marechal Von Bock iniciou a ofensiva. Guderian partiu para o ataque e travou sua última grande batalha, derrotando o

Exército Vermelho em Vyazma, conseguindo 650 mil prisioneiros.

Com o exército de Guderian nos subúrbios de Moscou, houve pânico na cidade. Stalin e seus ministros abandonaram a capital. Mas a situação também estava difícil para os alemães. Moscou estava cercada de grande buracos que dificultavam o avanço dos blindados. Guderian tinha perdido mais de sessenta por cento de seus tanques e os motores dos restantes já mostravam sinais de cansaço, com muitos precisando de reparos na Alemanha. A Força Aérea perdia todo seu poder de ataque, por falta de manutenção e fadiga dos pilotos. E as noites frias, com os ventos cortantes, levavam a tropa ao desespero, temendo o inverno que se aproximava.

E vieram as chuvas que, acompanhadas de muita lama, pararam totalmente a máquina de guerra alemã. Guderian fez um memorando ao Marechal Von Bock afirmando que, com a lama do jeito que estava, o exército panzer poderia ser totalmente destruído se os russos atacassem; por isso, solicitava um recuo tático. Bock enviou o pedido a Berlim. Hitler teve um ataque histé-

rico antes de negar o pedido, dizendo-se cercado de incompetentes.

Após muita insistência, Von Bock caiu em desgraça e foi substituído por Von Kluge. E a neve chegou. Durante a noite, a temperatura atingia 30 graus abaixo de zero. Os alemães morriam aos milhares.

Guderian, desesperado, escreveu outro memorando, agora ao recém-promovido Marechal Von Kluge, suplicando autorização para recuar seu exército até a cidade de Smolensk, pois caso contrário todos morreriam congelados.

Berlim voltou a recusar o pedido. Para agravar ainda mais a situação, na segunda semana de dezembro, os russos contra-atacaram com um exército descansado e com roupas de frio. Com a gasolina dos blindados congelada, era muito difícil colocar os motores dos tanques para funcionar. Pela primeira vez Guderian teve de ficar na defensiva.

Vendo o desespero de Guderian, Kluge foi diretamente a Hitler solicitar permissão para retornar com as tropas para Smolensk. O pedido foi negado. Ao receber a negativa de Hitler, Guderian ficou furioso. Voltou à

frente de batalha e ordenou a retirada de suas tropas, desobedecendo a Von Kluge e ao próprio Hitler. Com o seu ato ele salvou o exército blindado, mas teve um ataque cardíaco, foi exonerado e sua carreira de grande guerreiro terminou aí.

Guderian não foi o único nem o maior dos gênios no comando de blindados. Os maiores foram, sem dúvida alguma, o General alemão Erwin Rommel, a *Raposa do Deserto*, e o americano George Patton. De uma coisa, porém, temos certeza: Heinz Guderian foi o maior reformista do século XX. Os interessados no assunto não devem deixar de ler as táticas desses lendários chefes militares.

Depois da guerra, Guderian foi trabalhar na Divisão de História do Exército americano, onde passou para o papel todas as suas táticas e técnicas. Em 1950, escreveu o livro: *As Divisões Panzer*, publicado no Brasil pela Biblioteca do Exército. Esse livro tornou-se um sucesso mundial, vendendo mais de um milhão de exemplares. Seu autor morreu, em 1954, com uma considerável conta bancária.



Quem tem ouro tem prestígio.



Cliente BB é reconhecido em todo lugar. É só apresentar o Cheque-Ouro ou o Ourocard. Com eles você tem as melhores taxas do mercado e a segurança Banco do Brasil. O Cheque-Ouro tem tanto prestígio que aparece até no Dicionário Aurélio, como sinônimo de cheque especial. O Ourocard é o cartão de crédito de múltiplo uso, aceito em milhões de estabelecimentos em todo o mundo. Com ele você participa automaticamente do Clube Ouro Internacional, o maior programa de prêmios e descontos da América Latina. E ainda pode ganhar prêmios incríveis no SuperSorteio Clube Ouro. Se você ainda não tem Cheque-Ouro e Ourocard, procure uma agência Banco do Brasil.

<http://www.bancobrasil.com.br>

BB Responde 0800 78 5678



BANCO DO BRASIL
O banco do Brasil

Caminhos Históricos e Estratégicos de Penetração e Povoamento do Vale do Alto e Médio Rio Paraíba do Sul¹

Cláudio Moreira Bento*

Reprodução de contribuição do autor ao XVI Simpósio de História do Vale do Paraíba (4 a 6 de setembro de 1998 — Campos do Jordão, SP), o artigo expressa sua homenagem ao sesquicentenário da elevação de Resende a cidade (13 de julho de 1848).

A descoberta do ouro em Minas Gerais (1681-1695) e, a seguir, em Cuiabá e Goiás (1681-1725) determinaram a abertura de caminhos para transportá-lo, em segurança, para o Rio de Janeiro.

Tal esforço para o estabelecimento de caminhos através do vale do Alto e Médio Paraíba, ou através do próprio rio, constituiu

fator de progressivo desvastamento, povoamento, incorporação e integração dessa região ao restante do Brasil-Colônia.²

Entre esses caminhos estratégicos e históricos, focalizaremos os abaixo numerados, para facilidade didática e como referência a serviço da síntese. Outros caminhos estratégicos além desses foram focalizados por Capistrano de Abreu em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (Rio de Janeiro, Editora Brügues, 1960).

• *Caminho I* — São Paulo-Lorena (ex-Vila da Piedade), de acesso às minas descobertas pelos paulistas em Minas Gerais. É balizado

pelas atuais localidades de Mogi das Cruzes, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Pindamonhangaba, Taubaté (base de partida das bandeiras), Aparecida, Guarará, Lorena, Garganta do Embaú, na Mantiqueira, e sul de Minas.

• *Caminho 2 — Primitivo Caminho dos Índios Guarás ou Caminho Velho*. Caminho anfíbio (terra-mar-terra) ligando o Rio de Janeiro com as minas de ouro de Minas Gerais, e assim balizado: Rio de Janeiro, Santa Cruz, Sepetiba (por terra), ilhas da baía de Angra dos Reis, Parati (por água), Vila Facão (atual Cunha), Guaratinguetá (porto Paicaré), Lorena, Garganta do

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Sócio Benemerito do IGHMB.

¹ Selecionado pelo PADECIME.

² A oeste, com Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais; ao sul, através de S. Paulo, pelo *tropeirismo de mulas*; ao nordeste, através da Bahia, ao longo do S. Francisco — o *rio dos currais* e, mais tarde, o rio da integração nacional.

Embaú (na Mantiqueira, entre Piquete e Cruzeiro atuais e sul de Minas).³

• *Caminho 3 — Caminho Novo ou de Garcia Rodrigues* (filho do bandeirante Fernão Dias Pais, o devassador e fundador de Minas Gerais). Inicialmente balizado pelo Rio de Janeiro, travessia da Serra dos Órgãos, Rio Paraíba do Sul, foz do Paraibuna, subida do Paraibuna, transposição da Mantiqueira (atual Barbacena, bifurcação de caminhos demandando os vales auríferos dos rios das Mortes e das Velhas).⁴

• *Caminho 4 — Caminho Novo ou Caminho Vila da Piedade* (Lorena atual), *Fazenda Santa Cruz — Rio de Janeiro*. Caminho também chamado de Via Cearense (em São José do Barreiro), é balizado por Lorena, Silveira, São José do Barreiro, Bananal, Serra das Araras, São João Marcos (Vila do Príncipe, hoje

inundada pela represa no Ribeirão das Lages), Serrédica, Santa Cruz, Rio de Janeiro.

Esses caminhos evoluíram para as atuais vias de transportes, retificadas e melhoradas ao longo de mais de um século. Os caminhos 1 e 4 resultaram na moderna rodovia Presidente Dutra, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, a mais importante do Brasil, hoje explorada pela Nova Dutra. O Caminho 3 resultou na atual BR-3, ligando o Rio de Janeiro a Belo Horizonte. O Caminho 2, primitivo *Caminho dos Guanás*, perdeu sua expressão em face do desenvolvimento tecnológico, sendo substituído, hoje, pela rodovia turística São José dos Campos–Porto de São Sebastião. Até hoje, o acesso Parati–Cunha ainda é muito difícil. Ele foi usado, em 1932, por fuzileiros navais, no combate à Revolução de 32. O primitivo Caminho Novo que uniu Rio de Janeiro a São Paulo por terra, de 1785 a 1873, e que teve dias gloriosos com o café plantado ao longo dele, entrou em decadência com a ligação ferroviária Rio de Janeiro–São Paulo, nos anos 70 do século passado. Nos anos 20 deste século, com o

surto rodoviário então inaugurado pelo Presidente Washington Luiz, ele teve duas décadas de movimento, até ser inaugurada a Via Dutra, em 1950. O esgotamento das terras pelo café, a ferrovia Rio–São Paulo e, em 1950, a Via Dutra determinaram a decadência do primitivo Caminho 4, onde, em 1932, a fronteira Rio–São Paulo foi cenário de renhidos combates entre revolucionários de 32 e governistas, com seu quartel-general em Resende. Foi sobre o primitivo Caminho 4 que, em 1842, em Silveiras, governistas da Polícia da Corte, enviados do Rio de Janeiro e infiltrados através do Caminho 2, bateram os revolucionários.

Os primitivos Caminhos 1, 3 e 4 transformaram-se nos dois mais importantes eixos estratégicos terrestres, ligando as capitais São Paulo–Rio de Janeiro–Belo Horizonte e Brasília — vértices do *quadrilátero do poder nacional*.

A importância desses caminhos foi crescendo durante o Ciclo do Ouro e continuou, no vale do Alto e Médio Paraíba, durante o Ciclo de Café iniciado em Resende. Ciclo que obrigou a abertura e exploração de

³ Os caminhos 1 e 2 faziam junção em Guará, Vila Facão, nome adotado em razão de, na transposição da Serra do Mar para o Vale do Paraíba, a serra lembrar um facão.

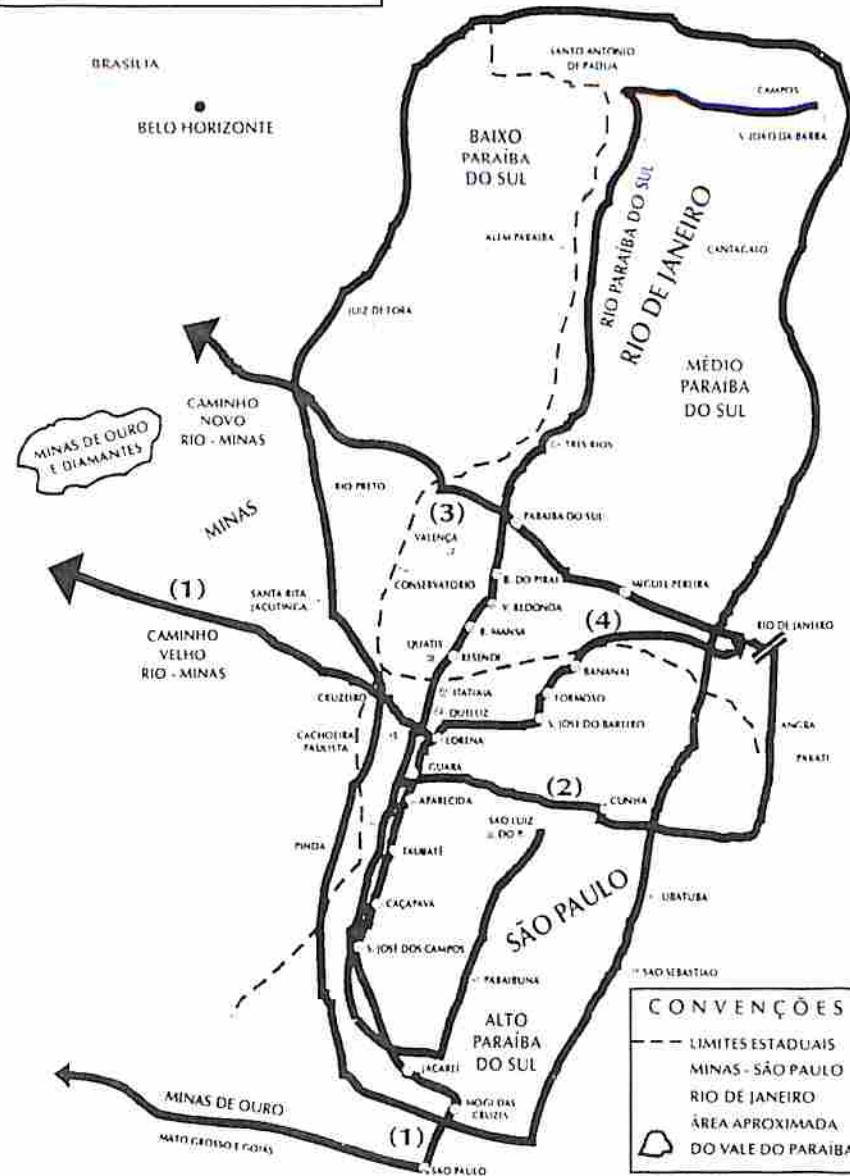
⁴ Ao longo dele surgiu o povoado de Paraíba do Sul, ponto de partida de povoamento de áreas adjacentes, que se desenvolveu em torno da fazenda onde Garcia Rodrigues se estabeleceu.

VALE DO PARAÍBA DO SUL

ESBOÇO POR:
CLÁUDIO MOREIRA BENTO

CAMINHOS HISTÓRICOS ESTRATÉGICOS DE PENETRAÇÃO E POVOAMENTO DO ALTO E MÉDIO PARAÍBA DO SUL

1, 2, 3 e 4



caminhos ligando, por terra, através de passagens na Serra do Mar, o Vale do Paraíba até os portos de Angra dos Reis e Parati, para escoar, em lombo de mulas, de 1800 a 1863, o café vale-paraibano para os portos de Angra dos Reis e Parati e, deles, para o exterior, até a construção da ferrovia Rio-São Paulo, na década de 70 do século passado.

Por cerca de uma década (1860-73), o café produzido em Resende e adjacências foi escoado via fluvial pelo Paraíba até as pontas dos trilhos da ferrovia Piraí-Rio.

Ao longo dos Caminhos 4 e 3 foram decididas, na altura das fronteiras Rio de Janeiro-São Paulo e Rio de Janeiro-Minas Gerais, no vale do Médio Paraíba, a sorte das revoluções de 1842 e 1964. No Caminho 3, no vale do Paraíba mineiro, a sorte da Revolução de 30, partida de Minas com destino ao Rio de Janeiro, bem como a Revolução de 1964. No Caminho 4, na Fronteira Rio de Janeiro-São Paulo, na altura de Resende — Itatiaia, foi decidida a sorte da Revolução de 32, o que dá a medida da importância estratégico-militar dos citados

caminhos. Pelo Caminho 2, foi atacado o flanco da Revolução de 32.

CRONOLOGIA DOS CAMINHOS HISTÓRICOS E ESTRATÉGICOS

Para um melhor entendimento da projeção histórica dos quatro caminhos focalizados, recorreremos à Cronologia, disciplina auxiliar da História, balizando fatos direta e indiretamente a eles ligados, para que o leitor e o pesquisador interessados as enriqueçam com suas reflexões, ilações e conclusões pessoais.

Trataremos as localidades, de preferência, por suas denominações atuais, sendo que as denominações primitivas constam da bibliografia, e os caminhos pelos números atrás convencionados para maior facilidade de referência.

Traduziremos em linguagem atual o sentido dos documentos antigos que transcreveremos no todo ou em parte — documentos também constantes da bibliografia consultada.

1565 — João Ramalho iniciou o devassamento do vale do Paraíba paulista até Lorena (antiga Vila da Piedade), combatendo índios que ameaçavam São

Paulo. Deu início ao balizamento do Caminho 1.

1597 — Martim Correia de Sá, saindo do Rio de Janeiro, com 700 portugueses e 2.000 índios, percorreu o Caminho 2 e atingiu o sul de Minas.

1624-1654 — Holandeses invadem o Nordeste e têm lugar as Guerras Holandesas no Nordeste, por 30 anos.

1674-1681 — Fernão Dias Pais Leme partiu de São Paulo ao longo do Caminho 1 com a sua bandeira e atingiu Sabará. Descobriu ouro e diamantes, devassou e fundou Minas Gerais, onde integrou o Sudeste do Brasil com o Nordeste, através do Rio São Francisco, até Salvador, capital da Colônia.

1680 — Expedição marítima do Rio de Janeiro fundou a Colônia do Sacramento, defronte a Buenos Aires, e por cuja posse Portugal e Espanha lutaram militar e diplomaticamente por 97 anos, com reflexos no Sudeste.

1688 — Paulistas santistas fundam Laguna em Santa Catarina.

1690 — Documento em torno dessa data refere que foi descoberto o ouro em Minas e divulgada a sua existência. Logo os paulistas seguiram para lá (pelo

Caminho 1) e os do Rio de Janeiro logo fizeram caminho para as minas (pelo Caminho 2, ou dos Guarás).

1694 – Foram descobertas as minas de ouro de Vila Rica (Ouro Preto).

1698 – O Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro solicitou, a Garcia Rodrigues, que abrisse um caminho (Caminho 3) ligando a Baía da Guanabara aos Campos Gerais e minas de Ouro Preto, Sabará etc., sem o risco do inimigo no mar.⁵

1700 – As minas de ouro de Minas são atingidas pela fome, em razão de as fortes chuvas as isolarem de sua base abastecedora, a Bahia, através do Rio São Francisco. Assim retratou a tragédia Lima Junior, em *A Capitania de Minas Gerais: A fome atingiu Ouro Preto. Os gêneros alimentícios custavam cifras altíssimas e eram raros. A fome foi agravada por uma epidemia de varíola que devastou vários arraiais. Os animais eram vigiados para não serem*

devorados pelos famintos. As cheias dos rios, em 1699 e 1701, agravaram a fome, impedindo a chegada de alimentos. Começou o êxodo dos famintos que caiam de fome em caminho. Lembra a tragédia o local Campo das Caveiras, onde foram encontradas milhares delas, dos que tentavam fugir da fome em Ouro Preto. Os viajantes eram assaltados por famintos que morriam aos magotes de espada e tiro ao primeiro embate. Foi um quadro aterrador!

1700 – Tem lugar uma grande corrida do ouro para Minas Gerais. De todos os locais do Brasil e de Portugal migram enormes massas humanas para explorar o ouro e os diamantes lá descobertos.

1708-1709 – Tem lugar a Guerra dos Emboabas,⁶ de migrantes (emboabas) de Portugal e de várias partes do Brasil contra os paulistas, que haviam devassado, descoberto e exploravam as minas. Os paulistas foram derrotados e Minas Gerais saiu da jurisdição paulista.

1709 – De setembro a outubro, os Caminhos 1 e 2 foram percorridos, ida e volta, por expedição militar paulista hierarquizada, forte de 1.300 homens, divididos

em companhia de infantaria e piquetes de cavalaria, ao comando de Amador Bueno. Visava a uma revanche da derrota que os emboabas impuseram aos paulistas no *Capão da Traição*. Depois de renhidos combates, se retiraram, face à forte resistência encontrada, organizada previamente, ao saber-se da expedição vingadora.

1709 – Portugal, para não ficar despovoado, proibiu migrações para Minas. Sua proibição é desobedecida. Esvaziam-se São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste, cujas populações se dirigem, em corrida de ouro, para Minas Gerais.

1710 – O corsário francês Du Clerc invadiu o Rio de Janeiro. Foi derrotado, preso e morto misteriosamente. Garcia Rodrigues salvou o tesouro do Governo no Rio, transportando-o para lugar seguro na Serra da Mantiqueira no Caminho 3, o que lhe valeu, por Alvará de 16 de setembro de 1715, o direito de fundar uma vila numa passagem do Rio Paraíba, o que aconteceria 86 anos mais tarde, em 26 de setembro de 1801, com a fundação de Resende de que era donatário seu neto, Coronel Fernando, como adiante

⁵ Perigo dos corsários e piratas no trecho Parati-Sepetiba, passagem, obrigatória do ouro levado para o Rio de Janeiro pelos caminhos 1 e 2.

⁶ Guerra que a *História do Exército* localiza em seu v. 1 (p. 307).

se verá, e que herdou o direito do avô.

1710 – Paulistas de Taubaté e Guará, ao conhecerem a invasão do Rio, desceram pelo Caminho 2 para o litoral, para lutar contra Du Clerc, o que causou grande alegria ao rei que agradeceu em carta a solidariedade paulista.

1711 – O corsário francês Du Guay Trouin invadiu o Rio de Janeiro. Retirou-se à aproximação de coluna ao comando do Capitão-General de Minas Gerais, que desceu ao Rio pelo Caminho 3, com a forte tropa que reuniu.

1711 – Novo decreto tenta estancar, em Portugal, a corrida do ouro para Minas, mas sem grandes resultados.

1711 – São criadas as vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará, onde se localizavam as ricas minas de Minas Gerais, tal o progresso que atingem.

1713 – É criada a vila de São João del-Rei, local de ricas minas de ouro.

1717 – O Capitão-General do Rio de Janeiro viajou a Minas pelo Caminho 2 e observou que, em Parati, havia um Capitão Lourenço Carvalho, casado com uma mulata que possuía

300 escravos que transportavam cargas, Serra do Mar acima, até Guaratinguetá (porto Paicaré), pois no Caminho 2 não podiam ser usados cavalos, em razão da aspereza do caminho. Levou cinco dias de Parati ao Vale do Paraíba e vinte dali até às primeiras minas do Ribeirão das Mortes (Rio das Mortes).

1719 – Portugal reitera a proibição de migração portuguesa para o Brasil.

1719 – Descobertas as minas de ouro em Cuiabá, por bandeirantes.

1719 – Veio de Portugal uma companhia de Dragões, com 41 homens, para apoiar a manutenção da ordem em Minas Gerais e, logo a seguir, uma segunda companhia e, só em 1735, a terceira, originando o Regimento de Dragões de Minas.

1720 – Foi criada a capitania de Minas Gerais, desligada da de São Paulo.

1721 – Revolta de Vila Rica (Ouro Preto) esmagada pelos Dragões. O seu líder, Felipe dos Santos, foi enforcado e esquartejado por crime de lesa-majestade. Foi uma manifestação nativista.

1723 – Frei Agostinho de Santa Maria observou, em viagem pelo Caminho 2, que: *Parati virá a ser muito*

populosa pelos muitos negócios e comércio que nela existem. Pois é porto de mar aonde chegam pessoas de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Munhungava e Taubaté. Pessoas estas que descem ao porto de Parati para comprar sal, azeite, vinho e tudo o mais. Ali vêm ter, igualmente, muitos moradores das Minas com ouro para negociar, como de Parati partem muitas pessoas (Caminho 2) que vem do Rio de Janeiro com destino às minas de ouro.

1725 – São criadas as casas de fundição de ouro de Vila Rica (Ouro Preto), Sabará, São João del-Rei e Vila do Príncipe, em Minas Gerais, extintas em 1736, reabertas em 1851 e extintas em definitivo em 1803. Em 1725, foi aberta, em Ouro Preto, uma Casa da Moeda, que foi extinta em 1736. Nesse período, funcionou uma casa de moeda falsa em Paraobeba, 1730, e outra em Tijuco (Diamantina), 1732, segundo o General Severino Sombra em sua *História Monetária do Brasil*.

1725 – Laguna (SC) mandou uma expedição que permaneceu longo tempo em São José do Norte atual, visando à exploração do

gado *vacum* selvagem existente no Rio Grande e no Uruguai atuais. A frota de João de Magalhães, foi marco do povoamento português do atual Rio Grande do Sul. Tem início o período áureo de tropeadas de gado *vacum* das campanhas do Uruguai e gaúchas para Laguna. E, na esteira dos tropeiros, surgem, ao longo do litoral gaúcho, invenções de passagem. Pouco depois, lagunenses se infiltram e se radicam como estancieiros em torno de Porto Alegre atual. Paulistas passam a explorar as vacarias existentes no sul, com vistas a abastecer as minas de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais ligando, assim, as minas de ouro e diamantes à exploração do gado selvagem e o chimarrão, existentes no extremo sul.

1725 – O bandeirante Anhanguera descobre minas de ouro em Goiás.

1725 – O Capitão-General de São Paulo determina a abertura do Caminho 4 para ligar São Paulo ao Rio de Janeiro por terra, para o transporte, em segurança,

dos quintos de ouro de Mato Grosso e Goiás a salvo da intervenção de piratas e corsários pelo litoral.⁷ O caminho é origem da antiga rodovia Rio-São Paulo, que entrou em declínio com a abertura da Via Dutra, em 1950.

O Caminho 4 foi assim balizado: Lorena–Cachoeira Paulista (viagem amena junto ao Paraíba e suas planícies); Cachoeira Paulista–Silveiras (o caminho galga região de montanhas suaves de cumes arredondados); Areias (terras altas cortando matas compactas e sombrias, tendo-se de atravessar os córregos Melado, Estiva e Rio de Janeiro Itagaçaba); Areias–São José do Barreiro (toma-se a direção sudeste com travessias dos ribeirões Santana, Pau d'Alho e Barreiro); São José do Barreiro–Bananal (travessia dos ribeirões Feio, Formoso, Cachoeira, Barreiro, Alambari, Turvo e Bananal); Bananal–São João Marcos (tomando o rumo sudeste, travessia dos ribeirões Pirapitinga e Carioca, contorna-se o morro do Frade, ultrapassagem do vale do Rio Piraí e, daí em diante, seguindo por íngreme caminho na Serra das Araras, dela se desce contornando os

flancos dos morros, tendo à esquerda abismos de mataria no fundo de longas escarpas e, com vagar e cuidado, até atingir São João Marcos); São João Marcos–Fazenda de Santa Cruz (com travessia dos rios Itaguaí e Guandu, em terreno de planície litorânea da Baixada Fluminense).

Foi ao longo desse caminho difícil que surgiram as localidades valeparai-banas de Cachoeira Paulista, Silveiras, Queluz, Areias, São José do Barreiro, Formoso, Bananal e São João Marcos (antiga Vila do Príncipe e hoje inundada pela represa do Ribeirão das Lages).

Esse caminho foi aberto pela iniciativa privada, por ordem do governo de São Paulo, sofrendo forte oposição do governo do Rio de Janeiro, em defesa de interesses de Angra dos Reis e Parati, sob o argumento de impedir a construção de um caminho terrestre ligando Parati–Angra dos Reis–Sepetiba–Santa Cruz–Rio de Janeiro a salvo de ações de corsários, e do governo de Minas Gerais, que pretendia estender o Caminho 3 até Goiás e Mato Grosso, e por ele conduzir o ouro sem

⁷ Vide *Ataques de DuClerc e Du Gay Troin ao Rio de Janeiro, em 1710 e 1711.*

passar por São Paulo.

1727 – O tropeiro Francisco Souza Faria abriu um caminho mais direto do Rio Grande do Sul (atual) para atingir São Paulo e de lá abastecer as minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais: caminho litorâneo até Araranguá, quando dali atingia Lages (atual), Lapa, seguia por Curitiba e Castro, no dorso da Serra Geral, até atingir Sorocaba, entreposto de distribuição dos produtos carreados do sul. O caminho foi concluído pelo tropeiro Coronel de Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu que, de uma feita, conduziu através deste caminho 3.000 animais que tomaram o destino das minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

O Ciclo do Ouro no Brasil coincidiu, em linhas gerais, com o término do Ciclo da Prata no Peru, que era transportada, no lombo de mulas, por tropeiros espanhóis até o mar do Caribe. Com a descoberta de ouro em Minas, Mato Grosso e Goiás, muitos desses tropeiros espanhóis se voltaram para explorar o abastecimento das minas de ouro e diamantes. Exemplo disso foi o do tropeiro espanhol Bartolomeu Chevar, que

conduziu, dos atuais campos riograndenses, uruguaios e argentinos para a região aurífera mineira, em 1754, 3.780 cabeças de muares, usando o Caminho 1 e parte do Caminho 2.

O lucro dos tropeiros de mulas vindos de Colônia do Sacramento portuguesa e, mesmo, das províncias argentinas atuais de Corrientes e Entre Rios, avoluma-se a partir de 1733. E é compensador, mesmo pagos os impostos, e seu comércio cresce na mesma proporção da produção de ouro e diamantes. São Paulo e Minas são proibidos de criarem mulas pois, se corressem com o sul, daria um golpe no povoamento e defesa do Rio Grande do Sul, segundo Guilhermino Cezar:

...O tropeiro de mulas desvendou os mistérios do Rio Grande, afugentou ou aliciou o índio, abriu caminhos, formou inverandas e estâncias e ligou entre si áreas econômicas distintas, como a pecuária extractiva sulina, com mineração de ouro e diamantes no Sudeste e Centro-Oeste, para onde transportou vacuns de corte e de cria, couros e principalmente mulas de sela e de carga e

impôs aos portugueses objetividade na questão de dilatação e defesa de nossas fronteiras...

Para Pandiá Calógeras, em *Res Nostra*:

...Os tropeiros e seus auxiliares representavam uma aristocracia. Nos tempos do apogeu do tropeirismo, o dono da tropa era personagem de destaque...

1728 – Foi criada uma Casa de Fundição de Ouro em São Paulo, que foi extinta em 1736, recriada em 1851, extinta em 1762, recriada em 1788 e extinta em 1819, segundo o General Severino Sombra em *Carta Monetária do Brasil Colonial*.

1732-36 – Lagunenses se estabelecem com estâncias em torno de Porto Alegre (atual) e continuam a explorar o Rio Grande do Sul (atual) e a fornecer gado de corte e de cria, bem como muares de sela e carga e cavalos para o Sudeste e o Centro-Oeste. Estância tem o sentido, aí, de permanência num lugar. Quem recebia a terra tinha o compromisso de uma permanência mínima, ou de estância mínima, na mesma, de estar num lugar por um tempo mínimo. Daí o nome de estância, dado às

grandes propriedades pecuárias sulinhas. Origina-se desta época o nome do Rio Grande do Sul, chamado de Rio Grande, o do Sul, para distinguí-lo do Rio Grande, formador do Triângulo Mineiro, onde existia um Registro por onde passavam riquezas das, e para as, minas de ouro de Goiás e Cuiabá. Com o tempo foi suprimido o o e ficou só Rio Grande do Sul.

1733 – O General Gomes Freire de Andrade foi nomeado Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, função que exerceu por 30 anos, seguindo orientação geopolítica do Marquês de Pombal e de Alexandre de Gusmão.

1737 – Foi fundado o Rio Grande do Sul, por expedição naval ao comando do Brigadeiro José da Silva Pais, que foi recebido em Rio Grande (atual) por tropeiros locais que lhe forneceram um contingente para o futuro Regimento de Dragões do Rio Grande. Participaram dessa expedição 41 Dragões de Minas, que passaram a fornecer guarda no arroio Chuí, e um pelotão de infantaria, que passou a guarnecer um fortim então levantado em São Miguel. Até então, a estra-

tégia portuguesa era a de infiltrar lentamente, por terra, povoadores portugueses do Rio Grande, terra de ninguém. Os Dragões de Minas, que originariam o Regimento de Dragões do Rio Grande, foi criado em 1739. O objetivo era prevenir outro surto expansionista jesuítico que, com suas missões de Tape, Guaíra e Itatins, ameaçaram, em sua expansão para o leste, separar os atuais Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná do restante do Brasil.

1738 – Foi criada a capitania subalterna de Santa Catarina, subordinada ao Rio de Janeiro, sob o comando de Silva Pais que, até 1741, transformou a ilha numa base militar naval terrestre bem fortificada, para melhor apoiar a Colônia do Sacramento, disputada a ferro e fogo por Portugal e Espanha.

1739 – Foi fundado o povoado de São João Marcos, hoje inundado pela represa do Ribeirão das Lages, localidade que seria rival política de Resende por longos anos.

1744 – Bandeira vinda das minas de Airuoca, ao comando do Tenente-Coronel de Ordenanças do Regimento de Mogi das Cruzes-

Jacareí, Simão da Cunha Gago, descobriu Resende atual, então chamada N. S. da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova, logo a seguir capela e freguesia subordinada a São Paulo.

1744 – São desbravadas as regiões onde hoje se erguem Barra Mansa, Volta Redonda e Itatiaia, pelos descobridores de Resende, vindos de Airuoca-Minas.

1745 – Foi aberto, pela iniciativa privada, um caminho Airuoca-Campo Alegre (Resende atual)-Barra Mansa-Serra das Araras-Santa Cruz-Rio de Janeiro. Seu uso foi proibido para prevenir o descaminho de ouro, contrariar interesses do comércio de Angra dos Reis e Parati e dos moradores do Caminho 3. O Caminho 4 demoraria 40 anos a passar perto de Resende atual.

1746 – São Paulo perde o *status* de capitania.

1748 – Mato Grosso foi elevado a capitania independente, dada a sua importância econômica crescente, e nela criada uma Companhia de Dragões.

1752-54 – Tem lugar, no Rio Grande do Sul, a Guerra Guaranítica, entre os exércitos de Portugal e Espanha,

demarcadores do Tratado de Madri de 1750, e os índios dos Sete Povos das Missões, liderados pelos jesuítas. Estes foram derrotados em Caibaté e Churieby.

Nesse mesmo período, entraram no Rio Grande cerca de 585 casais de açorianos destinados a substituir, nos Sete Povos das Missões, índios missionários, os quais deviam evacuar, pelo Tratado de Madri de 1750.

1755 – Lisboa foi atingida por violentíssima e destruidor terremoto.

1759 – O Marquês de Pombal expulsou de Portugal e de seus domínios os jesuítas, pela resistência que opuseram nos Sete Povos. O Colégio de Santa Cruz (atual quartel do Batalhão Escola de Engenharia) passou a ser residência dos vice-reis e, assim, foi eliminada a resistência jesuítica à abertura do Caminho 4 Rio-São Paulo. Os jesuítas haviam, em épocas diversas, criado os seguintes atrativos econômicos no sul: índios aldeados em suas reduções (1627-41) que foram preiados por bandeirantes, para

compensar o estancamento da entrada de escravos da África, cujas fontes foram dominadas pelos holandeses que ocuparam o Nordeste (1624-54); gado *vacum*, que os jesuítas semearam em suas 11 estâncias no Rio Grande e Entre Rios e que se tornaram poderoso atrativo econômico para o Sudeste e o Centro-Oeste, no abastecimento de boca dos mineiros de ouro e diamantes.

1762 – Foi criado, em 27 de janeiro, o Vice-Reino do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, que substituiu Salvador como a capital do Brasil Colônia. Deslocou-se o poder da Colônia para fazer frente a ameaças espanholas no sul do Brasil e melhor proteger o ouro que ali era embarcado para Portugal, sob a proteção de um complexo de fortés e fortalezas que tornaram o porto do Rio de Janeiro um dos mais bem defendidos do mundo.⁸

1763 – Forte exército espanhol, ao comando do General Pedro Ceballos invadiu o Rio Grande do Sul pelo litoral e conquistou a vila de Rio Grande, que dominariam por 13 anos. Essa invasão dispersou por diversos locais os imigrantes

açorianos, em particular ao longo do Rio Jacuí e do litoral, entre Rio Grande e Viamão.

1763 – São Paulo retorna ao *status* de capitania, para melhor apoiar militarmente o Rio Grande do Sul invadido pelos espanhóis.

1765 – O clima é de guerra nas fronteiras do sul e do oeste, situação que perduraria pelos próximos onze anos. A construção do Caminho 4, Rio-São Paulo, sofre percalços pela ação das intempéries, falta de recursos, de povoadores e de vontade política, e pelas oposições já referidas.

1765 – Assume a paróquia da freguesia de Resende (atual), o padre Henrique José de Carvalho, que se torna um grande opositor do traçado do Caminho 4 e propõe uma variante passando por Resende (atual).

1766 – O Colégio de Santa Cruz, expulsos os jesuítas do Brasil, passou a ser residência de verão do Vice-Rei. Sua posição, então, era estratégica e de acesso ao Rio de Janeiro pelos Caminhos 1 e 3 e pelo projetado Caminho 4.

1767 – Paulistas dão início à construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres do

⁸ Vide *História do Brasil através de seus Fortes*. Porto Alegre, GBOEx, 1982.

Iguatemi, no sul do atual Mato Grosso do Sul. Empreendimento feito em região insalubre, consumiria preciosas vidas de seus defensores paulistas.

1772 – Fundada a atual cidade de Porto Alegre, por Provisão de 26 de março.

1772 – Foi estabelecido um Correio Militar ao longo do Caminho 4.

Em cada parada criada devia estar pronto, para transportar as malas postais para a seguinte, um oficial e quatro ordenanças. As paradas eram em Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guará. Esse serviço ganhou, em 1792, em Lorena, uma sala, para abrigo, como segurança, das malas postais. Esse serviço foi estatal por mais de 50 anos, tornando-se privado em 1815. Havia um correio alternativo pelo Caminho 1, sendo que, em Cunha, existia a única tropa de cavalaria de Milícias para agilizar as comunicações Rio-São Paulo e, deste, com o sul em guerra e, particularmente, no período 1774-78.

1774 – Tem início, em Minas Gerais, o célebre Colégio do Caraça, nome originário das montanhas circundantes que lembravam enormes caras humanas.

1777 – O Caminho 4 não reunia condições de conforto para viagens. Guará e Lorena eram paradas obrigatórias de viajantes do Caminho 4.

1775 – É reconquistado o Forte São Martinho, ao norte de Santa Maria (atual), aos espanhóis. Ele era a chave de acesso aos Sete Povos das Missões.

1775 – Foi construído o Forte de Coimbra, na fronteira com o Paraguai.

1775 – O novo Capitão-General de São Paulo, General Martim Lobo de Saldanha, viajou do Rio a São Paulo pelos Caminho 2, anfíbio, e Caminho 1, numa viagem de 17 dias. Fez o seguinte itinerário: Rio – Sepetiba – Ilha das Pescarias – ilha Paracuca – ilha Grande – ilha Gipóia – Parati (viagem em canoas com ventos e mau tempo); Parati – sopé da Serra do Mar (subida da serra em grande parte a pé pela asperezza do caminho) – Aparição – Vila Falcão (Cunha atual) – Paraipitinga – Guaratinguetá – Aparecida – Pindamonhangaba – Taubaté – São José (dos Campos) – que só é vila porque os moradores são índios e se acham dispersos pelas roças...) – Jacareí – Mogi das Cruzes – São Paulo. Não

usou o Caminho 4 (*por não adequado e não oferecer conforto*). A ele caberia concluir o Caminho 4 nos próximos três anos.

1775-76 – O Padre Carvalho, citado vigário de Resende (atual) solicitou, ao Capitão-General de São Paulo, General Lobo de Saldanha para reabrir o caminho Airuoca–Resende–Barra Mansa (atual)–Serra das Araras, o que lhe foi negado, surgindo, como compensação, a idéia de uma variante ao Caminho 4, passando por Resende e que atingisse o Rio deixando São João Marcos fora dele. O governo de São Paulo autorizou a variante. E teve lugar uma série de oposições e boicotes à idéia do padre Carvalho, lideradas por autoridades de Guará e São João Marcos. A variante foi iniciada em meio a estrepitosa controvérsia, que resultou em prisões e na obrigatoriedade de os seus construtores não retornarem a Taubaté antes que a variante fosse construída. O governo de São Paulo, confuso com a argumentação dos interesses em conflito, seguiu o parecer do Ouvidor Geral, depois de muitas marchas e contramarchas no caso, ou seja:

O Caminho 4 ...por São João Marcos é mais curto. Evita infinitos alagadiços e não necessita passar pela freguesia de Santana (a dos Tocos, hoje sob a represa do Funil) e por Paraíba Nova (Resende atual). Não concederei aos moradores de Santana dos Tocos e de Paraíba Nova (Resende) os privilégios prometidos, os quais dou por quebrados e sem nenhum vigor, por ser Santana (dos Tocos) coito de criminosos e de homens de má consciência que nela se refugiaram. E casso as prerrogativas e faculdades que dei ao padre José Henrique de Carvalho, de Campo Alegre (atual Resende) e pedindo-lhe a devolução das Ordens e Portarias sobre o assunto...

O padre Carvalho resistiu até onde lhe foi possível, não devolvendo os trabalhadores paulistas e as Ordens e Portarias solicitadas pelo governo de São Paulo. Em nessa oposição ele foi apoiado pelo governo de Minas. Gastou muito com a variante, sendo indenizado pelo governo de São Paulo, que ordenou a prisão dos opositores do Caminho 4 sem a variante por Resende. O padre Carvalho reagiu e denunciou ao Vice-Rei que

paulistas estavam invadindo, sem permissão, terras do Rio de Janeiro e solicitou prisão para eles. Anunciou que prenderia os paulistas que ultrapassassem o Rio Piraí, sem a permissão do Vice-Rei, quando teria ameaçado de morte o construtor do Caminho 4. O governo de São Paulo argumentou, em carta, ao padre Carvalho sobre os inconvenientes da variante pretendida por Resende:

...O caminho é sempre perigoso, especialmente na estação das chuvas, em razão dos ribeirões que ele atravessa encherem e não permitirem passagem. Que mesmo na estiagem, em várias travessias, os cavalos são obrigados a nadar, e em outras os cargueiros serem descarregados e os cavalos de sela terem de ser tracionados pelas rédeas, com muito cuidado para não caírem no rio.

Que neste projeto de variante por Resende só se podia ser enganos e interesses particulares e que todas as pessoas de experiência e sérias informam que o Caminho 4 em construção é mais curto, mais direto e mais livre dos mencionados inconvenientes, por retificar uma grande

curva, evitar muitas lagoas e mais três dias de viagem, acrescidos pela variante que atravessaria os numerosos afluentes do Rio Paraíba em seus baixos cursos, como os ribeirões Vermelho, Santana, Barreiro, Bananal e Piraí, sendo preferível atravessá-los em suas cabeceiras sem a necessidade de recorrer-se a canoas...

1776 – Os espanhóis foram expulsos do Rio Grande do Sul pelo Exército do Sul, mobilizado com recursos de todo o Brasil. Foi o fim de uma dominação que durou treze anos. Quase ao final dessa guerra, chegaram ao Rio Grande o Regimento de Infantaria de São Paulo, por mar, e a Legião de Voluntários Reais de São Paulo, por terra, com numerosas baixas, desde São Paulo, pela varíola.

1776 – Espanhóis partidos de Assunção conquistaram a Fortaleza N. S. dos Prazeres do Iguatemi, construída pelos paulistas para fixar efetivos espanhóis que poderiam reforçar a frente sul. Foi um esforço militar inútil.

1777 – Expedição ao comando do General Pedro Ceballo, Vice-Rei do Rio da Prata, vinda da Espanha, conquista a ilha de Santa

Catarina, fracassa em sua tentativa de atacar o Rio Grande do Sul e conquista definitivamente a Colônia do Sacramento.

1777 – Tratado de Santo Ildelfonso devolve Santa Catarina a Portugal e consagra a posse espanhola dos Sete Povos, e da Colônia do Sacramento — portanto, lesivo aos interesses de Portugal. O local da Fortaleza N. S. dos Prazeres do Iguatemi fica para Portugal.

1777 – Foi mandado fechar o caminho Rio Paraíba–Piquete (atual)–Delfim Moreira (atual)–Pouso Alto–Baependi, para prevenir o descaminho de ouro e por motivo de nele transitarem *criminosos e índios fugidos*. Lorena era convergência do Caminho Velho (Caminho 2) com o Caminho 1 (São Paulo–Lorena). Dela demandavam a Garganta do Embaú na Mantiqueira, que dava acesso à região aurífera, a qual só podia ser atingida legalmente por Lorena, que só passou a chamar-se assim

em 1778. Antes, era vila da Piedade. Lorena foi um capitão-general paulista que era filho natural do Rei D. José, segundo consta.

1778 – Foi fundada a povoação de Corumbá, em Mato Grosso.

1778 – Foi concluído o Caminho 4 na largura ordenada *de um tiro de pistola*. O governador de São Paulo General Logo Saldanha escreveu:

Devo assegurar que, para satisfazer a minha vaidade, basta-me haver aberto o (Caminho 4) entre o Rio de Janeiro e São Paulo o que há 40 anos se tentava sem conseguir-se.

E nesse ano, pela primeira vez, foram transportados de São Paulo para o Rio de Janeiro os quintos de ouro de El-Rei.

Em realidade, esse Caminho Novo (Caminho 4) foi aberto durante 53 anos (1725-78). O Caminho 4, unido com o Caminho 1, resultaria na Via Dutra. As dificuldades para a sua abertura em 53 anos resultaram: da precariedade de recursos técnicos e econômicos; dos numerosos e variados obstáculos naturais a serem vencidos; a oposição de Parati, de Angra dos Reis e Ilha Grande, dos governos

do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, dos jesuítas do Colégio de Santa Cruz e do vigário de Paraíba Nova (Resende);⁹ a crise de 17 anos decorrente da extinção da Capitania de São Paulo e de a obra ser tocada pela iniciativa privada empobreceda.

Paulo Reis que se aprofundou no estudo desse Caminho 4, na sua obra relacionada na bibliografia fez uma ressalva à página 109, mencionando informe ou murmurários de Saint-Hilaire, em 1822, sem base em fontes primárias, que a variante fora abandonada por terem os moradores de São João Marcos, que ficariam fora dela, pago 3.000 cruzados ao intendente de polícia Paulo Fernandes Viana, o que vinha de encontro ao construtor do Caminho, Capitão-Mor de Guaratinguetá Manuel da Silva Reis, que possuía terras em Areias e Bananal, fora da variante por Resende. E, para essa versão, faltam elementos.

Esse Caminho 4, combinado com Caminho 1, foi fundamental para o desbravamento e o povoamento do Alto e Médio Vale do Paraíba que, pouco mais tarde, acolheria o Ciclo do Café.

⁹ A contrariedade deste com o abandono da variante por Resende (atual) resultaria em ele ter conseguido transferir a então Freguesia da Paraíba Nova (Resende) da jurisdição paulista para a do Rio de Janeiro, ou do Vice-Rei.

1779 – Tem início, em Pelotas (atual), a indústria do charque ou saladeril do Brasil, que passa a alimentar, com carne bovina seca e salgada, concentrações escravas no Sudeste, incluindo as minas, no Nordeste, na indústria canavieira, e as guarnições de navios, pela praticidade de sua conservação, transporte e preço acessível, inaugurando o Ciclo do Charque, segundo Alavarino F. Marques em *Episódios do Ciclo do Charque* (Porto Alegre, EDIGAL, 1987), obra que aborda esse assunto, com profundidade.

1782 – O Vice-Rei determinou ao Capitão Joaquim Xavier Curado, do atual Batalhão Sampaio, que organizasse uma força militar com os fazendeiros e moradores do Campo Alegre (Resende) para expulsar, da região, índios bravios vindos de Minas, que estavam agredindo e expulsando fazendeiros da margem esquerda do Paraíba e maltratando e humilhando os Puris, habitantes da região os quais deviam ser aldeados em São Luiz Beltrão (atual Fumaça). Curado se desincumbiu muito bem, afugentando os índios hostis e aldeando os Puris, aos quais distribuiu

terras, e criou condições de segurança na região.

1783 – Foi criada a Real Feitoria Linhocâñhamo do Rincão do Canguçu, no atual Rio Grande do Sul, em terras situadas no continente, pertencente aos atuais municípios de Pelotas e Canguçu, entre os atuais arroios Correntes e Grande, tendo como sede final Canguçu Velho, em Canguçu, e não na ilha hoje conhecida como ilha da Feitoria, na Lagoa dos Patos, como por muito tempo equivocadamente se acreditou. Essa feitoria foi açãoada por escravos enviados da fazenda Real de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e produziu, até 1789, linhocâñhamo, item estratégico na fabricação de velas e cabos, essenciais à navegação, e do qual Portugal dependia de importações da Inglaterra. O estabelecimento foi transferido para São Leopoldo (atual), onde funcionou com altos e baixos. Depois de extinta, acolheu, em 1824, em sua sede, os primeiros imigrantes alemães do Rio Grande do Sul.

1789 – Inconfidências carioca e mineira reprimidas com o suplício de Tiradentes: a força, seu esquartejamento e o espalhamento de

partes de seu corpo ao longo do Caminho 3 Rio–Minas, por onde ele havia escoltado remessas de quintos reais para o Rio de Janeiro, como alferes do Exército Colonial.

1792 – Criação, pelo Vice-Rei Conde de Resende, no aniversário da Rainha D. Maria I e sob a égide do Príncipe Regente D. João, da Real Academia de Artilleria, Fortificação e Desenho, destinada a formar, no Brasil, oficiais de infantaria, cavalaria, artilharia e engenheiros militares e civis na Casa do Trem (atual Museu Histórico Nacional). A Academia se constituiu a *pioneira do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil*. West Point, nos EUA, foi a 2ª Academia fundada (1801).

De 1792 a 1800, verifica-se forte surto migratório para o Rio Grande do Sul, através dos Caminhos 1, 2 e 4, em razão da prosperidade sulina com as charqueadas, inclusive com a previsível expansão de sua fronteira pecuária, no após-guerra 1763-76, decorrente da expulsão dos espanhóis do Rio Grande. Serve de amostragem a obra de Ilka Neves, *Primeiros povoadores e batismos em Canguçu-RS*,

1800-13 (Pelotas, Editora UF, Pelotas, 1998).

1800 – Por volta desse ano, a primitiva Paraíba Nova (atual Resende) tornase pioneira do Ciclo do Café inaugurado no Brasil, ao longo do Caminho Airuoca-Resende, com mudas da rubiácea trazidas da fazenda Mandanha, no Rio de Janeiro, pelo padre Antônio do Couto da Fonseca. E dali se espalhou pelo Brasil. Assim, existem registros em Resende que, em 2 de maio de 1802, o Capitão Miguel Pedroso Barreto, natural de Triunfo, RS, e primeiro tabelião de Resende, filho de um dos conquistadores da Fortaleza de Santa Tecla (1776), em Bagé (atual), vendeu dois cafezais nas cabeceiras do ribeirão Taquaral. Em 7 de maio de 1802, o Capitão Antônio Pereira Leite, que integraria a Guarda de Honra do Príncipe D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, no Grito do Ipiranga, e que seria o fundador de Itatiaia-RJ, adquiriu cafezais em Ribeirão Raso.

1800 – Num contexto de guerra eminente com os espanhóis, o padre Pedro Cortez de Toledo, filho de

Taubaté, na qualidade de Visitador do Rio Grande em nome do bispo do Rio de Janeiro, fundou as localidades gaúchas de Lavras, Canguçu e Encruzilhada, sobre possíveis caminhos de invasões espanholas no Rio Grande do Sul para barrá-los. As duas últimas haviam sido, na guerra de 1774-77, bases de guerrilhas portuguesas, onde atuaram, ao final, alguns paulistas enviados ao sul integrando a Legião de Voluntários Reais. Essa Legião foi quase toda dizimada, desde São Paulo, a caminho, por terra, para Porto Alegre, por uma epidemia de varíola.

1801 – Fundada Queluz, por ordem do Governo de São Paulo, como aldeia *puri*, para retirar os índios *puris* da região entre Lorena e Resende (atuais), objeto de povoamento com concessão de sesmarias e abertura de caminho à margem esquerda do Paraíba. O aldeamento *puri* teve vida curta.

1801 – Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul, onde foram conquistados os Sete

Povos das Missões, o atual município de Santa Vitória do Palmar etc. e, no Mato Grosso, o território até o Rio

Apa — este em resposta a ataque espanhol ao Forte de Coimbra, entre 16 e 24 de setembro.

1801 – É criado a vila município de Resende, cuja instalação teve lugar a 29 de setembro, com a presença de seu donatário honorário Coronel Fernando Dias Pais Leme da Câmara, bisneto do bandeirante Fernão Dias Pais Leme e neto do Garcia Rodrigues, o construtor do Caminho 3, que leva o seu nome. O Coronel Fernando veio pelo Caminho 4, desde Japeri, transportado em rede, por estar doente e impossibilitado de cavalgar.

1803 – Criado aldeamento de índios Coroados no local que deu origem à cidade de Valença. O nome foi homenagem às ligações do Rei D. José de Portugal com Valença, na Espanha. Essa aldeia teve vida curta (cerca de 9 anos) e dela surgiu a cidade de Valença.

1803 – Nasce, no Porto da Estrela, da Baía de Guanabara, dentro de uma variante anfíbia do Caminho 3, Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

1808 – Transmigração da Família Real de Portugal

para o Brasil, forçada por Napoleão.

1809 – O Rio Grande do Sul é elevado a capitania independente do Rio.

1810 – Segundo Oliveira Viana, o município de Resende já estava coberto por cafezais.

1812 – Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, ao comando de D. Diogo de Souza, que termina incorporando o território onde hoje se situam os municípios de Uruguaiana, Itaqui, Santana, Alegrete e Rosário do Sul.

1815 – Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve.

1816 – Guerras contra Artigas, no Rio Grande do Sul.

1820 – É criada a conservatória (com o sentido de reserva indígena) de Coroados e outros índios, em Conservatória (atual), com índios que migraram de Valença e outros existentes no local. O aldeamento durou pouco menos de sete anos. Valença foi fundada com índios catequizados da Aldeia de Fumaça (atual) em Resende, que foi a mais bem-sucedida.

1821 – Fim das guerras contra Artigas e incorporação ao Brasil do atual Uruguai, como a sua Província Cisplatina. A Legião de São Paulo tem importante papel no êxito militar dessa campanha e fornece o primeiro historiador do Brasil Reino Unido, o Coronel Diogo de Moraes Arouche Lara.

1822 – Saint-Hilaire viajou pelos Caminhos 4 e 1, em direção a São Paulo. Observou existirem, perto de Resende, consideráveis plantações de café de 40 a 100 mil pés, cujo lucro era empregado na compra de escravos e, acrescentaríamos, de mulas, para movimentarem as fazendas e transportarem o café para os portos de Angra dos Reis. O

declínio do Ciclo do Ouro em Minas coincidiu, em linhas gerais, com o início do Ciclo do Café, no Vale do Paraíba. E as mulas do Rio Grande do Sul, até então vendidas para as regiões auríferas, penetraram com seus tropeiros, agora brasileiros, ao longo dos Caminhos 1 e 4, para serem vendidas aos cafeicultores e a empresários de transporte de

café em lombo de mulas para os portos litorâneos, através da Serra do Mar. Exemplo eloquente disso foi o do tropeiro gaúcho viamonense, Tenente Domingos Gomes Jardim, casado com uma Escobar, de Vacaria, que passou por Resende com uma grande tropa de mulas, que vendeu no Rio, onde obteve uma sesmaria em Bulhões. Aí se radicou e foi um motor de seu progresso, como empresário de transportes do café para Angra dos Reis, por caminho que abriu, pelo Ariró, até Mambucaba (9 léguas, menos 3 que o de Angra). Foi ainda o idealizador e líder da construção da primeira ponte unindo as partes de Resende separadas pelo Rio Paraíba.

1822 – O Príncipe Regente D. Pedro percorreu o Caminho 4, Rio–São Paulo, a cavalo, com reduzida comitiva, de 14 a 25 de agosto, uma viagem de 11 dias, tendo a 7 de setembro, às margens do Ipiranga, em São Paulo, proclamado a Independência do Brasil. Tinha a escoltá-lo uma Guarda de Honra composta maciçamente de 38 vale-

paraibanos, dos quais 9 de Pinda, 6 de Taubaté e 5 de Resende/Itatiaia. Entre estes, o Major Davi Gomes Jardim, filho do citado tropeiro, e o empresário Domingos Gomes Jardim. Foram as seguintes as etapas da viagem do príncipe: Rio de Janeiro, com pernoite em Santa Cruz —Fazenda Real, atual quartel do Batalhão Escola de Engenharia (14 de agosto); São João Marcos, hoje sob a represa do Ribeirão das Lages (15 de agosto); Bananal (16 de agosto); Areias (17 de agosto); Lorena (18 de agosto); Guará (19 de agosto); Pindamonhangaba (20 de agosto); Taubaté (21 de agosto), onde se incorpora, à comitiva, a Guarda de Honra; Jacareí (2 de agosto); Mogi das Cruzes (23 de agosto); Penha (24 de agosto) e São Paulo (25 de agosto). Nesse mesmo ano, viajou, pelo Caminho 4, o cientista Saint Hilaire, cujo relato de viagem nos deixou na obra citada na bibliografia. Retrataram aspectos dos Caminhos 1, 2, 3 e 4 os pintores Debret e Rugendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Caminhos 4 e 1, de 1778 a 1873, quase um século, estreitaram as relações entre São Paulo, Minas Gerais e o sul do Brasil, região produtora de muares que movimentavam as fazendas de café e o transporte do seu produto do vale do Paraíba para os portos de mar. Assim, do Rio para São Paulo desciam sal, ferro e outros produtos importados e, de São Paulo e ao longo do Caminho 4, subiam bovinos, tropas de mulas, toucinho, fumo, açúcar e café.

Nesse período, intensificou-se, ao longo desses caminhos, caravanas de viajantes, tropas de mulas e bovinos em filas indianas e, ao longo dele, roças, povoações nascentes e ramadas destinadas ao pouso de viajantes, construídas com tetos de palmeira ou sapé, apoiadas em altos esteios e próximas de vendas para atender a necessidades e pasto para as tropas de cavalos, mulas e bovinos. Dentre elas, destacou-se o pouso Rancho Grande, em Bananal, coberto de telhas e

fechado nas laterais. Esses poucos abrigavam a todos democraticamente, sem distinção de cor, raça e posição social.

O gado *vacum* que por ele passava fazia-o com prejuízos ao mais confortável trânsito de viajantes a cavalo e de tropas de comércio de muares. O gado bovino de corte proveniente do Campo Alegre (Resende atual) desfrutava de bom conceito no Rio, por ser engordado com o pasto capetinga, que crescia nas orlas das matas da região.

Assim, concluímos esta abordagem para demonstrar a importância estratégica crescente sob os ângulos político, social, econômico e militar dos caminhos 1, 2, 3 e 4 para o devassamento, povoamento e integração do Vale do Alto e Médio Paraíba ao restante do Brasil. Ainda hoje são eles os mais importantes eixos, com suas variantes, para a integração terrestre no *Quadrilátero do Poder Nacional*, atualmente com seus vértices em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.



FONTES CONSULTADAS E INDICADAS PARA APROFUNDAMENTOS

- ALMEIDA, Aluizio. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Ed. Martins, 1971.
- BENTO, Cláudio Moreira. *A Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul 1774-76*. Rio de Janeiro: BIBLIEEx, 1997.
- _____. *História da 3ª Região Militar, 1808-1953 e Antecedentes*. Porto Alegre: SENAI, 1996, v. 1.
- _____. *O Vale do Paraíba na História Militar do Brasil*. Volta Redonda: Gazetilha, 1996 (Contribuição ao XIII Simpósio de História do Vale do Paraíba do IEV, em Resende, Itatiaia).
- _____. *Os Puris de Vale do Paraíba paulista e fluminense. Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba — Migrações no Vale do Paraíba*. São José dos Campos: UNIVAP, 1994.
- _____. *A Saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende (1835-1992)*. Rio de Janeiro: SENAI, 1992.
- _____. *A participação militar de São Paulo e Paraná da Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul, 1774-78*. Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná. 1978, pp. 75-104.
- _____. *A contribuição paulista ao combate a Revolta na Armada e a Guerra Civil, 1893-95*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1995, pp. 59-82.
- _____. *A Revolução Paulista de 1932. Operações militares nas diversas frentes*. A Defesa Nacional, nº 760, 1993 — Conferência em Cruzeiro-SP no 60º aniversário dessa revolução por solicitação do IEV.
- _____. *Real Feitoria do Linho-câñhamo do Rincão do Canguçu, 1783-89*. Localização Canguçu: Academia Canguçuense de História e Prefeitura Municipal, 1992.
- CEZAR, Guilhermino. *História do RGS — Período colonial*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970.
- DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987. (Aborda combates ocorridos ao longo dos caminhos escudados.)
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Sergraf IBGE, 1972, v. 1.
- FONSECA, Pedro Ari. *Tropeiro de Mula*. Passo Fundo: Gráfica Correio da Manhã, 1985.
- FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro*. Rio de Janeiro: BIBLIEEx, 1930.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 (Focaliza caminhos de penetração no vale do Paraíba).
- LIMA JUNIOR, Augusto. *A Capitania de Minas Gerais, Origens e Formação*. Belo Horizonte: CEC, 1965.
- PIZARRO, Monsenhor. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1946, v. 9.
- ONDÉ, F. de P. Azevedo. Porto da Estrela. *RIHGB*, v. 293, out/dez 1971, p. 35-93 (Separata).
- POVOAS, Lenine. *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Resenha, 1995, v. 1.
- RAMOS, Agostinho. *Pequena História de Bananal*. São Paulo: CEACH, 1978. [Interessa Cap. II, Caminho Novo, sesmarias estradas e caminhos e do Caminho Novo (Caminho 4) a Via Dutra].
- REIS, Paulo Pereira dos. *O caminho novo da Piedade no Nordeste da Capitania de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Estuda com profundidade as fontes ligadas à abertura do Caminho 4).
- SAINT HILAIRE, Augusto. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, 1822*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.
- SOUTO, Reinaldo Maia. *São José do Barreto*. Resende, s/d. (Menciona Via Cesarea o Caminho 4).
- SOMBRA, Severino. *Carta Monetária do Brasil Colonial*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 1992.
- TAUNAY, Affonso d'Éscrangnolle. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

Um Panorama da Filosofia Contemporânea

Antonio Fernandes Gomes da Costa*

O artigo apresenta uma análise sucinta das principais correntes do pensamento que conformam o panorama da Filosofia contemporânea.

O conceito de Filosofia contemporânea não encontra unanimidade entre os estudiosos do assunto, pois depende do ponto de vista assumido como referência. Há os que consideram, como marco, a morte de Hegel, em 1831; outros consideram, como referência, o último quartel do século passado; há ainda os que só aceitam, como Filosofia contemporânea, a que se desenvolveu no século XX.

Independente da referência temporal, indubitavelmente o que ninguém questiona são as implicações ocorridas no campo político, econômico, psicossocial, cultu-

ral e científico-tecnológico. Em decorrência, novos enfoques tiveram que fazer face tanto ao que se refere à busca de solução dos problemas tradicionais surgidos, como outros ainda insuspeitados. No setor das ciências exatas, grande foi o salto das geometrias não-euclidianas, a teoria dos conjuntos e, sobretudo, da lógica matemática.

Não se pode deixar de ressaltar a Física nuclear e quântica, as novas concepções de tempo e espaço, com a teoria da relatividade. Evidentemente, essas novas conquistas teriam de refletir-se no campo da Filosofia.

Neste ensaio, analisar-se-ão sucintamente as seguintes correntes de pensamento: o Neocriticismo: a



Escola de Marburgo e a Escola de Baden; o *Historicismo* e o *Neo-Hegelianismo*; o *Neo-Positivismo Lógico*; a Filosofia da Ciência e a Filosofia da Linguagem; o *Pragmatismo* e o *Instrumentalismo*.

O NEOCRITICISMO: A ESCOLA DE MARBURGO E A ESCOLA DE BADEN

O *Criticismo* kantiano, como é conhecida a filosofia de Kant, durante um século e meio passou por diversas vicissitudes e alternativas. Outras correntes passaram a dominar o cenário filosófico, destacando-se o *Idealismo absoluto*, na Alemanha, de Hegel, o *Materialismo*, o *Darwinianismo* e o *Positivismo*, de Comte. Em meio a tantos sistemas, alguns

* Coronel de Infantaria, integrante do Magistério do Exército

pensadores buscaram um fundamento filosófico seguro para fugir ao idealismo reinante; a solução era o retorno de Kant. Essa reviravolta é expressa no agrupamento de notáveis pensadores conhecidos como os *neo-kantianos* ou os *neo-criticistas*, que fundam duas escolas: a Escola de Marburgo e a Escola de Baden.

A influência posterior dessas Escolas far-se-á sentir no mundo inteiro, e não apenas na Alemanha. Será referência especialmente para os estudiosos do campo ético e jurídico.

A revolução científica induz a Filosofia contemporânea a sair da égide da Física de Newton e da Geometria euclidiana, e a teoria da relatividade supera toda explicação da realidade vigente. É nesse panorama que a Escola de Marburgo traz Kant para a Física e a Matemática. Dentro da nova realidade, o *a priori* torna-se fundamental, para justificar as concepções teóricas. Significa que o avanço científico passa a atrelar-se ao pensamento teórico. O conhecimento, para ser objetivo, passa a rever a teoria do conhecimento na *Critica à Razão Pura*, de Kant.

À semelhança de Kant, seus seguidores reduzem a Filosofia à *gnoscologia*, negando a metafísica. O mundo da cultura está demarcado, em sua integridade, por três ciências: a *lógica*, a *ética* e a *estética*.

A escola de Marburgo teve por chefe indiscutível, durante muitos anos, Hermann Coehen e a ela pertenceram também Matorp, Cassirer, M. Hartmana, Paulsen, Vorländer e o notável jurista Rodolfo Stammer.

A escola de Baden floresceu simultaneamente com a de Marburgo. Tem, como pensadores de destaque, Wilhelm Windelband (1848-1915) e Heinrich Rickert (1863-1936). Seguem o mesmo princípio, desenvolvem o kantianismo sem sujeitar-se muito à interpretação literal. Sua principal característica é não reduzir a Filosofia à pura *gnosiologia*. Para os pensadores dessa escola, a Filosofia deve ser considerada como filosofia da cultura universal e estudo dos valores.

Sciacca (1962, p. 186) comenta que *Windelband e, especialmente, Rickert acentuam a importância das normas necessárias e universais do juízo histórico, postas acima do dever num reino de*

valores, não-realizadas nem realizáveis pela consciência individual, mas que são adequadas pela consciência universal.

Conclui-se que os neokantianos absorveram a atenção da intelectualidade durante décadas. Hoje, sua influência restringe-se à Filosofia do Direito e às críticas históricas.

HISTORICISMO E NEO-HEGELIANISMO

Entende-se por *Historicismo* a tendência que leva a considerar os produtos ou criações do espírito e da cultura (filosofia, direito, moral, religião etc.) somente em seu clima histórico, limitando seu valor de verdade, bondade e justiça no tempo e lugar em que aparecerem ou estiverem vigentes.

O *Historicismo* coloca em questão: a História é uma ciência? Há uma razão histórica? Para Hegel, não há razão histórica sem razão ou sem ação do homem. A História se faz na temporalidade e, portanto, não se repete, bem como decorre da ação humana em todas as suas reciprocidades. Significa que estudar História é estudar as relações humanas, as quais têm, como reflexo, os fatos históricos. A propósito, é

oportuno lembrar Capalbo (1987, p. 79) para quem é a historicidade do homem que engendra a História, e não o contrário.

No seu dizer a *História, portanto, implica num encontro, onde a distância e a proximidade, a dualidade e a unidade são mantidas numa tensão dialética, permitindo que o outro seja respeitado na sua alteridade.*

Entre os adeptos do *Historicismo* torna-se indispensável destacar Wilhelm Dilthey (1833-1911), filósofo alemão com grande contribuição à noção de *ciências do espírito*, denominadas recentemente ciências humanas. O pensador aludido faz uma crítica da razão histórica e, como tal, tem como fundamento a compreensão humana a partir dos sistemas de relação. Valoriza as experiências vividas, pois é a partir destas que se chega ao conceito básico do significado. A vida humana tem um significado nas suas relações interpessoais. Sua temática, portanto, é o aprofundamento dos significados.

As principais obras de Dilthey são: *Introdução às Ciências do Espírito* (1883); *A Essência da Filosofia* (1907); *A Construção do*

Mundo da História nas Ciências do Espírito (1910).

Pelo visto, suas publicações têm um caráter pragmático. Sua importância consiste em ter aberto um caminho, que seria explorado pelo desenvolvimento ulterior da Sociologia e da Psicologia Social.

De origem anglo-saxônica é, sobretudo, na França e na Itália que, nos últimos anos do século XIX, renasce o *Neo-hegelianismo*. Trata-se de uma reação contra as filosofias negativas, e tem, como inspiração, o *Idealismo* de Hegel. Ora, foi Hegel quem descobriu a dimensão essencial do pensamento: *não se pode pensar sem conceito*. O pensamento filosófico é a análise dos conceitos. A concepção dialética é a base que alicerça essa corrente de pensamento.

Na filosofia do espírito de Hegel o processo dialético tem, de maneira geral, três momentos: o espírito subjetivo, o espírito objetivo e o espírito absoluto. Segundo este esquema, que de uma maneira ou de outra será seguida pelos adeptos dessa corrente, todos os momentos mantêm incorporados, nos respectivos relacionamentos, as características que os diferencia em relação ao outro. O que impor-

ta é a dinâmica do processo dialético.

O resgate do *Neo-hegelianismo* manifesta-se principalmente na Itália, no pensamento de Benedetto Croce (1866-1952) e Geovanni Gentile (1875-1944).

Durant ([s.d.], p. 443) caracteriza Croce como um idealista, que não reconhece nenhuma filosofia, além da de Hegel. *Toda realidade é idéia; nada sabemos, exceto a forma com que as coisas se apresentam em nossas sensações e em nossos pensamentos. Por isso, toda filosofia é reduzível à lógica; e a verdade não passa de um perfeito relacionamento com as idéias.*

A produção livresca de Croce tem como alvo todos os campos filosóficos, a crítica literária e a historiografia. A base de sua filosofia é a metodologia da História a partir da dialética dos opostos e da dialética dos instintos. Sciacca (1962) sintetiza o pensamento de Croce ao afirmar que *as formas de espírito não se negam uma na outra, mas se distinguem na unidade do próprio espírito: cada uma é a condição e o condicionado das outras* (circularidade).

Outro representante do idealismo neo-hegelianismo

é Gentile que tem, como aspecto característico de seu pensamento, o *atualismo*. Consiste em afirmar que o absoluto se confunde dialeticamente com o próprio sujeito, não lhe sendo externo ou alheio. Significa que o objetivo do pensamento é o próprio ato de pensar. A idéia é o ato e o dever é o próprio ato de pensamento, ao qual não se pode pressupor o ser e o não-ser. Sciacca (1962) muito bem sintetiza a idéia básica do pensamento de Gentile: *a sua atividade é a dialética e três são as formas do espírito absoluto: a arte (momento da subjetividade pura); razão (momento da pura objetividade); filosofia ou pensamento na plena consciência de si mesmo.* A obra de destaque de Gentile é *O ato do pensamento como ato puro* (1912).

Quanto ao *Neo-hegelianismo*, é oportuno ressaltar que os dois marcantes representantes foram, indubitablemente, Croce e Gentile. Croce é um *neo-hegeliano* de esquerda, aceita a lógica das contradições. Gentile, é contrário ao liberalismo, é defensor do Estado forte (poder centralizado no Esta-

do) e pertence à direita hegeliana.

NEOPOSITIVISMO LÓGICO, FILOSOFIA DA CIÊNCIA E FILOSOFIA DA LINGUAGEM

O *Neopositivismo* ou *Neopositivismo lógico* é uma corrente de pensamento que se aparenta ao positivismo clássico de Augusto Comte e S. Mill, baseado numa fé incondicional no valor das ciências positivas e seus métodos. Esse pensamento ficou definido ao constituir-se um grupo de pensadores em torno de Moritz Schillick (1882-1936), a quem se convencionou chamar Círculo de Viena. Os teóricos desse Círculo, além de M. Schillick, teve R. Carnap (1891-1953), O. Neurath (1882-1945) e H. Reichenbach. Propõem-se chegar a um conhecimento científico único que mereça esse nome, sem necessidade de uma metafísica, de uma teoria do conhecimento, de uma fenomenologia. No entender de Sciacca (1962, p. 332) trata-se de apresentar uma linguagem científica que, evitando todos os pseudoproblemas, permita adiantar prognósticos e formular as

condições do seu controle, por meio dos dados da observação. Isso significa estender o empirismo a todo o domínio do pensamento, de modo a libertar-se de qualquer aparência metafísica.

Em suma, tudo que não é dado da experiência ou sujeito a ser rejeitado pelo princípio da verificabilidade não tem sentido. Assim, os problemas da metafísica são sem sentido.

O *Neopositivismo lógico* desdobra-se em duas vertentes: de um lado, a filosofia da ciência, do outro, a filosofia da linguagem.

A ciência, até o século passado, foi tida como corrente da evolução e do progresso, isso em razão da explicação positivista. Evoluir significa: tornar-se superior e melhor do que era antes. Progredir significa: ir num rumo cada vez melhor na direção de uma finalidade superior.

A *Filosofia da Ciência* é uma corrente filosófica que vai se opor a tal entendimento. Isso porque as elaborações científicas e os ideais de científicidade são diferentes e descontínuos. A expressão *ruptura epistemológica* foi criada pelo

filósofo Gaston Bachelard para explicar o novo quadro contemporâneo quando comparado com o anterior.

Então, ocorre a *ruptura epistemológica* quando os conceitos, os procedimentos, os instrumentos existentes não explicam o que os cientistas estão observando, nem levam aos resultados que estão buscando.

Dentro dessa linha de pensamento da Filosofia, além de Bachelard é interessante destacar Thomas Khum e Karl Popper.

Khum designa os momentos de *ruptura epistemológica* e de criação de novas teorias com a expressão *revolução científica*. Exemplifica-se com a revolução coperniana que substituiu a explicação geocêntrica pelo *Heliocentrismo*. Em tempos normais, um cientista, diante de um fato ou de um fenômeno ainda não estudado, usa o modelo ou paradigma.

Por outro lado, Karl Popper defende que a reelaboração científica corre do fato de ter havido uma mudança no conceito filosófico-científico da verdade. Essa mudança tem como base o fato de não mais ser possível explicar-se

o fenômeno, pois foi julgado falso, em consequência das contradições impostas por uma nova teoria. Assim, a refutabilidade seria critério de avaliação das teorias científicas e garantiria a idéia de progresso científico, pois é a mesma teoria que vai sendo corrigida por fatos novos que a falsificam.

Por sua vez, a *Filosofia da Linguagem* é o modo de fazer filosofia que acredita que os problemas filosóficos possam e devam ser resolvidos por meio de uma análise da linguagem. É também conhecida por *Filosofia Analítica*, pois a atividade filosófica deve preocupar-se com o esclarecimento das expressões lingüísticas e, mais abstratamente, com questões sobre a significação, a verdade, a referência.

São notáveis representantes da *Filosofia da Linguagem*: B. Russel, L. Wittgenstein, M. Schilick, R. Carnap e A. Ayer, entre outros.

PRAGMATISMO E INSTRUMENTALISMO

Desenvolvido principalmente nos Estados Unidos, o *Pragmatismo* caracteriza-se pela proposta geral de

fundar o filosofar na esfera da praxis (prática) humana nos efeitos concretos da vida, como critério básico para verdade. Segundo Durant ([s.d.], p. 479) *verdade é um processo; verdade é verificação. Em vez de indagar donde deriva uma idéia, ou quais as suas premissas, o pragmatismo examina-lhe os resultados.*

O mais famoso representante do *Pragmatismo* foi Willian James (1842-1910). Defende as teses filosóficas como sendo diretamente ligadas a praxis — os resultados da conduta e a experiência concreta do homem. Conclui, então, que a praxis — os resultados da conduta e a experiência concreta do homem — apresenta-se como o melhor critério para se estabelecer a adequação ou a indagação de uma teoria.

O *Instrumentalismo*, também desenvolvido nos Estados Unidos, representa transformações específicas do *Pragmatismo*. O expoente máximo dessa corrente de pensamento foi John Dewey, o qual considera sua teoria como uma expressão dos métodos utilizados, de fato,

pela ciência experimental: *Para compreender o pensamento, devemos observá-lo quando surge em situações específicas. O raciocínio não começa por premissas e sim com dificuldades; depois, concebe uma hipótese, que se torna conclusão, para a qual ele procura as premissas; finalmente submete a hipótese à observação e experiência* (Durant [s.d.], p. 488). Durant, citando o próprio Dewey, conclui que a primeira característica do pensar é enfrentar os fatos — inquérito, minucioso e extensivo exame, observação. Em suma, sem espaço para misticismos.

Dewey desenvolve seu pensamento associando o

evolucionismo darwiano com a dialética de Hegel. É marcante sua influência na educação e na política. Seu ponto de vista sobre educação tem como base a prática da vida, a cidadania, a liberdade, a prosperidade etc. No campo político procurou consolidar os valores de uma sociedade democrática.

CONCLUSÃO

O estudo das correntes filosóficas, examinadas neste ensaio, permite que se constate a complexidade do pensamento filosófico contemporâneo. Do analisado

ser reduzida a uma única dimensão, em face de cogitações entre o racionalismo e o espiritualismo, entre natural e artificial, entre ciência e crença.

Verificou-se, isto sim, que há um permanente jogo de essência e aparência, de verdade e máscara, de vida e interioridade, sem falar das trágicas consequências que emergem quando um dos lados desce aos extremos: suprema racionalidade operacional no irracionalismo final dos campos de concentração nazistas e singeleza teológica na escatologia poética da física teórica contemporânea.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPALBO, Creusa. *Fenomenologia e Ciências Humanas*. Âmbito Cultural, Rio de Janeiro, 1987.
- CHALLAYE, Felicien. *Pequena história das grandes filosofias*. 3^a ed., Nacional, São Paulo, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Ática, São Paulo, 1994.
- DURANT, Will. *História da Filosofia*. Nacional [s.d.], São Paulo.
- HEINEMANN, F. A *Filosofia no século XX*.
- REZENDE, Antonio (organizador). *Curso de Filosofia*. 5^a ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1991.
- SCIACCA, Michele Frederico. *História da Filosofia*. Mestre Jou, São Paulo, 1962.
- VERGEZ, André, Huisman, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*. 4^a cd., Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1980.

COMENTÁRIOS

31 DE MARÇO DE 64 — A HISTÓRIA QUE NÃO SE APAGA NEM SE REESCREVE

O movimento cívico-militar de 31 de março de 1964 interrompeu a marcha da desagregação institucional, do desmantelamento econômico e da ruptura do tecido social que ameaçavam lançar o país no abismo da Guerra Civil.

É o que se percebe pelo exame isento e desapaixonado da conjuntura vigente no início da década de 60.

Naquela época, o auge da Guerra Fria produzia nítidos reflexos no Brasil, a crise econômica acirrava conflitos sociais e exacerbava radicalismos políticos, criando um clima de permanente instabilidade e inquietante tensão. A nação, assustada e indignada com tudo aquilo, foi às ruas. Exigiu um fim às ameaças que colocavam em risco a sobrevivência das instituições e os valores básicos de nossa nacionalidade.

Diante da gravidade do momento, o Exército Brasileiro não se omitiu.

Cumprindo sua histórica vocação de sintonia com o povo que lhe deu origem — ao qual sempre serviu e nunca faltou —, ajudou a deflagrar a *Revolução de 31 de Março*, que criou as condições para relançar o processo de desenvolvimento nacional noutras bases, em ambiente de paz e segurança.

Crescimento econômico a altas taxas, e por vários anos seguidos, universalização do ensino público, expansão quantitativa e qualitativa do sistema de telecomunicações, ampliação do parque industrial e equacionamento das necessidades em energia são algumas das realizações do movimento que, ao encerrar seu ciclo, havia alçado o Brasil ao restrito grupo das dez maiores economias do mundo.

Hoje, a democracia está consolidada entre nós.

A Nação desenvolveu mecanismos para impedir que volte a ser refém de impasses semelhantes àqueles do começo dos anos 60. Pode, agora, mobilizar energias com vistas a remoção de entraves ao fortalecimento

sustentável do espaço econômico brasileiro, de modo a que tenhamos um país mais próspero e mais justo para seus filhos, notadamente os de menor renda, observando, assim, os ideais que nortearam a Revolução de 64.

Nessa empreitada, sabe que terá a companhia do braço forte e da mão amiga de seu Exército.

A evidência dos fatos demonstra, portanto, que não se aplica a pecha de *Quartelada, Golpe de Estado ou Usurpação de Poder* ao movimento cívico-militar de 31 de março de 1964.

Deixar de reconhecer que ele surgiu, e se fortaleceu, no seio do povo, em cujo nome foi deflagrado, para impedir que a nação fosse levada ao caos, é negar a História — que não se apaga nem se reescreve.

137

(Reprodução de matéria publicada no Noticiário do Exército de 31 de março de 1999, alusivo à passagem do 35º aniversário da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.)

CHINA x EUA: BIPOLARIDADE DO SÉCULO XXI?

Manuel Cambeses Júnior*

Em sua edição de 3 a 9 de janeiro de 1998, a revista *The Economist* publica instigante artigo: *O Próximo Balanço do Poder*. Nele, estabelece-se uma projeção, para o prazo de trinta anos, do poder potencial dos principais países e regiões do planeta. A conclusão é clara e permite dizer que somente a China terá condições de equiparar-se aos Estados Unidos no papel de superpotência.

Recorrendo aos elementos clássicos determinantes das bases de poder estatal, *The Economist* elabora uma pontuação comparativa projetada para o tempo de três décadas. Nesse estudo, os Estados Unidos atingem uma classificação de 14 pontos, enquanto a China se situa no patamar de 13, bem distante dos demais competidores. Mesmo a Rússia, apesar de seu armamento nuclear, somente conseguiu obter 8 pontos nessa avaliação. Ainda de acordo com aquela revista, a China apre-

senta uma capacidade intrínseca de valores que não se vê presente em outros países, ou seja: um concentrado sentido nacionalista, um sentimento de revanchismo histórico — fruto das humilhações acumuladas ao longo de muitos anos — e punjança econômica. Essas características lhe conferem o perfil de superpotência.

O que *The Economist* não analisa ou se detém é a orientação que definirá a relação entre as duas monopólicas superpotências. As grandes perguntas se restringiriam: qual será o elemento fundamental de rivalidade entre a China e os Estados Unidos? Poderá essa rivalidade levar a um enfrentamento bélico?

Parece pouco provável que o fator ideológico esteja com capacidade para converter-se no núcleo desse confronto. A diferença da confrontação existencial que se deu durante a Guerra Fria, com a existência de dois sistemas de valores irreconciliáveis, sem retirar o aspecto competitivo, parece não ser a tônica dos tempos futuros. Os chineses estão adentrando fortemente na rota do capitalismo e do livre mercado e, concomitantemente, procuram enfa-

tizar o pragmatismo ancestral advindo de Confúcio, triunfo de uma lógica unificadora.

Tampouco as aspirações chinesas sobre Taiwan e a subsequente tutela norte-americana sobre esse país, insinuam-se como gerador potencial de uma crise. O mesmo pragmatismo chinês, unido à crescente aproximação de seus modelos econômicos, seguramente conduzirá a um acordo negociado e pacífico entre Pequim e Taipei. O exemplo da fusão de Hong Kong à China evidencia um bom indício nesse sentido.

O salto para um futuro enfrentamento poderia vir pelo questionamento das tensões e rivalidades comerciais. Isso, ampliado pelos componentes de nacionalismo e revanchismo histórico presentes, poderia transformar-se na fonte de prováveis conflitos. Stephen S. Cohen, reconhecido catedrático da Universidade de Berkeley, direciona muita luz sobre o assunto em interessante artigo publicado na edição de janeiro de 1998 do *Le Monde Diplomatique*. Segundo ele, a história sempre agitada nas relações comerciais entre Washington e Tóquio está a ponto de reproduzir-

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da ESG.

se entre Washington e Pequim. A China, igualmente aos tigres asiáticos, copiou o modelo japonês, assentando o seu crescimento econômico coerente com a formulação de técnicas na base das exportações maciças.

De acordo com o que nos assinala Cohen, a China está caminhando para tornar-se um poderoso Japão comercial, concomitantemente a uma potência militar de primeiro nível. Com respeito às suas palavras, torna-se extremamente difícil que a China possa integrar-se de maneira duradoura ao sistema comercial internacional, obedecendo a um sistema de exportações maciças. As tensões decorrentes ficariam difíceis de administrar. Hoje em dia, o crescimento vertiginoso das exportações chinesas (some-se Hong Kong e Taiwan) tem conduzido a um superávit comercial com os Estados Unidos. Entretanto, a China de hoje espelha um pálido reflexo do que esse país tem em capacidade de converter-se, num prazo de três décadas, em termos de consagração no cenário internacional.

As aspirações do líder chines Jiang Zemin visam a manter uma taxa média de crescimento econômico anu-

al na ordem de 6,5%, nos próximos 25 anos. Isso colocaria a nação numa posição de superpotência industrial e com um PIB na ordem de cinco trilhões de dólares.

A revista *Business Week*, edição sobre a China, setembro de 1997, chama a atenção do leitor com a seguinte afirmativa: *a China já é um monstro exportador de bens de baixo valor agregado. Se conseguir curar os males de seu sistema econômico estatal e tornar eficiente o seu sistema financeiro, poderá emergir como rival do Japão e de seus vizinhos tigres asiáticos em indústrias que vão desde a produção de aço até maquinaria pesada.*

Poderá a competição comercial entre Estados Unidos e China conduzir a um enfrentamento armado? Há alguns anos, foi publicado um livro intitulado *A Próxima Guerra com o Japão*, de George Friedman. Chegou a ser considerada a obra mais vendida no Japão, alcançado, igualmente, o mesmo sucesso comercial de vendas nos Estados Unidos. A tese defendida pelo autor é simples: o Japão, como grande importador de matérias-primas não pode deixar que a seiva que alimenta a sua economia dependa, pri-

mordialmente, de outra nação. Acresce de importância o fato quando essa outra nação, os EUA, tem interesses dietralmente opostos aos seus. Isto obrigaria o Japão a buscar garantir suas próprias rotas marítimas, nas quais, como consequência inevitável, reivindicaria a importância de uma armada capaz de garantir as suas aspirações diante do poderio naval norte-americano.

A rivalidade pelo controle dos mares asiáticos, unida às permanentes tensões comerciais, gerariam altos decibéis emocionais, suscetíveis aos estrondos bélicos. Segundo Friedman, desde 1988, todos os estudos têm demonstrado que os estadunidenses vêm o Japão como seu principal antagonista, inclusive nos tempos em que a União Soviética ainda se encontrava atuante. Ao exemplificar, referiram-se a uma pesquisa, realizada por McGraw-Hill, segundo a qual 2% dos norte-americanos viam a União Soviética como rival e 68% visualizavam o Japão como a maior ameaça aos EUA.

Faz-se mister ressaltar que a tese de Friedman já está defasada, ante a nova realidade da crise econômica japonesa. Por outro lado,

as premissas da mesma serão perfeitamente aplicáveis e, com muito mais razão, no caso das relações Estados Unidos—China. Para 2015 a China está importando sete milhões de barris diários de petróleo, elemento vital para sua sobrevivência econômica. A necessidade de controlar as rotas marítimas por onde passe essa força energética produzirá a inevitável rivalidade com os EUA, que sempre definiram, no campo estratégico, o Oceano Pacífico como um *mare nostrum*. Porém, diferentemente do Japão, a China já é uma potência militar de alto significado e com acesso a armamento nuclear.

A integração de um super-Japão industrial como uma potência militar de primeira ordem, cenário previsto por Stephen Cohen com relação à China, possui todos os elementos para enfrentar um conflito com os norte-americanos, especialmente quando o nacionalismo e o revanchismo histórico chineses estão permeando as mentes das lideranças naquele imenso e portentoso país.

Dante desse cenário prospectivo poderemos vaticinar que estas serão as ba-

ses da ordem bipolar do século XXI?

VIEIRA E O SERMÃO DO BOM LADRÃO

Gladstone Chaves de Melo*

O Sermão do Bom Ladrão — disto não temos dúvidas — desperta e mantém o interesse, do princípio ao fim, sobre tudo por sua gritante atualidade. O tema é a dilapidação dos dinheiros públicos por parte de homens públicos, que, em vez de servirem, se servem dos cargos para se enriquecerem à custa do erário, usando para isto todos os recursos e praticando todas as artimanhas que a cupidez e o demônio lhes sugerem.

É uma vigorosa e esmagadora objurgatória contra os corruptos e corruptores impunes, que violam o sétimo mandamento com culpa muito maior do que o ladrão vulgar, inimigo da propriedade privada. Este fura ou rouba com risco; os outros, pelo contrário, inteiramente a seu seguro. Uns são infamados, outros ficam celebrados. Uns furtam e são enfra-

cados, outros furtam e enfaram, como diz nosso autor.

O impressionante quadro que se nos desvela parece retratar os nossos dias, marcados pela mais ruínosa voragem dos tranqüilos assaltantes da fazenda pública. Daí, o gosto com que se lê esse Vieira, implacável vingador da Justiça Distritiva.

Só não gosta do *Sermão do Bom Ladrão* quem tem culpa no cartório, ou quem nunca o leu. Nossa intenção é, pois, diminuir o número destes últimos.

Claro que não vamos aqui traçar uma biografia, ainda que sumaríssima, do Padre Antônio Vieira (Lisboa, 1608 — Bahia, 1697). Nada há que acrescentar às obras de João Lúcio de Azevedo ou de Hernani Cidade. Nem sequer à síntese elaborada para o *Dicionário de Literatura*, coordenado pelo saudoso Jacinto do Prado Coelho, abrangente, como se sabe, das letras portuguesas, brasileiras e galegas.

Apontaríamos aqui, tão só, que de certo modo Vieira é mais brasileiro do que português, porque para esta terra veio aos seis anos de idade, na Bahia estudou, na Bahia se formou, aí e noutras lugares adquiriu fama de

* Professor.

orador ínsigne, e quando torna a Portugal, em 1643, a levar a obediência da Colônia ao rei da Restauração, D. João IV, é já homem feito e célebre. Por outro lado, exerceu no Brasil vários cargos e recebeu múltiplos encargos, não lhe faltando este, comovente, de ser chamado a catequizar índios rudíssimos, em remotos climas, de difícil acesso, como a Serra do Ibiapaba, no Ceará, onde teve de aprender, do zero, a língua dos aborígenes locais. Bateu-se, com indômita bravura e grave risco pessoal, pela liberdade dos silvícolas, denunciou, com palavras candentes, a ignomínia da escravidão negra e empunhou-se a fundo na educação do Brasil nascente, fiel ao programa traçado pelo primeiro superior inaciano aqui aportado, ainda nos primórdios, o Padre Manuel da Nóbrega: *esta terra é nossa empresa.*

Não me levem a mal nossos irmãos portugueses mas, sem lhes negar a glória de contar, nas suas letras, o maior pregador e, na sua história, o maior lusíada do século XVII, reivindicamos para nós a mesma excelência. Demo-nos, pois, fraternalmente as mãos e façamos

dele nosso patrimônio comum, traço de união entre as duas pátrias, homem grande bastante para ser cidadão de dois mundos.

Apesar de considerar *cádáveres* os seus sermões, restituídos e escritos a partir dos 73 anos, peças frias, *sem a voz que os animava*, Antônio Vieira ainda hoje nos desperta o entusiasmo, nos arrepia a pele e freqüentemente nos obriga a degustá-lo ensaiando eloquência, tão difícil nos fica sendo a leitura silenciosa. O ritmo, a cadência, o ajustado da expressão, a propriedade vocabular, a ordenação do pensamento fazem dele mestre incontestado da nobre e mal servida arte da palavra.

Mais: não usou do verbo para brilhar e nos encantar o senso estético, senão para ensinar as verdades cristãs, combater erros e desatinos, estimular à virtude.

Dirão os leigos que exagero, que lhes quero transfundir um entusiasmo pessoal, certamente incomunicável a quem tem cabeça de pensar. De fato, se trataria de um velho retórico, pretendente a inculcar idéias obsoletas, a convocar a um moralismo perempto, a falar de céu e inferno aos emancipados homens deste fim de sé-

culo, inabalavelmente convencidos de que cada um é o deus de si mesmo, o legislador de si mesmo, o construtor do novo paraíso terrestre, sem frutos proibidos, sem demônios nem querubins, jardim de todas as delícias, deliciosamente permitidas pelos quatro bilhões de deuses.

Quem ainda não chegou a esse estado de degradação, quem ainda crê no transcendente, quem ainda guarda o gosto da boa língua, quem ainda não se embotou no circundante dialeto crioulo que se vai formando, deformando o belo idioma a nós gratuitamente legado — esse lerá Vieira com curiosidade, com interesse, com admiração e pode ser que com devoção.

L'appétit vient en mangeant, com dobrada razão dizem os franceses.

Experimentemos um pedacinho de Vieira, nem que seja o começo do *Sermão do Bom Ladrão*, com sua provocante *captatio benevolentiae*, experimentemo-lo, mastiguemo-lo, e vejamos quão longe nos acharemos já dos meias-línguas glorificados por certa imprensa altamente suspeita. Lembremos da fábula *A raposa e as uvas*, e entenderemos por-

que se desdenha de um Antônio Vieira.

Se se repuser o grande seiscentista no alto pedestal a que tem direito, que será dos gaguejantes pluminítivos que têm de *apelar* para a obscenidade, o desbrio e o rastejante culto às modas para se fazerem ouvidos? E até — quem sabe! — admirados?

Un sot trouve toujours un plus sot qui l'admire. Não sejamos destes parvos maiores!

A estrutura fundamental do *Sermão do Bom Ladrão* é a estrutura clássica, detectável em quase todas as peças oratórias de Vieira: tema, exórdio, narração, confirmação, confutação, peroração. O tema é sempre tirado da Sagrada Escritura.

O desenvolvimento, a argumentação, a resolução das dificuldades e objeções levantadas pelo próprio autor, a peroração — tudo se funda na Bíblia (que Vieira conhece, por assim dizer, de cor), nos Santos Padres, nos teólogos, nos exegetas e nos filósofos mais categorizados, capazes de conduzir o raciocínio com lógica rigorosa. Prova cabal da tese, para convencer as inteligências; variados apelos, à consciência, à sensibilidade, às

reais e altas vantagens, para mover as vontades.

Não é outro, aliás, o fim da oratória, gênero literário eminentemente impressivo, para falar como Charles Bally.

A tese do presente sermão é que, sem restituição, não pode ser perdoado o pecado e que, portanto, quem não restitui, podendo fazê-lo, não se salva, condena-se ao inferno.

Vejamos agora como começa esta monumental peça oratória.

SERMÃO DO BOM LADRÃO (Pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, ano 1655)

Domine, memento mei cum veneris in regnum tuum — Hodie tecum eris in paradiſo (Luc., XXIII, 42, 43).

Este sermão, que hoje se prega na Misericórdia de Lisboa e não se prega na Capela Real, parecia-me a mim que lá se havia de pregar e não aqui. Daquela pauta havia de ser, e não desta. E por quê? Porque o texto em que se funda o mesmo sermão todo pertence à majestade daquele lugar, e nada à piedade deste. Una das cousas que diz o texto é que foram sentenciados em

Jerusalém dous ladrões e ambos condenados, ambos executados, ambos crucificados e mortos, sem lhe valer procurador nem embargos. Permite isto a Misericórdia de Lisboa? Não. A primeira diligência que faz é eleger por Procurador das Cadeas um irmão de grande autoridade, poder e indústria; e o primeiro timbre deste procurador é fazer honra de que nenhum malfeitor seja justiçado em seu tempo. Logo, esta parte da história não pertence à Misericórdia de Lisboa.

A outra parte (que é a que tomei por tema) toda pertence ao Paço e à Capela Real. Nela se fala com o rei: Domine; nela se trata do seu reino: cum veneris in regnum Tuum; nela se lhe presentam memoriais: memento mei; e nela os despacha o mesmo rei logo e sem remissão a outros tribunais — hodie tecum eris in Paradiſo (Luc., XXIII, 42, 43).

O que me podia retrair de pregar sobre esta matéria era não dizer a doutrina com o lugar. Mas deste escrípulo, em que muitos pregadores não reparam, me livrou a pregação de Jonas. Não pregou Jonas no paço, senão pelas ruas de Nínive.

cidade de mais longes que esta nossa — e diz o texto sagrado que logo a sua pregação chegou aos ouvidos do rei: pervenit verbum ad requeim (Ion., III, 6). Bem quiserá eu que o que hoje determino pregar chegara a todos os reis, e mais ainda aos estrangeiros que aos nossos. Todos devem imitar ao Rei dos Reis e todos têm muito que aprender nesta última ação de sua vida.

Pedi o Bom Ladrão a Cristo que se lembrasse dele no Seu reino — Domine, memento mei, cum veneris in Regnum tuum. E a lembrança que o Senhor teve dele foi que ambos se vissem juntos no paraíso: hodie mecum eris in paradiſo. Esta é a lembrança que devem ter todos os reis e a que eu quiserá lhe persuadisse os que são ouvidos de mais perto. Que se lembrem não só de levar os ladrões ao paraíso, senão de os levar consigo — mecum. Nem os reis podem ir ao paraíso sem levar consigo os ladrões, nem os ladrões podem ir ao inferno sem levar consigo os reis. Isto é o que hei de pregar.

Vejamos o tópico em que Vieira conjuga um verbo.

Encomendou El-Rei D. João, o Terceiro, a S. Fran-

cisco Xavier o informasse do Estado da Índia, por via de seu companheiro, que era mestre do príncipe. E o que o santo escreveu de lá, sem nomear ofícios nem pessoas, foi que o verbo rapio na Índia se conjugava por todos os modos. A frase parece jocosa em negócio tão sério, mas falou o servo de Deus como fala Deus, que em ua palavra diz tudo.

Nicolau de Lira, sobre aquelas palavras de Daniel: — Nabucodonosor rex misit ad congregandos satrapas, magistratus, et iudices (Dan., 3, 2), declarando a etimologia de “satrapas”, que eram os governadores das províncias, diz que este nome foi composto de sat e de rapio. Dicuntur satrapae quasi satis rapientes, quia solent bona inferiorum rapere: “Chamam-se sáfrapas, porque costumam roubar assaz”. E este “assaz” é a que especificou melhor S. Francisco Xavier, dizendo que conjugam o verbo rapio por todos os modos. O que eu posso acrescentar, pela experiência que tenho, é que, não só do Cabo da Boa Esperança para lá, mas também das partes daquém, se usa igualmente a mesma conjugação.

Conjugam por todos os modos o verbo rapio, porque

furtam por todos os modos da arte, não falando em outros novos e esquisitos, que não conheceu Donato nem Despautério. Tanto que lá chegam, começam a furtar pelo modo indicativo, porque a primeira informação que pedem aos práticos é que lhe apontem e mostrem os caminhos por onde podem abarcar tudo.

Furtam pelo modo imperativo, porque, como têm o mero e misto império, todo ele aplicam despoticamente às execuções da rapina. Furtam pelo modo mandativo, porque aceitam quanto lhes mandam: e, para que mandem todos, os que não mandam não são aceitos. Furtam pelo modo optativo, porque desejam quanto lhe parece bem e, gabando as cousas desejadas aos donos delas, por contesta, sem vontade, as fazem suas. Furtam pelo modo conjuntivo, porque ajuntam o seu pouco cabedal com o daqueles que manejam muitos; e basta só que ajuntem a sua graça para serem quando menos meieiros na ganância. Furtam pelo modo potencial, porque, sem pretexto nem cerimônia, usam de potência. Furtam pelo modo permisivo, porque permitem que

outros furtam; e estes compram as permissões. Furtam pelo modo infinitivo, porque não tem fim o furtar com o fim do governo, e sempre lá deixam raízes, em que se vão continuando os furtos. Estes mesmos modos conjugam por todas as pessoas, porque a primeira pessoa do verbo é a sua; as segundas, os seus criados; e as terceiras quantas para isso têm indústria e consciência.

Furtam juntamente por todos os tempos, porque do presente (que é o seu tempo) colhem quanto dá de si o triênio; e, para incluírem no presente o pretérito e futuro, do pretérito desenterram crimes de que vendem os perdões e dívidas esquecidas, de que se pagam inteiramente; e do futuro empenham as rendas e antecipam os contratos, com que tudo o caído e não caído lhe vêm a cair nas mãos. Finalmente, nos mesmos tempos não lhe escapam os imperfeitos, perfeitos, plusquam perfeitos e quaisquer outros, porque furtam, furtaram, furtavam, furtariam e haveriam de furtar mais, se mais houvesse. Em suma, que o resumo de toda esta rapante conjugação vem a ser o supino do mesmo verbo: a furtar, para furtar.

E, quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa, e as miseráveis províncias suportado toda a passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos, e elas ficam roubadas e consumidas.

É certo que os reis não querem isto, antes mandam em seus regimentos tudo o contrário; mas, como as patentes se dão aos gramáticos destas conjugações, tão peritos ou tão cadímos nelas, que outros efeitos se podem esperar dos seus governos? Cada patente destas em própria significação vem a ser uma licença geral in scriptis, ou um passaporte para furtar.

Dos que obram o contrário com singular inteireza de justiça e limpeza de interesse, alguns exemplos temos, posto que poucos. Mas folgaria eu saber quantos exemplos há não digo já dos que fossem justiçados como tão insignes ladrões, mas do que fossem privados do governo por estes roubos?

Pois, se eles furtam com os ofícios e os consentem e conservam nos mesmos ofícios, como não hão de levar consigo ao inferno os que os consentem? O meu Santo Tomás o diz, e alega com o

texto de São Paulo: Digni sunt morte, non solum qui faciunt sed etiam qui consentiunt facientibus (Rom., 1, 32). E, porque o rigor deste texto se entende não de qualquer consentidor senão daqueles que, por razão de seu ofício ou estado, têm obrigação de impedir, faz logo a mesma limitação o santo doutor e põe o exemplo nomeadamente nos principes: sed solum quando incumbit alicui ex officio sicut principibus terrae.

Verdadeiramente, não sei como não reparam muito os principes em matéria de tanta importância, e como os não fazem reparar os que no foro exterior ou no da alma têm cargo de descarregar suas consciências. Vejam uns e outros como a todos ensinou Cristo que o ladrão que furtá com o ofício nem um momento se há de consentir ou conservar nele.

Ouçamos agora a peroração:

Rei dos reis e Senhor dos senhores, que morrestes entre ladrões para pagar o furto do primeiro ladrão — e o primeiro a quem prometestes o paraíso foi outro ladrão, para que os ladrões e os reis se salvem, ensinai com vosso exemplo e inspirai com vossa graça a to-

dos os reis que, não elegendo, nem dissimulando, nem consentindo, nem aumentando ladrões, de tal maneira impidan os furtos futuros e façam restituir os passados, que, em lugar de os ladrões os levarem consigo, como levam, ao inferno, levem eles consigo os ladrões ao paraíso, como vós fizestes hoje: hodie mecum eris in paradiſo.

(Conferência proferida em 11 de setembro de 1997, publicada na Carta Mensal 43 (512): 27-34 de novembro de 1997.)

CRECHE DA MEDIOCRIDE

Reis Friede*

Em uma verdadeira democracia sempre prevalece o postulado fundamental segundo o qual todo o poder emana do povo (e, em seu nome, é exercido). Nesse contexto, a decisão última e derradeira a respeito, entre outros, da remuneração (no sentido amplo da expressão) dos agentes públicos e, em particular, daqueles vinculados, direta ou

indiretamente, à prestação da tutela jurisdicional (juízes, membros do Ministério Público e autoridades policiais) é de exclusiva competência do conjunto de nacionais dotados de capacidade política (cidadãos), através de uma efetiva opção livre.

Por efeito consequente, não se discute a incontestável titularidade do povo (e do conjunto da sociedade), na tradução acima descrita, para, de forma soberana, decidir, em primeira e última instância, o nível salarial (ou a própria conveniência quanto à existência de remuneração) para os integrantes da magistratura (e demais operadores públicos do direito). O que se impõe, todavia, é que essa decisão seja inexoravelmente livre e consciente, — e verdadeiramente transparente a respeito de suas naturais consequências —, e não seja, portanto, um simples resultado impensado ou, mesmo, fruto de inaceitável manipulação dos meios de comunicação, muitas vezes dominados pelo simples desconhecimento ou, em certos casos, até mesmo por interesses inconfessáveis.

Não obstante não ser o nível remuneratório o único

móvel na opção final pelo ingresso na carreira da Justiça, sem dúvida esse fator exerce uma decisiva influência, contribuindo sobremaneira para a qualidade do recrutamento, particularmente em uma área profissional em que jovens de 25 a 30 anos têm oportunidades reais de auferir retribuição pecuniária mensal superior a faixa dos cinqüenta mil reais (e advogados com maior experiência na faixa entre 100 e 200 mil reais), conforme noticiou a respeitável *Gazeta Mercantil* em extensa matéria publicada em sua edição de 9 de dezembro de 1998, página 8.

Não é por outro motivo, que percebendo remuneração global próxima dos três mil reais líquidos por mês, o processo seletivo dos juízes em todo o Brasil se encontra em uma lamentável situação de insuperável comprometimento, impedindo, simplesmente, que os mais preparados venham a ter qualquer interesse em participar (como comprovam os constantes não preenchimentos de vagas oferecidas), atraindo, em regra, apenas aqueles que, sem uma chance maior de triunfo, optaram pelo abrigo seguro da atividade pública. Afinal, qual o

* Mestre e Doutor em Direito Públıco.

no dos Estados Unidos irá à falência, o que também representa a ruína do sistema econômico mundial tal como o conhecemos.

O outro câncer que está matando a economia de mercado é a relação entre desemprego e tecnologia. O desemprego que grassa em todo o mundo é provocado pela incorporação contínua de novas tecnologias aos processos produtivos. Ou seja, no capitalismo contemporâneo, os novos investimentos — e, portanto, o crescimento econômico — destroem mais postos de trabalho do que aqueles que são criados. Nesse sentido, qualificar os trabalhadores simplesmente gera um exército de desempregados de alta qualificação.

É ingenuidade romântica a idéia de que, para se resolver o problema do desemprego, é preciso acabar com a especulação e investir na produção. Ocorre que são exatamente os novos investimentos na produção que estão acabando com o emprego, substituindo trabalhadores por robôs e processos informatizados que dão ocupação a um número bastante reduzido e cada vez menor, por unidade de capital investido, de profissionais

da área de informática. Para absoluto horror dos neoliberais, isso está ocorrendo também no setor de serviços.

Com a destruição do emprego, destrói-se, é claro, o mercado consumidor e, com isso, o sistema capitalista. É o que está ocorrendo no momento.

A magnitude do desemprego em todo o planeta ainda não é completamente compreendida porque, em vários países, as estatísticas oficiais computam o emprego precário como emprego. Contudo, na verdade, o emprego precário é apenas uma forma de desemprego: o trabalhador desempregado pelo progresso tecnológico, nos países em que é restrita a cobertura do seguro-desemprego, ou morre de fome ou adere ao crime organizado ou encontra um emprego precário no setor informal, conformando-se com este e deixando de buscar uma ocupação no setor formal. E, como não está à procura de um emprego formal (apesar de não ter um), entra no cômputo de certas estatísticas oficiais como empregado.

O sistema capitalista contemporâneo gera, portanto, de forma irreversível, desemprego e exclusão social crescentes, pela destrui-

ção de postos de trabalho mais do que proporcional à sua criação, inclusive no setor de serviços, e um mercado consumidor cada vez menor.

Nas planilhas dos neoliberais, os desempregados simplesmente deixam de existir. Mas, como eles não morrem — pelo menos não imediatamente —, alimentam o crescimento de fenômenos sociopolíticos que os neoliberais são incapazes de compreender. Tais fenômenos variam segundo as especificidades locais de cada região do globo atingida pela praga da exclusão social. Assim, na América Latina, o desemprego e a exclusão social engrossam as fileiras do crime organizado, com a formação do Estado paralelo do narcotráfico. Na Europa Ocidental, crescem os movimentos neofascistas, os quais, na sua irracionalidade, culpam os imigrantes pelo desemprego. Nos países muçulmanos, explode o fundamentalismo islâmico, atacando tudo o que é ocidental, o que é irônico num momento em que a mão-de-obra do Terceiro Mundo, para as grandes empresas transnacionais do Ocidente, já não serve nem mesmo para ser explorada.

O problema do desemprego deve ser resolvido num foro de nível mundial que possa engendrar — e fazer cumprir — uma redução das jornadas de trabalho em todo o planeta sem uma concomitante redução salarial. Ou seja, a saída para se salvar o capitalismo é a promoção, em nível mundial, da maior redistribuição de ren-

da da História, de modo a se preservar o mercado consumidor que hoje está sendo destruído pelo desemprego tecnológico.

Com relação à perspectiva de colapso dos mercados de capitais globalizados, urge que sejam criados organismos internacionais capazes de regular o fluxo de capitais voláteis que circu-

lam pelo planeta a uma velocidade alucinante e, quem sabe, uma genuína autoridade monetária mundial que controle as cotações das moedas de todos os países, impedindo que, nos livres mercados de câmbio do sistema capitalista, elas flutuem ao sabor dos caprichos dos especuladores.



Nota aos Assinantes



Periodicidade da Revista

A *Defesa Nacional* dispõe de duas fontes de recursos financeiros principais: as assinaturas e a publicidade.

As assinaturas, apesar de permanentemente estimuladas, jamais conseguiram, por si só, atender às necessidades de custeio da revista, enquanto a publicidade, oriunda, sobretudo, de empresas estatais, foi diminuindo sua participação a partir de 1984, até tornar-se crítica com o programa de privatizações governamental em curso. Por sua vez, o ajuste fiscal em andamento tem reduzido a capacidade de apoio que a Biblioteca do Exército sempre lhe tem prestado.

Como decorrência, em face de tais circunstâncias, a periodicidade da revista passa a ser quadrimestral, a partir do corrente ano de 1999 e até que se reequacione o problema de custeio de sua publicação.

INFORMAÇÕES

MOVIMENTO BANDEIRANTE COMPLETA 80 ANOS NO BRASIL

(Um Movimento que ajuda crianças e jovens a desenvolverem seu potencial máximo como responsáveis cidadãos do mundo)

O Movimento Bandeirante iniciou-se na Inglaterra, em 1909, criado por Lord Robert Baden-Powell, coronel inglês que defendeu Mafeking, na África do Sul, durante a guerra em 1899. Com suas experiências militares e de treinamento de jovens, lançou uma série de publicações destinadas ao público infanto-juvenil. Em 1909 promoveu uma reunião de jovens (meninos) que utilizavam suas idéias de treinamento e exploração no Palácio de Cristal. Foi com grande surpresa que viu algumas irmãs desses meninos reivindicarem um Movimento com características próprias destinado a elas. Com a ajuda de Agnes Baden-Powell, sua irmã, Robert Baden-Powell fez surgir o Movimento Bandeirante na Inglaterra, o qual, mais tarde, com a colaboração de Lady



Olave Baden-Powell, sua mulher, espalhou-se pelo mundo.

A Associação Mundial de Bandeirantes (*World Association of Girl Guides and Girl Scouts*—WAGGGS) é reconhecida pela ONU como uma das maiores organizações de educação de crianças e jovens em todo o mundo, com 10 milhões de membros em mais de 136 países.

No dia 13 de agosto de 1919, onze jovens faziam a primeira promessa bandeirante em território brasileiro. Precisamente nessa data, surgia, na cidade do Rio de Janeiro, uma Instituição que marcaria sua existência formando cidadãos mais conscientes e ativos na sociedade, a *Federação de Bandeirantes do Brasil* (FBB).

Hoje, o Movimento se encontra presente em dezenas de estados da federação (Roraima, Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e, ao longo destes oitenta anos, já contou com a participação de mais de um milhão de brasileiros. Entre eles, pessoas publicamente conhecidas, como Maria Clara Machado, Marieta Severo, Laura Constância Austregésilo de Athayde Sandroni, Leda Nagle, Cláudia Gimenez, Maria Bethânia, Maria Julietta Drummond de Andrade, Regina Casé, Patrícia Travassos etc.

O Movimento Bandeirante tem um método de edu-

cação baseado na vida em pequenos grupos divididos por faixas etárias, na convivência entre jovens e adultos, na adesão a um compromisso pessoal e respeito a valores éticos, na convivência com a natureza, na busca constante de sua progressão, na simbologia característica do Movimento, no serviço comunitário e na educação pela ação.

O Programa Bandeirante de cada faixa etária (ou *ramo*, como é chamado no bandeirantismo) está dividido em seis áreas estratégicas. Cada área contém objetivos educativos progressivos e atividades dinâmicas e criativas para o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes nas crianças e jovens. Essas atividades levam à descoberta e ao desenvolvimento da capacidade de atuar em equipes, bem como o poder de liderança. Elas despertam, no jovem, o interesse pela realidade do seu país e do mundo, favorecendo uma participação ativa e responsável.

As seis áreas dos Programas Educativos Bandeirantes são:

- *Bandeirantismo e Habilidades* — cujos objetivos proporcionam um conhecimento e vivência do conteúdo e da prática do



Bandeirantismo, para o engajamento através da Promessa Bandeirante, para garantir a unidade de princípios da ação e da imagem institucional e a vinculação com a Associação Mundial, assim como o desenvolvimento de habilidades físicas motoras e de comunicação.

- *Cultura e Atualidades* — cujos objetivos propor-

cionam o conhecimento, a experimentação e o desenvolvimento de atitudes e aptidões para a formação do senso crítico, estético e do espírito criativo. Procura despertar o interesse por outras culturas e pelas manifestações culturais à sua volta, assim como ampliar conhecimentos como forma de integração na comunidade.

- *Participação na Comunidade e Serviço* — essa área procura estimular a integração social, afetiva e a assimilação de valores tais como solidariedade, responsabilidade, justiça, respeito aos direitos dos demais, através da prestação de serviços comunitários.

- *Convivência e Amizade* — incentiva o convívio em harmonia nas relações interpessoais. Promove o respeito às diferenças, amplia as relações de amizades e o conhecimento de novos amigos e exercita a liderança e a participação em coletividade.

- *Saúde e Meio Ambiente* — crianças e jovens são estimulados a conhecer aspectos importantes para sua

saúde, segurança e formação de hábitos saudáveis de vida. Aprendem a conviver em harmonia com o meio ambiente: conhecendo-o, amando-o e preservando-o.

- *Cidadania* — proporciona a participação coletiva, levando os jovens a assumir responsabilidades e a conhecer seus direitos e deveres. O respeito a outras pessoas, suas tradições, simbologias e o bem comum também são aspectos abordados nessa área.

O Movimento Bandeirante trabalha com crianças e jovens divididos em quatro faixas etárias para desenvolvimento dos Programas: *Ramo Ciranda* — 6 a 8 anos; *Ramo B1* — 9 a 11 anos; *Ramo B2* — 12 a 14 anos; *Ramo Guia* — 15 a 18 anos.

A partir dos 18 anos, os jovens e adultos poderão integrar o Movimento como coordenadores dos Grupos, membros de diretoria ou apoio na realização de atividades ou projetos.

Os valores do Movimento Bandeirante para educa-



Ser Bandeirante...

1 — É merecer confiança.

2 — É ser leal e respeitar a verdade.

3 — É servir ao próximo em todas as ocasiões.

4 — É valorizar a estima e amizade.

5 — É ser amável e cortês.

6 — É ver Deus na criação e preservar a natureza.

7 — É saber obedecer.

8 — É enfrentar alegremente todas as dificuldades.

9 — É usar recursos com sabedoria.

10 — É agir, pensar, ser coerente com os valores éticos.

ção de crianças e jovens são traduzidos através de um código ético de comportamento (*Código Bandeirante*) e um compromisso pessoal (*Promessa Bandeirante*) assumido por cada integrante do Movimento e que se expressam da seguinte maneira:

- Promessa Bandeirante: *Prometo, sob a minha palavra de honra, que farei o melhor possível para:*

Ser leal a Deus e à minha Pátria;

Ajudar o próximo em todas as ocasiões;

Obedecer o código Bandeirante.

- Código Bandeirante:

Muitos anos se passaram desde 1919, mas, com espírito de luta e dedicação, a Federação de Bandeirantes do Brasil (FBB) cresceu, ocupando, hoje, seu lugar como uma instituição de educação não formal, aberta a crianças, jovens e adultos de ambos os sexos.

Atualizada com as preocupações mundiais, a FBB vem trabalhando em benefício das comunidades neces-

sitadas, através do desenvolvimento de inúmeros projetos, tais como: a busca pela paz mundial, cidadania ativa, promoção do voluntariado, preservação do meio ambiente, combate às DSTs e à AIDS, preocupação com alimentação e nutrição saudáveis, defesa dos direitos das crianças e adolescentes, mobilização para com problemas sociais, alfabetização e preservação da cultura, entre muitos outros.

A Federação de Bandeirantes do Brasil, preocupada em atender a cada vez mais crianças e jovens está disposta a, em conjunto com ONGs, OGs, escolas, clubes, associações de bairros, conselhos municipais e estaduais etc, ampliar sua área de atuação e abrir Grupos e Distritos Bandeirantes em locais que até agora não os tenham em funcionamento. Para isso, organizações, instituições e empresas interessadas podem procurar a sede regional ou nacional da Federação de Bandeirantes do Brasil.

E, para comemorar o 80º aniversário do Movimento Bandeirante no Brasil, a Federação de Bandeirantes do Brasil (FBB) organizou uma série de even-

tos que serão realizados ao longo do ano:

- um acampamento nacional que se realizará no mês de julho, em São Paulo, que reunirá os bandeirantes de todos os estados brasileiros e de países convidados;

- lançamento de cartões telefônicos comemorativos;

- projeto histórico do Movimento, desde a sua fundação até os dias atuais, incluindo a edição de um livro histórico e *CD-rom*;

- um coquetel a ser realizado em agosto, na sede nacional do Movimento, no Rio de Janeiro;

- encontros Bandeirantes via Internet e rádio amador;

- cadastramento de todos os bandeirantes que participam atualmente da Instituição, para a edição de um catálogo e distribuição de placas comemorativas;

- lançamento do Projeto de Expansão do Movimento Bandeirante.

Como participar e apoiar o Movimento Bandeirante

Instituições podem: apoiar a abertura de novos Grupos e Distritos Bandeirantes em benefício da comunidade local; promover e apoiar atividades ligadas a áreas

afins de trabalho, em conjunto com a FBB no âmbito local; e ajudar a divulgar o trabalho que o Movimento Bandeirante (MB) realiza para a comunidade e outras instituições afins.

Pais e familiares podem: conhecer o trabalho educativo do MB e levar seus filhos a se interessarem pelo Movimento; apoiar as atividades promovidas pelo MB e contribuir para o desenvolvimento das mesmas; e ajudar a divulgar o trabalho que realiza o MB para sua família e conhecidos.

Profissionais podem: apoiar as atividades promovidas pelo MB e dar sua contribuição como profissionais; e ajudar a divulgar o trabalho que realiza o MB para sua família, conhecidos e clientes.

Empresas podem: abrir Grupos e Distritos Bandeirantes para os filhos dos seus funcionários; incentivar os funcionários e seus filhos a conhecerem e participarem do MB; patrocinar os Projetos Comunitários realizados pela FBB; e ajudar a divulgar o MB para a comunidade e para seus clientes.

Crianças, jovens e adultos podem: conhecer o trabalho que o MB realiza e

integrar-se em Grupos Bandeirantes; apoiar as atividades promovidas pelo MB e dar sua contribuição pessoal; e divulgar o MB para seus amigos e conhecidos.

A Federação de Bandeirantes do Brasil acredita que investir na educação de crianças e jovens, transformando-os em cidadãos mais participantes, certamente contribui para a formação de adultos mais conscientes de seu papel na sociedade e convictos quanto à importância de sua participação na melhoria da sociedade em que vivem.

Maiores informações sobre o Movimento Bandeirante poderão ser obtidas nas Federação de Bandeirantes do Brasil, Av. Marechal Câmara, 186 – 5º andar – CEP: 20020-080 – Rio de Janeiro-RJ – Tel.: (021) 240-9220 – Fax: (021) 532-3292 – E-mail: fbb@bandeirantes.org.br – <http://www.bandeirantes.org.br>

Texto encaminhado à redação de A Defesa Nacional pela Federação de Bandeirantes do Brasil (FBB)

UM POVO SUBJUGADO

Os curdos são muçulmanos não-árabes, do ramo sunita do islamismo (o outro é o xiita, predominante no Irã), que falam uma língua próxima do persa e vivem num território que abrange o sudeste da Turquia (cerca de 15 milhões de curdos, um quarto da população do país), o nordeste da Síria, o norte do Iraque e o noroeste do Irã. A população curda é estimada em 25 milhões. Seu país — o Curdistão — oficialmente não existe. Espalhados e per-

seguidos em terras ricas de petróleo reivindicadas pela Turquia, pelo Iraque, pelo Irã e pela Síria, nos últimos 10 anos deram início à gran-

de fuga para a Europa.

Até 1996, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), os curdos eram 500 mil na Alemanha, 100 mil na França, 80 mil na Áustria, 15 mil na Bélgica, 15 mil na Suíça e 8 mil na Itália, mas são numerosos na Inglaterra e na Escandinávia. Ainda de acordo com o Acnur, em 1997 cerca de 225 mil novos pedidos de asilo político foram apresentados por curdos a países da União Européia. No total, seriam entre 600 mil e 1 milhão de refugiados.

SALADINO — o historiador da Grécia Antiga, Xenofonte, já mencionava os curdos em 400 a.C. Saladino, o líder islâmico

O Curdistão



que combateu os cruzados cristãos no século XII, era um curdo. A história dos curdos é a história de um povo subjugado, reprimido, vítima de promessas quebradas e acordos fracassados. Irã, Iraque e Turquia sempre resistiram à criação de um Estado curdo, e as potências ocidentais nunca se interessaram em ajudá-los a criá-lo.

O nacionalismo curdo começou a se manifestar após 1890, quando o Império Otomano chegava ao fim. O Tratado de Sèvres, assinado em 1920, que dividia a Turquia, por ter se aliado à Alemanha na Primeira Guerra Mundial, prometeu independência aos curdos. Dois anos depois, o líder turco Kemal Ataturk fundou a República da Turquia e rompeu o tratado. Várias rebeliões curdas foram esmagadas. Os curdos só retomaram a luta na Turquia em 1984, quando o Partido dos Trabalhadores Curdos, liderados por Abdula Ocalan, pegou em armas.

Na época, os curdos da Turquia não eram reconhecidos como um povo nem

tinham direito de falar a própria língua em público — o que passou a ser permitido em 1991. Mas ainda hoje é proibido ensinar, publicar livros e jornais e fazer transmissões de rádio e TV em curdo.

O PKK de Abdula Ocalan, que teria hoje aproximadamente 10 mil guerrilheiros e 50 mil militantes, é acusado pelo governo da Turquia de ter causado a morte de 30 mil pessoas (a maioria guerrilheiros e civis curdos da Turquia).

O grupo de Ocalan tem bases de apoio e treinamento na Síria, onde o líder aparentemente vivia desde 1989. A Turquia destina 10% de seu orçamento ao combate ao PKK, executando com brutal política de terra arrasada. O PKK ainda tem sustentação política na Europa (seus simpatizantes seriam 500 mil), que incluem a operação de uma estação de TV em Londres e um *parlamento no exílio* em Bruxelas. Onde quer que estejam, muito organizados, mostram-se dispostos a protestar até a morte em favor de seu líder.

No Irã, várias rebeliões curdas foram derrotadas, mas, em 1946, a minoria conseguiu criar, com apoio soviético, a República de Mahabad, que só durou um ano, esmagada pela monarquia iraniana.

IRAQUE — após a Segunda Guerra Mundial, o líder curdo Mustafá Barzani manteve luta incessante contra o governo do Iraque. Em 1970, conquistaram o direito à língua e à autonomia do governo de Bagdá nas áreas curdas. O acordo caiu quando o campo produtor de petróleo de Kirkuk foi retirado do Curdistão. Em 1974, já em guerra aberta contra Bagdá, uma ofensiva iraquiana enviou 130 mil refugiados curdos para o Irã. A rebelião foi derrotada, quando o Irã retirou sua ajuda aos curdos em troca de concessões de terra do Iraque na área do Canal de Shatt al-Arab. A reviravolta no Irã após a revolução de 1979 permitiu que os curdos ganhassem uma área desmilitarizada, mas isso durou pouco.

Em março de 1988, quando 5 mil curdos iraquianos

morreram na cidade de Halabja envenenados por gás num ataque de Bagdá, o mundo se mexeu um pouco para ajudar a minoria. Depois da Guerra do Golfo, em 1991, o norte do Iraque saiu do controle de Bagdá. Na região, os jatos americanos alegadamente protegem a região curda, nas zonas de exclusão de vôo, vistas por Washington como úteis contrapesos para o presidente Saddam Hussein.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 16.02.1999.)

AMÉRICA LATINA OU IBERO-AMÉRICA?

Manuel Cambeses Júnior*

Não existe consenso com relação ao termo América Latina. Para alguns autores como Arturo Ardao, em sua obra *Genesis de la Idea y el Nombre de América*, e Ignácio Hernando de Larramendi, em seu livro *Utopia de La Nueva América*, correspondeu ao colombiano José

Maria Torres Caicedo utilizar, pela primeira vez, esse conceito, no século XIX. De acordo com Leopoldo Zea, em seu trabalho *Latino-america Tercer Mundo*, foi o acadêmico francês L. M. Tisserand quem batizou esse termo, em um artigo publicado na revista *La Revue des Races Latines*, em 1861. Para Fernando Del Paso, em seu livro *Notícias del Império*, a noção de América Latina foi originária de Michel Chevalier, ideólogo da teoria *pan-latina*, de Napoleão III. Finalmente, o escritor chileno Miguel Rojas Mix afirma que foi seu compatriota Francisco Bilbao o primeiro a utilizar a expressão América Latina, em uma conferência realizada em Paris, no ano de 1856.

Analizando o quebra-cabeças anteriormente explicitado, parece que, efetivamente, foi Francisco Bilbao quem, pela primeira vez, utilizou esse conceito. O mesmo seria retomado por Torres Caicedo, figura de grande influência nos meios diplomáticos e culturais ibero-americanos de Paris, que o difundiria. De acordo com a proposição formulada por

ambos, o termo abarcava o conjunto de países colonizados por Espanha, Portugal e França na América Meridional.

As propostas de Bilbao e Caicedo caíram como anel no dedo das ambições imperialistas que a Corte de Napoleão III mantinha com respeito a essa parte do mundo. Efetivamente, muito além da conquista do México, a França napoleônica aspirava transformar países como Guatemala, Equador e Paraguai em monarquias dependentes da Corte das Tullerias. É importante destacar que, nessa época, as grandes capitais européias buscavam projetar seus impérios por todo o planeta. Se bem que a Ibero-américa havia se apresentado, até esse momento, como uma região vedada aos instintos imperialistas europeus, graças a Doutrina Monroe, o caos em que se achava mergulhado os Estados Unidos devido à guerra civil, havia aberto as portas da região.

Pra dar alguma legitimidade a suas aspirações hegemônicas sobre a Ibero-américa, a França necessitava de um nexo de identida-

* Coronel-Aviador. Membro do Corpo Permanente da ESG.

de com a região. A tese *pan-latina*, que tinha como ideólogo Michel Chevalier, constituiu a via natural para isso. Assim, como no futuro surgiria uma tese *pan-americana* sobre a qual se estruturaria a vinculação entre os Estados Unidos e os países ao sul do Rio Grande, nesse momento dava-se ênfase à tese francesa. A mesma amalgamava, sob uma identidade comum, os países latinos situados em ambos os lados do Atlântico. Como bem assinalou Napoleão III, em uma célebre carta escrita em junho de 1862: *se, com o apoio da França, se consolida um governo estável no México, teremos devolvido à raça latina, do outro lado do oceano, sua força e seu prestígio, garantindo a segurança de nossas colônias nas Antilhas.*

Coube a Tisserand, acadêmico chegado à Corte Napoleônica e seguidor da tese de Chevalier, oficializar o termo América Latina, ao batizá-lo em famoso artigo de sua autoria.

Em 1865, chegou ao fim a Guerra de Secesão estadunidense, com a vitória do Norte e a consolidação da

União. A partir desse momento, a vida nessa parte do planeta voltou a restabelecer-se, e passou a colidir com qualquer ambição imperialista proveniente da Europa. Por sua vez, o regime de Napoleão III veio abaixo, como resultado de seu confronto com a Prússia, em 1870. Muito curiosamente, a denominação América Latina sobreviveu a esses problemas e terminou sendo adotado como novo símbolo de identidade regional. É certo que muitos intelectuais da época se oprimiam ao conceito emergente, como é o caso do chileno José Víctorio Lastarria que, veementemente, falava do *absurdo de sermos latinos*. Não obstante, dada sua origem e conotações imperialistas, resultou surpreendentemente a pouca resistência e fácil assimilação que encontrou o termo. A razão disso podemos encontrá-la em uma potente corrente intelectual que buscava desfazer-se de tudo quanto nos identificasse com o nosso passado ibérico. Não há como esquecer, entretanto, que, desde o momento em que se consolidou a independência em países da região, as aspirações de moderniza-

ção tenderam a afirmar-se em contraposição à herança ibérica, determinando uma nova corrente de pensamento nestas plagas. Ademais, o fim da era de Napoleão III coincidiu com o surgimento, em nossa América, de um poderoso movimento positivista. Este buscou romper definitivamente com as matrizes culturais e políticas, as quais eram identificadas com a anarquia e a *barbárie* para afiançar as noções de ordem e progresso. É o momento em que os intelectuais, deslumbrados pelo exemplo dos Estados Unidos e pelas idéias que circulavam em Londres e Paris, buscavam recriar a América Ibérica sobre novas bases. O conceito de América Latina que nos apresentava diretamente com as matrizes civilizatórias ocidentais, circundando a Portugal e Espanha, teria por força que ser bem recebido.

Dessa maneira, curiosamente, nos transformamos em latino-americanos relegando argumentos muito mais convincentes de nossa origem ibero-americana.



LIVROS

A GUERRA DO FUTURO

Com a desintegração da União Soviética e o consequente término da Guerra Fria, ganhou o planeta nova fisionomia. Deu-se a irreversível globalização e, em algumas regiões, paradoxal fragmentação, lançando o mundo em selvagem competitividade pela busca de mercados, com acentuada vantagem para as superpotências, nítida desvantagem para os países emergentes e inequívoca condenação das nações subdesenvolvidas fornecedoras de matéria-prima a *reserva de caça* dos vorazes predadores da *aldeia global* de McLuhan.

A década dos 90, predominantemente norte-americana, marcou o advento da esmagadora hegemonia dos EUA, que deve perdurar pelo terceiro milênio, ao contrário das expectativas de tornar-se o século XXI a era do Pacífico. Os EUA assumiram a liderança mundial graças à pujança de sua economia, aliada aos surpreendentes avanços científico-tecnológicos aplicados à arte da guerra *high tech*. A decentada RMA (*Revolution in*



Military Affairs) acontece sem competidor no cenário internacional, sendo capaz de arcar com os grandes investimentos exigidos em P&D para fabricação de material bélico de qualidade e na quantidade similar, ou superior, ao produzido pelos arsenais norte-americanos. Desta forma, os EUA ficaram senhores absolutos da arena.

Nova doutrina com novas táticas para um novo exército está em processo.

Ainda que algum país, ou coalizão, ousasse ameaçar os interesses vitais dos EUA ou controlar matérias-primas por ele consideradas estratégicas ou indispensáveis, teria os complexos industriais ou centros produtores im-

diatamente detectados e destruídos maciçamente e com precisão, em face da assustadora superioridade tecnológica das armas norte-americanas, como ficou demonstrado nos últimos ataques aéreos efetuados contra o Iraque e a Sérvia.

Ademais, o poder aeronaval norte-americano fez dos EUA a única potência em condições de projetar a sua força em qualquer parte do globo terrestre, a qualquer momento e de qualquer modo. As forças-tarefas da *U. S. Navy* organizadas em torno de gigantescos navios aeródromos, protegidas por numerosa frota de moderníssimos submarinos, mísseis de longo alcance e aeronaves supersônicas invisíveis às telas de radar permitem aos EUA controlar, efetivamente, as principais rotas marítimas, através das quais se efetua o grosso do comércio mundial.

Apesar de a ocorrência de conflitos globais e prolongados estar afastada de cogitação, dada a inexistência, no momento, de quem possa desafiar o poder econômico-militar-tecnológico dos EUA, analistas prevêem a continuação e a eclosão de inúmeros outros conflitos

bélicos durante o século vindo. A tendência é que proliferarão conflitos de baixa intensidade e limitados, com objetivos específicos, internos e entre Estados, mas empregando letais e sofisticados engenhos de destruição. Tais perturbações da *nova ordem mundial* provocarão a intervenção do gendarme global — os EUA — sob a bandeira de organismos internacionais para *imposição da pax americana*.

Não faltarão pontos de atrito ou áreas de fricção comprometedores da estabilidade mundial. Alguns cenários se esboçam levantando o espectro das intervenções que os EUA poderão vir a realizar de alguma forma. Por exemplo: a tomada à força de Formosa pela República Popular da China; a reunificação da Coréia através das armas; o controle de matérias-primas estratégicas pelo Japão; a mudança de regime na Rússia, seguida de ameaça aos vizinhos; a troca de tecnologia nuclear e de satélites de um país por exploração de recursos naturais em outro; risco de perda de controle das reservas petrolíferas na Arábia Saudita e no Golfo Pérsico; agravamento da situação in-

teriora de Angola, da Colômbia e do México, colocando em perigo interesses vitais de Tio Sam.

Contudo, os EUA são passíveis de não saírem vitoriosos em todas as intervenções que venham a empreender pelo mundo a fora, até mesmo contra adversários em inferioridade de meios. O exame de alguns casos históricos comprova como países militarmente fracos podem enfrentar adversários poderosos e levar a um impasse que crie condições de tirar vantagens na mesa de negociações.

Vale recordar, pois, a Revolta Árabe conduzida por Lawrence contra os turcos e seus aliados alemães no deserto, imobilizando-os no Oriente Médio, durante a Primeira Guerra Mundial; a Guerra dos Bôeres (1895-1902), travada entre o Império Britânico — a potência militar dominante da época — e as pequenas repúblicas do Estado Livre de Orange e do Transval, no sul da África; o desfecho da esquecida Guerra da Coréia; as campanhas de Mao contra o Kuomintang na China; a derrota imposta por Giap aos franceses na Indochina e ao colosso norte-americano no Vietnã; e o revés sofrido pe-

las tropas dos EUA na Somália.

O maior ensinamento tirado da leitura de *A Guerra do Futuro* é que os EUA — após a dolorosa e malograda experiência da luta contra a guerrilha no Vietnã e, mais recentemente, o desastre verificado na Somália — temem se engajar em prolongados conflitos armados, que gerem desgastes, com desproporcionais custos financeiros e de vidas humanas. Assim, no caso de um país fraco vir-se na contingência de enfrentar o incontestável poderio militar norte-americano, só resta apelar para a estratégia da dissuasão preconizada por Sun Tzu, há cerca de 400 anos antes de Cristo, firmando alianças e explorando as vulnerabilidades do oponente.

Eis a síntese do que encontrará o leitor nos treze capítulos que compõem esta interessante obra. Nela são descritas, sumariamente, as operações levadas a efeito, é analisada a doutrina empregada e assinalado o resultado alcançado nos casos históricos apresentados. O texto, escrito em estilo agradável e linguagem clara, precisa e simples, torna a leitura deste *pequeno grande li-*

vro atraente e instrutiva. A *Guerra do Futuro* é rico de valiosas lições para o porvir, que induzem à meditação.

O autor, Bevin Alexander, especialista em Estratégia, participou da Guerra da Coréia como chefe do 5º Destacamento de História Militar do Exército dos Estados Unidos. Os estudos realizados por ele nos campos de batalha são mantidos no acervo do Arquivo Nacional, em Washington, D.C. Atualmente, leciona História no *Longwood College* e reside em Brevo Bluff, Virgínia, EUA, onde se dedica à criação de gado e a escrever.

Alexander é também autor de *Korea: the first war*

we lost, the Strange Connection: U.S. intervention in China — 1944-1972, Lost Victories: the military genius of Stonewall Jackson e How Great Generals Win.

Em *A Guerra do Futuro*, analisa o potencial militar dos EUA e como poderá ser melhor empregado, além de conjecturar sobre como serão os conflitos no porvir, a quem caberá a vitória e quando deverão os ianques intervir ou permanecer neutros. Em complemento, relaciona farta bibliografia atualizada para melhor conhecimento do fenômeno da guerra, particularmente de guerrilha, que merece figurar nas estantes das bibliotecas temáticas sobre os con-

flitos bélicos de ontem e de amanhã.

A Biblioteca do Exército Editora tem a satisfação de lançar, em língua portuguesa, *A Guerra do Futuro*, quatro anos depois de publicada pela W. W. Norton, em Nova York, convicta da validade da citação de Lorde Keynes, com que o autor começa sua introdução — *O inevitável jamais acontece. É sempre o inesperado.*

*L. P. Macedo Carvalho
Coronel de Artilharia e
Estado-Maior
Presidente do IGHMB*



**NENHUM VENTO SOPRA A FAVOR DE
QUEM NÃO SABE PARA ONDE IR.**

(Sócrates)

ADIANTE DA HONRA VAI A HUMILDADE

(Salomão)

DESTAQUES DA IMPRENSA

REABERTURA DO CASO RIOCENTRO PREOCUPA EXÉRCITO

Ministro reclama "falta de reciprocidade no abandono de ressentimentos"

Brasília — O ministro do Exército, General Gleuber Vieira, disse, em entrevista ao *Estado*, que inquieta os militares a tentativa de reabertura do inquérito que apurou a explosão da bomba no Riocentro. *Inquieta na medida em que nós não vemos reciprocidade no abandono de ressentimentos e discordâncias*, afirmou Vieira, ao acentuar que, reavivar fatos como o do Riocentro, não traz benefícios a ninguém. O ministro assegurou, no entanto, que qualquer decisão que seja tomada pelo Ministério Público será rigorosamente cumprida pelo Exército, sem questionamentos. Ou seja, o Exército não vai impedir ou se mobilizar para evitar que o inquérito seja reaberto.

O general não acredita, porém, que o País esteja correndo riscos com os trabalhos dos CPIs do Sistema Financeiro e do Judiciário. Segundo o ministro, as CPIs não trazem instabilidade. Ele acredita que qualquer que seja o resultado das comissões, o que

veio à tona foi a fragilidade ética do País. *Do ponto de vista militar, uma sociedade enfraquecida em sua auto-confiança, sua confiança nas instituições, é indesejável porque enfraquece a estabilidade social*, comentou.

A criação do Ministério da Defesa, de acordo com o ministro, não é mais assunto para ser discutido. *Isso é fato consumado*. Ele disse ainda que o Exército acompanha a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) porque se houver perturbação da lei e da ordem, de forma que a segurança pública não consiga solucionar, o problema torna-se seu. Para ele, a grande questão é a transformação de um justo anseio social, que é a posse da terra, em motivação para aspirações políticas radicais.

São estes os principais pontos da entrevista:

- *Previdência* — Esse é o assunto que mais inquieta, sob o ângulo do reflexo que teria para a remuneração da categoria. Não que os militares sejam contra o desconto. Mas estão preocupados em saber até que ponto isso pode comprometer ainda mais a limitação salarial.

- *Salário* — A tropa está bem, mas os salários estão baixos. E eu me pergunto: é o

momento de discutir isso? Claro que é inoportuno.

- *Riocentro* — Esse assunto inquieta na medida em que não vemos reciprocidade no abandono de ressentimentos e discordâncias. Nós nunca pensamos em pedir reabertura de inquérito envolvendo personalidades da vida nacional de hoje que, no passado, estiveram envolvidos em assalto a bancos, seqüestros, assassinatos, e em atos de terrorismos. Nós não cogitamos pedir a reabertura do inquérito nem mesmo quando uma dessas personalidades declarou que sabia quem tinha posto uma bomba no aeroporto do Recife. (O ministro não quis citar nomes mas, neste caso, referia-se a Herbert de Souza, o Betinho, criador da campanha de combate à fome.) Então, o problema não é buscar culpados, mas reavivar um assunto que não trará benefício para ninguém.

- *Reações* — Não creio que chegue ao ponto de haver manifestos de militares. É difícil, nas circunstâncias em que vivemos hoje, julgarmos os atos praticados há vinte anos, por todas as partes que estiveram envolvidas. Da mesma maneira como é difícil para os que viveram aquele clima compreender o tratamento que se dá hoje às ques-

tões. O que me parece é que ainda existe os que hoje, numa nova conjuntura, querem tratar os fatos como eram encarados há vinte anos. Mas isso não vai desestabilizar a Força.

• *MST* — Acho que a grande questão é a transformação de um justo anseio social, que é a posse da terra, em motivação para aspirações políticas radicais. Enquanto a primeira forma é justa e bem-vinda, admissível, a segunda é inoportuna e condenável. A nossa posição nesse caso, no entanto, continua sendo a de observador. Mas é claro que, no momento em que isso se transforme num vetor de perturbação política e social, passa a ser um motivo de preocupação para o Exército. Preocupa por causa da nossa missão de manutenção da lei e da ordem, que pode chegar a extremos e até ultrapassar a capacidade dos elementos de segurança pública.

• *Justiça militar* — É fundamental, mas acho razoável que se façam os aperfeiçoamentos cabíveis para modernizá-la. Os juízes precisam ter um domínio da vida militar, os seus valores, suas peculiaridades para entender os processos e fazer um julgamento compatível. Outra coisa importante com a Justiça Militar é a territorialidade. Se nós vamos para Angola, nós

levamos uma fração de audição. Se a gente entra em operação, tem uma corte marcial para funcionar, ou o equivalente a uma corte marcial, mas a Justiça Militar está sempre presente para julgar os crimes militares no momento.

• *CPI* — Em primeiro lugar, vou até me valer de uma citação de jornal, que ouvi recentemente, segundo a qual o Brasil está sofrendo uma crise de ética. O que me preocupa é o fato de a gente ir constatando uma queda no sentido de ética, de honra dentro sociedade. Não estou julgando o mérito que está sendo discutido nessas comissões de inquérito. Qualquer que seja o resultado, veio à tona essa fragilidade ética do País, seja verdadeira ou não.

• *Conseqüências* — Um indivíduo pobre, ou mesmo classe média, fica mais vulnerável a uma cooptação ao crime organizado. Aqui entre nós, dizem eles, se o pessoal lá de cima rouba, por que não posso também? Quer dizer, a sociedade fica enfraquecida para as cooptações de ilícitos de qualquer natureza.

• *Confronto de Poderes* — Não acredito nisso. O Brasil é um país que convive com problemas, e sempre se saí bem deles. Acho que isso é crise de adolescência. Adolescência, por ser um país novo, de apenas 500 anos,

que ainda está aprendendo a ser adulto.

• *Preocupações* — Nos preocupa o ritmo de modernização da Força, até que ponto ficamos comprometidos com a restrição orçamentária. Todos são interessados em ter um mínimo indispensável para cumprir bem a sua missão.

• *Cortes* — Há anos estamos convivendo com cortes progressivos. Durante dois anos houve uma estabilização, e este ano os cortes voltaram a se acentuar. Os primeiros anos de cortes foram melhor tolerados, porque, de alguma maneira, nos obrigou a ter uma depuração, uma racionalização. Os mais recentes já levaram a restrições de maior profundidade, de peso na estrutura. Mas sabemos que é inevitável dentro de um crise.

• *Estratégia* — Nossa estratégia foi a seguinte: não começar novos projetos e alongar no tempo o perfil de execução dos projetos em andamento. Cortar mais, agora, só se for na estrutura da Força, e aí é preciso avaliar os riscos. Mas o que vem vigorando no Exército, nos tempos de vacas magras, é priorizar os recursos humanos, aperfeiçoando a formação do pessoal, a reciclagem ao longo da carreira, as especializações, dando uma visão

moderna de gestão estratégica, de administração de pessoal.

• *Ministério da Defesa* — Isso é fato consumado. Que traga melhor organização, melhor estruturação para o ministério. O importante não é fazer rápido ou devagar, é fazer bem, com prudência.

• *Armas* — O problema é de segurança pública, Polícia Federal e Estado. Interessa ao Exército, como um expectador que deseja que as coisas se resolvam num bom nível. Se não for assim, haverá um agravamento, que irá redundar naquelas ameaças que passam a ser de competência do Exército: comprometimento da lei e da ordem. Nos interessa que não haja contrabando, que não haja narcotráfico, que o porte de arma seja controlado, que tudo venha a contribuir para atenuar a criminalidade e fortalecer a segurança pública.

• *Desarmamento* — Qualquer iniciativa que venha a provocar um desarmamento é bem-vinda. Agora, não devemos nos iludir que isso será feito por decreto ou portaria: é proibido comprar armas. É um problema muito mais complexo. Nem bem sabemos se a maior disponibilidade de armamento é na compra de comércio aqui ou se vem pelas fronteiras.

• *Drogas nas Forças* — É claro que há preocupação, porque os militares estão dentro de uma sociedade que sofre todos aqueles efeitos perniciosos da crise de ética, que mencionei. Temos defesas maiores, como nosso senso de disciplina, nossos regulamentos, nossa vigilância. Mas isso não nos faz imunes. Os desvios de conduta ocorrem. O grande problema é localizarmos esses problemas e coibi-los de imediato. Mas não estamos livres de surpresas.

• *Amazonas* — É sabido que atribuímos a prioridade para a Amazônia por ser hoje uma área questionada. E as Forças Armadas têm a capacidade de se fazer presentes lá. É preciso olhar o problema da Amazônia como um todo, profissionalmente, não emocionalmente. Que a Amazônia seja uma área cobiçada, não é de estranhar. Mas ela só se constitui em problema se nós, brasileiros, não soubermos resolver os seus problemas.

(Reprodução de matéria publicada em O Estado de S. Paulo, edição de 18 de maio de 1999, e assinada pela jornalista Tânia Monteiro.)

NO CLUBE DOS CALOTEIROS...

Não sei se será grande consolo, mas não estamos sozinhos. Estou falando de dívidas dos governos. Governos parecem que são pragas universais, insuscetíveis de cura por nenhum antibiótico político. Os Estados Unidos, por exemplo, são vistos como um país que parece ter algum juízo fiscal. Bem, *modus in rebus*. Lá pelo final do século XVIII, o governo americano arrecadaria de 1% a 2% do PIB (agora ele está empurrado com o Brasil, sugando cerca de 32%). Os estados da Federação americana tinham metade disso, mas gastavam mais do que arrecadavam e se endividavam para construir pontes e canais e outras atividades úteis (não, felizmente, para as despesas com as folhas de pagamento!). Naqueles tempos rústicos, *marajás* eram dignitários hindus, não cargos públicos.

O fato é que, no início da década de 1840, houve uma forte crise recessiva, e nove estados ficaram inadimplentes — isto é, entraram em *default*, termo inglês que soa familiar entre nós. Desses nove, quatro repudiaram no todo ou em parte as suas dívidas. Mississipi foi o grande caloteiro. Porém mesmo esta-

dos antigos, até então respeitabilíssimos, como Pensilvânia e Maryland, caíram na gandaia... Criticava-se-lhes o descuido, a covardia política (falta de coragem de cobrar mais impostos) e a imoralidade financeira. Mas o governo central não encampou dívidas dos estados perdulários. Naqueles tempos atrasados, essas práticas de tolerância caloteira ainda não eram conhecidas.

Houve um contínuo salto do endividamento, ligado quase sempre a episódios bélicos. Em 1865, com a Guerra da Secesão, a dívida ultrapassou, pela primeira vez, a casa do bilhão de dólares. A casa dos trilhões seria ultrapassada em 1981, como resultado da Guerra do Vietnã, das crises dos anos 70 e do surto do Estado assistencial (a *Great Society* do Presidente Lyndon Johnson). Hoje a dívida alcançou US\$ 5,6 trilhões, ou seja, 76% do PIB. Registrem-se, no caso americano, atenuantes ausentes no cenário brasileiro. A gigantesca dívida é voluntariamente financiada por nativos e estrangeiros a prazos longos e juros módicos e pagável em moeda nacional. No ano fiscal 1997-1998, registrou-se, pela primeira vez em muitos anos, um *superávit*, mas não se sabe se essa interrupção na escalada do endividamento é duradoura. Vejamos a escalada:

A dívida do governo dos EUA

Em US\$ milhões

Ano	Dívida	Explicação
1791	■ 75	Guerra da Independência
1816	■ 127	Efeitos das guerras napoleônicas e com a Inglaterra
1835	■ 34	Redução, com a volta ao normal
1865	■ 2.680	Guerra Civil
1890	■ 1.900	Redução, com a volta ao normal
1917	■ 5.700	Primeira Guerra Mundial
1920	■ 25.950	Efeitos da Primeira Guerra
1946	■ 269.000	Efeitos da Segunda Guerra
1964	■ 317.000	Efeitos da Guerra Fria, começo da do Vietnã
1981	■ 1.028.700	Vietnã e crises dos anos 70
1986	■ 2.125.000	Guerra Fria, armamentismo e welfare state
1998	■ 5.618.000	Cada um pense o que quiser

Há outros probleminhas que não são lá tão diferentes dos nossos. Programas federais de saúde, insignificantes em 1955, montavam, em 1975, a US\$ 20 bilhões, em 1985, a quase US\$ 80 bilhões e, em 1995, a US\$ 160 bilhões. E vinculações do orçamento federal (praga que conhecemos bem, e hoje nos torna quase ingovernáveis) atingiram, em 1973, 45% do orçamento (já consequência da *Great Society* dos democratas), e, em 1993, 61%. Prevê-se que atinjam, em 2003, 73,3%.

Mas não vamos atribuir à politicagem de uma democracia presidencialista a invenção dessa fórmula. Os ingleses, esses mesmos que agora têm o Tony Blair, em 1930 deram um calote de US\$ 12,8 bilhões nos Estados Unidos (qualquer coisa, hoje, como uns US\$ 140 bilhões). Por conta da Primeira Guerra Mundial, deixaram de ser pagos uns US\$ 30 bilhões, equivalentes hoje a mais ou menos uns US\$ 360 bilhões. E ficou por isso mesmo. Gente fina é outra coisa...

Não me interpretem mal. Não estou querendo justificar nenhuma forma de países, estados, municípios ou *pessoas físicas* darem golpe no alheio. Pretendo apenas mostrar que somos todos feitos da mesma massa humana e que ninguém nasce com a virtude já embutida. E as razões do descontrole são as mesmas. Vem ocorrendo uma lenta mudança na cultura e nos valores. Há um século e meio, os indivíduos esperavam, antes de mais nada e de si próprios, a conquista do seu lugar ao sol. Trabalho, luta, persistência. Aos poucos, porém, começou a cultura da dependência mágica: alguém (e, já que a crença em Deus amoleceu, se espera que o governo entre no lugar dele), para distribuir benesses — *graças*, na verdade, porque são dadas sem contrapartida de nenhuma obrigação. Do socialismo humanista másculo de Marx escorreu um pastoso sub-socialismo malandro do sustento gratuito. É fácil fazer dívidas e empurrá-las para as gerações futuras. Por outro lado, elas estarão herdando o fruto do trabalho acumulado.

Já sei, claro, que as circunstâncias mudaram. Temos hoje populações gigantescas, urbanizadas, fragmentadas, não mais em classes, mas em níveis de capacidade produtiva e conhecimento. E também sei que sistemas muito com-

plexos tendem a exhibir comportamentos quase periódicos e até caóticos. Mas muito dos desequilíbrios macroeconômicos que nos ameaçam não são, como vimos, privilégio especial de algum *subdesenvolvimento*. Resultam da tendência hedonística generalizada a tratar da satisfação imediata, empurrando a conta para o futuro. A medida é difícil e depende de bom senso, produto escasso ao sul do Equador...

Deixo para o fim um fato realmente sério. Nestes últimos dias, autoridades fiscais, policiais e militares da Aeronaútica organizaram uma gigantesca operação de fiscalização de bagagens de viajantes, obrigando as pessoas, depois de vôos cansativos, a esperas de horas, com revistas humilhantes até fora do local de desembarque, inclusive na estrada! (Se alguns turistas foram colhidos na malha, certamente jamais voltarão ao País). Não é preciso dizer que esse tipo de violência não tem exemplo em país civilizado algum: violação dos direitos mais elementares dos cidadãos, que, além de tudo mais, não

poderiam ter sua bagagem examinada à força depois de estarem dentro do País.

É tempo de o governo fazer uma pesquisa de opinião sobre o que o povo acha do aparelho fiscal a que está submetido. Convencer-se-ia rapi-

damente de que os impostos clássicos declaratórios de renda, vendas ou serviços não têm mais funcionalidade. Resultam em subdeclarações pelo contribuinte irritado pela magra contrapartida dos serviços, pela complexidade do sistema e pela percepção de que muitos agentes do fisco se tornaram sócios do fisco. Além de que as *declarações e notas fiscais* são relíquias artesanais na era eletrônica.

Em vez de perder tempo remendando o obsoleto, como o fez em sua proposta fiscal, o governo deveria patrocinar o projeto do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), já aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados e pronto para o plenário. Ele substituiria as contribuições sociais por um imposto de transações financeiras e os demais impostos arrecadatórios por tributação eletrônica, cobrada na fonte sobre insumos produtivos indispensáveis e consumo dispensável. Simplicidade, automaticidade e insonegabilidade devem ser as características de um sistema fiscal ajustado à era eletrônica.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 24 de fevereiro de 1999, e assinada pelo Economista e Diplomata Roberto Campos.)

SABER PERDOAR

No domingo 7 de março último, a Basílica de São Pedro esteve repleta: uma multidão, vinda especialmente da Espanha, mas também da França e da Alemanha, para a solene beatificação de uma leiga alemã, um sacerdote francês e um grupo de espanhóis da Ordem dos Agostinianos Recoletos, além de um presbítero diocesano. Alguns destes últimos exerceram o ministério sacerdotal no Brasil. Entre 25 de julho e 15 de agosto de 1936, deram suas vidas por Cristo, nas ruas de Motril, Granada. Sabendo do perigo que corriam por parte dos comunistas, na Guerra Civil espanhola, permaneceram no posto junto ao rebanho. Milhares de sacerdotes, religiosos, leigos e também bispos foram trucidados *in odium fidei*, por ódio à Fé católica, nesse período da história daquele país. Após cuidadoso exame, caso por caso, estão sendo elevados à honra dos altares diversos fiéis que deram sua existência por fidelidade ao Senhor Jesus.

A glorificação desses homens me fez refletir sobre um terrível acontecimento que hoje se transforma numa extraordinária apoteose. Na homilia da missa, celebrada pelo Santo Padre, ele assim se

expressou: *Eles não morreram por uma ideologia, mas entregaram livremente sua vida por Alguém que já havia morrido por eles.* Eram pessoas de paz, distanciadas dos debates políticos e a serviço do Evangelho. Haviam regado com o suor do seu rosto os campos apostólicos das Filipinas, do Brasil, da Argentina, da Venezuela... além de sua pátria. Fundaram obras sociais e educativas. Hoje, a Igreja convida seus filhos a se alegrarem pela honra tributada a essas testemunhas da fé católica. Diz o Papa, ainda em sua homilia: *Deus os ajudou em suas tribulações e lhes deu a coroa da vitória.*

Não ouvi uma só palavra contra os algozes que barbaramente assassinaram esses homens, por terem optado por Cristo, servindo a seus irmãos. Pairava na Basílica, sem ser explicitado, um sentimento de perdão. Não percebi uma só manifestação contrária aos responsáveis pelos crimes cometidos, mas emergia unicamente a nobreza de coração semelhante à que nasceu no alto da Cruz, beneficiando e unindo a Humanidade pecadora.

Constantemente, temos diante dos olhos — e penetra, infelizmente, no íntimo de alguns — reações opostas que ferem os ensinamentos de Jesus, especialmente a caridade.

O período quaresmal, que nós vivemos, é um convite da graça para um exame de nossa conduta em vista de mudança de comportamento nessa matéria.

Evidentemente, o apelo à Justiça é legítimo e, por vezes, necessário. Contudo, ele está condicionado a uma série de fatores examinados à luz do bem comum. Um elemento fundamental sobre o qual se edifica uma atitude correta é a isenção, no julgamento, de considerações mesquinhias sobrepostas a virtudes que alicerçam a sociedade. O crime cometido deve ser punido. Pede a justiça que o seja no contexto em que se realizou o mal. A reconstrução da unidade de um povo é elemento importante a ser devidamente considerado por quem coloca os interesses particulares acima do bem do conjunto. Tudo isso é muito complexo e difícil. Por isso, as reações de massa, orientando soluções em um ou outro rumo, raramente escapam das influências decisivas e deletérias que agem sobre a opinião pública. Vive-se em um período da história no qual se exerce, com grande eficácia, o poderio dos *mass media* na formação de posições conforme interesses ideológicos, sentimentos de vingança.

Os exemplos são muitos. Causa-me admiração ouvir

falar de erros, males, no regime militar em nossa pátria, sem uma só denúncia dos cometidos pela facção oposta à então dominante. Às vezes fico a pensar nas famílias de pessoas covardemente assassinadas, por servirem ao governo, nas Forças Armadas: dois pesos e duas medidas. Há ditirambos, elogios ao regime cubano e o silêncio desses cantores sobre o *paredón* sínistro. Discorre-se tanto sobre a difícil situação econômica do Brasil e tão pouco ou nada se diz dos governantes anteriores, que fizeram crescer despesas, beneficiando amigos, parentes, correligionários.

Os prejuízos que sofremos hoje são, em parte ponderável, causados pela corrupção ou pelo excesso de gastos, acima das possibilidades. E estes causadores do dano ao nosso País continuam impunes.

Nessa mesma ordem de raciocínio, lembro repetidos casos em que os valores morais e os princípios éticos são subordinados aos ideológicos ou político-partidários, vantagens de grupos silenciam os esforços em favor do bem comum.

Esses e tantos outros fatos me vêm à memória na oportunidade do martírio de irmãos nossos, vítimas da Revolução Comunista na

Espanha. Esse período turbado, que fez correr tanto sangue, dorme em paz. Não se alude à violação dos direitos humanos e à barbárie então cometida. E foram inúmeras! Por outro lado, as falhas de regimes outros jamais merecem aqui e alhures tamanho silêncio. Entre nós, sobre o regime militar proclamam unicamente aspectos negativos e paira um mutismo sobre realizações positivas como se apenas tivesse produzido malefícios.

Infelizmente, prosseguem em nossos dias as violações dos direitos humanos e com freqüência. E isso ocorre não em regime militar. A voz do Papa constantemente se faz ouvir. Ele situa-se acima de interesses ideológicos e nacionais para abranger toda a Humanidade. O final de sua homilia do domingo 7 de março sobre os mártires da Revolução Espanhola é de grande eloquência e oportunidade: *Oxalá que ajudem eles a quem hoje trabalha na Espanha e no mundo em favor da reconciliação e da paz!*

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 20 de março de 1999, e assinada pelo Cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio de Araújo Sales.)

GLOBALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

Ms notícias que recebemos dos bombardeios na Iugoslávia, principalmente as que se referem à utilização das chamadas *bombas inteligentes*, nos levam a uma reflexão profunda sobre a importância da detenção de informações estratégicas.

De fato, as ditas *bombas inteligentes* só funcionam se quem as dispara conhecer com exatidão as coordenadas geográficas dos alvos a serem atingidos, para, através de controle de navegação por GPS (Sistema de Posicionamento Global), ou laser, alcançarem os pontos estratégicos.

Nessa perspectiva, sem dúvida, a maior arma que um país em guerra pode dispor em relação ao seu inimigo constitui-se nos mapas detalhados que indiquem com exatidão a localização dos potenciais alvos, que podem ser desde instalações militares, até instalações civis que possuem importância estratégica, tais como hidroelétricas, fábricas, aeroportos etc. etc.

Até 1998, a preocupação com a problemática da salvaguarda de assuntos sigilosos nas atividades de acrolevantamentos — aqui incluído a aerofotogrametria e a

aerogeofísica — era restrita ao Poder Público e às empresas privadas de capital nacional, sujeitas ao rigoroso controle do EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas).

Com a nova legislação, através do decreto 2.788, tais atividades deixaram de ser prerrogativa exclusiva do IBGE, da DSG (Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército), da DHN (Diretoria de Hidrografia e Navegação), do ICA (Instituto de Cartografia Aeronáutica) e das empresas privadas de capital nacional.

Paralelamente, o EMFA passou a controlar apenas as atividades de vôos acrofotogramétricos e aerogeofísicos, deixando de exercer qualquer controle sobre o processamento das informações que viabilizam a geração de mapas, sejam esses cartográficos pura e simplesmente, exigindo apenas que tal processamento seja feito no Brasil.

Em nosso entender, imaginar que a exigência de que os mapeamentos sejam executados no Brasil representa algum tipo de salvaguarda é acreditar em história da carochinha, posto que através da *Internet* torna-se extremamente fácil o envio das informações para o exterior sem qualquer forma de controle.

O pressuposto que a nova legislação, ao alargar a competitividade nas contratações de projetos, traria benefícios ao País é extremamente questionável, dado que as empresas estrangeiras, algumas delas pertencentes aos seus governos, usufruem dos benefícios de incentivos fiscais e apoio tecnológico e creditício que se configuram em autêntico *dumping*. Esse fato permite que, em curíssimo prazo, os concorrentes brasileiros sejam alijados do processo competitivo.

A continuar o processo de abertura e falta de controle, não duvidamos que, a curto prazo, toda a atividade de engenharia de acrolevantamento esteja nas mãos de empresas estrangeiras. Será que alguém ainda questiona os efeitos perniciosos do chamado *custo Brasil*, especialmente no que refere à elevadíssima carga fiscal e juros estratosféricos, na competição entre empresas brasileiras e estrangeiras?

Só para citar um exemplo, o setor de aerogeofísica, no qual durante mais de 45 anos empresas brasileiras atenderam perfeitamente às necessidades do mercado, foi 100% absorvido por duas empresas de capital estrangeiro. Isto significa, por exemplo, que muito antes de a Petrobras — que contrata os seus serviços para pesquisa de

petróleo — tomar conhecimento do resultado dos levantamentos, organizações estrangeiras já estarão de posse de tais informações.

Consideramos que a atitude de reduzir os controles sobre atividade de acrolevantamento em prol de uma pseudocompetitividade é extremamente perigosa. Uma coisa é a globalização motivar o fechamento de uma simples fábrica de autopeças, o que já é grave, posto que gera desemprego; outra coisa é deixar que essa atividade, cuja importância estratégica é fundamental, seja completamente entregue a organizações estrangeiras, em sua grande maioria com ligações muito estreitas com os seus respectivos governos, seja através do controle acionário declarado ou camuflado, como é o caso do modelo francês, seja através do suporte financeiro e tecnológico, através de universidades ou de agências de desenvolvimento tecnológico, como é o caso dos modelos americano e canadense.

(Reprodução de matéria publicada pelo Jornal do Brasil, edição de 04 de maio de 1999, e assinada por Fernando Quelhas, Vice-presidente da Associação de Empresas de Acrolevantamentos.)

RUMO AO SOCIALISMO

Se há uma entidade que nunca discriminou ninguém por ser de esquerda, é o Instituto Brasileiro de História e Geografia Militar, que funciona na casa que foi do Marechal Deodoro, no Campo de Sant'Anna, Rio de Janeiro. O historiador comunista Nelson Werneck Sodré tomou posse lá em pleno 1964, sentando-se ao lado do Marechal Castelo Branco, do qual escrevia coisas horríveis na *Revista Civilização Brasileira*. Outra entidade que ficou famosa pela tolerância mútua entre membros de ideologias diferentes é o PEN Club, organização internacional de escritores que muito fez pela liberdade de opinião no mundo inteiro.

O Instituto não mudou, mas o PEN já não é mais o mesmo. O presidente do Instituto e diretor da Biblioteca do Exército, Coronel Luís Paulo Macedo Carvalho, que foi eleito no ano passado para o clube, acaba de receber do presidente do PEN, Marcos Almir Madeira, um pedido dos mais extravagantes: que escreva uma carta renunciando a tomar posse, alegando um motivo imaginário qualquer. Madeira explicou ao coronel que uma comissão de

escritores esquerdistas o havia procurado para exigir que expelisse da entidade o membro recém-eleito, por ser este um amigo pessoal do General Augusto Pinochet.

O coronel respondeu que, nessa altura dos acontecimentos, seria para ele uma honra ser barrado no baile, mas que ele não era idiota o bastante para barrar-se a si mesmo, cabendo, pois, ao próprio Marcos Almir, se quisesse assumi-lo, o honorável encargo de inventar a mentirinha, com ou sem a ajuda do misterioso *lobby* esquerdista a cujas exigências se mostraria tão solícito.

O Coronel Macedo foi apenas colega de estudos de Pinochet e não teve a menor participação nos acontecimentos que viriam a tornar o general a *bête noire* da mídia esquerdistas mundiais. Para o *lobby* esquerdista, isso não interessa. Partindo do princípio de que na direita não há seres humanos, apenas vampiros e lobisomens, qualquer aproximação com essas criaturas, mesmo casual e extrapolítica, expõe o suspeito a um risco de contaminação diabólica que o torna um potencial inimigo público. Expeli-lo da sociedade decente é, pois, dever do Estado e

do cidadão. Já o contrário se passa no outro lado do espectropolítico, onde mesmo o fato de um sujeito ter sido agente do serviço secreto cubano, como se passou com o líder petista, José Dirceu (v. Luís Mir, *A Revolução Impossível*), não o desqualifica para os mais altos cargos na administração da República brasileira; e onde a amizade com Fidel Castro, principalmente se acompanhada de cumplicidade política, conta muitos pontos na avaliação de um *curriculum* para o Senado, o Ministério, a Academia ou a Vida Eterna.

O Coronel não é a primeira vítima dos *comitês de salvação pública* que hoje dominam as instituições culturais, o mundo editorial e a imprensa em geral. Em cada grande editora, em cada grande jornal ou revista, já estão funcionando a pleno vapor os comitês internos destinados a, no momento devido, expulsar os proprietários e tomar de assalto as empresas, mas tendo em vista a suposta inevitabilidade da revolução socialista, se consideraram desde já os legítimos dirigentes, provisoriamente cerceados no seu direito de mandar pela escandalosa intromissão de usurpadores capitalistas. Cercados, é claro, timidamente.

Nenhum proprietário de jornal ou revista é hoje louco o bastante para contrariar de maneira ostensiva o poder do *lobby* esquerdista na sua empresa, do qual quase todos se tornaram reféns por preguiça e covardia.

O mais nojento em toda a história é a boa consciência com que os administradores do futuro Brasil socialista se permitem, por antecipação, mandar e desmandar, oprimir e demitir, censurar e controlar. Nunca um deles parou para pensar que, se pode haver algo de imoral na dominação capitalista, que se afirma pelo dinheiro, muito mais imoral é a expropriação socialista, na qual arrivistas e aproveitadores, da noite para o dia, se autonomeiam senhores e donos de tudo sem outro investimento de risco se não uma cota de engodo, de violência e de arrogância.

Não, essa gente não tem problemas de consciência. E terá menos ainda no futuro, quando ao seu poder de fato se acrescentar a conquista do poder nominal, que tudo santifica perante a deusa História.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal da Tarde, SP, edição de 04 de fevereiro de 1999, e assinada pelo escritor Olavo de Carvalho.)

FEDERAÇÃO QUESTIONÁVEL

Em artigo publicado há algum tempo, intitulado *Quando Minas se Levanta*, o jornalista Carlos Chagas comentou a união de Minas contra os *postulados oriundos de fora das fronteiras mineiras* e alertou sobre a hora do *basta* e do *fora*. Embora exageradas, essas colocações sinalizam a crise da federação hoje exponenciada pela dívida dos estados à União.

Nossa federação republicana é fruto de duas inspirações: 1^{a)} a pretensão à autonomia local de direito, que consagraria a de fato de que eram usufrutárias as elites locais, proporcionada pelas distâncias mal servidas por comunicações e transporte do Império unitário; e 2^{a)} o modelo americano, que fascinava nossos liberais da época. Resultado: um regime federativo outorgado, na contramão do que ocorreu nos Estados Unidos: lá, a união de 13 estados pactuada por força da conveniência geral; aqui, a fragmentação outorgada por força dos interesses locais, avalizada pelos ideais liberais.

Apesar da origem, nossa federação deveria dar certo: ela é o modelo adequado a país extenso e desigual por-

que facilita a compatibilização das peculiaridades regionais com a unidade nacional. Mas a realidade não corresponde à lógica teórica. A razão: nossas elites locais, não raro protagonizadas pelo caudilhismo, sempre se sentiram donatárias de seus estados, cabendo às suas facções bem-sucedidas no processo eleitoral não mais a distribuição de terras, dos tempos coloniais, mas a distribuição de cargos, empregos públicos, vantagens, benesses e favores econômicos e sociais, às suas clientelas e seus sócios no estado patrimonialista. A necessidade do sucesso eleitoral faz com que os instalados no poder e os pretendentes a ele priorizem e prometam, respectivamente, não o melhor, mas sim o exigido pelo mercado político. Vejamos dois reflexos dessa situação, prejudiciais à idéia federativa.

O esquema federativo ideal implica que à União cabem mais as políticas, normas e controle de nível nacional do que a execução administrativa, ressalvados os segmentos da administração inerentes ao Estado nacional. Em contrapartida, aos estados cabe menos política e mais administração e, aos municípios, só administração. Entretanto, a luta pelo poder local faz com que a política (sem grandeza, de olho na eleição)

prevaleça sobre a racionalidade administrativa nos estados e municípios; seus funcionários clientelistas, fortes nas eleições locais, e suas obras eleitoreiras são expressões dessa prevalência.

Outro reflexo: o afastamento do esquema ideal leva as representações no Congresso Nacional a se condizirem primordialmente pelos interesses paroquiais, já que os nacionais pesam menos no mercado político local. Resultam daí algumas das dificuldades enfrentadas pelo Executivo federal, cujas atribuições são nacionais e internacionais, no Congresso condicionado por interesses locais. Isso força o presidente a composições comprometedoras da conceituação programática que fundamentou sua eleição nacional, sempre que ela não satisfaz à perspectiva eleitoral das bancadas, e fragiliza o Executivo central tanto na lógica nacional interna como na inserção internacional do país — inserção crítica no atual processo de globalização.

Por ora é mínimo o risco de que a tão falada repactuação federativa desembogue na aventura da (con)federação de autonomias sem projeto nem compromisso nacional: o que se deseja é

uma federação que operacionalize equilibradamente a diversidade na unidade. Mas esse equilíbrio é complicado, tanto assim que, por exemplo, as elites locais provavelmente insistirão em distorções como são as atribuições constitucionais concorrentes (que eximem estados e municípios de culpas), as emendas paroquiais ao orçamento federal condicionadas por interesses eleitoreiros locais, a existência de municípios (e até de estados) sustentados pelos Fundos de Participação. Esses fundos são mais úteis às elites locais, que deles se apossam.

Será correta a idéia de um respeitado economista brasileiro de que a moratória é instrumento de autogoverno? Como ficaria a ordem social se os devedores a adotassem, para manter seus autogovernos empresariais ou pessoais, ao custo do desgoverno dos credores? É justa a rejeição pelo governo do Rio Grande do Sul (*Folha de São Paulo*, 11.02.1999), de medidas como o corte de funcionários e privatizações, substituídas por medidas do receituário democrático popular que, no caso da dívida, implica a contribuição de todo o povo brasileiro para cobrir as dificuldades gaúchas?

A repactuação exige a reforma fiscal e tributária com a definição, sem ambigüidade, das responsabilidades da União, dos estados e dos municípios; as atribuições correntes necessárias devem ser explicitada. E exige o cerceamento do aval da União para estados e municípios, a responsabilidade fiscal por administração deficiente e a interferência da União para impor respeito às políticas nacionais (monetária, externa, outras), preservar a credibilidade nacional e impedir conflitos entre unidades federadas. Assim estruturada, a federação será menos vulnerável às vicissitudes do mandonismo e do mercado político local; menos ainda se acontecer também a reforma política. Já a situação atual, que expõe o País ao risco de ser refém de suas *patrias chicas*, vai acabar justificando um artigo *Quando o Povo Brasileiro se Levanta*, inverso ao citado no início deste, com dúvidas sobre o regime federativo!

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 25 de fevereiro de 1999, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores.)

MILITAR É DIFERENTE

Na barulhenta campanha de difamação dos servidores públicos, os militares têm sido uma vítima freqüente e silenciosa. A última investida ataca a forma diferenciada como eles contribuem para a Previdência e são recompensados pela sociedade.

Mais que um erro de julgamento, é uma ingratidão.

A Previdência é apenas o instrumento final do reconhecimento público ao trabalho peculiar dos integrantes das Forças Armadas, baseado na dedicação integral e exclusiva e na renúncia a direitos usufruídos pelos demais servidores e trabalhadores da iniciativa privada.

Quem critica a segurança diferenciada dos agentes da defesa nacional ignora que, desde antes da Independência, eles financiam suas pensões.

Segundo um estudo do Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha, se tal contribuição fosse capitalizada, pagaria com sobras os custos dos pensionistas da Armada.

Além dos aspectos históricos, é imperioso considerar as características especiais da atividade. A primeira diferença é que militar só pode ser militar. Eles estão proibidos

de acumular ocupações, ao contrário dos demais servidores. Sargento não pode abrir bar, nem tenente pode vender pastel na feira para completar os vencimentos que ficaram congelados durante quatro anos. Todo o patrimônio material e cultural que reúnem ao longo da vida provém do soldo e das gratificações.

Para limpar de vez o debate, algumas distorções históricas serão corrigidas. Recentemente, os chefes militares tomaram a iniciativa de adaptar as regras particulares aos novos princípios gerais da Previdência Social. De acordo com a proposta, filhos solteiros só receberão pensão até os 21 anos. Todos, inclusive os reformados, os inativos, os pensionistas e os recrutas, contribuirão para a Previdência. A universalização elevará o número de contribuintes de 353.723 para 598.235. O desconto será de 6%, além do percentual de 3% que repassam para o seu fundo de saúde. A contribuição total para a Previdência subirá de R\$ 429 milhões para R\$ 960 milhões por ano.

Não é pouco para quem renuncia a numerosos direitos. Ao ingressar na carreira, o militar abdica a cidadania plena e as prerrogativas dos demais brasileiros. Não pode acumular um segundo emprego,

não pode filiar-se a partido político e deve afastar-se se for eleito para qualquer cargo (os recrutas nem podem se alistar para votar). Militar não tem jornada de 44 horas semanais, não ganha hora extra, não tem FGTS, não recebe adicional noturno, não pode recorrer à Justiça do Trabalho, não pode recusar mudança súbita de cidade, não pode enjeitar missões.

Em 30 anos, a jornada regular de um civil é de 56.760 horas, enquanto a da caserna soma 83.800 horas. Um militar que vai para a reserva após 30 anos de serviço na verdade trabalhou 44 anos.

Toda essa trajetória é cumprida sem direito à sindicalização ou à greve. Também lhe é negado um dos mais antigos instrumentos jurídicos de proteção contra abusos de autoridade, o *habeas corpus*. Se a sociedade tanto exige desses servidores, para que melhor desempenhem seu papel constitucional, é justo que recebam uma contrapartida.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 11 de maio de 1999, e assinada pelo Deputado Aldo Rebelo, do PC do B.)

PROGRAMA PROGRESSO JOVEM

Uma das características do progresso humano tem sido a tendência à melhoria da qualidade de vida das gerações futuras. A cada geração, os filhos têm melhores condições de vida, mais facilidades e conforto do que seus pais. O século XXI estará trazendo uma reversão nessa tendência.

Pela primeira vez na história, salvo em tempos de guerra ou epidemias, nossos filhos estão ameaçados de terem mais dificuldades que seus pais. Como disse recentemente o Lula, seus filhos têm três vezes mais estudo do que ele, mas estão tendo três vezes mais dificuldades para conseguir emprego do que ele teve 30 anos atrás.

O que acontece com o progresso destes últimos anos e do futuro próximo é que ele ocorre concentrando a renda, descartando emprego e poluindo a natureza. Esses três fatores conjuntamente criaram um modelo excludente de trágicas consequências. Já não há necessidade de trabalhadores em quantidade, mas de qualidade técnica, nem de consumidores em quantidade, mas da qualidade do valor do que compram, e a crise eco-

lógica cobra a cada ano uma redução da produção em massa.

O mais grave do futuro para as próximas gerações é o tipo de avanço técnico que descarta a necessidade de emprego em quantidade. Se nada for modificado, nossos jovens vão amadurecer, como já acontece na Europa, sem terem emprego, sem perspectivas de uma vida digna e confortável.

A incorporação da juventude é a mais importante e difícil tarefa para governos de estadistas conscientes, preocupados eticamente e com visão estratégica para o futuro.

O que assusta nas perspectivas de futuro é que o aumento de investimento provavelmente significará aumento do desemprego. A simples continuação do atual modelo de crescimento, mesmo superando-se a atual crise de estagnação, não gerará emprego suficiente, e pode até ampliar o desemprego, ao mesmo tempo que aumenta a produção para os poucos que continuarão empregados.

E, entretanto, não seria difícil definir planos de rápida incorporação em atividades remuneradas de milhões de jovens brasileiros em programas de qualificação técnica, contratados como moni-

tores e professores no ensino básico, aumento de efetivo nas Forças Armadas. São algumas das tarefas através das quais um programa Progresso Jovem poderia inverter a atual tendência.

Mas, para isso, é preciso rejuvenescer o conceito de progresso. Definir progresso em função dos valores éticos a que se quer chegar e dos objetivos sociais que se deseja realizar. Um desses objetivos tem que ser uma juventude motivada com mística capaz de construir o seu mundo. Talvez esta seja a mais urgente tarefa de hoje. Despertar a juventude para que ela lute por um progresso no qual esteja incluída, e não excluída como a atual tendência indica.

Cabe à juventude não apenas esperar o mundo que vem, mas mobilizar-se, revoltar-se, subverter o atraso do progresso e subordiná-lo aos seus interesses, construindo um novo progresso, jovem.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 07 de março de 1999, e assinada por Chiristovão Buarque, Professor da UNB.)

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Oque justifica as atribuições e crises das nossas experiências democráticas do período republicano? A resposta, aqui parametrada pela existência atual, passa por algumas considerações objetivas e simples sobre problemas pinçados da nossa *democracia real*.

A democracia nunca foi a sistemática política mais disseminada no mundo e o Brasil não tem dela tradição firme: nos 110 anos de república alternamos vários períodos democráticos e autoritários. À falta de tradição soma-se o efeito negativo da estrutura partidária mal alicerçada sobre concepções a respeito do País e do mundo, e o da massa eleitora sem condições (educação, patamar de vida, segurança) para bem exercer a cidadania. Na própria classe média a parcela tradicional sempre conviveu bem com o autoritarismo (legado do iluminismo positivista) e a parcela emergente, fruto do nacional-desenvolvimentismo, das empresas estatais e da explosão universitária, floresceu no Estado forte e é fã da democracia enquanto ela é útil ao corporativismo.

Vejamos a questão da fragilidade conceitual. A política precisa se apoiar, com con-

vicção ou para iludir, sobre algumas idéias capazes de dar consistência às sociedades; quando elas existem apenas pró-forma, situação comum no Brasil, a política é tão somente a luta pelo poder e seu usufruto. Duas idéias são fundamentais: 1^{a)} a associação do pluralismo democrático com a economia de mercado; e 2^{a)} o controle estatal da economia e o Estado empresário. Ambas têm prós e contras; o ideário intermediário hoje prevalecente na Europa, onde o povo vota à esquerda e a esquerda migra para o centro (Felipe González, Tony Blair, Jospin, Schroder), preconiza que o Estado não deve tolher nem praticar a economia, apenas regulá-la e fiscalizá-la.

Nossos partidos e políticos (não todos, é bem verdade) transitam à vontade entre as duas idéias básicas. Os partidários do Estado econômico relutam, mas também cedem, porque o mundo moderno cerceia o espaço do Estado, em particular do Estado empresário. Mas, menos por convicção sobre as virtudes do meio que por conveniência, nossos liberais são mais flexíveis, até porque foram felizes à sombra do Estado (subsídios, renúncias fiscais, protecionismo).

Quanto à massa eleitora, suas deficiências se somam à fragilidade conceitual dos

partidos para perpetuar as mazelas da nossa democracia e produzir resultados eleitorais aquém de nossos problemas, com desempenhos inspirados pelo que melhor atende ou ilude o mercado político. Dentre as mazelas, a interpretação da eleição como uma carta branca que justificaria o credenciamento à posse e à distribuição de cargos, empregos, vantagens e favores, ao condicionamento de posições políticas pelo atendimento de pretensões no jogo do poder e ao apego a setores da administração — ou o apego decorrente da patriótica posse exclusiva das soluções dos problemas daqueles setores...? Aos não eleitos, cargos compensatórios, como se política fosse emprego vitalício. Um corolário dessa situação é a abdicação à tecnocracia dos temas sem valor eleitoral (defesa nacional, por exemplo).

Entretanto, a democracia não é cláusula naturalmente pétreia. A construção da tradição democrática sólida depende de duas melhorias interdependentes, inferidas dos parágrafos anteriores: a do sufrágio via esforço educacional e revisão do perfil distributivo, e a de nossas élites políticas, hoje, ao menos em parte, apenas dominantes clientelistas e patrimonialistas — o que requer uma reforma

política que respeite a democracia como norma, mas contenha procedimentos que a protejam de sua própria permissividade. Se tudo continuar como está, o Brasil será atropelado pela globalização e pela história; correremos o risco de aceitar que aqui só há progresso com autoritarismo (Vargas, 1964, mesmo Kubitschek tinha por trás de si o atento General Lott), de ver crescer os radicalismos de esquerda e direita, ambos anti-democráticos.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 26 de abril de 1999, e assinada pelo Almirante Mário Cesar Flores.)

AVEC NOUS, LE DÉLUGE

O dilúvio que ameaça afogar São Paulo mostra que os desastres já não são mais politicamente corretos e se recusam a deixar os governantes terminar em *douceur* seus reinos, como profetizava madame de Pompadour a Luís XV. Mas não é disso que quero hoje falar, e sim do dilúvio de descontentamento popular que arrisca fazer naufragar o último ciclo de democracia liberal inaugurado na América Latina nos anos 80.

Desembarco de Caracas, onde passei 24 horas em companhia do presidente Hugo Chávez e seus ministros a fim de discutir os desafios internacionais que seu governo terá de enfrentar. Cheguei à Venezuela no sábado, 27, décima aniversário do levante espontâneo contra o arrocho decretado no âmbito do acordo com o FMI, que iria custar a vida de centenas de pessoas e marcar o início do fim do governo da época.

Há menos de um mês no cargo, o presidente, com seu característico estilo mobilizador, lançara, naquele dia a operação Bolívar 2000: dezenas de milhares de soldados e civis convocados para consertar escolas, aplinar estradas, reconstruir a infra-estrutura.

Chávez, o ex-coronel de páraquedistas que comandou a tentativa de golpe contra o então presidente Perez, em 1992, passou tempos na prisão e dela saiu para ser consagradoramente eleito por mais de 50% dos votos, é homem jovem, vigoroso nos seus 44 anos, de origem modesta e fortemente engajado na superação da pobreza. Inteligente e articulado, no discurso de 50 minutos sem texto com que abriu nossa reunião revelou as idéias claras que o animam. Disse em substância o seguinte: temos de

integrar-nos na globalização, não há dúvida. Como fazê-lo, porém, se atrás de nós está um país que se desintegra: 80% de pobres, 35% de indigentes, 15% de desempregados, 14% sem-casa, 30% de evasão escolar? É possível abandonar essa gente à margem da estrada? Como incluí-los e ao mesmo tempo integrar-nos com os vizinhos, dentre os quais os andinos e o Brasil, culminando com a inserção na economia global?

Um dos países mais ricos da América Latina, durante 40 anos a Venezuela foi modelo de democracia formal, com os dois partidos, a AD, social-democrata, e o Copci, democrata-cristão, alternando-se no poder a cada quatro anos, com a regularidade de relógio suíço. O único problema é que isso em nada mudava a vida das pessoas. Ou melhor, mudava para pior, pois, não obstante o US\$ 300 bilhões de renda adicional da época dos choques petrolíferos, o país acordou com 80% de pobres.

Por mais que positivistas como Bobbio afirmem que a democracia é apenas o respeito às regras formais, a alternância no poder, não se podendo qualificá-la com adjetivos ou conteúdos (popular, socialista, de bem-estar), isso servirá no máximo para debate acadêmico, mas não satis-

faz a ninguém. A partir de certo ponto, Congresso, partidos, Judiciários, Executivos se desacreditam, apodrecem, e a população busca solução por meio de alguém de fora do sistema, como Chávez.

O que ocorreu no Peru com Fujimori sucede agora na Venezuela. Na Colômbia, conservadores e liberais são apagada sombra do que foram, corroidos por tendências e secessões, desagregados pela guerrilha e a droga. No Chile, o episódio Pinochet é terremoto que começa a abalar a coligação governamental e já se fala na possibilidade de a direita apoiar o candidato democrata-cristão contra Lagos, o socialista. Na Argentina, a oposição espera vencer desta vez os peronistas, cujas divisões tornaram-se notórias. No México, onde o PRI, o partido do governo, pela primeira vez está ameaçado de perder a eleição presidencial, reunião recente concluiu que, ao atual ritmo de crescimento médio de 2,3% por ano (de 1981 a 1997), levará de 40 a 60 anos para erradicar a pobreza que atinge mais de 50% da população.

Está aqui a chave da questão. Após a superação da crise da dívida iniciada em 1982 e o fim dos regimes militares, pensou-se que a América Latina ingressara em ciclo virtuoso de economia liberal de mercado e democracia civil

politicamente corretas. Acontece que, finda a *década perdida* de 80, a dos 90 produziu medíocre média de crescimento, entre 3% e 3,5% ao ano, que deve encolher ainda mais agora que a queda do ano passado e a esperada para este anunciam melancólico crepúsculo para o século XX latino-americano.

Ora, a Cepal estima que o continente precisa expandir-se no mínimo a 6% ao ano durante várias décadas, a fim de poder recuperar seu atraso social e tecnológico. O mais grave é que os índices sociais estão ainda piores do que antes de 1982. Segundo o *Panorama Social da América Latina*, 1998, da Cepal, o índice de pobreza é hoje de 39% (209 milhões) das pessoas, quando era de 35% em 1982, e o de indigência é de 17%, contra 15% naquele ano. Dentre mais de 30 países, só o minúsculo Uruguai logrou melhorar a distribuição da renda!

Kissinger disse recentemente que a globalização gera expectativas exacerbadas, ao mesmo tempo em que limita o poder dos Estados para atendê-las. Acrescentou que, entre as expectativas do povo e a impotência dos países, cria-se abismo que poderá ser rapidamente ocupado por novo tipo de populismo.

Hoje é moda falar mal do modelo latino-americano pré-crise e certamente ele se tinha

exaurido. O que se esquece de dizer, contudo, é que, entre 1945 e 1980, ele gerou crescimento econômico de 5,5% ao ano em média e foi capaz de ajudar a integrar os trabalhadores urbanos na sociedade de consumo. Essa integração infelizmente ficou incompleta, não se estendeu a outros setores da população e a frustração acabou por destruir o ciclo de democracias progressistas e brilhantes de que foram expressão JK no Brasil, Frei no Chile, Frondizi na Argentina, Lleras Camargo na Colômbia.

É possível esperar final mais feliz para o atual ciclo, que só conseguiu, até aqui, metade do crescimento anterior, agravou desmesuradamente o desemprego e parece atolar-se em interminável processo de ajuste financeiro que promete à população sangue, suor e lágrimas sem perspectiva de alívio? Ou será hora de começar a busca de alternativas, se não quiserem as democracias liberais de hoje que, diferentemente da profecia da Pompadour, o dilúvio ocorra com elas e não após elas?

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 07 de março de 1999, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD.)

INEVITÁVEL X INESPERADO

Com a desintegração da União Soviética e o consequente término da Guerra Fria, ganhou o planeta nova fisionomia. Deu-se a irreversível globalização e, em algumas regiões, paradoxal fragmentação, lançando o mundo em selvagem competitividade pela busca de mercados, com acentuada vantagem para as superpotências, nítida desvantagem para os países emergentes e inequívoca condenação das nações subdesenvolvidas, fornecedoras de matéria-prima, a *reserva de caça* dos vorazes predadores da *aldeia global* de McLuhan.

A década de 90, predominantemente americana, marcou o advento da esmagadora hegemonia dos EUA, que deve perdurar pelo terceiro milênio, ao contrário das expectativas de tornar-se o século XXI a era do Pacífico. Os EUA assumiram a liderança mundial graças à pujança de sua economia aliada aos surpreendentes avanços científico-tecnológicos aplicados à arte da guerra *high tech*. A decantada RMA (*Revolution in Military Affairs*) acontece sem competidor, no cenário

internacional, capaz de arcar com os grandes investimentos exigidos para fabricação de material bélico, de qualidade e na quantidade similar ou superior ao produzido pelos arsenais americanos. Dessa forma, os EUA ficaram senhores absolutos da arena.

Nova doutrina com novas táticas para um novo exército está em processamento.

Ainda que algum país ou coalizão ousasse ameaçar os interesses vitais dos EUA, ou controlar matérias-primas por eles consideradas estratégicas ou indispensáveis, teria os complexos industriais ou centros produtores imediatamente detectados e destruídos maciçamente e com precisão (apesar dos erros dos bombardeios admitidos recentemente em Belgrado, Sófia e Kosovo), em face da assustadora superioridade tecnológica das armas americanas, como ficou demonstrado nos últimos ataques aéreos efetuados contra o Iraque e na Iugoslávia.

Ademais, o poder aeronaval americano fez dos EUA a única potência em condições de projetar a sua força em qualquer parte do globo terrestre, a qualquer momento, de qualquer modo. As forças-tarefas da Marinha ame-

icana organizadas em torno de gigantescos navios aerodromos, protegidos por numerosa frota de moderníssimos submarinos, mísseis de longo alcance e aeronave supersônicas invisíveis às telas de radar, permitem aos EUA controlar, efetivamente, as principais rotas marítimas através das quais se efetua o grosso do comércio mundial.

Apesar da ocorrência de conflitos globais e prolongados estar afastada de cogitação, dada a inexistência, no momento, de quem possa desafiar o poderio econômico-militar-tecnológico dos EUA, analistas prevêem a continuação e a eclosão de inúmeros outros conflitos bélicos durante o século vindouro. Tais perturbações da *nova ordem mundial* provocarão a intervenção do *gendarme* global — os EUA — sob a bandeira de organismos internacionais para *imposição da Pax Americana*.

Não faltarão pontos de atrito ou áreas de fricção comprometedores da estabilidade mundial. Alguns cenários se esboçam levantando o espectro das intervenções que os EUA poderão vir a realizar de alguma forma. Por exemplo: a tomada à força de Formosa pela República Popular da

China; a reunificação da Coréia através das armas; o controle de matérias-primas estratégicas pelo Japão, a mudança de regime na Rússia seguida de ameaça aos vizinhos; a troca de tecnologia nuclear e de satélites de um país por exploração de recursos naturais em outro; risco de perda de controle das reservas petrolíferas na Arábia Saudita e no Golfo Pérsico; agravamento da situação interna de Angola, da Colômbia, da Iugoslávia e do México, colocando em perigo interesses vitais de Tio Sam.

Contudo, os EUA são passíveis de não saírem vitoriosos em todas as intervenções que venham a empreender pelo mundo afora, até mesmo contra adversários em inferioridade de meios. O exame de alguns casos históricos comprova como países militarmente fracos podem enfrentar adversários poderosos e levar a um impasse que crie condições de tirar vantagens na mesa de negociações.

O maior ensinamento tirado da análise desses casos históricos é que os EUA — após a dolorosa e malograda experiência da luta contra a guerrilha no Vietnam e, mais recentemente, o desastre verificado na Somália — temem

se engajar em prolongados conflitos armados, que gerem desgaste, com desproporcionais custos financeiros e de vidas humanas.

Entende-se, pois, a cautela americana de empenhar-se em operações terrestres de porte nos territórios dos Balcãs.

Assim, no caso de um país fraco vir-se na contingência de enfrentar o incontestável poderio militar americano, só resta apelar para a estratégia da disuassão preconizada por Sun Tzu cerca de 400 anos antes de Cristo, firmando alianças e explorando as vulnerabilidades do oponente.

Já disseram, com muita oportunidade que só os *idiotas* não se valem da experiência alheia.

Lorde Keynes, há algum tempo, cunhou um pensamento que sugere meditação nos dias de hoje — o *inevitável* jamais acontece; é sempre o *inesperado*.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 02 de junho de 1999, e assinada por L.P. Macedo Carvalho, Presidente do IGHMB.)

CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES?

Renidos em Harvard, acadêmicos americanos de primeira linha discutiram o *fato* de que as elites políticas de pelo menos dois terços da população mundial (chineses, russos, indianos, árabes e africanos) vêem os Estados Unidos como a grande ameaça externa às suas sociedades. Um deles, Samuel Huntington, teórico do *choque de civilizações*, acha — e disse na revista *Foreign Affairs* — que não se trata apenas de temor diante de formidável máquina militar. Potência *interventionista, unilateral, hipócrita, com dois pesos e duas medidas, empenhada em impor imperialismo financeiro e colonialismo intelectual*, segundo Samuel, os Estados Unidos assumem a imagem de ameaça à *integridade, prosperidade e liberdade de ação* de muita gente pelo mundo afora.

Samuel, que viveu a fundo a tragédia do Vietnam, com culpas pesadas no cartório, tornou-se uma espécie de cruzado contra a imposição de *padrões ocidentais*, como se fossem a única condição civilizatória possível. Alguns livros recentes tratam de

desencavar o que representou o colonialismo a partir de sofisticadas metrópoles europeias. Os genocídios tiveram ali a sua origem, como mostra *Exterminante the Brutus*, título tirado de o *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad. O retrato ampliado do Congo como propriedade de Leopoldo, rei dos belgas, em *King Leopold's Ghost*, descreve o terrível encontro do Congo com a Europa e vai às raízes das trevas. Agora a espada da justiça, de sua moral inipotente, escreveu um dos maiores jornais japoneses, é empunhada pelos Estados Unidos, a nova Roma.

Bombardeios do Sudão, Afganistão, Iraque, Iugoslávia etc. Pesquisa feita no Japão em 1997, época do encontro em Harvard, relembrando com a guerra nos Balcãs, constatou que a maioria considera os Estados Unidos a segunda maior ameaça, só superada pela Coréia do Norte e suas ambições nucleares. Para os chineses, é o que diz artigo em *The New York Times*, os ataques à sua embaiizada em Belgrado resumem quase tudo o que Pequim acha ofensivo por parte dos Estados Unidos. Por exemplo, o cru exercício de poder hegemônico. Num mundo onde a Otan age impunemente um Estado soberano, é

mais do que justificada a nossa procura de segurança, declara comunicado do governo indiano.

Álibi para a posse de armas atômicas, pano de fundo nada agradável da idéia de formação de eixo anti-hegemônico reunindo China, Índia e Rússia. O ex-primeiro-ministro russo Primakov lançou-a em dezembro. Diferença entre os três, que já resultaram em trocas de tiros, pareciam bloqueá-la, mas, a 11 de maio, o embaixador da China na Índia anunciou ter chegado a hora de os três gigantes asiáticos se juntarem para velar por sua segurança mútua num universo unipolar. Comentário da rádio Voz da Rússia garantiu que a união dos três terá condições de impedir que países não pertencentes à Otan sofram o mesmo que a Iugoslávia. Diplomatas indianos atribuem a forte reação da Índia à crise de Kosovo à tendência da Otan em usurpar poderes e funções do Conselho de Segurança da ONU, o que inquieta a todos os países, grandes e pequenos.

A Índia dificilmente cumprirá a promessa de assinar o tratado de proibição total dos testes nucleares, apesar das sanções americanas, e sugere que considera seriamente a proposta de criação do eixo de

gigantes asiáticos. E o Japão, a segunda maior economia do mundo? Tóquio, com um PIB maior do que o do Canadá e orçamento de 48 bilhões de dólares anuais, elegeu prefeito, entre 19 candidatos, o ultradireitista Shintaro Ishihara, que acusa judeus americanos de *tiranizarem* a Ásia. Em seu livro intitulado Declaração de Guerra Econômica, Shintaro sustenta que a crise asiática é *conspiração* dos Estados Unidos.

A secretaria de Estado americana, Madeleine Albright, junto com o especulador George Soros e com Robert Rubin, até há pouco secretário do Tesouro, formariam um *impiedoso trio de judeus americanos* com suas garras cravadas na Ásia. No outro extremo, o Partido Comunista Japonês conseguiu 13% dos votos nas últimas eleições gerais, tornando-se importante força de oposição. Seu forte é a denúncia do tratado de defesa com os Estados Unidos.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 25 de maio de 1999, e assinada pelo Jornalista Newton Carlos.)

COISAS DO DESTINO

Ouví na BBC que o presidente Clinton pediu desculpas pelo papel desempenhado pelos norte-americanos na montagem da máquina repressiva que massacrou 200 mil campões maias durante a guerra civil na Guatemala.

Só honra aos Estados Unidos que seu governo tenha tido a honestidade de colaborar com a Comissão da Verdade naquele país e reconheça sua parcela de responsabilidade nesse calamitoso episódio da importação da Guerra Fria em terras centro-americanas.

Tão importante, porém, como apurar culpas e mostrar arrependimento seria o esforço para assegurar que tanta gente humilde e inocente não tivesse sofrido e morrido em vão. Certo ou errado, não obstante as distorções ideológicas, a luta que se travou então na Guatemala, em El Salvador, na Nicarágua era em torno da terra, da emancipação dos indígenas, da integração das massas rurais.

Dizia-se na época que, uma vez exorcizado o fantasma do contágio da revolução cubana e da sovietização da América Central, seria preciso voltar a atenção para os

problemas estruturais na raiz da endêmica violência política.

Pacificada a região, impunha-se uma espécie de Plano Marshall ou do aplicado por MacArthur no Japão: reforma agrária, desenvolvimento econômico, distribuição da riqueza e da renda. Os comunicados do Grupo de Contadora, os discursos dos chanceleres e presidentes latino-americanos na ONU, as resoluções das assembleias da OEA eram variações intermináveis sobre esse mesmo tema.

Concluídos os acordos de paz, desmobilizada a guerrilha, arquivadas as investigações sobre o assassinato do arcebispo de Guatemala, de monsenhor Oscar Romero, em El Salvador, de pessoas anônimas exterminadas aos milhares, o que resta do sonho de reforma, da ânsia de mudança social, da fome e sede de justiça? Quem fala ainda de reforma agrária em países nos quais se assiste às vezes até a retrocesso nessa matéria? Como explicar que faltem agora para construir sociedade mais justa os dólares que nunca escassearam para armar a mão de assassinos ou para refinar e aperfeiçoar a perversidade de torturadores?

Fariam bem entre nós os que se irritam com os métodos de ação direta dos sem-terra de meditar um pouco no que acontece com o impulso reformista quando se remove a pressão do confronto em sociedades de vocação irresistível para a inércia e a injustiça.

O esquecimento da América Central constitui exemplo particularmente trágico de fenômeno que afeta, em medida maior ou menor, todo o continente. Dobra a página das ditaduras e da crise da dívida, pensou-se que tínhamos inaugurado o ciclo virtuoso da democracia política combinada com as forças espontâneas do mercado capazes de trazer estabilidade, crescimento e bem-estar social. Esses resultados tardam, contudo, em se concretizar. Apesar de já terem passado 17 anos desde o começo da crise da dívida externa, não se consegue, a não ser de forma espasmódica e intermitente, sair do túnel de um ajuste, que não parece acabar mais. Todos os sacrifícios são justificados em nome da necessidade de voltar a tomar empréstimos nos mercados financeiros. O debate público é de uma espanhola pobreza, reduzido à discussão da taxa de juros, da cotação do dólar, de um mío-

pe curto prazo incapaz de enxergar à distância de alguns meses e de indagar se tudo isso vale realmente a pena, se essa premissa está de fato correta e se não estamos a insistir em monumental equívoco.

Tome-se o caso do México, que apresenta sobre nós a vantagem de ter acumulado quatro anos de ajuste pós-crise, com o benefício adicional (que não teremos) de acesso fácil ao gigantesco mercado norte-americano.

Em artigo no insuspeito *The Wall Street Journal* da última segunda-feira, José Millman constata que a economia mexicana goza de reputação estelar junto a banqueiros e investidores, cresceu 4,8%, criou 100 mil empregos industriais, mas a que preço? *A maioria dos consumidores está pior hoje do que há dez anos, o poder aquisitivo desabou em 39%, desde a crise de 1994, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza (menos de US\$ 2 por dia) aumentou em 4 milhões, o dobro do crescimento da população, somente desde 1997.*

Antes da crise, segundo o PNUD, um em cada sete mexicanos vivia em pobreza extrema. Hoje essa proporção subiu para um em cinco. Ainda que a economia cresça anualmente a 5%, levará cinco anos para que o país con-

siga apenas reduzir a pobreza ao nível de 1984, portanto 15 anos atrás!

Não haverá caminho melhor para nos arrancarmos desse atoleiro agravado pelas políticas do FMI que também começamos a aplicar? Temos de nos resignar à aceitação da irremediável decadência descrita na saborosa história que ouvi, faz 37 anos, do saudoso embaixador Vasco Lcitão da Cunha? Contou-me ele como Silveira Martins, embaixador na Guatemala, se apaixonara pelo governo popular de Jácobo Arbenz e, atirando às ortigas as conveniências diplomáticas, subia em palanques e participava das brigadas que iam cortar cana. Tantas fez que o Itamaraty achou mais prudente despachá-lo como embaixador para o Equador, onde estava quando começa a invasão do Coronel Castillo Armas, organizada pela CIA. Silveira Martins não hesita: envia ao presidente Arbens incendiário telegrama de condenação ao golpe, apoiado na época, como era habitual, pelo governo brasileiro. O Itamaraty o repreende e o velho gaúcho, amigo de Getúlio, se defende em carta ao presidente, onde passava em revista mazelas, país por país, da América Central, e, ao tratar da Nicarágua, dizia: *Aqui, senhor presidente, basta que lhe reproduza essa*

quadra que resume aonde chegou a ilustra pátria de Rubén Dario e do General Sandino:

Así es el destino de las cosas.

Así son las cosas del destino,

Después de Augusto Sandino

Y de Rubén, el Divino, Los Anastacio Somozas!

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 14 de março de 1999, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD.)

KOSOVO E O BRASIL

Que relação haverá entre o *impacto estratégico* da guerra em Kosovo e o Brasil? Diremos que há uma relação sobre a qual devemos meditar.

O ataque militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) a uma nação soberana, da maneira como foi perpetrado, violou um compromisso assumido por todos os signatários da Carta da Organização das Nações Unidas: intervenção militar coletiva em país soberano deve ser aprovada pelo Conselho de Segurança e

executada por forças sob a direção desse Conselho. Não querendo submeter essa grave decisão aos membros do Conselho (já que se sabia, *a priori*, serem eles contrários à ação), os poderosos interessados na intervenção decidiram-na à revelia do órgão. Para isso, usaram a força militar da OTAN, organização militar defensiva que se encontra sem objetivos definidos na Europa desde a dissolução do Pacto de Varsóvia, seu adversário potencial na época da Guerra Fria.

Não resta dúvida: tratou-se de uma atitude prepotente, principalmente da parte dos governos dos EUA, do Reino Unido e da Alemanha, que lideram abertamente as decisões da OTAN.

Os governos responsáveis pela OTAN avaliaram mal a reação dos sérvios e as consequências das operações militares que realizaram. Agiram dizendo-se apoiados no princípio da *guerra justa* contra o governo de Belgrado, acusado de praticar uma campanha racista de extermínio contra os albaneses de Kosovo. O ponto de vista do presidente Milosevic é que se tratava de guerra interna contra uma província rebelada.

Por mais que se condenem os métodos impiedosos de dominação praticados contra a população e os rebeldes

kosovares, não se pode deixar de considerar que muito mais impiedosos foram os efeitos do bombardeio aéreo contínuo contra uma nação soberana.

O ataque militar ao território da Iugoslávia, particularmente à província de Kosovo, provocou um considerável aumento da onda humana de refugiados buscando o abrigo dos territórios vizinhos — Albânia, Montenegro e Macedônia. Houve cerca de 1 milhão de deslocados. Levantou-se em todos os países um sentimento de reprovação a uma guerra desumana e à perversidade desses *bombardeios humanitários*.

Em busca de uma justificativa para a decisão arrogante da OTAN, o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, em discurso no Clube Econômico de Chicago (nas vésperas da comemoração do 50º aniversário da criação da OTAN), defendeu a tese de uma *nova estratégia* para esse organismo militar — não mais apenas defensiva, mas também intervencionista. Essa nova estratégia admite a intervenção militar ultrapassando o Conselho de Segurança da ONU, nos casos de repressão ao genocídio e crimes contra os direitos humanos.

Se as idéias propostas pelo premiê inglês prevalece-

rem, considerando que serão os próprios poderosos da OTAN os juízes a decretar quais os crimes de genocídio e contra os direitos humanos, estará ultrapassada a ONU. A História lembra o começo da desmoralização e do fim da Liga das Nações ante sua impotência para punir a Itália de Mussolini, que invadira a Abissínia (1935).

O enfraquecimento da ONU, sistema internacional cujos procedimentos constam da Carta aprovada por todos os seus membros, põe em risco princípios basilares da harmonia mundial: o respeito às soberanias nacionais e o direito de autodeterminação dos povos.

A guerra contra a Iugoslávia veio levantar teses intervencionistas que representam perigo futuro para o Brasil e para todos os países emergentes. Elas colocam nossa soberania sob o risco do arbítrio das decisões dos poderosos.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 13 de julho de 1999, e assinada pelo General Carlos de Meira Matos, doutor em Ciência Política e professor da Universidade Mackenzie.)





**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — 1999

Composta de 12 (doze) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

REVISTA DO Exército Brasileiro

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnicos-profissionais desde 1882.



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.

A DEFESA NACIONAL

Periódico quadrienal de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Faça seu pedido!

Coleção General Benício (12 livros)

- | | |
|-----------------------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> Integral | R\$ 150,00 |
| <input type="checkbox"/> 02 vezes | R\$ 75,00 |
| <input type="checkbox"/> 03 vezes | R\$ 50,00 |

Revistas

- | | |
|---|-----------|
| <input type="checkbox"/> Exército Brasileiro | R\$ 20,00 |
| <input type="checkbox"/> A Defesa Nacional | R\$ 20,00 |
| <input type="checkbox"/> Ciência & Tecnologia | R\$ 20,00 |

Envie cheque bancário ou dos correios, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua Assinatura

Dados cadastrais

Nome		Profissão		
Militar	<input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva	OM	Posto/Grad	Prec - CP
Endereço Rua			Nº	Complemento
Cidade	UF	CEP	Tel.	Fax.
E-mail				

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias – 3º andar
CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.
Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (021) 519-5715 – Fax: (021) 519-5569
Home Page: <http://www.bibliex.eb.br> E-mail: bibliex@ism.com.br

**Faça de um amigo
um novo sócio,
presenteie-o
com uma assinatura**

 Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

PROGRAMA EDITORIAL

1999

Por incrível preço e buscando sempre oferecer aos seus leitores um elenco de obras atuais, a BIBLIELX lança o seu programa para 1999. São 12 (doze) excelentes livros entregues a domicílio e por custo baixíssimo, além da vantagem de pagamento parcelado.

Camaradas

William Waack

Em Camaradas o autor expõe os resultados da pesquisa que realizou nos arquivos secretos da ex-União Soviética revelando, pela primeira vez, textos de preciosos documentos encontrados em Moscou e extratos de depoimentos de抗ios militantes comunistas, capazes de esclarecerem inúmeras questões até hoje obscuras quanto ao frustrado levante de 1935.

Seiscentas Léguas a Pé

Acyr Vaz Guimarães

Baseada em extensa e rigorosa pesquisa desenvolvida com abundância e precisão de dados fornecidos por Acyr Vaz Guimarães sobre a Campanha do Apará, a obra, com certeza, preencherá muitas lacunas nos conhecimentos dos estudiosos da Guerra do Paraguai. Em linguagem simples e envolvente, à crença da guerra, a fome, a peste, tudo é retratado sem exceção, sobressaindo sempre o homem.

A Guerra

André Corvisier

A obra expende conceitos relevantes sobre as missões militares do Estado e suas obrigações em relação ao pessoal das Forças Armadas. Embasada em fatos históricos e em lúdica interpretação e projeção desses fatos, Corvisier realiza uma magnífica e abrangente análise do fenômeno 'guerra' em todos os seus aspectos.

Manstein – Campanhas e Julgamento

Reginald T. Paget

Paget, através das alternativas do julgamento do Marechal-de-Campo Erich Von Manstein, que faz preceder os aspectos mais relevantes de sua atuação durante a II Guerra Mundial, convence o leitor, usando uma argumentação repassada de lógica admirável e contundente, sobre a falsa ostensivamente preparada como vindita de vencedores sobre vencidos.

As Origens da Guerra no Ocidente

Doyne Dawson

Ofercendo uma cuidadosa reconsideração do que nos dizem as fontes clássicas sobre o pensamento ocidental em matéria de guerra e paz, As Origens da Guerra no Ocidente traz uma contribuição definitiva à compreensão de um dos aspectos mais preocupantes da cultura ocidental. A abordagem gira em torno de três temas maiores: - o aspecto

moral, com a guerra sendo um instrumento da justiça humana e divina; o aspecto internacional, encarando-a como instrumento da política externa; e o aspecto constitucional, em que a guerra aparece como instrumento da política interna.

tro de operações das estratégias disponíveis e do desarmamento, afi incluído o desarmamento nuclear. Esta obra é um manual para a orientação do estudo sobre os grandes problemas estratégicos contemporâneos.

A Máscara do Comando

John Keegan

Apresentado em estilo atraente e com ousada técnica de abordagem histórica, o livro desse renomado escritor atende a um amplo espectro de leitores civis ou militares, profissionais ou amadores, bem como servirá de referência para aqueles que se dedicam à historiografia militar. Obra inédita em língua portuguesa, analisa grandes chefes militares em diferentes épocas. Inicia com Alexandre, o Grande, na Grécia, atravessa a história com Wellington, Grant e Hitler, concluir com a chegada ao Comando do Mundo Nuclear.

Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos

Alzilio Napoleão

Excelente obra em que os fatos são narrados com fluidez e propriedade. A documentação apresentada é, em sua maioria, inédita. Em estilo escorreto e agradável, este livro induz o leitor a perceber, de imediato, a inteligência e o patriotismo com que Rio Branco se houve no desdobramento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Chefes, Líderes e Pensadores Militares

Michael Lee Manning

Livro contendo notas biográficas e valiosas informações sobre a vida e a obra de cento e dez líderes militares, líderes e pensadores militares, de reconhecida atuação através dos tempos. Constitui-se em adequada fonte de pesquisa ao alcance dos estudiosos da História Militar.

Problemas Estratégicos Contemporâneos

Philippe Moreau Deforges

Escrito em linguagem clara e muito bem estruturada, o livro trata do que Deforges chama 'a problemática moderna da estratégia' - antes e depois da arma nuclear. Focaliza o Terceiro Mundo sob o ponto de vista das estratégias: como tea-

Os Lusíadas

Luis de Camões

Camões cantou a história de seu povo num poema épico que se tornou um dos pontos culminantes da literatura universal. Ao reeditá-lo este clássico, a BIBLIELX rende mais um preito de louvor e admiração à glória de quem se imortalizou cantando as 'obras valerosas' da sua pátria, ao mesmo tempo em que contribui para consolidar a integração nacional.

As Guerras do Futuro

Bevin Alexander

Na nova Era vislumbrada por Bevin não ocorrerão mais conflitos globais demorados, do tipo II Guerra Mundial. Ocorrerão sim, e muitos, conflitos inadequadamente chamados de baixa intensidade, com objetivos específicos e limitados, porém empregando meios modernos e poderosos de destruição. O grande ensinamento que fica da sua leitura é que, quando uma guerra se prolonga demasiadamente, tornando excessivos seus custos em vidas humanas e recursos financeiros, ela está virtualmente perdida.

Geopolítica

Princípios, Meios e Fins

Therezinha de Castro

Manual de geopolítica moderno, escrito em linguagem clara e cartesiana, o livro é de inestimável valor e utilidade para as universidades, escolas de estado-máior e todos os que se interessam pelos estudos geopolíticos. Com visão perspectiva e prospectiva da dinâmica que assume o processo geopolítico, a autora demonstra a sua erudição e capacidade de pesquisa e análise, introduzindo classificação inédita nos estudos geopolíticos.

ASSINATURAS ANUAIS

Coleção General Benício:

R\$ 150,00 (descontados em folha ou pagáveis com cheque em três vezes)

Revistas:

*A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia: BRASIL - R\$ 20,00
EXTERIOR - US\$ 30,00*

**LIGAÇÃO GRATUITA DE
TODO BRASIL:
0800-23 83 65**

um novo horizonte

SERMOGRAF

artes gráficas e editora ltda.

*Produzir impressos de alta qualidade,
atender às necessidades e solucionar
os problemas de nossos clientes.*

estes são nossos objetivos e nossa missão.

Livros
Revistas
Periódicos

Rótulos
Etiquetas
Cartuchos
Bulas

Folhetos
Folder
Cartazes
Catálogos

**Não importa o que você vai imprimir.
Importa como vai imprimir.
Imprima com garantia de qualidade.**



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.